



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
ESPECIALIZAÇÃO: EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA

RUI PEDRO COUTO PEREIRA DIAS

Da Liberdade Humana à “Liberdade dos Filhos de Deus”

Um contributo para a lecionação da unidade letiva “A Liberdade”
do 8º Ano da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica

Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação da Prof^a. Doutora Maria Isabel Pereira Varanda

Braga
2021

Resumo: O relatório que se segue insere-se no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada e com isto procura-se aprofundar o sentido daquilo a que chamamos liberdade. Trata-se de um caminho que parte da condição humana, com as suas necessidades, potencialidades e limitações naturais, começando por se mover nos campos da antropologia, filosofia e sociologia (capítulo I) e passando para o plano ontológico e teológico (capítulo II), onde se pretende entender melhor o que subjaz, em que consiste, que mundo se abre na expressão paulina “liberdade dos filhos de Deus” (Rm 8,21). Este caminho é fundamento e a estrutura da parte da pedagógica referente à Unidade Letiva “A Liberdade” (Capítulo III).

Pretende-se sobretudo mostrar que a liberdade sendo preciosa e desejável, é também muito exigente e que, se ela está profundamente ligada à alegria, ela só se alcança quando vivida com sobriedade, equilíbrio e responsabilidade, o que implica um conhecimento profundo de quem somos como seres individuais e coletivos, do modo como nos relacionamos com os outros e que resposta estamos dispostos a dar ao Amor que nos abre a possibilidade da verdadeira Liberdade.

Palavras chave: Liberdade, Alegria, Amor, Justiça, Verdade, Relação, Responsabilidade, EMRC.

Abstract: As part of the Supervised Teaching practice, the following report has the objective to deepen the meaning of what we call freedom.

It is a path that starts from the human condition, with its needs, potentialities, and natural limitations. Focusing initially on the fields of anthropology, philosophy, and sociology (chapter I) and then moving to the ontological and theological plane (chapter II), the intention is to improve the understanding of what underlies, what it consists of, what world opens up in the Pauline expression “freedom of the children of God” (Rom 8,21). This path is the foundation and structure of the pedagogical part concerning the Teaching Unit “The Freedom” (chapter III).

The main goal here is to show that being free is not only precious and desirable but also demanding. And, if closely linked to joy, its achievement is only possible when lived with sobriety, balance and responsibility, which implies a profound knowledge of who we are as individuals and collective beings, the way we relate to others, and what response we are willing to give to the Love that opens up the possibility of true freedom.

Keywords: Freedom, Joy, Love, Justice, Truth, Relation, Responsibility, EMRC.

ÍNDICE

ÍNDICE	2
SIGLÁRIO	4
INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I – CAMINHO PARA A LIBERDADE HUMANA	9
1. Liberdade: etimologia e semântica	9
2. O ter liberdade	14
<i>2.1. O livre arbítrio</i>	16
<i>2.2. Liberdade, um dom ou um bem a alcançar</i>	20
<i>2.3. A liberdade humana é situada</i>	26
3. O ser livre	36
<i>3.1. Liberdade como autonomia</i>	36
<i>3.2. A liberdade humana é (deve ser) orientada</i>	41
<i>3.3. A liberdade como relação</i>	46
CAPÍTULO II – NA VIA DA “LIBERDADE DOS FILHOS DE DEUS”	54
1. “A liberdade como princípio e como escolha”	55
2. A liberdade no Antigo Testamento	57
<i>2.1. O Decálogo é caminho para a liberdade</i>	60
<i>2.2. O mito da queda e a noção de pecado</i>	64
3. A liberdade à luz do Novo Testamento	72
<i>3.1. Bem-aventurados os libertados pela graça</i>	74
<i>3.2. Liberdade no sentido cristão é liberdade redimida</i>	82
<i>3.3. A liberdade vive-se na relação filial</i>	90
CAPÍTULO III - O TEMA DA LIBERDADE NO PROGRAMA DO 8º ANO DE EMRC	104
1. Caracterização do contexto escolar	104
<i>1.1. O Agrupamento e a Escola E.B. 2,3 de Nogueira</i>	104
<i>1.2. Caracterização da turma</i>	106
<i>1.3. Calendarização de aulas</i>	107
2. Lecionação das aulas	108
<i>2.1. O Amor Humano (UL 1)</i>	108
2.1.1. Diferentes formas de “amor” (Aula 1)	108

2.1.2. O amor entre o homem e a mulher (aula 2)	109
2.1.3. O amor feito de Amizade (aula 3)	109
2.1.4. O amor divino (Aula 4)	110
3.1. <i>A Liberdade (UL 3)</i>	113
3.1.1. Introdução ao tema da Liberdade (Aula 5)	113
3.1.2. Liberdade e livre arbítrio (aula 6)	114
3.1.3. A importância da justiça para sermos livres (aula 7)	114
3.1.4. A Justiça e a Verdade são parte do alicerce da liberdade (Aula 8)	116
3.1.5. A parábola do pai misericordioso (Lc 15,11-32) (aula 9)	116
4. Planificação das aulas	122
5. Síntese	141
6. Recursos pedagógico-didáticos	141
CONCLUSÃO	142
BIBLIOGRAFIA	149
ANEXOS	155

SIGLÁRIO

Gn	Génesis
Ex	Êxodo
Lv	Levítico
Dt	Deuterónimo
Sl	Salmos
Is	Isaías
Jr	Jeremias
Ez	Ezequiel
Mt	Mateus
Mc	Marcos
Lc	Lucas
Jo	João
At	Atos dos Apóstolos
Rm	Romanos
2 Cor	2ª aos Coríntios
Gl	Gálatas
2 Pe	2ª de Pedro
1 Jo	1ª de João
Ap	Apocalipse
CEC	Catecismo da Igreja Católica
FT	Carta Encíclica Fratelli Tutti
GS	Constituição Pastoral Gaudium et Spes
LG	Constituição Dogmática Lumen Gentium
Vat II	Concílio Ecuménico Vaticano II

"[...] uma boa definição de homem, para além de suas limitações físicas, seria a de que é um ser de embrionária liberdade, cujo dever, cujo destino e cuja justificação é o da liberdade plena; plena para ele, plena para os outros, plena para os animais, plena para ervas, plena talvez até para seixo e montanha".

Em, Agostinho da Silva, *Textos e Ensaios Filosóficos II* (Lisboa: Âncora, 1999), 262-263.

INTRODUÇÃO

O estudo que se segue surge como o culminar do processo de formação de Mestrado em Ciências Religiosas na Universidade Católica Portuguesa em Braga, curso que é vocacionado para a lecionação da disciplina Educação Moral e Religiosa Católica.

Sendo proposto aos mestrandos a escolha de um tema, alusivo a uma Unidade Curricular, de entre aquelas que fazem parte do Programa proposto por esta disciplina nas escolas portuguesas, para a realização de um Relatório Final, onde se desenvolverá esse mesmo tema, escolhemos “A liberdade”, que é a unidade letiva 3 do Programa de EMRC para o 8º ano de escolaridade. Nesta unidade são desenvolvidos temas como o “desejo humano”, “liberdade e opção pelo bem”, “jogo(s) de influências”, “condicionamentos à liberdade”, “Páscoa: itinerário de libertação”, “amor de Deus e liberdade humana”, “dignidade humana e livre escolha”¹.

Por o tema da Liberdade ser complexo e facilmente se poder dispersar quem nele aventura, foi necessário delimita-lo, no sentido de delinear um fio condutor que nos orientasse no processo e desenvolvimento deste estudo. Este trabalho procura assim estabelecer fundamentos de natureza filosóficos e teológicos e ao mesmo tempo abranger o essencial dos temas tratados na Unidade Letiva a desenvolver indo ao fundo da questão. O resultado dessa delimitação foi o que o próprio título, “*Da Liberdade Humana à Liberdade dos ‘Filhos de Deus’*”, sugere, ou seja, é um caminho que parte da condição humana, com as suas potencialidades e seus constrangimentos naturais, sendo que, começa por ser substancialmente filosófico (capítulo I) e passa para o plano teológico (capítulo II), onde se pretende entender melhor o que subjaz, em que consiste e que mundo nos abre a expressão paulina “liberdade dos filhos de Deus” (Rm 8,21).

A escolha deste tema deve-se sobretudo à sua atualidade. Podemos dizer que a liberdade foi, é e será sempre um tema atual enquanto houver humanidade. No entanto, acreditamos ser de todo urgente, neste tempo, sabermos valorizar ainda mais, isto a que chamamos liberdade. Sabemos que este tema, ao longo dos séculos, sempre motivou acesas discussões, mas também sempre fez e deve continuar a fazer e daí o nosso esforço, sonhar o ser humano, em seu desejo de se cumprir.

Os perigos atuais de um excesso de informação que se nos apresenta tantas vezes ruidosa e enganosa; uma sociedade de consumo que exalta o ter e despreza o ser; a perda sobretudo de relacionalidade que presenciamos nas novas gerações e que passam do campo presencial para o virtual, perdendo-se o tato e o cheiro, o beijo e o abraço; a importância de

¹ Manual do Aluno, Educação Moral e Religiosa Católica, 4ª Edição (Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã: Lisboa, 2015), 63.

fazermos escolhas acertadas, com a consciência de quem somos, de onde vimos e para onde vamos; a importância de percebermos onde se encontra a fonte da verdadeira alegria e da verdadeira liberdade. Tudo isto nos leva, à partida, a dizer que o ser livre, não pode ser apenas o contrário de estar preso, tal como também o estar vivo não é o contrário de estar morto.

Por isso, decidimos avançar com este estudo, no sentido de aprofundarmos bem a questão e aclararmos lugares mais indistintos, propensos a dar asas a ilusões também nos nossos jovens menos esclarecidos.

No que diz respeito à elaboração do trabalho e como estamos em plena pandemia (COVID-19) provocada pelo vírus SARS-COV-2, não foi fácil a sua execução, seja pelas circunstâncias em que todos vivemos, e que são também de todos conhecidas, seja pelas dificuldades de mobilidade ou pelo acesso às bibliotecas.

Durante o primeiro período, em que foi interdito o acesso às bibliotecas, a Universidade Católica em colaboração com a fundação *Taylor and Francis* facultou o acesso a obras em formato digital na língua inglesa e que foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho, apesar dos condicionalismos próprios da língua estrangeira. Mas esta não foi a única língua com que tivemos de lidar. Também a francesa, a espanhola e a italiana, nos obrigaram a um trabalho redobrado. Por isso, informa-se, desde já, que as traduções são da nossa inteira responsabilidade.

A estrutura do trabalho será composta por três capítulos distintos. O primeiro, “Caminho para a liberdade humana”, tratará essencialmente da liberdade humana no âmbito filosófico, antropológico e social, e se constituirá em três tópicos. O primeiro dedicado à etimologia e semântica do termo liberdade. O segundo, intitulado “Ter liberdade”, será formado por três secções com os seguintes títulos: “O livre arbítrio”; “Liberdade, um dom ou um bem a alcançar”; e “A liberdade humana é situada”. Os títulos são sugestivos e por isso, será possível deduzir deles o seu conteúdo. Aqui trataremos daquele aspeto da liberdade que é próprio e comum a todo o ser humano a viver numa realidade concreta.

Ainda neste capítulo, com o título “Ser livre” abre-se o tópico dedicado sobretudo àquele outro aspeto da liberdade que depende mais da dinâmica e da atividade humana, isto é, a liberdade vista à luz de um processo de aquisição. Também este tópico terá três secções com os seguintes títulos: “Liberdade como autonomia”; A liberdade humana é (deve ser) orientada”; e “A liberdade como relação”. Podemos dizer que estes dois tópicos têm uma estrutura semelhante, do tipo a, b, c e a’, b’, c’, havendo, por isso, uma certa correspondência entre as primeiras secções de cada tópico, assim como entre as segundas e também entre as terceiras.

No segundo capítulo, “Na Via da liberdade dos ‘filhos de Deus’” entraremos no domínio da teologia e tal como o capítulo anterior tem três tópicos. O primeiro, sem secções, o segundo com duas e o terceiro com três. O primeiro, do âmbito ontológico, assumirá o título de uma parte da publicação de Luigi Pareyson que serviu de apoio para o nosso estudo e que tem o título de “A liberdade como princípio e como escolha”. O segundo tópico, dedicado à “Liberdade no Antigo Testamento”, servirá de base para o terceiro, sobre o qual incide o objetivo desta labuta e para onde apontam de uma forma mais ou menos evidente todos os tópicos do primeiro capítulo. A primeira secção deste tópico será dedicada aos Dez Mandamentos como “caminho para a liberdade”. E na segunda secção tomamos “O mito da queda e a noção de pecado” a partir da obra *A Simbólica do Mal* de Paul Ricoeur, que aborda o tema desde relato bíblico da Criação (Gn 2,15-3,23), e isto far-se-á para entendermos melhor o que está em causa quando entrarmos na terceira e última secção deste capítulo.

Na conclusão deste percurso vai tratar-se a problemática da “liberdade à luz do Novo Testamento”, ou seja, à luz dessa imensa novidade provocada pelo Acontecimento Jesus Cristo. Aqui vamos encontrar a primeira secção intitulada “Bem-aventurados os libertados pela graça”. Em seguida abordaremos a liberdade que “no sentido cristão é liberdade redimida”. E por fim veremos que a verdadeira “liberdade vive-se na relação filial”.

No terceiro capítulo tratar-se-á da pedagogia escolhida para a leção do tema da liberdade no âmbito do Programa de EMRC, correspondente à Unidade Letiva 3 do 8º ano. Aqui vamos encontrar métodos, temas, materiais, planificações e textos de apoio para a leção desta Unidade.

CAPÍTULO I – CAMINHO PARA A LIBERDADE HUMANA

Neste primeiro capítulo vamos procurar percorrer um caminho que nos permita encontrar as bases de uma liberdade que se quer, antes de mais, humana. Qualquer pessoa, independentemente do seu credo ou religião, raça, cultura, nação, estrato social ou laços de sangue, deve ser capaz de entender esta “coisa” a que chamamos liberdade, comum a todos os seres humanos, para lá de tudo aquilo que nos possa distinguir na nossa infinita e estimada diversidade. A partir daqui, lançados os fundamentos da liberdade humana, avançaremos para o ponto nuclear deste trabalho que é o de sabermos em que consiste “a liberdade dos filhos de Deus”, expressão cristã que S. Paulo inaugurou.

1. Liberdade: etimologia e semântica

Quando nos focamos no sentido etimológico da palavra liberdade em algumas das mais importantes línguas do mundo ocidental, percebemos que esses sentidos podem assumir múltiplos significados, sem que, contudo, qualquer deles possa dizer o que verdadeiramente é a liberdade. No fundo, esses sentidos, de uma forma geral, apontam apenas para um aspeto, até bastante primitivo, do modo de entender a liberdade. Isto, se o compararmos ao modo como nós a “compreendemos” hoje. Digamos que essa coisa a que chamamos liberdade, por ser um assunto tão entusiasmante, tão íntimo e ao mesmo tempo tão sério, desperta no espírito humano uma tão grande sede, que se nos afigura com relativa segurança que tudo o que nós somos chamados a ser e somos na verdade se cumpre aí.

Ao longo dos séculos, através de variadíssimos contributos e acontecimentos, o tema da liberdade, ou se quisermos, aquilo que entendemos por liberdade, tem vindo a ganhar novas formas, abrangências e desenvolturas. Em suma, o sentido desta belíssima palavra, que tanto estimula e faz sonhar o espírito humano, está em criação permanente no meio de nós, tal como nós estamos também.

Mas comecemos pelos gregos, que se referiam à liberdade através do termo Ἐλευθερία (eleuthería), que designava o estado de “não ser escravo”², realçando o sentido de liberdade de movimento do corpo. Refere-se, portanto, à possibilidade de movimentação sem restrições externas que caracterizava o oposto ao escravo. Daqui concluímos que na origem da palavra em grego, está a ausência de limitações físicas.

A palavra *liberdade* (português) tem a sua origem, tal como as palavras *libertad*, (castelhano), *libertà* (italiano) ou *liberté* (francês), na palavra latina *libertas*. Num sentido

² Cf. José Ferrater Mora, “Libertad”, em *Diccionario de Filosofia*, Tomo II (Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1969), 49. Nota: a palavra *eleutheria* (gr.) está, na sua origem, ligada ao deus da mitologia grega Eleutério, conhecido por libertador.

semelhante ao dos gregos, os romanos diziam ser *liber* (adjetivo de *libertas*) o ser humano que não fosse “escravo ou prisioneiro”. Ao que parece, no princípio do uso deste termo, ele podia estar também associado àquela idade em que os jovens se tornavam capazes de procriar e, por conseguinte, também deveriam ser capazes de assumir responsabilidades. Era por esta altura que recebiam “a *toga virilis* ou *toga libera*”, de forma a marcar no tempo e na memória a iniciação na vida adulta. Neste sentido, o ser humano livre seria aquele que podia viver sem estar submetido a alguém ou sem ser escravo.³ A liberdade seria então o estado daquele que fazia aquilo que queria e não aquilo que outro ser humano queria que ele fizesse, fosse ele familiar ou não. Não ter constrangimentos externos era, no sentido de liberdade mais primitivo, como podemos entender, o mais comum. Outro caso, o da Inglaterra na antiguidade, por exemplo, “uma ‘liberdade’ não significava uma liberdade geral, mas uma licença especial para um grupo específico para se organizar dentro de um campo de ação especial. Por esse motivo, as ‘liberdades’ eram às vezes um incómodo geral”⁴.

A noção de liberdade desde muito cedo começa a “apontar em duas direções: uma, a de poder fazer; a outra, a de uma limitação”⁵. A verdade é que, não poucas vezes, a “procura” da liberdade resulta de uma reação contra o “mal” que parece privar-nos dessa mesma liberdade.⁶ Como se num momento de consciência ou lucidez, nos quiséssemos sacudir, afastar, ou melhor ainda, soltarmo-nos do que nos impede de ser livres e nos constrange.

É neste sentido que surge a palavra “*freiheit*” em alemão e que dá origem à palavra “*freedom*” em inglês, como um ‘ser livre de’, em contraposição a um aspeto externo que tolhia a liberdade de movimentos. As palavras ‘frei’ (alemão) e ‘free’ (inglês) que iniciam as respetivas palavras “*freiheit*” e “*freedom*”, significam ambas ‘livre’. No caso inglês o sufixo -dom, pode vir do inglês antigo que significa decreto ou julgamento, ou então simplesmente indica um estado ou condição ou status. É provável que estas duas palavras tivessem nascido de uma oposição à escravatura.⁷

³ Cf. Mora, “Libertad”, 49.

⁴ Cf. Alfred North Whitehead, “Aspects of Freedom”, em *Freedom: Its Meaning*, ed. Ruth Nanda Ashen, (Oxon e New York: Routledge, 2019), 318.

⁵ Mora, “Libertad”, 49.

⁶ Cf. Henri Niel, “La Recherche de la Liberté”, *Cahiers D’Etudes Biologiques*. 11-12 (1963): 109.

⁷ Era comum, já antes da nossa Era, entre reinos e impérios que guerreavam entre si, os vencidos serem reduzidos ao estado de escravidão e assim conduzidos, agrilhoados uns aos outros, pelo pescoço. Desta forma caminhavam alinhados e vigiados pelos vencedores que muitas vezes os acompanhavam a cavalo. Frequentemente os vencidos eram despojados de qualquer tipo de vestido, como forma de humilhação perante todos os povos, por onde passavam, até chegarem à terra dos vencedores. Aqui eram recebidos pelos seus, com júbilo e entre aclamações. Note-se ainda que o estado de escravidão era sobretudo e, neste tempo, um passo em frente para a humanização do ser humano, pois que, surge no sentido de valorizar o direito à vida, já que quando assim não era, a morte era o fim mais comum dos vencidos.

A este respeito diz Hannah Arendt que “o crime de instituir a escravidão não começou quando um povo derrotou e escravizou os seus inimigos (embora, naturalmente, isso já fosse bastante), mas quando a escravidão se tornou instituição na qual alguns homens “nasciam” livres e outros escravos; quando foi esquecido que o

A primeira subdivisão semântica de liberdade acontece entre os significados negativo e positivo. O significado negativo refere-se à ausência de constrangimentos externos ou internos, que possam interferir na capacidade de operar do ser humano, ou seja, é aquilo que normalmente se chama de “liberdade de ação e se especifica, segundo a diferente natureza dos níveis antropológicos e o campo de operação, em liberdade de consciência, de pensamento, de expressão, de culto, de iniciativa, de agregação”, etc. e no âmbito social, em “liberdade religiosa, económica, civil, jurídica, política, etc.”⁸. Portanto, é o que proporciona, por um lado, “proteção contra o poder arbitrário” de governos, pessoas ou grupos de pessoas “e por outro lado o gozo de direitos pertencentes aos seres humanos concebidos como algo mais do que os animais do campo”⁹. Esta proteção é garantida pelo estado de direito que através de um “conjunto vasto de leis, costumes e práticas” “salvaguardam a liberdade, isto é, a emancipação das pessoas da escravidão e do poder arbitrário”¹⁰ de terceiros, onde se incluem governantes, seitas, religiosas ou não, organizações secretas, redes de tráfico humano, grupos de delinquentes, abusadores, ladrões e outros.

Por outro lado, o significado de liberdade positiva, compreendendo “o significado mais comum e ao mesmo tempo mais típico de liberdade”, refere-se à liberdade de escolha de cada um, a que também podemos chamar de livre arbítrio. O livre arbítrio, ao qual dedicaremos, em seguida, um desenvolvimento maior, é, dito de forma simples, aquela “condição interior de autonomia do agente”¹¹, por força da qual ele, por sua iniciativa, elege, entre diferentes possibilidades de ação de que dispõe, a que mais lhe convém ou melhor se lhe afigura. Por exemplo: escolher entre uma atitude de ódio ou de amor como resposta a uma provocação é uma faculdade própria do livre arbítrio.

Segundo Abbagnano, o termo liberdade tem três sentidos fundamentais, referentes a outras tantas concepções que, sendo alimentadas por uma multitude de discussões ao longo da história, se desenvolveram em torno do tema e ganharam, por isso, especial relevo. O primeiro sentido é o da liberdade como “autodeterminação ou auto causalidade”, o qual se caracteriza por ser concepção de liberdade absoluta, sem condições, limites ou graus. “A causa de si mesmo” é o princípio do ser livre. “O homem é o princípio e o pai de seus atos, assim como de seus filhos”, afirma Aristóteles. Livre, seria o homem sábio que, portanto, tinha a causa das suas ações em si mesmo e não fora de si, como tinham os escravos nos senhores. A

Homem é que privara os seus da liberdade e quando se atribuiu à Natureza a aprovação do crime. Contudo (...) ser um escravo significava, afinal, ter uma qualidade diferente, mas sempre com um lugar na sociedade”. Em Arendt, Hannah, *As Origens do Totalitarismo*, trad. Roberto Raposo, 6ª ed. (D. Quixote: Alfragide, 2016), 394.

⁸ Cf. F. Butturi, “Libertà”, em *Enciclopedia Filosofica*, Direttore Virgilio Melchiorre, Vol. Settimo (Milano: Bompiani, 2006), 6393-6394.

⁹ Charles A Beard, “Freedom In Political Thought”, em *Freedom: Its Meaning*, ed. Ruth Nanda Ashen, 8.

¹⁰ Beard, 8.

¹¹ Butturi, “Libertà”, 6394.

Idade Média foi fortemente influenciada por esta concepção de liberdade muito em voga em várias escolas da Antiguidade grega. Ela acabou mesmo por entrar no cristianismo onde foi aprimorada. Orígenes, autor cristão, acrescenta que o ser livre para além de ter em si a causa dos seus movimentos terá de ser ele mesmo essa causa. No fundo, a ideia que fica subjacente, é que é o ser humano, “enquanto juiz e árbitro das circunstâncias externas”, quem escolhe aquilo que o move. S. Tomás dirá mais tarde que o ser humano não precisa de ser a primeira causa de si, já que na verdade ela é Deus, se bem que, neste caso, a autocausalidade do ser humano não seja posta em causa pela Primeira Causa, Deus. A última escolástica, mantendo o mesmo conceito reforçou “a indiferença da vontade com relação aos seus possíveis determinantes”. A filosofia moderna, assim como a contemporânea, desenvolveram-se muito na base deste conceito da *causa de si*. Fichte viria a considerar a liberdade como a atividade absoluta. As formas espiritualistas do indeterminismo mais difundidas, também se desenvolvem por esta via. Mas neste caso, “a autodeterminação é considerada uma experiência interior fundamental, uma espécie de criação ‘interior’”, uma “autocriação do eu”¹².

O segundo sentido realça o aspeto da relação entre a liberdade e a necessidade. A liberdade como necessidade, embora ligada ao sentido anterior, de autodeterminação e *causa de si*, é sempre colocada em estreita relação ao todo do qual o ser humano faz parte, seja ele ao Mundo, à Substância ou ao Estado. É neste sentido que os estoicos, da Grécia Antiga, afirmavam ser livre apenas o sábio, pois só o este era capaz de viver em harmonia, ou se quisermos, de acordo, com a Natureza.

Esta característica particular foi também a da concepção romântica, mas aqui, com uma tendência para atribuir a liberdade ao Absoluto, identificando-a com a necessidade. E se Schelling faz coincidir liberdade e necessidade, Hegel, com o seu esquema - tese, antítese, síntese - preconizará que os cidadãos realizarão inevitavelmente a vontade universal, já que, neste aspeto, serão sempre “seus instrumentos”. “Essa coincidência entre liberdade e necessidade” que leva Hegel “a atribuir a liberdade apenas ao Absoluto ou à sua realização no mundo (o Estado)”, acabou por deixar marcas em “todas as doutrinas de cunho romântico”, por um lado, “e por outro foi utilizada, fora do âmbito de tais doutrinas, na defesa do absolutismo estatal e na recusa do liberalismo político”. Esta tendência apenas reconhece no plano metafísico como sujeito de liberdade “o ser, a substância, o mundo” e, no político, “o Estado, a Igreja, a raça, o partido, etc.”. Deste modo, só a totalidade goza de “poder de

¹² Cf. Nicola Abbagnano, “Liberdade”, em *Dicionário de Filosofia*, 5ª Edição Revista e Ampliada (S. Paulo: Martins Fontes, 2007) 605-607.

autocausalidade ou autocriação que é um outro poder igualmente absoluto de coerção sobre os indivíduos, considerados manifestações ou partes dele”¹³.

A terceira concepção adota um núcleo conceitual distinto daquele que deu origem às duas vias anteriores, pois toma a liberdade como “medida de possibilidade”. Porque a liberdade se exerce por uma escolha “motivada e condicionada”, é realçada aqui a sua finitude, os seus limites. Portanto, livre “não é quem é *causa sui* ou quem se identifica com uma totalidade que é *causa sui*, mas quem possui, em determinado grau ou medida, determinadas possibilidades”.

Platão foi quem primeiro enunciou este conceito, definindo a liberdade como a “justa medida”. Apoiando-se no mito de Er, segundo o qual as almas, antes de encarnarem, escolhem entre as diversas possibilidades, a vida a que ficarão presas, Platão defende que “cada um é autor de sua escolha; a divindade está fora de questão”. Este conceito que caiu no esquecimento ainda na Antiguidade e assim permaneceu na Idade Média, ressurgiu na Idade Moderna em confronto com o conceito de livre-arbítrio e da autonomia da vontade, preconizado também pelo “Doutor da Luz”, Santo Agostinho.¹⁴ O que contava agora era, não tanto a liberdade de querer, mas sim a da liberdade de fazer. A liberdade passa a ser vista sob o prisma da ação, sendo, portanto, livre quem está em condições de agir segundo a sua escolha ou vontade.

É neste sentido que Locke defende a liberdade natural do ser humano como o “estar livre de poderes superiores sobre a terra, em não estar submetido à vontade ou à autoridade legislativa de ninguém e em possuir como norma própria apenas a lei natural”. Esta via determinística, mas sem necessidade, consolidou-se com o empirismo. Daí que Heidegger tenha falado de liberdade como algo finito, pois era entendida como “transcendência” e “projeção” do ser humano no mundo. Isto é, a liberdade seria sempre “condicionada e limitada pelo mundo em que se projeta”. A partir da década de 40 do séc. XX, esta concepção ganhou ainda mais consistência quando a ciência passou a valorizar mais o conceito de condição, em detrimento do da causa e o da probabilidade, em lugar do da necessidade.¹⁵

¹³ Cf. Abbagnano, “Liberdade”, 609-610.

¹⁴ “Sente que a alma se movimenta por si só quem sente em si a vontade” (De Div. Quaesi, 83, 8) em Abbagnano, 606.

¹⁵ Cf. Abbagnano, 610-613.

2. O ter liberdade

Neste ponto, procuraremos desenvolver aspectos estruturantes da liberdade que nos ajudarão a entender a abrangência do tema.

Sem querermos fazer um estudo exaustivo de história antiga, julgamos não ser excessivo começarmos por olhar um pouco mais para trás do que a etimologia e a semântica nos pode proporcionar. Olhemos para os primórdios da civilização, desde que o ser humano começa a ter alguma noção de liberdade, ou seja, para aquele tempo, a partir do qual passou a viver em sociedade minimamente organizada.

Este propósito permitir-nos-á, antes de mais, ter uma noção mais clara do problema, assim como, e apesar dos avanços e recuos, notados ao longo dos séculos e de diferentes formas nas diversas partes do globo, perceber que há um progresso evidente e indestrutível, no modo como a Humanidade vem entendendo a liberdade no seu sentido mais profundo.

Ora, sabemos que nas civilizações mais antigas e dada a generalizada cultura de subsistência, sem eficazes meios de conservar alimentos como os atuais, o mais normal era que as preocupações principais das pessoas andassem em torno da satisfação das necessidades básicas do dia a dia, tais como a alimentação, a hidratação e o vestuário. Para lá disto, o ter uma habitação ou um lugar mais ou menos fixo onde permanecer, ou mesmo o sentimento de pertença a uma tribo ou um povo, completavam o essencial. O não estar sujeito a qualquer tipo de poder exercido despoticamente, poderia ser considerado um bem raro nas sociedades primitivas.

Franz Boas defende mesmo que “o conceito de liberdade não é encontrado na sociedade primitiva”, pois, o indivíduo não tendo conhecimento de diferentes “formas de pensamento e ação, não pode formar por si mesmo o conceito de algo novo, não intimamente ligado ao alcance de sua experiência”, o que naturalmente estrema “uma escolha livre”¹⁶. No entanto, certamente que os nossos antepassados descobriram a “espontaneidade de pensamento que está além da rotina”, havendo neles “uma ingenuidade na descoberta, uma surpresa” e, como a adaptação às circunstâncias era fortemente instintiva,¹⁷ essa espontaneidade de pensamento “passou despercebida”. O que sobressaía nas sociedades mais antigas não era seguramente a liberdade individual, pois, esta era posta ao serviço do “formigueiro”, como é bom exemplo disso o dos egípcios. Pode dizer-se que “nos estágios

¹⁶ Cf. Franz Boas, “Liberty Among Primitive People”, em *Freedom: Its Meaning*, ed. Ruth Nanda Ashen, 55.

¹⁷ Whitehead, “Aspects of Freedom”, 307. Alfred Whitehead fala neste artigo de uma divisão da natureza humana: “instinto, inteligência e sabedoria”. Sendo que este estágio instintivo é certamente o que mais marca as sociedades primitivas (cf. Whitehead, 308).

iniciais, a liberdade é quase uma noção sem sentido. A ação e o humor nascem de um instinto baseado na coordenação ancestral”¹⁸.

Vilhjalmur Stejansson é de opinião que o ser humano primitivo, ou talvez após “se encaixar nas atuais definições de *homo*, vivia sob uma liberdade mais ampla” do que a relatada “por escritores não utópicos que lidam com a Grécia”. Para este antropólogo, assim como para seus colegas, segundo afirma, é seguro que os gregos podem ter o mérito de “reinventar” e “redescobrir” a liberdade, mas não o de a “inventar”, bem como o de a “descobrir”¹⁹.

Já nas “cidades gregas” da Antiguidade, afirma Whitehead, “a liberdade era puramente individual, nunca corporativa. Toda incorporação, religiosa ou secular, era comunitária ou patriarcal”²⁰.

Os profetas hebreus foram o “grupo mais bem-sucedido” do tempo que antecede o nascimento de Cristo. “Estimulados pelos males de seu tempo, exerceram a liberdade na expressão da intuição moral e serviram o caráter de *Jehovah* com os resultados de seus pensamentos”²¹. Muito deve a nossa civilização à virtude e às ações destes homens e mulheres, tão audazes e desassombrados que enfrentaram e afrontaram falsos profetas, exércitos e reis, pois, esclarecidos e fiéis às suas convicções, não temiam o passageiro. Eles e elas foram, em muito momentos, capazes de alterar o curso da história, no sentido da verdade, do amor e da justiça.

“Os transtornos mais espetaculares apenas substituem um conjunto de indivíduos por outro conjunto análogo; de modo que a história é principalmente uma mudança estéril de nomes. Mas os profetas hebreus realmente produziram uma alteração qualitativa decisiva e, o que é ainda mais raro, uma mudança para melhor; todavia, a concepção de liberdade nunca entrou no ponto de vista do *Jehovah* dos profetas”²².

Bertrand Russell dá-nos também uma perspectiva bastante interessante do que pode estar em causa quando falamos da aspiração natural a ter liberdade. Diz ele que:

“Todo homem deseja liberdade por seus próprios impulsos, mas os impulsos dos homens entram em conflito e, portanto, nem todos podem ser satisfeitos. Existem dois tipos de conflito entre os desejos dos homens. Em primeiro lugar, desejamos mais do que nosso quinhão de posses; isso pode ser alcançado, em teoria, decretando a igualdade de distribuição, como foi feito pela instituição da monogamia. Mas há um conflito mais essencial e profundamente enraizado devido ao amor ao poder: a maioria dos seres

¹⁸ Cf. Whitehead, “Aspects of Freedom”, 309.

¹⁹ Cf. Vilhjalmur Stejansson, “Was Liberty Invented?”, em *Freedom*, ed. Ruth, 268.

²⁰ Cf. Whitehead, “Aspects of Freedom”, 315.

²¹ Cf. Whitehead, 310.

²² Cf. Whitehead.

humanos, embora em graus muito variados, deseja controlar não apenas suas próprias vidas, mas também as vidas dos outros. A maioria das formas de controle sobre a vida dos outros diminui a liberdade daqueles que são controlados, mas alguns a aumentam”²³.

Por isso, quando falamos de liberdade devemos, antes de mais, perguntarmo-nos sobre o que estamos a falar, já que se nos ficássemos pela mera definição de termos, correríamos o risco de não passar de um mero “uso da palavra no presente contexto”. Este problema deve, pois, ser tratado no campo da “experiência humana universal”. Trata-se de “um problema da vida e não da linguagem”²⁴.

Ora, aqui fica o mote para o desenvolvimento deste tema, o “ter liberdade”.

2.1. O livre arbítrio

Existe a “liberdade essencial”, de sentido vertical, que se caracteriza por um “domínio da vontade humana sobre os seus atos próprios”, assim como sobre os atos de outras faculdades que a vontade humana pode submeter a si. E existe também a “liberdade eletiva”, esta de sentido horizontal, pois que, “consiste no poder de eleger entre as diversas alternativas”²⁵. Se quero ler e posso ler, tenho que escolher entre as possibilidades existentes. Leio o Novo Testamento ou um romance de ficção, ou nenhum destes? Se quero escrever, escrevo uma carta a um amigo ou um poema para a minha amada? Ou então não escrevo nada e vou apenas ouvir música. Mas música, ouço a *Pastoral*, a 6ª Sinfonia de Beethoven ou aquela da “chibinha que não sabe de quem é”? A multiplicidade de opções que se abrem diante do poder de eleição pode ser vastíssimo, principalmente quando as possibilidades são muitas e os constrangimentos poucos. Mas o “mero livre arbítrio, a mera liberdade de escolha tem apenas um carácter de liberdade inicial”²⁶. “Como propriedade da nossa potência volitiva a liberdade de arbítrio é o poder que a vontade tem de realizar os atos cuja execução não é forçosa”²⁷.

Quando se diz ser a vontade humana “essencialmente livre”, diz-se porque se entende que ela tem poder para se determinar “a si mesma”. Mas se a nossa “liberdade de

²³ Cf. Bertrand Russell, “Freedom and Government”, em *Freedom*, ed. Ruth, 239. Esta última frase da citação de Russell onde este considera o aumento de liberdade dos controladores estar relacionado com a diminuição da liberdade dos controlados é um assunto que mais adiante iremos aprofundar.

²⁴ John Macmurray, “Freedom is the Personal Nexus”. em *Freedom*, ed. Ruth, 176.

²⁵ Cf. Marcos F. Manzanedo, “La libertad Humana”, *Studium* Vol. XXXVIII, Fasc. 3 (1998): 404.

²⁶ Cf. Yves R. Simon, *Freedom and Community*, ed. Charles P. O’Donnell (New York: Fordham University Press, 1968), 6.

²⁷ Antonio Millán-Puelles, *El valor de la libertad* (Madrid: Rialp, D.L. 1995), 108.

eleição constitui certamente uma grande perfeição”, também é certo que ela pode eleger o que é mau ou o pior entre as possibilidades, precisamente por ter “os seus limites”²⁸.

Os filósofos defensores do “intelectualismo absoluto não conseguem entender a existência do livre-arbítrio”, porque acreditam que a inteligência precede a vontade e o que é mais, fazem-no como se esta fora “uma divindade à parte, que toca a vontade sem ser tocada por ela e sem receber dela nenhuma ação qualificadora”. Também “os empiristas puros não conseguem entender a existência do livre arbítrio”, dado que por valorizarem, “apenas sequências sensoriais, a ideia de causalidade exercida sobre um espírito por si só não tem significado para eles”²⁹. Também a psicanálise, ao revelar que “existem motivações inconscientes que o sujeito obedece sem conhecê-las”, põe em questão a existência do livre arbítrio, já que este “começa com o julgamento intelectual e a consciência. Na medida em que a motivação inconsciente nos faz agir automaticamente, não há questão de livre arbítrio”. Contudo, o que realmente importa neste último caso, como defende Maritain, não será a existência ou não das motivações inconscientes, mas sim, o saber se elas, na verdade, determinam necessariamente o agir, ou se, por outro lado, apenas estão a contribuir para ele.³⁰

Em geral, afirma Maritain,

“o livre arbítrio humano não exclui, mas pressupõe o vasto e complexo dinamismo de instintos, tendências, disposições psicofísicas, hábitos adquiridos e traços hereditários, e é no ponto mais alto em que esse dinamismo surge no mundo do espírito que a liberdade de escolha é exercida para dar ou reter eficácia decisiva às inclinações e impulsos da natureza. Daqui resulta que a liberdade, assim como a responsabilidade, é capaz de uma multiplicidade de graus dos quais o autor por estar só é juiz. Não resulta daí que a liberdade não exista - pelo contrário! Se admite graus, então existe”³¹.

Ouçamos o contributo de Santo Agostinho, que dedicou uma obra completa ao tema do livre arbítrio, a respeito deste assunto.

“As virtudes, pelas quais se vive com retidão, são grandes bens. E todo o tipo de beleza corporal, sem a qual se pode viver com retidão, são, efetivamente, bem médios. Das virtudes ninguém pode fazer mau uso. Dos demais, isto é, dos médios e dos ínfimos, cada um pode fazer, não só bom uso, mas também mau. E da virtude ninguém pode fazer mau uso porque a obra da virtude é o bom uso das realidades que também podemos não usar bem. Ora, ninguém que usa bem faz mau uso. Por isso é que a abundância e grandeza da bondade de Deus pôs à nossa disposição não só bens grandes, mas também médios e ínfimos. A sua bondade deve louvar-se mais nos grandes bens

²⁸ Cf. Manzanedo, *La libertad Humana*, 405.

²⁹ Cf. Jacques Maritain, “The Conquest of Freedom”, em *Freedom*, ed. Ruth, 211.

³⁰ Cf. Maritain, 212.

³¹ Cf. Maritain.

que nos médios, e mais nos médios do que nos ínfimos. Mas mais deve ser louvada por todos eles do que se os não tivesse dado todos”³².

Santo Agostinho fala-nos, claro está, de uma perspetiva crente, isto é, de alguém que acredita em Deus sobre todas as coisas e que é Ele o Criador e Dador de todas elas. Mas ainda que não acreditemos em Deus, todos podemos entender, à luz da razão, que há de facto realidades de valor absoluto e realidades de valor relativo.

Há realidades de elevadíssimo valor, como é a vida do ser humano ou, de outra natureza, as virtudes da bondade, da justiça, da verdade que, sendo invisíveis, são preciosísimas. Há realidades de valor menor, tais como uma ervinha que é vida, mas vegetal, ou um feijão que é vida vegetal em potência, ou um grão de areia que nem sequer tem vida, por ser um mineral. Mas como diz Santo Agostinho, todas as realidades contribuem, em sua medida, para dar mais beleza ao mundo e muito mais no seu conjunto. No entanto, se tivermos de escolher entre tudo, que sejamos sábios, simples e livres de escolher sempre o melhor.

A vontade, portanto, precisa do julgamento intelectual, pois é por ele que se determina e sem ele nada pode fazer. No entanto, “longe de ser uma função simples da inteligência”, “a vontade é uma energia espiritual original de capacidade infinita que controla a inteligência e os seus julgamentos na ordem da escolha prática” e faz o que julga ser o “melhor para o sujeito *aqui e agora*”³³. A este respeito, Maritain faz ainda uma referência bastante importante, para o dado de que, no espírito, está implicado “uma espécie de infinito”, e como tal, por causa dele, o seu desejo só pode satisfazer-se num “bem sem limites”, o que aponta naturalmente para o “desejo geral de felicidade”³⁴.

E o que Santo Agostinho nos tem a dizer sobre a felicidade sem limites é muito claro. “O ser humano possui a vida feliz quando a vontade, que é um bem médio, adere ao bem imutável e comum, que não é próprio, como é aquela Verdade que muito falámos sem nada dizer que dela seja digno”³⁵. Esta afirmação já nos indica dois pontos fulcrais deste trabalho, um e, por ordem crescente, é o da via que também aqui precisamos percorrer, que é a de que, a liberdade deve ser orientada a um fim. A vontade é livre, de por si mesma “aderir”, ou se quisermos, escolher o bem maior, quando pode escolher outro de menor valor. Só assim poderá vir a ser, com justiça, chamado de um ato sábio. Outro é aquele que nos recorda a palavra de Jesus que diz: “conhecereis a verdade e a verdade vos tornará livres” (Jo 8,32), o

³² Agostinho, *Diálogo sobre o Livre Arbítrio*, trad. e intr. Paula Oliveira e Silva, ed. Bilingue, (Lisboa: Casa da Moeda, 2001), 237.

³³ Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom”, 213.

³⁴ Cf. Maritain.

³⁵ Agostinho, *Diálogo sobre o Livre Arbítrio*, 239.

que também nos leva a supor que a liberdade de aderir ao bem maior que a inteligência procura, deverá coincidir com a alegria maior por conhecer a verdade. Assim, a alegria e a liberdade andam de mãos dadas, ou como diz alguém, são irmãs gêmeas.

“O que constitui o verdadeiro mistério do livre arbítrio, afirma Maritain, é que, embora essencialmente necessite de especificação intelectual, o exercício da vontade tem primazia sobre a última e mantém-na sob sua indeterminação ativa e dominante, porque somente a vontade pode lhe dar eficácia existencial”³⁶.

Daí que Macmurray afirme que “o dilema tradicional do livre arbítrio ou determinismo” que opõe um ao outro, “é inteiramente artificial”. Havendo “um determinismo rígido obtido no campo do comportamento humano” não haverá escolha, assim como também não haverá onde houver uma “rígida liberdade de vontade”, já que “as alternativas seriam igualmente abertas”³⁷. A questão que se coloca, segundo este autor, não será se “somos livres”, mas antes, o “quão livres somos”. Do mesmo modo quando questionamos: “temos liberdade de vontade?”, devemos antes perguntar: “em que condições temos mais liberdade de vontade?”³⁸. Assim, “a liberdade tem claramente alguma relação com nossos desejos, e nossos desejos têm suas raízes na mesma natureza das coisas que determina as possibilidades da nossa ação”³⁹.

Segundo Agostinho de Hipona, “a livre vontade, sem a qual ninguém pode viver sem retidão, é necessariamente um dom divino, e que mais se deve condenar aqueles que usam mal deste bem, do que afirmar que não no-lo deveria ter dado Aquele que no-lo deu”⁴⁰. Depois, há que perceber que o mal, tem a sua origem numa realidade boa. Mas como? Perguntamos nós. Ao que responde Agostinho, dizendo que realidade boa é o livre arbítrio, e esta “se caracteriza pela possibilidade de escolha. O mal é, por isso, uma possibilidade do ser”, ou seja, “a origem do mal é a tendência ao nada”⁴¹, “é a aversão, segundo Agostinho, da vontade livre ao bem imutável, e a sua conversão aos bens mutáveis”⁴². A perda da nossa liberdade acontece pois, quando em lugar de escolher o bem livremente, deixamo-nos seduzir por aquilo nos esvazia de ser, de honra e de dignidade. E “se todo o bem for completamente abolido, seguramente não restará um quase nada, mas absolutamente nada”⁴³.

³⁶ Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom”. 213.

³⁷ Cf. Macmurray, “Freedom is the Personal Nexus”, 176.

³⁸ Cf. Macmurray, 177.

³⁹ Cf. Macmurray, 178.

⁴⁰ Cf. Agostinho, *Diálogo sobre o Livre Arbítrio*, 235.

⁴¹ Cf. Agostinho, 40.

⁴² Agostinho, 241.

⁴³ Cf. Agostinho, 243.

Deste modo, podemos dizer que o livre arbítrio é “um poder de escolha que transcende toda necessidade, mesmo necessidade interior e todo determinismo”⁴⁴.

O livre arbítrio é essa liberdade da vontade enquanto possibilidade de eleição, mas “a ‘eleição’ é o ato que manifesta claramente a capacidade de autodeterminação da vontade ou a liberdade humana”⁴⁵. É a liberdade que nos dá grandeza e dignidade. “Ela não é um luxo, um extra, um supérfluo; ela é um dever, uma vocação, uma obrigação. Ser homem, é escolher, é ser livre, é querer ser livre, é escolher ser livre”⁴⁶. Não estivéssemos nós “dotados do livre arbítrio”, a lei moral de Kant “seria um triste e doloroso absurdo”⁴⁷. Pelo livre arbítrio somos livres de optar pelo melhor entre tudo, se gozamos de sabedoria para tal. E sabemos que a sabedoria atrai suavemente “o espírito do homem à busca e amor da verdade e do bem, e graças à qual ele é levado por meio das coisas visíveis até às invisíveis” (GS 15).

2.2. *Liberdade, um dom ou um bem a alcançar*

Numa perspectiva católica, e como vimos acima, defendida por Santo Agostinho, quando se fala de livre arbítrio, fala-se de um dom recebido de Deus. Um dom do qual podemos fazer um bom ou um mau uso, tal como, por exemplo, podemos fazer de uma mão um bom uso, ao ajudarmos a levantar alguém que está caído, ou então mau uso da mesma mão, quando, levados por um impulso ou um sentimento cego, a cerramos e esmurramos alguém. Ora, a responsabilidade do bom ou mau uso dos dons recebidos de Deus, não podem ser atribuídos a ninguém mais, senão àquele que os recebeu e faz uso deles como lhe apraz. Também, de um ponto de vista não crente e à luz da razão humana, cada ser humano, desde que esteja no pleno exercício das faculdades, é responsável pelos seus atos.

Comecemos, desde já, a lembrar que nenhum de nós escolheu existir,⁴⁸ escolheu o sexo com que nasceu, a estatura, as características do rosto ou de outras partes do corpo. Também não escolhemos os pais de quem nascemos, nem os nossos irmãos, a nossa terra ou o nosso país,⁴⁹ isto se os temos, porque também há quem nada disto tenha; nem família, nem terra, nem pátria. Somos condicionados pela saúde, pelo corpo, pela idade que, avançando nos vai tirando o vigor da juventude, e também pela inevitável morte. A juntar a estas e outras particularidades de ordem física, temos ainda as de ordem psicológica. Os que se encolerizam são escravos dos seus nervos, os medrosos das suas angústias, os gozadores dos seus instintos,

⁴⁴ Maritain, “The Conquest of Freedom, 215.

⁴⁵ Cf. Manzanedo, “La libertad Humana”: 405.

⁴⁶ Henri Boulad, *L’Anti Destin: L’Homme face à sa Liberté* (Paris: Presses de la Renaissance, 1999), 91.

⁴⁷ Júnior, A. D’Almeida Morais, *Filosofia da Liberdade: Ensaio* (Petrópolis: Vozes, 1947), 32.

⁴⁸ Embora tenha existido a crença, na Grécia Antiga, de que o corpo em que habitamos neste mundo teria sido uma escolha prévia da alma, como já foi dito aqui.

⁴⁹ Cf. Boulad, *L’Anti Destin*, 12-13.

os tímidos dos seus complexos, e o que mais poderíamos dizer! Diante de tudo isto, afigura-se-nos naturalmente que a possível liberdade “foi completamente submersa por um oceano de constrangimentos e determinismos”. Mas, atenção, que a percepção destas coisas não nos leve a concluir que a liberdade é apenas uma ilusão ou um mito, pois sem ela, “não há mais responsabilidade, não há mais humanidade, não há mais nada”⁵⁰.

Embora a liberdade não seja um valor absoluto, é fundamental para alimentarmos o sonho que em nós vive e que também somos. Sim, nós também somos sonho. De facto, “negar a liberdade seria negar o verdadeiro valor do homem e, pelo mesmo, o fundamento das relações humanas fundadas numa ordem ética e social”⁵¹. E não é verdade que uma criança se descobre livre, bem cedo, quando reivindica esse seu direito à liberdade, dizendo, não sim, mas “não”, pela primeira vez?⁵²

Como havemos nós, pois, de ser livres neste mundo de limites de ordem física, psicológica, legal, cultural, social, económica, afetiva, relacional? O melhor mesmo é não partilharmos da opinião de que, não se pode ser livre só “porque há imensas coisas que estamos impossibilitados de fazer”⁵³. Boulad tem um ponto de vista bastante interessante, de como superar constrangimentos e determinismos, que não podemos evitar. Este autor diz que “a verdadeira liberdade é a que inventa e cria a partir do que tem, do que é; a partir do real, a partir do dado”. E continua, “o homem é livre não apesar dos determinismos, mas através deles, com eles, graças a eles”. Ora, tal nos induz para uma particularidade da liberdade, o de ser, antes de mais, uma atitude interior, “fruto de um combate, de uma vitória”, pois, como diz, é vencendo obstáculos e ultrapassando dificuldades que “o homem se realiza e se concebe”⁵⁴. Assim, “a liberdade não está no começo, mas no fim do caminho”. Por ser “ato criador por excelência”, a liberdade “representa a grande conquista do homem”⁵⁵, sublinha Boulad.

O ser humano é um ser extraordinário que não se pode resumir às formas e “às necessidades da matéria”, pois sendo certo que ele é matéria, é “matéria unida à luz! E tudo o que nele foge da accidentalidade e do limite está nessa luz, nesse clarão permanente, nesse espírito que nós chamamos alma. Eis o homem!”⁵⁶. O que quer dizer que “toda a irrequieta atividade do homem, toda a sua ilimitação está no espírito”. Por isso, “erra quem procura

⁵⁰ Cf. Boulad, *L'Anti Destin*, 15-17.

⁵¹ Roberto Zavalloni, *La Libertad Personal: Según la Psicología de la Conducta Humana*, trad. J. Fábregas Camí (Madrid: Editorial Razon y Fe, 1959), 11.

⁵² Cf. Boulad, 99-100. Boulad refere aqui, a título de curiosidade, que a “idade do não” é por volta dos dois anos.

⁵³ Cf. Macmurray, “Freedom is the Personal Nexus”, 178.

⁵⁴ Cf. Boulad, *L'Anti Destin*, 25-29.

⁵⁵ Cf. Boulad, 32-33.

⁵⁶ Júnior, *Filosofia da Liberdade*, 7.

fragmentar a entidade humana ou quebra o elo espiritual que a prende ao Supremo Bem”⁵⁷. “Arrancar do homem o sentido espiritual é desencadear-lhe a tormenta dos instintos, é negar-lhe a elevação da própria liberdade”. Isto porque sendo a matéria “feita para o tempo”, a “sua extensão finita não se quadra com a inextensão da eternidade. E é nessa alma que foge do tempo que está a liberdade que não se curva às necessidades da matéria”⁵⁸. Aqui se começa a desenhar a resposta à pergunta: como havemos nós de ser livres, imersos em tantos limites, em tantas limitações? O espírito é como uma porta que, no beco sem saída das nossas múltiplas limitações, nos abre um mundo novo, belo, infinito e tem a força de transformar o modo de como vemos o mundo concreto e palpável.

“Duas verdades básicas devem ser observadas aqui. A primeira é que o ser humano, embora pessoa e, portanto, independente por ser um espírito, está, contudo, por natureza no mais baixo grau de perfeição e independência, porque é um espírito unido substancialmente à matéria e sujeito implacavelmente a uma condição corporal. Em segundo lugar, não importa quão miserável, quão pobre, quão escravizado e humilhado ele possa ser, as aspirações de personalidade nele permanecem invencíveis; e tendem, como tal, na vida de cada um de nós, como na vida da raça humana, à conquista da liberdade”⁵⁹.

A condição corpórea dos seres humanos faz com que as suas aspirações tendam “a uma relativa liberdade”, pois, segundo Maritain, “o peso da natureza material lhes inflige, desde o início, uma séria derrota, porque nenhum animal nasce mais nu e menos livre que o homem. A luta pela conquista da liberdade na ordem da vida social visa compensar essa derrota”. Muito interessante esta perspectiva de Maritain! “As aspirações sobrenaturais da pessoa”, continua ele, buscam a “liberdade pura e simples”, no entanto, esta liberdade só a Deus é presente. Contudo, “essa derrota não é irreparável se o vencedor desce em auxílio dos vencidos. O movimento para conquistar a liberdade na ordem da vida espiritual visa justamente compensar essa derrota”⁶⁰. Sublinhamos este movimento de descida do vencedor, pois que, é um movimento “libertador”, mais diremos, é o movimento libertador do Libertador. Nele, pois, nos debruçaremos mais adiante, na segunda parte deste trabalho.

Vai sendo cada vez mais evidente que todo o ser humano tem em si, dada a sua natureza e ao facto de ser pessoa,⁶¹ uma liberdade inata que se mantém, ainda que este possa

⁵⁷ Júnior, *Filosofia da Liberdade*, 8.

⁵⁸ Júnior, 16.

⁵⁹ Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom”, 216.

⁶⁰ Cf. Maritain, 216-217.

⁶¹ Pessoa é o nome que se dá à “dimensão transcendente ao mundo” do ser humano. Pela nossa materialidade e enquanto animais, somos imanentes ao mundo, seres que são no tempo e no espaço, mas enquanto pessoas, somos transcendentais ao mundo. Essa transcendência ao mundo, advêm-nos das potências que nos constituem (não dos atos! Isto é, do que podemos fazer e não do que fazemos). As potências é que são

ser humilhado e espezinhado ou se encontrar em extrema carência. Aquilo que ele é, é-o desde o princípio. Contudo, igualmente percebemos que o ser humano também se faz através das suas próprias escolhas, já que “o ato livre aperfeiçoa o sujeito que o faz e o lança para lá do que já é. A liberdade humana apresenta-se assim como a mediação entre o dado que a condiciona e uma espontaneidade que a faz possível”⁶².

Tal como um escultor quando toma um bloco de mármore para realizar uma obra de arte se aproxima do objetivo idealizado a cada pancada, a cada gesto de desgaste do bloco, se o faz, claro está, com empenho, talento, rigor e paciência, também o ser humano através dos seus pensamentos e ações, se torna mais ou menos livre, ou seja, se aproxima ou se afasta dessa liberdade “pura e simples”.

Escolher, portanto, também “é sacrificar”. O exemplo do escultor dá-nos uma noção disso mesmo. Quanta pedra e pó precisa de sair do bloco inicial até chegar à escultura final? Quanta matéria foi sacrificada para se obter a obra final? Ao contrário dos minerais, dos vegetais e dos animais, “o homem é fruto da sua liberdade e das suas escolhas. O que o faz homem, é a sua capacidade de dominar a sua natureza, de orientar os seus instintos, de escolher o seu caminho” e “se modelar. Está aqui a sua glória, sua honra, sua dignidade”⁶³, afirma Henri Boulad.

Só o ser humano “durante sua breve existência nesta terra, é livre para examinar, conhecer, criticar e criar. Nesta liberdade reside sua superioridade sobre as forças sem resistência que permeiam sua vida exterior”⁶⁴. “A liberdade é uma maravilhosa aventura de autocriação, de autorrealização, de autoengendramento”. A liberdade, portanto não se pode reduzir a uma escolha “entre A e B”, mas fundamentalmente “em se escolher, em se querer, em se realizar a si mesmo”⁶⁵, no fundo, em cumprir-se como ser humano, onde se inclui, em último caso, o ajudar os outros a cumprirem-se igualmente, no sentido de que cada um, por si mesmo, faça esse caminho livremente. E ajudar aqui, não se trata apenas de uma tarefa individual, mas pode e deve também ela ser coletiva.

Em todos os tempos houve e sempre haverá pessoas a ambicionar pela liberdade, a exigir liberdade e a lutar pela liberdade. E isso só acontece quando há uma noção mais ou

essenciais. São elas: a memória, a inteligência e a vontade. Pelas potências temos acesso aos “predicados do ser transcendente”, à Unidade, à Verdade e à Bondade. “A personalidade identifica-se com esta capacidade de se conhecer a si mesmo pela memória”, de procurar e conhecer a verdade, pela inteligência e procurar e querer o bem, pela vontade. Cf. José Carlos L. de Miranda, “Da Pena de Morte ao Direito à Pena. Uma Fundamentação da Indisponibilidade da Vida Humana”, em *Nos Cinquenta Anos da Abolição da Pena de Morte em Portugal*. Escola de Direito da Universidade do Minho (2018): 77-93.

⁶² Cf. Ramón Lucas Lucas, “Naturaleza Humana y Libertad Humana: Reflexión Antropológica en Torno al Pensamiento de José Ortega y Gasset”, *Revista Agustiniiana*, 38, nº 117 (1997): 1109.

⁶³ Cf. Boulad, *L'Anti Destin*, 108-111.

⁶⁴ Cf. Ruth Nanda Ashen, “Origin and Aim”, em *Freedom*, ed. Ruth Nanda Ashen, 1.

⁶⁵ Cf. Boulad, *L'Anti Destin*, 111.

menos clara daquilo que significa ser livre.⁶⁶ E porque tantas vezes a liberdade é tão maltratada, cria naqueles que são impedidos de gozar dela sentimentos de descontentamento, de inconformismo ou até de revolta, ao mesmo tempo que faz ganhar a percepção de que a alegria da liberdade é algo que se pode e deve alcançar pelo esforço humano, por vezes até com violência. Deste modo, “a luta pela liberdade é sempre uma luta contra a opressão”⁶⁷ daqueles que têm ambição ou desejo de poder e querem controlar a vida dos outros, como acima refere Bertrand Russel. No entanto, esta é uma porta que abrimos para um assunto que desenvolveremos em seguida, quando tratarmos da “liberdade situada”.

Importa agora considerar que “a liberdade, como a experimentamos, reside na adequação de nossos poderes, oportunidades e meios aos nossos propósitos” e quando assim não é, pode tornar-se uma ilusão. Quando somos objetivos em relação a alguma coisa, somos “no sentido de que nossas atividades de observação e pensamento ‘não fazem diferença’” para o objeto que estamos a tratar. Mas quando se trata de liberdade, não dizemos nesse sentido ao falar de objetividade, pois, a objetividade aqui, não é “uma propriedade ou caráter de qualquer coisa objetiva. A liberdade é uma modalidade de ação, e as ações não são contempladas, mas executadas”. Macmurray defende que a liberdade é formada por dois elementos que de certo modo se complementam, o objetivo e o subjetivo. Eles “são aspetos de uma e mesma realidade”, afirma. É comum atribuir-se à subjetividade um certo caráter ilusório, mas no caso da liberdade, ela “deve estar enraizada como uma experiência subjetiva na natureza objetiva das coisas”. A liberdade, pode então dizer-se, “é subjetivamente ilusória, se a ausência de restrições depender da ausência de ter desejos de fazer o que não se pode fazer. É objetivamente ilusória se o sentimento de liberdade depende de uma falsa crença em nosso poder para alcançar o que desejamos”⁶⁸.

“O ideal estoico de uma liberdade a ser alcançada ao livrar-se do desejo e ‘querer o que acontece’ é a apoteose da liberdade subjetivamente ilusória. O esforço de Kant para igualar liberdade e obrigação moral enquadra-se na mesma categoria. Desejos suprimidos não deixam de existir; eles são, na melhor das hipóteses, inativos na consciência. O tipo objetivo de liberdade ilusória é ainda mais comum”⁶⁹.

⁶⁶ Casos há, em que pessoas escravizadas ou espezinhadas uma vida inteira, se acomodam de tal maneira à suas circunstâncias que criam uma realidade para si, como se fora a única possível, sem sequer deixar abertura para a realidade, para uma nova realidade. E isso é tão antigo que a Alegoria da Caverna em *República* de Platão já é uma forma de tentar desmontar as resistências que vamos criando à verdadeira luz que é a verdade e em vez disso, despertar para ela. Harriet Tubman (1822-1913), uma americana negra, nascida “escrava” que posteriormente foi libertada e se tornou ativista, tem uma frase que se tornou famosa. Disse ela: “libertei mil escravos. Podia ter libertado outros mil se eles soubessem que eram escravos”. O acomodar-se às circunstâncias pode ser o grande inimigo da liberdade e muito mais quando não se vive à luz da verdade.

⁶⁷ Cf. Macmurray, “Freedom is the Personal Nexus”, 184.

⁶⁸ Cf. Macmurray, 178-180.

⁶⁹ Cf. Macmurray, 180.

Whitehead defende que “é a reconciliação da liberdade com a compulsão da verdade” que pode fazer uma pessoa presa, uma pessoa livre, se tem “como seu próprio discernimento supremo, a persuasão que habita a harmonia que é o auge da existência”⁷⁰. Portanto, a existência da “liberdade não pode ser provada, ela prova-se. Não é um objetivo dado: é uma experiência subjetiva e pessoal”⁷¹, que “não se prova a não ser vivendo”⁷².

Posto tudo isto, podemos considerar que a liberdade humana se constitui a partir de duas liberdades diferentes. Millán-Puelles fala mesmo em “divisão primordial da liberdade humana”, as quais são chamadas por si, e com certo sentido, de “liberdade inata” e “liberdade adquirida”. A “inata”, como o nome indica, é “própria do homem” e funda-se na sua racionalidade. “O homem é livre porque é racional”. E isto quer dizer simplesmente que a racionalidade constitui a raiz da liberdade.⁷³ Pois, como a racionalidade tem por faculdades, a vontade e o entendimento, o facto de a liberdade humana ser inata ao ser racional, deve-se a estas duas potências operativas que só o são porque operam livremente.⁷⁴ A “liberdade adquirida”, por outro lado, indica que “unicamente por aquisição é possível ter essa liberdade”⁷⁵, ou seja, é um bem a alcançar e que pode também não ser alcançado. E aqui se inclui aquela liberdade que se encontra no título deste trabalho, sendo o desejo dela que nos move nesta tarefa e para a qual conflui esta corrente, como um rio que corre para o mar. Falamos naturalmente da liberdade dos “filhos de Deus”.

Então, existe “uma falsa conquista da liberdade que é ilusória e homicida”. E “existe uma verdadeira conquista da liberdade que fornece verdade e vida à humanidade”. Daí ser absolutamente essencial não afrouxarmos, no trabalho de “distinguir verdades de erros”⁷⁶, pois o amor à verdade também nos faz livres e é por ele até, acreditamos, que “o progresso da liberdade está presente em toda parte na natureza humana”⁷⁷. Logo, no dia a dia da conquista ou preservação da liberdade, exige-se uma luta contínua contra a falsidade e a mentira e, portanto, em favor da verdade,⁷⁸ já que a inteligência procura a verdade.

Para terminar este ponto, e em jeito de conclusão, dizemos com Maritain que,

“O homem não nasce livre a não ser nas potências básicas de seu ser: ele se torna livre, guerreando consigo mesmo e graças a muitas tristezas; pela luta do espírito e da virtude; exercitando sua liberdade, ele ganha sua liberdade. Para que, finalmente, lhe seja dada

⁷⁰ Cf. Whitehead, “Aspects of Freedom”, 328

⁷¹ Cf. Boulad, *L'Anti Destin*, 19.

⁷² Cf. Boulad, 20.

⁷³ Cf. Millán-Puelles, *El valor de la libertad*, 43-46.

⁷⁴ Cf. Millán-Puelles, 63.

⁷⁵ Cf. Millán-Puelles, 43.

⁷⁶ Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom”, 217.

⁷⁷ Cf. Felix Bernstein, “The Balance of Progress of Freedom in History”, em *Freedom*, ed. Ruth, 49.

⁷⁸ Cf. Simon, *Freedom and Community*, 4.

uma liberdade melhor do que ele esperava. Do começo ao fim, é a verdade que o liberta”⁷⁹.

2.3. *A liberdade humana é situada*

“Deus só é livre, verdadeiramente livre, absolutamente livre. Quanto a nós, nós somos ‘em situação’”⁸⁰. Logo, “a nossa existência concreta desenvolve-se sempre no interior de grupos humanos determinados”⁸¹. O que quer dizer que toda a pessoa nasce num contexto próprio, seja ele familiar, geográfico, cultural, socioeconómico, histórico, etc., contexto que não é escolhido, nem criado, mas sim dado. Isto revela limites na liberdade humana que a condicionam e a colocam tantas vezes sob constrangimentos exteriores. Logo, “a liberdade humana nunca é pura. Ela é ‘situada’, ‘condicionada’ no princípio por um ‘dado’ que a penetra”⁸². Ela é, pois, “penetrada de historicidade”⁸³.

Como seres imanescentes que somos, a nossa liberdade tem, assim, de estar inserida no real e no concreto. Vivemos e movemo-nos no tempo e no espaço. Somos um corpo individual. Cada um de nós é um ser único, irrepitível, mas ao mesmo tempo, um corpo coletivo, pois o que somos, somo-lo na relação de uns com os outros. O que significa que, na grande família humana, estamos, numa certa medida, todos ligados uns aos outros, independentemente da consciência de cada um dessa ligação. Podemos acrescentar então que a liberdade humana é não só condicionada pelos aspetos temporal e espacial, mas também pelo relacional. Ou seja, “ela está presa no *hic et nunc* e situada num nível de experiência existencial”⁸⁴. Então, não é possível ficarmo-nos numa estrutura individualista da liberdade, já que os “seres humanos são seres socialmente incorporados”⁸⁵.

Consequentemente, o ser humano para ser livre “precisa dos condicionamentos prévios”, porque a nossa liberdade é uma liberdade sob condição. “Sem o estímulo das situações impostas, a liberdade seria uma liberdade não interpelada, não responsável; pura e simplesmente não seria”⁸⁶. O ser humano é, portanto, “um animal social e a liberdade humana só pode ser liberdade em sociedade, isto é, liberdade para agir como um ser social”.

⁷⁹ Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom”, 218.

⁸⁰ Cf. Boulad, *L’Anti Destin*, p.28.

⁸¹ Cf. Niel, “La Recherche de la Liberté” *Cahiers D’Etudes Biologiques* 11-12 (1963): 119.

⁸² Cf. Sottiaux, Edgard, *Situation de la Liberté Humaine* (Bruxelles: La Pensée Catholique, 1953), 181.

⁸³ Cf. Sottiaux, 29. Belíssima esta frase! De facto, quando entramos no mundo, já há toda uma história que nos antecede e nos vai atravessando à medida que crescemos e a vamos assumindo como nossa também. Aquilo que somos é anterior à nossa existência, concretiza-se na nossa existência e perdura para além da nossa existência. Será com certeza bom perguntarmo-nos, portanto, de onde vêm estas raízes? Onde encontramos a sua fonte, a sua origem? Origem-Liberdade-Destino, poderão coincidir?

⁸⁴ Cf. Boulad, *L’Anti Destin*, 19.

⁸⁵ Cf. Yildiz Silier, *Freedom: Political, Metaphysical, Negative and Positive* (Oxon e New York: Routledge, 2005), 167.

⁸⁶ Cf. Juan L. Ruiz de la Peña, *Imagem de Dios: Antropología Teológica Fundamental*, 5ª edición (Santander: Sal Terrae, 1988), 190-191.

Engraçado que os gregos tinham uma palavra para dizer aqueles que usavam a liberdade, para voltar as costas ao são convívio com os outros e à vida social. Essa palavra era ἰδιότης⁸⁷ (idiôtês), que é a palavra que deu origem à palavra *idiota*, na língua portuguesa. Idiota será então, no sentido etimológico da palavra em grego, aquilo que nos dias de hoje apelidamos de o/a “antissocial”.

No entanto, convém lembrar, antes de avançarmos, que há condicionamentos que são doentios e nefastos. Pois podem ser consideradas formas de escravatura, de cativo, de sujeição, impostas por uma determinada mentalidade, cultura ou ideologia dominante, fruto de crenças e tradições sem fundamento ou até de ambições e caprichos de uns poucos, que nada mais fazem que reduzir, desfigurar e aniquilar o “outro” - ser humano - na sua dignidade, na sua singularidade e na sua identidade.⁸⁸ Pensemos simplesmente em dois casos bem comuns, entre nós. Uma criança de uma família “patriarcal”, onde os “castigos corporais” são praticados com frequência e arbitrariedade. Poderá ela gozar de plena alegria e liberdade?⁸⁹ Não estará o medo da punição a pairar frequentemente sobre o seu espírito? Ou então a discriminação das mulheres, em relação aos homens, seja nos salários, ou no acesso a cargos de relevo e de decisão na sociedade. Embora pouco a pouco as coisas estejam a mudar, demoram demasiado tempo, pois têm na base uma cultura profundamente enraizada. Sabemos que “existem diferenças de acordo com o sexo e a idade, mas essas são tão profundamente incorporadas no padrão cultural que, no curso da vida cotidiana, raramente são sentidas como restrições da liberdade”⁹⁰.

Estas são algumas situações em que a gravidade, pela injustiça, salta à vista, mas vale a pena ouvir um excerto de um escrito de Agostinho da Silva, a partir de seu olhar fino e atento de realidades que, normalmente escapam aos mais distraídos, e onde o melhor do ser humano, a dignidade e a liberdade, são postas em causa. Diz ele:

“Mas, para outras formas de escravatura, os nossos olhos encontram-se inteiramente fechados; a nossa desculpa é que são formas mais subtis, mais continuadas e por assim dizer mais naturais de escravatura. Por exemplo, a das crianças, obrigadas a viver num

⁸⁷ Cf. J.B.S. Haldane, “A Comparative Study of Freedom”, em *Freedom*, ed. Ruth, 116-118.

⁸⁸ Por todo o mundo existem casos verdadeiramente gritantes. São alguns exemplos disto: as meninas, que em algumas culturas, ainda crianças, são obrigadas, pelos pais e família, a casar com adultos (que nunca viram, a não ser no dia do casamento), privadas, portanto, de qualquer direito de escolha. Mulheres condenadas pela própria família, por se apaixonarem por alguém que estes não aceitam, manchando ou envergonhando o “nome da família”. As sociedades de castas na Índia, que limitam logo à nascença a virtude e o mérito dos membros das castas inferiores. O trabalho infantil por todo o mundo que impede as crianças de o serem. A crença, muito propagada em África, de que partes do corpo dos albinos podem dar sorte e poder, aos que as possuírem, levando amiúde, quando não a amputações e mortes daqueles, a uma vida angustiante e sob o temor da morte. E podíamos escrever páginas de situações gritantes por todo o mundo se esse fosse o objetivo deste trabalho.

⁸⁹ Cf. Haldane, “A Comparative Study of Freedom”, 116.

⁹⁰ Cf. Boas, “Liberty Among Primitive People”, 52.

mundo inteiramente construído para adultos e por eles inteiramente dirigido, o que explica que toda a fantasia, a liberdade de criação, a capacidade de atenção e a íntima delicadeza das crianças quase que inteiramente venham a desaparecer no adulto; por exemplo, a das mulheres adstritas a um trabalho doméstico que infinitamente e monotonamente recomeça, como se a sua única missão na vida fosse a de ter comida e alojamento prontos para um exército de trabalhadores; por exemplo, e ainda é talvez a mais grave, a escravatura a uma especialização exigida, por critérios de utilidade social, de homens, de seres humanos, criados para a infinita liberdade da totalidade das tarefas, para serem, dentro de seus limites de espaço e de tempo, a fiel imagem, e a adoradora imagem, da força, da possibilidade, da apetência infinita que os gerou”⁹¹.

Chegados aqui, é importante lembrarmos as duas concepções de liberdade abordadas no início deste trabalho - a liberdade negativa e a liberdade positiva -, visto que até ao início deste ponto, caminhamos essencialmente pelo campo negativo, isto é, pelo campo subjetivo do tema e agora estamos a debruçar-nos sobre o aspeto mais objetivo, o positivo.

Ora, “enquanto a visão negativa toma a liberdade como natural, como algo a ser protegido contra a intervenção de outros”, ou seja, é “ponto de partida”, a visão positiva considera a liberdade como uma conquista social e histórica” e, portanto, neste último caso, ela será um “objetivo” a alcançar.⁹²

Olhando um pouco para trás, a fim de obtermos uma melhor perceção do problema, saibamos que,

“as raízes da concepção positiva de liberdade podem ser estendidas de volta aos filósofos gregos antigos, como Aristóteles, que concebem os seres humanos como ‘animais políticos’, exigindo um ambiente social satisfatório para realizar suas potencialidades e tornarem-se seres humanos completos. As raízes modernas da concepção positiva de liberdade residem na noção de autonomia de Kant, que enfatiza a capacidade distintamente humana de autodeterminação racional”⁹³.

A liberdade é, portanto, “algo mais do que ser capaz de fazer o que se deseja, tanto quanto as leis da natureza permitem”⁹⁴, até porque e para além disso, “uma lei, seja física, social ou moral - toda lei – é”, de certo modo, “um comando”. É que “há uma certa ordem da natureza que encontra expressão nas leis: presume-se que os factos ‘obedecem’ a essas leis, de modo a se conformarem com essa ordem”⁹⁵.

É necessário encontrar a harmonia e o equilíbrio que nos permita viver de uma forma sã, sóbria e sábia, não só uns com os outros, mas também com a própria natureza. Melhor, com toda a criação. Embora sejamos, espécie humana, uma ínfima parte, no inteiro Universo,

⁹¹ Agostinho da Silva, *Textos e Ensaios Filosóficos II* (Lisboa: Âncora, 1999), 20.

⁹² Cf. Silier, “Freedom”, 166.

⁹³ Cf. Silier.

⁹⁴ Cf. Haldane, “A Comparative Study of Freedom”, 99.

⁹⁵ Henry Bergson, “Freedom and Obligation”, em *Freedom*, ed. Ruth, 27.

somos a mais dotada da Terra e por isso, aquela que deve assumir a responsabilidade, em boa parte, por este milagre que é o nosso planeta e a vida que nele existe, assim como pelo uso sustentável dos seus recursos, tendo em conta as gerações futuras. Para que a vida aqui não seja uma selvajaria - pior do que o que já é - é que são necessárias um conjunto de leis positivas e morais, bem como regras e normas, que nos proporcionem, ao respeitarmo-las, ganhos de justiça e liberdade para todos e não apenas para os mais fortes, que essa é a norma que impera na selva da animalidade, e que apesar de também estar presente em nós, a animalidade, esperamos que não impere e valores mais altos em nós se levantem.

Pensemos que para conduzir uma viatura numa estrada pública é necessária uma licença de condução, um código da estrada e uma autoridade para o fazer cumprir. Sabendo que num país, como Portugal, todos os condutores, obedecendo ao código da estrada, obrigatoriamente conduzem pela via da direita, quem o faz, fá-lo, com a certeza de que quem vem de frente, seguirá pela sua direita também e deixará a via da esquerda para os que circulam em sentido contrário. Se pensarmos que as regras e o seu cumprimento permitem-nos circular mais rápido e com mais confiança e segurança, percebemos também que todos ficam a ganhar ao cumprir. Ou seja, “muitas restrições legais à liberdade são o resultado inevitável de ganhos tecnológicos na liberdade”⁹⁶. Neste caso ganhamos mais liberdade com a mobilidade, mas dentro de um conjunto de regras que têm sobretudo o objetivo de proteger todos os que usufruem desta possibilidade e deste meio.

Daí que ao longo dos séculos haja uma necessidade premente “para estabelecer o estado de direito, diferentemente dos atos deliberados, irregulares e descontrolados de pura força” exercidos por quem quer que seja, sejam governantes, foras de lei, pessoas de poder, multidões, mas também familiares, ou simplesmente gente mal-intencionada. Ou seja, enquanto por um lado temos, não só, “a proteção contra o poder arbitrário do governo e das pessoas”, mas também “o gozo de direitos pertencentes aos seres humanos concebidos como algo mais do que os animais do campo”, por outro, “existe um vasto conjunto de leis, costumes e práticas que salvaguardam a liberdade, isto é, a emancipação das pessoas da escravidão” e dos poderes arbitrários dos governos.⁹⁷ Ainda que haja sempre “subtilezas” que, a malha da lei não retém, ou por ser curta ou larga demais, tal como vimos nos exemplos referidos acima por Agostinho da Silva.

Daí que se conclua que também, e principalmente neste campo da positividade, a liberdade não seja estática, pois precisa de se adaptar à evolução constante do mundo. Na

⁹⁶ Cf. Haldane, “A Comparative Study of Freedom”, 99.

⁹⁷ Cf. Beard, “Freedom in Political Thought”, 8.

verdade, “ela está sempre a encontrar novos campos”⁹⁸, pois a liberdade acompanha a vida e, “a vida é um gerúndio e não um participio: um *faciendum* e não um *factum*”⁹⁹.

“É evidente que a liberdade absoluta é um ideal que não pode ser realizado na nossa vida social e política”, já deixamos entrever na abertura deste ponto. “Mas todos os homens de boa vontade devem procurar guardar os esforços da humanidade para realizar esse ideal em medida cada vez maior”¹⁰⁰.

Segundo Macmurray, “o que destrói a liberdade é a vontade de poder. Onde um homem busca poder sobre os outros, onde uma classe ou nação busca domínio sobre as outras, a negação da igualdade envolvida cria restrições e limita a liberdade”. Daí que se conclua que a liberdade para ser “restaurada ou aumentada” terá que o ser pela “superação do desejo de poder”¹⁰¹. A partir daqui, já se começam a esboçar as implicações que têm as nossas atitudes e o modo como nos relacionamos uns com os outros e com o mundo para que a liberdade aqui não seja apenas uma hipótese, mas uma realização, naquilo que de nós depende. Esta ânsia, diga-se, primária e irrefletida, de nos querermos sobrepor aos outros é um contrassenso à liberdade, porque aquele que se exalta já perdeu a liberdade com a cedência à rivalidade e à disputa e depois porque desvirtua a dignidade do outro¹⁰².

Não se pode dizer que haja propriamente uma “técnica para alcançar a liberdade”. E “o campo em que a liberdade deve ser conquistada ou perdida não é o campo da economia ou da política, dos comités e das regras. É antes o campo que até agora tem sido o domínio indiscutível da religião”, defende Macmurray. A verdade é que quando os seres humanos, em qualquer tempo, deixam de lado a religião sem “reconhecer a necessidade de colocar algo em seu lugar”¹⁰³, o que acontece em seguida é que se abre as portas para o aparecimento e crescimento da tirania. O facto de percebermos todos isto, pode ajudar-nos “a voltar à saúde para reconhecer o distúrbio do qual sofremos”¹⁰⁴.

Ao longo da nossa história, muitos erros têm sido cometidos. Muitas vezes, o que é apenas a raiz de um problema, afigura-se-nos como uma descoberta inovadora, uma ideia

⁹⁸ Cf. Haldane, “A Comparative Study of Freedom”, 117.

⁹⁹ Lucas, “Naturaleza Humana y Libertad Humana”, 1105.

¹⁰⁰ Cf. Einstein, Albert, “Freedom and Science”, em *Freedom*, ed. Ruth, 92.

¹⁰¹ Cf. Macmurray, “Freedom is the Personal Nexus”, 193.

¹⁰² Aqui já começamos a perceber que o aumento da “liberdade” dos controladores à medida que a dos controlados diminui, de que fala Russell (nota 23), se trata mais de uma dominação do espaço pela força do poder, ou seja, uma liberdade satisfeita na própria vontade. Quando há verdadeira liberdade, o outro é alguém que me acrescenta e portanto, deve ser considerado e respeitado na sua dignidade, como pessoa e não ser apenas um “objeto” do qual disponho para meu uso pessoal. É, pois, alguém que possibilita também a minha liberdade.

¹⁰³ Macmurray fala do vazio deixado pela “ausência de Deus” que não é mais que um virar as costas ao Divino, por parte do Homem. Mas o problema, no nosso entender, persiste e até se agrava, quando se coloca “algo em seu lugar”, pois isso é o resultado do endeusamento de pessoas, partidos, nações, ideologias, dinheiro ou, uma vaca que seja. Portanto, é resultado da idolatria, e isso tem como consequência a desumanização do ser humano, a deterioração do ser com o Outro e com os outros.

¹⁰⁴ Cf. Macmurray, “Freedom is the Personal Nexus”, 193.

sedutora até e a partir daqui a dimensão do erro aumenta com o número dos que se deixam por seduzir por ele. Jacques Maritain diz que:

“a falsa emancipação política (a falsa cidade dos direitos humanos) tem como princípio a conceção ‘antropocêntrica’ que Rousseau e Kant criaram da autonomia da pessoa. De acordo com eles o homem só é livre se obedecer a si mesmo, e for constituído pelo direito da natureza em tal estado de liberdade (que Rousseau considerou perdido pelo facto da corrupção estar envolvida na vida social e que Kant relegou para o mundo numenal). Numa palavra, esta é a divinização do indivíduo. A sua consequência lógica na ordem política e social é tripla: em primeiro lugar, ateísmo prático da sociedade (pois não há lugar para dois deuses no mundo, e se o indivíduo é praticamente deus, Deus não é mais Deus, exceto talvez de maneira decorativa e de uso privado. Em segundo lugar, o desaparecimento teórico e prático da ideia do bem comum. Em terceiro lugar o desaparecimento teórico e prático da ideia de governante e da ideia de autoridade falsamente considerada incompatível com a liberdade” (...). “Em virtude de uma inevitável dialética interna, essa divinização social do indivíduo, inaugurada pelo liberalismo burguês, leva à divinização social do Estado e da massa anónima encarnada em um líder que não é mais um governante normal, mas uma espécie de monstro desumano cuja onipotência é baseada em mitos e mentiras. Ao mesmo tempo, o liberalismo burguês abre caminho para o totalitarismo revolucionário, comunista ou racista, e para a escravidão geral”¹⁰⁵.

Muito esclarecedoras estas palavras que não têm nada de inocentes. Elas são de alguém atento, vigilante e que sabe que ideias, noções, conceitos e teorias, fundadas no erro, ainda que aparentemente inocentes - neste caso, uma proposta de uma espécie de liberdade autónoma do ser humano, onde ele chega por si mesmo - podem ter consequências desastrosas para a vida e a liberdade das pessoas, como foram os casos das várias formas de totalitarismo vividos no séc. XX e que começamos a ver despontar em novas raízes, um pouco por todo o mundo. Saibamos que nada disto é novo e recordemos com Bertrand Russell que,

“O primeiro passo em um movimento fascista é a combinação sob um líder enérgico de vários homens que possuem mais do que a parcela média de tempo livre, brutalidade e estupidez. O próximo passo é fascinar os tolos e amordaçar o inteligente, por excitação emocional, por um lado, e terrorismo, por outro. Essa técnica é tão antiga

¹⁰⁵ Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom, 220. Hannah Arendt, na obra aqui citada, a este respeito afirma: “A declaração dos Direitos do Homem, no final do século XVIII, foi um marco decisivo na história. Significava que, doravante, o Homem e não o comando de Deus nem os costumes ou a história, seria a fonte da lei. Independentemente dos privilégios que a história havia concedido a certas camadas da sociedade ou a certas nações, a declaração era ao mesmo tempo a demonstração de que o Homem se libertava de toda a espécie de tutela e o prenúncio de que já havia atingido a maioridade. (...) Como se afirmava que os Direitos do Homem eram inalienáveis, irredutíveis e indeduzíveis de outros direitos ou leis, não se invocava nenhuma autoridade para estabelecê-los; o próprio Homem seria a origem e o seu objetivo último” (Arendt, *As Origens do Totalitarismo*, 385).

Sobre este assunto, Hannah Arendt afirma: “Aqui, nos problemas da realidade concreta, confrontamo-nos com uma das mais antigas perplexidades da Filosofia Política, (...) mas que, há muito tempo atrás, levou Platão a dizer: ‘Não o Homem, mas um Deus, deve ser a medida de todas as coisas’” (Arendt, *As Origens do Totalitarismo*, 397).

quanto as colinas; era praticada em quase todas as cidades gregas, e os modernos apenas aumentaram sua escala”¹⁰⁶.

Quando estes sistemas de governo são implantados, as pessoas são fortemente limitadas no exercício da sua liberdade,¹⁰⁷ o que quer dizer que, mesmo “a expressão de opiniões e afirmações sobre assuntos gerais e particulares do conhecimento” podem trazer grandes “perigos ou sérias desvantagens para quem as expressa”¹⁰⁸. As perdas são enormes, pois a liberdade de opinião é essencial, já que “é uma condição necessária de todo o progresso intelectual, moral, político, e social”¹⁰⁹.

Contudo, isto a suceder, não é de longe o pior. Hannah Arendt mexe num ponto crucial do ser humano, a perda ou a aniquilamento do sentido de pertença de uma pessoa a uma comunidade. Diz que,

“A calamidade dos que não têm direitos não decorre do facto de terem sido privados da vida, da liberdade ou da procura da felicidade, nem da igualdade perante a lei ou da liberdade de opinião – fórmulas que se destinavam a resolver problemas dentro de certas comunidades – mas ao facto de já não pertencerem a qualquer comunidade. A sua situação angustiante não resulta do facto de não serem iguais perante a lei, mas sim de não existirem mais leis para eles; não de serem oprimidos, mas de não haver ninguém que se interesse por eles nem que seja para oprimi-los. Só no último estágio de um longo processo é que o direito à vida é ameaçado; se permanecerem absolutamente ‘supérfluos’, se não se puder encontrar ninguém para ‘reclamá-los’ é que suas vidas podem correr perigo. Os próprios nazis começaram a sua exterminação dos judeus privando-os, primeiro, de toda a condição legal (isto é, da condição de cidadãos de segunda classe) e separando-os do mundo para os juntar em guetos e campos de concentração; e, antes de acionarem as câmaras de gás, haviam percebido antes e verificado, para sua satisfação, que nenhum país reclamava aquela gente. O importante é que se criou uma condição de completa privação de direitos antes que o direito à vida fosse ameaçado”¹¹⁰.

¹⁰⁶ Cf. Russell, “Freedom and Government”, 232-233. O autor aponta este modo de operar ao fascismo, talvez pela proximidade deste escrito aos acontecimentos que resultaram na Segunda Grande Guerra (ele viveu entre 1872 e 1970) mas é evidente que, e até pelas suas palavras, que se trata de um *modus operandi* bem antigo e também extensível a outras formas de autoritarismo. É importante termos a noção bem presente que estas coisas não são um assunto arrumado no passado e que se repetirão se não estivermos atentos. Elas têm sim tendência a voltar e em formas mais dissimuladas e mais requintadas de malvadez.

¹⁰⁷ A este respeito, Bertrand Russel, no artigo aqui citado, escreve sobre uns factos que tinham acontecido, havia fazia pouco tempo à data e são exemplos de povos subjugados por outros, sofrendo injustiças que bradam aos céus e que vale bem a pena recordar. Dizia ele: “nos nossos dias, judeus na Alemanha, cúlaques na Rússia e nacionalistas na Índia, foram punidos pelo executivo sem apelo aos tribunais e, portanto, sem prova de criminalidade” (Russell, “Freedom and Government”, 230).

¹⁰⁸ Cf. Einstein, “Freedom and Science”, 92.

¹⁰⁹ Cf. Russell, “Freedom and Government”, 236.

¹¹⁰ Arendt, *As Origens do Totalitarismo*, 392. Ainda aqui podemos ler que “a privação fundamental dos direitos humanos manifesta-se, primeiro e acima de tudo, na privação de um lugar no mundo que torne a opinião significativa e a ação eficaz. Algo mais fundamental do que a liberdade e a justiça, que são os direitos do cidadão, está em jogo quando deixa de ser natural que um homem pertença à comunidade em que nasceu e quando o não pertencer a ela não é um ato da sua livre escolha ou quando está numa situação em que, a não ser que cometa um crime, receberá um tratamento independente do que faça ou deixe de fazer” (Arendt, 393).

Nunca como hoje, estes acontecimentos passados, de ataque à dignidade e à liberdade humana fazem sentido ser lembrados porque os perigos de voltarem sob novas e sedutoras formas são evidentes e prosperam um pouco por todo o mundo. E continua a autora:

“Assim, a calamidade que se vem abatendo sobre um número cada vez maior de pessoas, não é a perda de direitos específicos, mas a perda de uma comunidade disposta e capaz de garantir quaisquer direitos. O Homem pode perder todos os chamados ‘direitos do Homem’ sem perder a sua qualidade essencial de Homem, a sua dignidade humana. Só a perda da própria comunidade é que o expulsa da Humanidade.”¹¹¹

Daí que, para assegurar as condições necessárias para a liberdade individual, seja preciso um governo que a respeite e promova, sabendo desde logo que, apenas isso não será suficiente¹¹² porque este bem deve estar presente na consciência coletiva, como uma raiz cultural que um povo, ou uma nação, preserva. E dizemos isto porque “o progresso na liberdade” que não esteja bem “ancorado na cultura do povo” sujeita-se ao fracasso. O caminho é “a remoção gradual de barreiras e restrições, uma após a outra, com a plena conservação de todos os ganhos já obtidos”. De facto, este caminho é longo, com avanços e recuos, mas “o progresso da liberdade está presente em toda parte na natureza humana”¹¹³.
Pois,

“Todas as culturas estão em um estado de fluxo, lento entre os grupos primitivos, rápido quando a diferenciação atinge um grau mais alto. Qualquer que seja o estímulo que traga mudanças, ele só se pode manifestar através dos pensamentos e ações de indivíduos cujos conceitos se desviam da norma cultural do seu tempo. Nesse sentido, eles são livres, na medida em que modificam as formas existentes. Quando não há forças exteriores a quebrar a continuidade da vida tribal, as mudanças são geralmente leves. Não é assim quando a vida das pessoas sofre mudanças violentas”¹¹⁴.

E é verdade que “no trabalho obscuro produzido no coração dos homens e em sua história encontramos um tesouro de aspirações, esforços, e empreendimento social obtido às vezes ao preço de heroicos sacrifícios e originalmente direcionados à conquista de liberdade”¹¹⁵. Sócrates, o filósofo grego e Paulo de Tarso, Apóstolo de Jesus Cristo, foram mártires ambos. “Sócrates morreu porque suas opiniões especulativas eram consideradas subversivas da vida comunitária”. Já no caso de Paulo, “é difícil acreditar que os agentes de Cláudio, Nero ou Galba estivessem mais preocupados com “as suas opiniões especulativas”,

¹¹¹ Arendt, *As Origens do Totalitarismo*, 394-395.

¹¹² Cf. Russell, *Freedom and Government*, 244.

¹¹³ Cf. Bernstein, Felix, “The balance of Progress”, 46-49.

¹¹⁴ Cf. Boas, “Liberty Among Primitive People”, 54.

¹¹⁵ Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom”, 219.

“do que com os caminhos de Deus para o homem”¹¹⁶. Estes dois vultos da Humanidade, embora de diferentes modos, são outros dois grandes exemplos do que se pode fazer para se defender aquilo em que se acredita. Ambos pagaram com a vida a firmeza das suas convicções. Num passado mais recente tivemos o Gandhi que, adotando o princípio da não violência, libertou a Índia do poder opressor dos ingleses. Nelson Mandela também, com uma atitude pacificadora, integradora e inclusiva venceu, na África do Sul, a guerra sem fim à vista, contra o apartheid. Martin Luther King, que pagou com a vida a sua ousadia em lutar pela igualdade de direitos dos negros nos Estados Unidos da América, e isto só para lembrar alguns da segunda metade do século passado.

Quando estamos perfeitamente integrados ou acomodados à nossa cultura, fica mais difícil termos conhecimento e sentirmos as suas limitações. Por isso e nestes casos, podemos ser levados a acreditar que temos liberdade. Deste modo, “somos livres na medida em que as limitações de nossa cultura não nos pressionam; não somos livres quando tomamos consciência dessas limitações e não estamos mais dispostos a submeter-nos a elas”¹¹⁷. Mas, em último caso, poderemos ter a consciência dessas limitações e aprendermos a conviver com elas sem nos submetermos a elas, exatamente por se tratarem de uma liberdade circunstancial, preferindo a esta, aquela que é universal. Isso dar-nos-á um sentido crítico e um inconformismo, em relação às atitudes e aos modos de ver a realidade dentro de uma forma enraizadamente tradicionalista e, portanto, profundamente limitadora.

Sendo a pessoa humana um “espírito encarnado”¹¹⁸,

“a encarnação exige que, para se realizar a si mesmo, o homem deva criar uma cultura humana; cada tentativa nesta linha é sempre parcial e limitada. Nenhuma das expressões culturais concretas realiza perfeitamente a riqueza do homem. A realização humana far-se-á partindo das realizações já feitas, para contruir outras. A civilização alcança-se nesta relação dinâmica com a natureza e assim se constrói a história”¹¹⁹.

Assim, o ser humano deverá também conquistar a liberdade “na ordem política e social”, passo a passo, “tornando-se, sob determinadas condições históricas, o mais independente possível das restrições da natureza material”. Se por um lado, o ser humano “deve à sociedade o que é” e, portanto, “faz parte da sociedade como um todo maior e melhor”, por outro, “na medida em que é feito para Deus e para a vida eterna”, ele “eleva-se

¹¹⁶ Cf. Whitehead, “Aspects of Freedom”, 315.

¹¹⁷ Cf. Boas, “Liberty Among Primitive People”, 55.

¹¹⁸ Cf. Lucas, “Naturaleza Humana y Libertad Humana”, 1113. O autor refere ainda aqui que: “por ser espírito o homem está aberto ao horizonte ilimitado do ser, é capaz de transcender todo o finito e a si mesmo; por ser espírito encarnado, é finito e limitado, e em si mesmo não esgota as possibilidades da essência humana”.

¹¹⁹ Lucas, 1114-1115.

acima da sociedade, e deve o que é aos valores supra sociais”¹²⁰. Dito isto, concretiza-se o que já anteriormente foi dito a respeito da realidade humana, que a liberdade humana é, e só tem sentido, quando situada. No entanto, e dada a natureza humana, ela também transcende a ‘situação’. Na verdade, “a pessoa não se integraliza na marcha necessária do mundo material”¹²¹, pois “é na alma que está a fonte da liberdade”¹²². Por isso, é que se do homem for arrancado o sentido espiritual, desencadeia-se-lhe a tal “a tormenta dos instintos” ao mesmo tempo que se lhe nega “a elevação da própria liberdade”¹²³.

Por isso, a afirmação: “Deus foi concebido como um princípio de organização em completa disjunção da de César”¹²⁴, só fará sentido quando a organização “de César” é uma organização que dispensa Deus. E se, por exemplo, “a Igreja Católica foi a grande ‘liberdade’ que primeiro confrontou o Império Romano”, ela “depois dominou a vida medieval”¹²⁵, acentuou a sua força política e foram vários os momentos, a partir daí e ao longo da sua história, que os abusos da sua autoridade – em nome de Deus – puseram em causa a liberdade humana, sendo esta profundamente constrangida, e mesmo aniquilada.

Antes ainda de fecharmos este tema e segundo Yildiz Silier, há “dois fatores fundamentais que podem limitar a liberdade de escolha”. São eles a pobreza, que “restringe o intuito da escolha e a ignorância”, que “é uma barreira à escolha informada”. Estes dois fatores são, no entanto, ignorados por uma visão de liberdade, que este autor chama de “híbrida”, pois tomando “a liberdade como uma conquista individual (através da autoconsciência e da autodisciplina)” “considera apenas o aspeto subjetivo da liberdade”. Há, no entanto, outra visão, chamada de “conceção positiva de liberdade”, que “concebe a liberdade como uma conquista social, que possui componentes subjetivos e objetivos”. Ora, “se a pobreza e a ignorância generalizadas são o resultado de arranjos humanos, eles podem ser e devem ser sanados adotando políticas diferentes” e por isso “o estado deve ter o dever positivo de fornecer educação pública e outros serviços de assistência social, para que as pessoas possam ter mais controle sobre suas vidas”¹²⁶.

No fundo, “todo o ser humano brilha primordialmente num ambiente vivo, do qual ele talvez nunca tenha consciência, para se libertar dele”. No entanto, importa entender que “a

¹²⁰ Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom”, 221.

¹²¹ Júnior, *Filosofia da Liberdade*, 12.

¹²² Júnior, 16. Refere ainda este autor aqui que “é nesta alma que foge do tempo que está a liberdade que não se curva às necessidades da matéria”.

¹²³ Júnior.

¹²⁴ Whitehead, “Aspects of Freedom”, em *Freedom*, ed. Ruth, 315.

¹²⁵ Whitehead, 318.

¹²⁶ Cf. Silier, *Freedom*, 167.

liberdade começa com uma busca de clareza sobre si mesmo”¹²⁷, portanto, da realidade em que se habita, assim como da realidade que nos habita.

Mas avancemos que este ponto já vai longo.

3. O ser livre

“A questão da liberdade é um dos princípios fundamentais do Ser, uma vez que a própria percepção do Ser depende da liberdade”¹²⁸.

3.1. Liberdade como autonomia

O desenvolvimento deste tema surge naturalmente na sequência do que vem sendo tratado, principalmente no ponto dedicado ao livre arbítrio. Pois, a liberdade de autonomia é algo que se aproxima daquele sentido mais profundo e esclarecido da liberdade. Não se trata apenas de uma simples liberdade de escolha, na qual está contida a possibilidade de uma má escolha. “A liberdade de autonomia, na medida em que é realmente realizada, exclui essa terrível possibilidade”¹²⁹. “A liberdade de autonomia é constituída pela presença da lei dentro da liberdade”, ou seja, ela “é conquistada por um processo de interiorização da lei”, contudo, não de uma lei qualquer, mas daquela onde se inclui a lei natural – não feita pelos seres humanos – e aquele conjunto leis que, sendo justas, são feitas por estes¹³⁰, sendo que, as leis injustas e a própria injustiça jamais poderão ser alguma vez princípio de liberdade.

A liberdade não pode ser apenas “o ponto de partida natural para todos, mas aumenta em proporção à autodisciplina e ao autodesenvolvimento”. Se nós fossemos apenas seres naturais que agíssemos “de acordo com um cálculo da dor e do prazer”, não poderíamos ser livres. “Somos livres e podemos ser mais livres por sermos agentes morais que podem alcançar a autodeterminação”¹³¹. E é certo que “a força da personalidade, sob qualquer aspeto que se considere, é a liberdade”¹³². Assim, “o aspeto negativo da liberdade”, ou seja, a “ausência de restrições externas e internas”, não pode ser “o todo da liberdade”, porque a

¹²⁷ Cf. Sottiaux, *Situation de la Liberté Humaine*, 159.

¹²⁸ Cf. Ashen, “Origin and Aim”, 4. A citação é feita a partir da seguinte frase: “The question of freedom is one of the fundamental principles of Being, since the very perception of Being depends upon freedom which is itself prior to Being”. Naturalmente se percebe que a última parte da frase “which is itself prior to Being.” foi ocultada no texto. Fizemo-lo por nos parecer ilógico a referência à liberdade sendo “ela mesma anterior ao Ser”, considerando Ser, com maiúscula, o transcendente. Se a liberdade é, é devido ao Ser, ou seja, por participação do Ser. O Ser é que é a origem de tudo aquilo que é. No entanto, o autor pode estar a empregar a palavra “Being” referindo-se ao ser como pessoa (identidade) e não ao Ser transcendente, pois este termo pode também significar pessoa ou até mesmo existência. Deste modo estará a querer dizer que a nossa individualidade como pessoa é posterior à liberdade, o que deste modo fará todo o sentido.

¹²⁹ Cf. Simon, *Freedom and Community*, 16.

¹³⁰ Cf. Simon, 16-17.

¹³¹ Cf. Silier, *Freedom*, 167.

¹³² Júnior, *Filosofia da Liberdade*, 29.

liberdade “também tem um aspeto positivo”, que se concretiza na capacidade de cada um em se autodeterminar¹³³. Significa isto que podemos desenvolver a capacidade de sofrimento, assim como o de evitar certos prazeres, em ordem a um bem maior. É que a “liberdade terminal”, como lhe chama Yves Simon, “inclui uma liberdade de escolha que atingiu a pureza de sua ideia”¹³⁴. É, por assim dizer, o convergir do real ao ideal mais puro e concretizável, no sentido de levar o ser humano ao melhor de si.

No seu desenvolvimento e desde que é gerado, o ser humano “não acede à liberdade por um processo linear, retilíneo, harmonioso, mas por uma série de ruturas, que lhe permitem progressivamente conquistar a sua dependência”. A primeira rutura, claro que é a do nascimento. Depois vem o desmame. A entrada na escola, a terceira. Segue-se a escolha do emprego ou da profissão. O casamento, quando é uma opção ou até a vocação, sendo uma aliança e uma união, não deixa de ser uma rutura também, pois a partir dele, já é o ‘nós’ que prevalece sobre o individual. E deste modo, o ser humano “se realiza, individualiza, personaliza, constrói a sua identidade, adquire a sua originalidade”¹³⁵.

Parece-nos claro que Henri Boulad, quando aqui fala em rutura, não está a falar de uma rutura radical, naquele sentido de que, nenhum passado voltará a estar presente, mas antes que, a entrada num “mundo” ou estado de vida novo, lança obrigatoriamente algo de novo também sobre o então passado com que se rompe, com o poder de o transformar, dando-lhe assim também um sentido novo.

Nas cinco “raturas” acima apontadas, um filho, por exemplo, nunca deixa de ser filho. No entanto, durante esses processos, o modo de ser filho passa por ruturas que implicam as capacidades de filho e pais se autorrecriarem em laços que amadurecem. Portanto, a “rutura”, neste sentido, não é obrigatoriamente uma fratura definitiva, se dá lugar à possibilidade da recriação, do ‘velho’ se fazer novo, ou então à ‘criação’, se quisermos, quando é inteiramente novo. As nossas escolhas e decisões são como um caminho intransitivo que percorremos em transformações, em mutações, por vezes dolorosas, mas que se querem orientadas para o que é verdadeiro e humilde, justo e forte, bom e sublime.

Dizemos que alguém “é autónomo, em sentido absoluto, quando é idêntico à sua lei” e essa característica somente a Deus pode ser atribuída. No entanto, dizemos que alguém “é autónomo, num sentido relativo, mas ainda assim inteiramente, quando a sua lei, sem ser idêntica ao seu ser, habita nele e o governa por dentro, de modo que as suas inclinações espontâneas coincidem com as exigências da lei”¹³⁶.

¹³³ Cf. Silier, *Freedom*, 167.

¹³⁴ Cf. Simon, *Freedom and Community*, 18.

¹³⁵ Cf. Boulad, *L’Anti Destin*, 96.

¹³⁶ Cf. Simon, *Freedom and Community*, 18.

Para os seres dotados de razão, a autonomia apresenta-se na dupla forma de “vocação e conquista”. A vontade do ser humano, no seu estado nativo “é um complexo indeterminado de tendências” que só a ação da razão poderá estabelecer a tal ordem da natureza. “Enquanto essa imposição de ordem permanecer inacabada, a lei permanece, em certa medida, exterior à vontade. A distância que a separa da vontade é manifestada por conflitos e derrotas”¹³⁷, pois, a nossa liberdade parece encontrar-se no ponto de equilíbrio entre nossos desejos e nossa capacidade de os concretizar. A liberdade, do modo como a experimentamos, parece, pois, encontrar-se na adequação dos nossos poderes, oportunidades e meios aos nossos propósitos¹³⁸ que perante a força da lei se não se adaptam, colhem os tais conflitos e derrotas.

“A faculdade de escolher está dividida entre os meios”, os poderes e as oportunidades, que podem ser verdadeiras ou ilusórias. “A interiorização da lei é efetuada por um movimento oscilante entre duas linhas de progresso, uma das quais consiste numa compreensão cada vez melhor do que é necessário saber para agir corretamente”, tem a ver com um conhecimento que produz ações justas, “a outra, numa maneira sempre profunda, espontânea e de adesão voluntária aos fins necessários de nossa atividade”¹³⁹, impele como uma vocação, em jeito de conquista.

Nós podemos dizer que a erva dos campos “cresce ‘livremente’”, e de igual modo que o pássaro “voa ‘livremente’”, mas dizemos isto porque o fazem “obedecendo apenas às necessidades internas de sua natureza”. Mas no caso da pessoa humana, como existe o limiar do espírito e a liberdade de espontaneidade, pode-o ultrapassar, tornando-se então “espontaneidade de natureza espiritual”, isto é, “liberdade de independência”. A liberdade de espontaneidade não sendo como livre arbítrio, “não implica a ausência de necessidade, mas apenas a ausência de restrição. É o poder de agir em virtude de sua própria inclinação interna e sem sofrer a coação imposta por um agente externo”¹⁴⁰.

Assim como com o pensamento. Quando pensamos, não o fazemos por um “esforço de autoconsciência. Encontramo-nos a pensar, assim como nos encontramos a respirar e a apreciar o pôr do sol”. Assim, “a autonomia do pensamento é estritamente limitada, geralmente insignificante, geralmente além do limiar da consciência”. Contudo, é normal entre nós acreditarmos “que existe uma espontaneidade de pensamento que está além da rotina. Caso contrário, a reivindicação moral de liberdade de pensamento é sem sentido”¹⁴¹.

¹³⁷ Cf. Simon, *Freedom and Community*, 18

¹³⁸ Cf. Macmurray, “Freedom is the Personal Nexus”, 178.

¹³⁹ Cf. Simon, *Freedom and Community*, 18.

¹⁴⁰ Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom”, 215.

¹⁴¹ Cf. Whitehead, “Aspects of Freedom”, 307.

“A natureza humana é ‘natureza’”, no sentido de determinação, mas como é “natureza ‘aberta’”, é também indeterminação. “Esta indeterminação fundamental” não é limitadora, como nos seres infra-humanos, mas é via de perfeição e de iluminação, ou seja, “é abertura, espiritualidade, liberdade fundamental”. E dada esta abertura, esta indeterminação, o ser humano, “tem que decidir-se, autodeterminar-se”, pois é aqui que reside “a raiz da sua liberdade”¹⁴².

Daí que se conclua que a “liberdade, entendida corretamente, é a coisa mais ordenada do mundo. Ela faz com que a ordem desça às profundezas da vontade humana”. E é precisamente isto que a tirania e o despotismo não querem.¹⁴³ E não podemos esquecer que “a independência intelectual é uma necessidade primária para o pesquisador científico. Mas a liberdade política também é extraordinariamente importante para o seu trabalho”¹⁴⁴. E quem fala do pesquisador científico, fala de todas as profissões em geral, desde a justiça à comunicação social, passando pela educação. “O caminho que leva à autonomia é”, portanto, “longo e trabalhoso”. Frequentemente, somos tentados, pela impaciência e ou pelo desejo de um menor esforço, a queimar etapas que nos conduzirão “a uma situação exatamente oposta ao estado de autonomia”, ou seja, a uma rebelião que produz “uma intoxicação na qual a tendência natural do livre arbítrio à autonomia encontra uma satisfação ilusória. A rebelião introduzida na vida quotidiana é um ataque secreto contra o modo de vida produzido pela liberdade”¹⁴⁵.

Assim, cada pessoa “só sente uma obrigação se for livre, e cada obrigação, considerada separadamente, implica liberdade”. Contudo, as obrigações são necessárias e quanto mais nos distanciarmos das obrigações específicas que estão na base, “em direção à obrigação em geral”, mais ela surgirá “como a própria forma assumida por necessidade no reino da vida; quando exige, para a realização de certos fins, inteligência, escolha e, portanto, liberdade”¹⁴⁶. Assim sendo, um ato realiza-se em liberdade quando “é dirigido por motivos dos quais temos consciência e que fizemos nossos”, pois, se o livre arbítrio leva “a superar a lei”, a liberdade leva a “libertar-se pela lei”¹⁴⁷. Por isso, o ser humano, se quer ser realmente livre, não pode rejeitar a responsabilidade dos seus atos, dos seus instintos, a responsabilidade para com a sua herança, com seus pais e seus educadores, para com os outros, para com a

¹⁴² Cf. Lucas, “Natureza Humana y Libertad Humana”, 1110.

¹⁴³ Cf. Simon, *Freedom and Community*, 19. O tirano e o déspota impõem as suas vontades aos demais restringindo e anulando as suas liberdades, ao contrário daqueles que são livres, que desejam ver os outros livres e por isso, desejam também moldar a sua vontade mais profunda em ordem à liberdade, por ser ela mesma, princípio de ordenamento.

¹⁴⁴ Einstein, “Freedom and Science” 91.

¹⁴⁵ Cf. Simon, *Freedom and Community*, 19.

¹⁴⁶ Cf. Bergson, “Freedom and Obligation”, 42.

¹⁴⁷ Cf. Sottiaux, *Situation de la Liberté Humaine*, 32.

sociedade e o mundo, pois só assim passará de sujeito de necessidade a sujeito de responsabilidade.

Talvez o nosso destino seja mesmo “ser livres, gostemos ou não”, como diz Macmurray. Mas ser livre, aqui, “é ser responsável. Fugir da responsabilidade é fugir da liberdade”. As leis mais intransigentes do desenvolvimento humano podem obrigar o próprio ser humano “a aceitar uma responsabilidade cada vez maior por seu próprio destino”, mas “a liberdade é determinada no nível metafísico, como um produto inevitável das leis da natureza”. E é por isso que podemos dizer que “liberdade e determinismo são implícitos, não contraditórios”¹⁴⁸. Assim “é livre aquele que é capaz de dizer: ‘sim, fui eu que fiz isto’ e assumo-o plenamente com todas as consequências inerentes”¹⁴⁹.

Outra coisa que será fundamental para o desenvolvimento deste estudo no seu âmago e que já vem sendo pincelado é o da abertura do ser humano ao transcendente. “A racionalidade, enquanto envolve um sujeito estável, possui um dinamismo intrínseco que constitui a característica do ser homem e o abre à transcendência”, seja ela a transcendência para as outras pessoas”, manifestada na socialidade e que nos obrigará a desenvolver o tema da liberdade como relação, seja ela na “transcendência para o Absoluto” manifestada na “espiritualidade – imortalidade”¹⁵⁰.

Segundo Maritain e no seguimento do que vem dizendo, “a verdadeira emancipação política”, “ou a verdadeira cidade dos direitos humanos, tem como princípio uma concepção da autonomia da pessoa em conformidade com a natureza das coisas e, portanto, ‘teocêntrica’”. Como a natureza das coisas tem uma sua origem em Deus, “de acordo com essa noção, a obediência, aceite por causa da justiça, não é oposta à liberdade. É, pelo contrário, uma maneira normal de chegar à liberdade”¹⁵¹.

Deus “é interioridade suprema, da qual todas as coisas existentes são uma participação; em nós de uma maneira relativa, e graças aos privilégios do espírito que, por mais profundo que seja o estado de dependência em que é colocado pela própria natureza das coisas, torna-se independente por sua própria operação quando se dispõe interiormente a si próprio por conhecer e amar a lei a que obedece”. (...) “Tal é a liberdade humana, propriamente falando, à qual a pessoa tende a alcançar uma perfeição conatural; e se a pessoa aspira também à liberdade sobre-humana, essa sede de perfeição sobrenatural,

¹⁴⁸ Cf. Macmurray, “Freedom is the Personal Nexus” 177-178.

¹⁴⁹ Cf. Boulad, *L'Anti Destin*, 28. E não se julgue que o assumir das suas responsabilidades é uma coisa de somenos, não é. É fundamental e infelizmente também raro. Não é por acaso que o Genesis toca bem no centro desse ponto quando Deus pergunta a Adam: “Onde estás?... Comeste da árvore que te proibi de comer?” E ele sacode as culpas para a mulher e inclusive para Deus, dizendo: “Foi a mulher que tu trouxeste para junto de mim...”. E à mulher: Porque fizeste isso? A mulher respondeu: “a serpente enganou-me...”. Por isso, este é um problema muito antigo e que vale a pena sempre refletir sobre ele, pois este é um vírus difícil de nos deixar e afeta tanto grandes como pequenos, novos como velhos, e ambos os géneros.

¹⁵⁰ Cf. Lucas, *Naturaleza Humana y Libertad Humana*, 1120.

¹⁵¹ Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom”, 221.

cuja satisfação não nos é devida, será totalmente saciada apenas pela receção do mais do que o desejado, e graças a uma união transformadora com a Natureza Não-Criada”¹⁵².

Portanto, não podemos dizer que o agir livre do ser humano seja criador, pois “ele é antes de mais transfigurador” e por isso ele, não sendo livre, pode tornar-se livre.¹⁵³

3.2. *A liberdade humana é (deve ser) orientada*

“A lembrança dos frutos proibidos é a coisa mais antiga da memória de cada um de nós, assim como a da humanidade”. Mas que infância teríamos tido se nos tivessem deixado fazer somente o que queríamos! Teríamos simplesmente “voador de prazer em prazer”¹⁵⁴, sem nunca termos aprendido a lidar com um não. E já vimos que as crianças têm a primeira noção de serem livres, quando são capazes de dizerem não, pela primeira vez. Daí que o não, dito ou escutado, seja tão importante, precisamente porque é lugar de liberdade, seja ele meu, seja ele do outro. Portanto, “a liberdade é algo mais do que ser capaz de fazer o que se deseja, tanto quanto as leis da natureza permitem”¹⁵⁵.

Do que caminhamos até chegar aqui, já se torna evidente que “na construção livre da via humana, todo o ato não é equivalente”¹⁵⁶, pois que entre os meios e os valores oferecidos ao nosso poder de escolha existem os verdadeiros, que nos conduzem ou guiam a um fim, a uma meta e os ilusórios que nos afastam dessa mesma meta, ou seja, desse objetivo. E, como vimos antes, quando a liberdade nos leva a escolher um meio, uma falsa riqueza ou um falso valor, ela é “apenas uma ilusão de liberdade”¹⁵⁷. E se queremos ser livres, no dizer de Boulad, há que nos fixarmos “num ideal, num projeto, numa grande ideia, num grande desígnio, numa meta, num objetivo” que oriente o nosso espírito e polarize a nossa vida¹⁵⁸, pois aquele que conhece o caminho, por onde quer seguir, encontra dentro de si a força e a motivação que o que anda sem rumo definido, muitas vezes, desconhece. Aquele que não tem orientação, naturalmente consome-se, enquanto gasta suas energias, em experiências e a tomar diferentes direções. Por outro lado, “quem conhece o caminho também conhece as fontes” das quais pode alcançar benefício e fortaleza até chegar ao seu destino.¹⁵⁹ Acrescenta-se, portanto, que uma liberdade bem orientada não estará “sujeita à destruição por uma mudança de humor” porque está “enraizada, como uma experiência subjetiva”, mas “na natureza objetiva das

¹⁵² Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom”, 218.

¹⁵³ Cf. Sottiaux, *Situation de la Liberté Humaine*, 245-246

¹⁵⁴ Cf. Bergson, “Freedom and Obligation”, 24.

¹⁵⁵ Cf. Haldane, “A Comparative Study of Freedom”, 99.

¹⁵⁶ Cf. Sottiaux, *Situation de la Liberté Humaine*, 29

¹⁵⁷ Cf. Simon, *Freedom and Community*, 3.

¹⁵⁸ Cf. Boulad, *L’Anti Destin*, 31.

¹⁵⁹ Cf. Anselm Grün, *Os Diez Mandamientos: Camino Hacia el Libertad* (Estela: Verbo Divino, 2013), 7.

coisas”. De outro modo será uma ilusão.¹⁶⁰ E aqui é muito importante o conhecimento. No segundo capítulo deste trabalho veremos como o conhecimento da verdade poderá tornar-se nascente de liberdade.

Também é frequente referimo-nos à liberdade como um “estar livre de”, seja de uma situação aflitiva ou de indefinição, de um momento de dor ou mais angustiante, de tempos de pandemias, turbulentos, ou de crises, ou então das ‘correntes’ de alguém mais forte que nós, que sobre nós tem ascendência ou influência ou, simplesmente, de uma relação tóxica. No entanto, o sentido e a força da verdadeira liberdade, não está em libertarmo-nos de alguma coisa ou de alguém, que nos é prejudicial, nos entorpece, inibe ou amarra, se bem que isso seja salutar, mas sim em sermos livres para alguém que verdadeiramente nos ama. E isto não é, nem pode ser uma obra da imaginação ou da mente. O que queremos dizer é que a nossa energia, o nosso foco, em lugar de estar centrado naquilo que nos puxa para baixo e prende, terá de se voltar para o que nos pode fazer livres ainda que, embrenhados numa multiplicidade de constrangimentos e necessidades. Também aqui já podemos entrever que a orientação de que falamos, quando falamos de liberdade, muito tem a ver com as relações que vamos criando, não só com as pessoas e que podem ser mais ou menos sãs, mas também com os valores e as virtudes que vamos assimilando e fazendo nossas.

É certo que “toda a faculdade se determina para um objeto próprio” e que o “objeto da vontade é o bem universal”. Sem grande dificuldade vemos também que todo “o martírio contínuo do nosso coração, toda a nossa imensa insaciedade e a indomável insatisfação do homem vêm desse desejo infundável de alguma coisa que é maior do que tudo o que existe, e que só tem sentido sob a realidade do Bem infinito”¹⁶¹. O ser humano foi dotado, em seu próprio ser, de um “poder de preferência diante dos bens particulares”, assim como de uma “tendência real ao bem universal”, que são ambos um reflexo de Deus impresso “na realidade substancial humana”¹⁶². Do mesmo modo que a vontade humana tende naturalmente para o Bem, a inteligência humana tende para a Verdade, isto é, para a verdade universal. Quando queremos alguma coisa, relacionámo-nos com ela, porquanto é boa, dotada de um valor que nos atrai, e isso pode começar simplesmente com um desejo. De semelhante modo, o ato de conhecer acontece quando nos relacionamos com aquilo que queremos conhecer, enquanto algo racional, ou seja, como algo verdadeiro e que, portanto, pode ser conhecido.

Ora, o ser humano “tem duas operações próprias: o conhecimento da verdade e a atividade livre”. Os animais podem gozar de conhecimentos e sensibilidade, “mas não têm

¹⁶⁰ Cf. Macmurray, “Freedom is the Personal Nexus” 180.

¹⁶¹ Cf. Júnior, *Filosofia da Liberdade*, 21.

¹⁶² Cf. Júnior, 22.

conhecimentos intelectivos (abstratos), nem atividade livre. Não conhecem as coisas universais, nem se governam a si mesmos, mas agem movidos pelas suas percepções e pelos seus instintos naturais”. O ser humano é o único ser que “pode dizer não às suas tendências e às suas atrações mais naturais; o único capaz de sacrificar-se e de sacrificar tudo pelos seus ‘ideais’”. “Capaz de aspirar à felicidade completa e de disfrutar dela”, como uma “possessão cognoscitivo-afetivo do Bem Perfeito”, o ser humano fá-lo através da sua vontade e do seu intelecto.¹⁶³

Ao contrário dos animais, os seres humanos “vivem principalmente de recordações e de expectativas” com a “consciência” daquilo que consideram ser bem ou mal. Vivem também, “segundo as suas imaginações, recordações, e pensamentos, mais do que segundo as percepções presentes e objetivas”¹⁶⁴. Por tudo isto, o ser humano, não se limita apenas a viver, mas “aspira a ‘viver bem’”. O vivido e o que está vivendo, podem trazer-lhe alguma satisfação, mas o seu verdadeiro contentamento “tende ao Bem Perfeito, que deseja possuir totalmente e sem termo”. Em poucas palavras, aspiramos à “felicidade completa”, e disfrutamos ou sofremos “em ordem à mesma”. É possível alcançar a felicidade em distintos bens: “nos prazeres, nas honras, nas riquezas...”, mas também em Deus. A Psicologia, de um modo simplista, constata que “em todos os seus atos livres o homem age por amor da felicidade”, contudo a Ética (sobretudo a espiritualista) destaca um dever: “em todos os seus atos o homem deve agir por amor de Deus. Porque só Deus é um Bem Perfeito e o único objeto que pode colmatar o desejo humano da felicidade completa”¹⁶⁵.

Portanto, uma liberdade sem referências, “sem horizonte, sem norte, sem terra de promessa, é uma liberdade desorientada, sem norte, sem terra; não é senão aparência de liberdade. Por isso a equação *ser livre-fazer o que apetece* é uma falácia”. Tomar esta via seria caminhar no erro da “velha ideia” de liberdade, como capacidade de escolha¹⁶⁶ e que simplesmente atira o homem para a “crónica e irresponsável indefinição”¹⁶⁷. O homem livre não suporta a arbitrariedade, seja em si mesmo ou nos outros.¹⁶⁸ Um ser humano livre tem, por isso, valores, porque sabe que os valores protegem e promovem a essência do humano.

¹⁶³ Cf. Manzanedo, “La Libertad Humana” 423.

¹⁶⁴ Cf. Manzanedo, 424.

¹⁶⁵ Cf. Manzanedo. Enquanto a Psicologia constata o que apreende dos factos, ou seja, diz o que se faz, a Ética diz o que se deve fazer.

¹⁶⁶ Esta é a ideia de liberdade que por estes tempos, a lei dos mercados nos quer incutir e que torna esta sociedade numa sociedade altamente consumista, cujas pessoas facilmente seduzidas por essa falsa ideia de liberdade, se tornam incapazes de resistir aos frequentes apelos ao consumo, criando mais e mais necessidades.

¹⁶⁷ Cf. Ruiz de la Peña, *Imagem de Dios*, 189.

¹⁶⁸ Cf. Simon, *Freedom and Community*, 21.

“Os valores fazem com que a nossa vida valha a pena”, porque “são fontes das quais podemos beber” sem receios de perder a força e a saúde.¹⁶⁹

Está visto que “o problema da liberdade não é um problema simples”. Tal como disse Haldane, embora noutros tempos, “agora como nunca antes na história ‘notre salut depend de notre intelligence’”¹⁷⁰. Ou seja, é preciso estarmos vigilantes para não nos deixarmos arrastar por qualquer vento, porque um erro, por menor que possa parecer, pode custar caro. E para isso devemos ter raízes bem fundas, estarmos bem ancorados, e isso obviamente inclui o saber quem somos, de onde vimos e para onde queremos ir. Consequentemente “devemos trabalhar o máximo possível para distinguir verdades de erros. Há uma falsa conquista da liberdade que é ilusória e homicida”, mas também “existe uma verdadeira conquista da liberdade que fornece verdade e vida à humanidade”¹⁷¹.

Com a afirmação: “A liberdade verdadeira é um sinal privilegiado da imagem divina do homem” (GS 17), a Igreja faz transparecer a estreita relação entre o ser pessoa, na sua interdependência com Deus e o ser livre, pois quando pessoa equivale a sujeito responsável, ou seja, a “dador de resposta” à altura, “a responsabilidade pressupõe a liberdade”. E é, deste modo, que nasce a possibilidade dos seres humanos construírem o seu destino, como vocação para a liberdade que se converte em liberdade de se cumprir. A liberdade não será, pois, a possibilidade de escolha entre este objeto ou aquele, mas “este ou aquele modelo de existência”, ao qual se sujeita a eleição e a escolha dos objetos.¹⁷² Logo, “a vida humana, o ser do homem é vocação”, a dizer-nos permanentemente: “Tens que ser!” E não vale desculpar-se dizendo que já estou sendo e que “atuo sem cessar”. Isso é pouco, porque há um eu a fazer, que é também um destino único.¹⁷³ “Só vive de verdade o que vive a sua vocação”, e a sua vocação é o que “coincide com o seu verdadeiro ‘si mesmo’”. A autenticidade de vida é, consequentemente, o que deve caracterizar “o homem de todos os tempos”¹⁷⁴.

É importante orientar a minha liberdade para esse fim, para esse bem maior que estará sempre entrelaçado na dignidade humana.

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, a respeito da dignidade humana, afirma ser necessário

¹⁶⁹ Cf. Grün, *Os Diez Mandamientos*, 8.

¹⁷⁰ Cf. Haldane, “A Comparative Study of Freedom”, 119. Mantivemos expressão em francês por ser assim que a encontramos no texto em inglês, o que significa, em tradução literal, “nossa salvação depende da nossa inteligência”.

¹⁷¹ Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom”, 217.

¹⁷² Cf. Ruiz De La Pena, *Imagem de Deus*, 187-189.

¹⁷³ Cf. Lucas, “Naturaleza Humana y Libertad Humana”, 1099.

¹⁷⁴ Cf. Lucas, 1100-1101.

“tornar acessíveis ao homem todas as coisas de que necessita para levar uma vida verdadeiramente humana: alimento, vestuário, casa, direito de escolher livremente o estado de vida e de constituir família, direito à educação, ao trabalho, à boa fama, ao respeito, à conveniente informação, direito de agir segundo as normas da própria consciência, direito à proteção da sua vida e à justa liberdade mesmo em matéria religiosa” (GS 26).

Isto, para além de afirmar a nossa indispensável abertura de uns para os outros e de elencar as necessidades básicas para uma vida humanamente digna, diz-nos que a liberdade está entre o que há de mais básico para que haja essa mesma dignidade humana, levando-nos a dizer que não há liberdade sem dignidade, nem dignidade sem liberdade. Até porque “é só na liberdade que o homem se pode converter ao bem” (GS 17).

Ora, e “se há um sentido na história, se há um mundo melhor a construir, a atividade livre do homem deverá inserir-se num vasto movimento que realiza os seres”. E essa atividade só “florescerá no amor, na caridade criadora de vida e presente aí onde existe um vazio para preencher”¹⁷⁵.

Como ao Bem universal chamamos Deus, podemos dizer que “as aspirações sobrenaturais da pessoa humana tendem normalmente para Deus, a causa transcendental do ser, e incitam a alma a buscar libertação nele”¹⁷⁶. É assim que “essa conquista da liberdade espiritual é ambivalente”. Ela é “verdadeira e autêntica em seu plano, se a alma não para por aí e se abre para os maiores presentes”. Será “falsa e enganosa se a alma para aí ou se a considera um meio necessário, ou se a leva para a deificação”¹⁷⁷. Este ponto é muitíssimo importante, pois é aqui que reside a diferença entre a verdadeira adoração e a idolatria, mas é um tema que veremos melhor mais adiante. Enfim, “a liberdade é privilégio tremendo e glória de que o homem goza e sofre porque é o que faz seu ser dramático”¹⁷⁸.

Quando no início deste trabalho ouvimos Santo Agostinho falar das virtudes “pelas quais se vive com retidão”, como “grandes bens”, e das quais, por serem virtudes “ninguém pode fazer mau uso porque a obra da virtude é o bom uso das realidades que também podemos não usar bem.¹⁷⁹ Começamos a perceber que a liberdade adquire autonomia quando é orientada para o bem supremo, para a verdade plena, para o que é justo e permanece. Percebemos também que não podemos querer, com justiça, que o bem seja anulado porque o que restará, não será “um quase nada, mas absolutamente nada”¹⁸⁰. Tal uso da liberdade seria

¹⁷⁵ Cf. Sottiaux, *Situation de la Liberté Humaine*, 29.

¹⁷⁶ Jacques Maritain afirma ainda que “a despeito de todas as suas imperfeições e manchas, esse foi o elã da grande sabedoria Helénica”.

¹⁷⁷ Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom”, 225-226.

¹⁷⁸ Lucas, “Naturaleza Humana y Libertad Humana”, 1097.

¹⁷⁹ Agostinho, *Diálogo sobre o Livre Arbítrio*, 237.

¹⁸⁰ Cf. Agostinho, *Diálogo sobre o Livre Arbítrio*, 243.

uma negação de si. E não é, pois, a sabedoria, como já foi dito anteriormente, que atrai suavemente “o espírito do homem à busca e amor da verdade e do bem, e graças à qual ele é levado por meio das coisas visíveis até às invisíveis”? (GS 15).

Entendemos, deste modo, que quando a nossa liberdade é orientada por e para valores que permanecem, apesar da sucessão das horas, dos dias, dos anos e dos séculos e que, quando buscamos a verdade, o bem, o justo e o belo, com ardor e fidelidade, advém-nos mais fortaleza, precisamente por ousarmos viver segundo estes mesmos valores. Então, quando assim orientada, a perda da liberdade jamais se porá em causa. Ou como diz Jacques Maritain, ainda que miserável, pobre, escravizado e humilhado, “as aspirações de personalidade” no ser humano “permanecem invencíveis”¹⁸¹.

Entrando já na via da Fé e abrindo portas para o que nos espera no capítulo seguinte, recordamos que a Sabedoria de Deus, Jesus Cristo, diz a todo o homem e mulher: “procurai, primeiro, o reino de Deus e a sua justiça e tudo o mais se vos dará por acréscimo. Portanto, não vos preocupeis, com o amanhã, porque o amanhã preocupar-se-á consigo próprio. A cada dia bastam os seus males” (Mt 6,33-34). E isto serve para dizer que “uma só coisa é necessária!” (Lc 10,42) e por ela e para ela devemos orientar a nossa vida toda, que quer dizer também a nossa liberdade.

3.3. A liberdade como relação

A liberdade é relativa, por isso não é, nem pode ser, o valor absoluto.

Ora, chegamos ao ponto de charneira deste nosso trabalho. É aqui que fecharemos este primeiro capítulo e é aqui que abriremos as portas para o capítulo central, onde tudo irá culminar. E dizemos isto, não apenas pela localização do tema no trabalho, mas sobretudo pela potencialidade do seu conteúdo. O que vamos tratar aqui está forçosamente relacionado com todos os temas já tratados, até porque todos eles nascem do modo como nos relacionamos com todos os seres. Mas, seguramente está intimamente ligado ao assunto que haveremos de tratar no capítulo seguinte e para onde flui toda esta corrente.

É inevitável, portanto, numa visão profunda do sentido do que é a liberdade, uma análise da questão da relação no ‘ser pessoa’, a qual se projeta tanto na relação do ser humano com o Absoluto como nas relações interpessoais, sem esquecer, naturalmente, a relação do ser humano com todos os outros seres. O ser humano é sobretudo “essencialmente um entre muitos, com os quais se encontra” e se relaciona “no espaço e no tempo por razão da mesma essência”¹⁸².

¹⁸¹ Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom”, 216.

¹⁸² Cf. Lucas, “Naturaleza Humana y Libertad Humana”, 1114.

A essência do ser pessoa é ser relação. Somos feitos de laços. A própria palavra relação (re + lação) lembra, numa associação livre e em jeito de brincadeira, o refazer de um laço grande. Um lação, não pelo tamanho, mas pelo poder de construir. Não como um laço de enfeite ou de um presente, que desfazemos com facilidade, porque também não é o que mais importa, mas sim porque me une a alguém que me fortalece, que me acrescenta valor e, portanto, me faz ser mais e melhor, em ser com os outros. E isto é bom que seja assim, não apesar de, mas sobretudo, por causa daquilo que nos distingue, sabendo *à priori* que cada um de nós é um ser único e irrepetível. O aceitar a diferença do outro, integrá-la como característica ou como da identidade própria do/a outro/a, é o grande passo no sentido da verdadeira amizade e também será um modo seguro para me conhecer melhor.

Identificamos um problema no início deste capítulo, que se prende com o abuso de poder que podemos ou não praticar uns com os outros. O ceder à tentação de controlar a vida dos outros, raramente tem por consequência um aumento da “liberdade daqueles que são controlados”. Isto significa que, “a verdadeira liberdade depende do caráter do nexos de relações pessoais em que estamos envolvidos”¹⁸³, como defende Macmurray, que diz também que, os seres humanos são capazes, com uma probabilidade bastante alta, de “cortar o nariz para ofender o rosto”, referindo-se à falta de cooperação que tantas vezes se nota entre os seres humanos, e isto apesar de estes poderem ter todos um objetivo comum. E, como diz este autor, fazem-no, por vezes, “por razões tão irracionais que eles devem escondê-las até de si mesmos”. O que resulta daqui é uma possibilidade, que se converte numa impossibilidade, devido a este “paradoxo que está na raiz do problema da liberdade”. “É o nexos do relacionamento pessoal que é responsável pela variação da liberdade humana”¹⁸⁴, defende. E explica do seguinte modo:

“Se dois de nós divergem em nossas conclusões sobre uma questão objetiva, o desacordo não faz diferença para o facto; mostra apenas que um de nós pelo menos está enganado e deve mudar de ideia. O erro de outro não pode aqui, por sua mera existência, destruir a correção de meu próprio julgamento. Sua incapacidade de pensar logicamente não interfere com a liberdade dos meus próprios processos de pensamento. Mas quando passamos da esfera do pensamento para a ação, essa imunidade é deixada para trás. Pois em ação a irracionalidade dos outros pode frustrar a racionalidade de minhas intenções, e minha irracionalidade pode frustrar as deles. Se nossas intenções se contradizem, elas destroem a possibilidade uma da outra. O que é objetivamente possível torna-se realmente impossível”¹⁸⁵.

¹⁸³ Cf. Macmurray, “Freedom is the Personal Nexus”, 181.

¹⁸⁴ Cf. Macmurray, 184.

¹⁸⁵ Cf. Macmurray, 183. Os tempos de pandemia provocada pelo vírus SARS-COV-2 que estamos a viver (2020-2021) são reveladores disto mesmo. Frequentemente por irresponsabilidade, ignorância, ou por negação das evidências, comportamentos individuais ou de grupo deitam por terra o esforço dos outros.

Ou seja, no campo do juízo e do pensamento, o sujeito livre que julga por si mesmo a realidade com verdade e justiça, fá-lo independentemente dos juízos ou dos pensamentos dos outros. Trata-se neste caso de uma ação puramente interior ao sujeito. Já numa ação exterior,

“Podemos impedir um ao outro de alcançar nossos objetivos, mesmo quando eles são objetivamente possíveis, e assim limitar ou destruir a liberdade um do outro. Além disso, esta é a única maneira pela qual a liberdade real pode ser limitada; pois somente assim o que é objetivamente possível pode se tornar realmente impossível. Somente pessoas podem limitar a liberdade de pessoas. Qualquer limitação da liberdade deve ter sua fonte em nós; no caráter de nossos relacionamentos, como agentes pessoais, um com o outro. É o reconhecimento instintivo dessa verdade que liga a experiência da falta de liberdade à ideia de opressão e tirania”¹⁸⁶.

Ora, a rede de relações que constituem as sociedades, sejam elas mais ou menos desenvolvidas, assenta sempre no “facto de que o comportamento de cada um de nós condiciona o comportamento dos outros e, portanto, é um determinante de sua liberdade”. No entanto, existem dois elementos distintos que, segundo Macmurray, estão subjacentes nas motivações que levam às nossas relações. Sem esquecer o elemento subjetivo que “necessariamente entra em todo comportamento humano e, portanto, na constituição de todos os relacionamentos humanos”, indica que “as formas elementares dessas motivações contrastadas são fome e amor”. E explica que “a fome é um motivo que dá origem a ações destinadas a apropriar-se de algo para o próprio uso. O amor, ao contrário, é o motivo de ações nas quais gastamos o que é nosso em algo ou alguém que não somos nós mesmos”. Ou seja, “cada um destes elementos é fonte de umnexo de relações dinâmicas que nos unem. O primeiro tipo dá origem à cooperação funcional no trabalho, e suas formas básicas são económicas. O segundo gera a partilha de uma vida em comum”¹⁸⁷.

Seguindo o pensamento deste autor, a partir daqui distinguem-se dois grandes e diferentes conceitos de modos de viver com os outros, a “sociedade” e a “comunidade”. E a diferença reside no facto de que, enquanto a sociedade se constitui como “um meio para atingir um fim”, “a comunidade é um fim em si mesma”¹⁸⁸. Na primeira, o objetivo está fora de si, enquanto na segunda é em si mesma que o objetivo se encontra.

Ora, como já vai ficando cada vez mais claro que a liberdade tem fundamentalmente a ver com modo como nos relacionamos uns com uns outros, vai tornando-se mais fácil perceber também que, ela também robustece-se quando o ser humano “aceita as inevitáveis dificuldades da vida social, assume as multiformes exigências da vida em comum e se

¹⁸⁶ Cf. Macmurray, “Freedom is the Personal Nexus”, 184.

¹⁸⁷ Cf. Macmurray, 186.

¹⁸⁸ Cf. Macmurray, 187.

empenha no serviço da comunidade humana” (GS 31), seja através do acolhimento ou pela partilha com os outros. Pois, “a necessidade de compartilhar experiências e viver uma vida comum de relacionamento mútuo” “é um constituinte fundamental da natureza humana”¹⁸⁹.

Quando, pois, numa parceria, o objetivo comum que une e liga as pessoas desaparece, ou porque alguém o abandona ou porque se torna impossível de alcançar, essa parceria, irremediavelmente, seja mais cedo ou mais tarde, acaba. Ora, na relação de amizade não é assim.¹⁹⁰ Na amizade há um “reconhecimento da igualdade”, em que “a reciprocidade se conjuga de forma livre” e “exige que cada um se baste a si mesmo em autonomia”¹⁹¹. Isto quer dizer que, a não ser que as pessoas se tratem como semelhantes, elas não podem ser amigas. “Se um trata o outro como inferior, então ele está a usá-lo como um meio, e a amizade deixa de ser uma amizade”¹⁹² porque na verdade esta está a ser aniquilada. Ao contrário, a verdadeira “amizade autoriza-nos a dizer: ‘Eu sou porque tu és’”¹⁹³. E cá estamos nós outra vez a reforçar com isto, o ser pessoa com o ser relação.

Na verdade, só “a boa vontade e uma relação de respeito e de amor entre as pessoas pode dar ao movimento do corpo social um carácter verdadeiramente humano”¹⁹⁴. Por outro lado, o individualismo é aquilo que “anula o complexo profundo do ser humano, enfraquecendo a sua força, cuja única energia é uma resultante inegável das bases espirituais da humanidade”¹⁹⁵. A base da liberdade humana firma-se “na própria razão da sua personalidade. Fazê-lo um simples indivíduo, é fraternizá-lo a tudo o que enche o mundo, mas sem a luz da consciência e a luz admirável do espírito”¹⁹⁶. O individualismo é, portanto, contrário a tudo o que temos vindo a afirmar aqui e leva-nos, desde já, a afirmar que, a verdadeira liberdade não se cumpre no individualismo.

A partir daqui, e voltando à distinção entre sociedade e comunidade, podemos concluir que, nessa corrente de relacionamentos pessoais, “a comunidade é capaz de gerar e conter a sociedade em si mesma, de tornar a cooperação para a realização de fins comuns um meio para si e uma expressão de si mesma”. Isto indica “que, se o problema da comunidade for resolvido, o problema da sociedade estará bem encaminhado para a solução”¹⁹⁷. Em cada modelo, portanto, “o requisito coordenação deve ser possível sem a destruição dos fins gerais

¹⁸⁹ Cf. Macmurray, “Freedom is the Personal Nexus”, 188.

¹⁹⁰ Cf. Macmurray.

¹⁹¹ Cf. Mendonça, José Tolentino, *Uma Beleza Que Nos Pertence* (Quetzal: Lisboa, 2019), 19.

¹⁹² Cf. Macmurray, “Freedom is the Personal Nexus”, 193.

¹⁹³ Mendonça, *Uma Beleza*, 21.

¹⁹⁴ Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom”, 222.

¹⁹⁵ Júnior, *Filosofia da Liberdade*, 11.

¹⁹⁶ Júnior, 12.

¹⁹⁷ Cf. Macmurray, “Freedom is the Personal Nexus”, 188.

de toda a comunidade”¹⁹⁸ e daí que seja tão importante lembrar nesta altura que, “qualquer organização social pode ser prejudicada ou mesmo perturbada pela intrusão de animosidades pessoais”¹⁹⁹.

Ou seja, a liberdade só tem sustento e sentido quando o “nexo pessoal da comunidade” tem primazia em relação ao “nexo funcional da sociedade organizada”, sabendo à partida que “uma sociedade bem organizada proporcionará maior liberdade a seus membros do que uma sociedade mal ordenada”. Portanto, o problema da liberdade humana é um “problema desse nexo de relações humanas do qual a amizade é o modelo”, isto é, “pertence ao campo de nossos relacionamentos pessoais diretos” e não ao “mundo de nossos relacionamentos indiretos, funcionais ou legais”²⁰⁰. Aqui já se começa a desenhar a importância da intimidade relacional no desenvolvimento do conceito de liberdade. E, é por isso que John Dewey se questiona se os seres humanos serão capazes de renunciar “às suas liberdades se acreditarem que, assim, obterão o contentamento que provém do senso de união com os outros e do respeito pelos outros”²⁰¹.

Portanto, “o contraste entre essas duas formas de relacionamento no nexo pessoal” “é vital para o problema da liberdade”, cuja solução “deve estar em uma reorganização da sociedade que ordenará as relações dos indivíduos de tal maneira que a tirania de um homem sobre outro, de um grupo ou classe sobre outro, seja eliminada”, porque, são as pessoas e não os propósitos que são absolutas.²⁰²

É, pois, “nesse esforço para alcançar esse vínculo de relacionamento entre nós e os outros que temos nossa experiência mais direta de liberdade e restrição”. “A liberdade é o produto de relações pessoais corretas. A restrição no nexo pessoal é a evidência de que há algo errado com os relacionamentos envolvidos”. E é por isso que Macmurray apela à tal “superação do desejo de poder”²⁰³.

Uma perspectiva bastante interessante é também a de Einstein, que refere que se “a possibilidade do desenvolvimento espiritual de todos os indivíduos, for garantido, é necessário um segundo tipo de liberdade externa”. Ou seja, “o homem não deve ter que trabalhar para alcançar as necessidades da vida a tal ponto que não tenha tempo nem força

¹⁹⁸ Whitehead, “Aspects of Freedom”, 328.

¹⁹⁹ Cf. Macmurray, “Freedom is the Personal Nexus”, 189.

²⁰⁰ Cf. Macmurray, 192.

²⁰¹ Cf. John Dewey, “The Problem of Freedom”, em *Freedom*, ed. Ruth, 76.

²⁰² Cf. Macmurray, “Freedom is the Personal Nexus”, 190.

²⁰³ Cf. Macmurray, 193.

para atividades pessoais”, pois, de outro modo “a liberdade de expressão é inútil”²⁰⁴. Einstein defende que,

“os avanços na tecnologia proporcionariam a possibilidade desse tipo de liberdade se o problema de uma divisão razoável do trabalho fosse resolvido. O desenvolvimento da ciência e das atividades criativas do espírito em geral requer ainda outro tipo de liberdade, que pode ser caracterizada como liberdade interior. É essa liberdade de espírito que consiste na independência do pensamento das restrições de preconceitos autoritários e sociais, bem como da rotinização não-filosófica e do hábito em geral. Essa liberdade interior é um presente pouco frequente da natureza e um objetivo digno para o indivíduo”²⁰⁵.

A liberdade interior é, portanto, um bem a aspirar e a cultivar porque o mundo só avança através de homens e mulheres livres, face a todas as forças externas que mantêm os seres humanos na escravidão. Daí que a educação seja também “um instrumento de sobrevivência”²⁰⁶ neste mundo em que vivemos, em que ignorância e escravidão tantas vezes andam associadas.

É necessário ter ainda em atenção duas coisas que na verdade entroncam numa só. Por um lado, a liberdade interior em que o ser humano constrói dentro de si “a moralidade sozinho, sem dever nada à lei” e por outro, a “concepção idealista da ciência”, “que exige que o homem dentro de si”, numa clara identificação do eu com o espírito, “construa a verdade somente por si mesmo sem dever nada às coisas”. Ora, ambas concepções são fontes da “falsa deificação”²⁰⁷. “Híper espiritualistas, como parece à primeira vista, essas duas concepções tornam” “a consciência independente da lei” e “a ciência independente do ser”, “e reivindicam para o que há no homem o tipo de independência própria de Deus”. O que na verdade estas duas concepções fazem é materializar “a alma humana” e mergulhá-la na “ação externa, onde, ao buscar o seu próprio e único modo de realização, ela se torna escrava do

²⁰⁴ Cf. Einstein, “Freedom and Science”, 93. Este facto é bastante pertinente, pois atinge o âmago de um problema do nosso mundo atual, mais interessado no ter, do que no ser. Frequente e insistentemente somos bombardeados por ideais de “bem-estar” que nos impelem ao consumo inconsciente e nos fazem escravos dos sonhos de possuir, manifestados nas fórmulas correntes: “gostava de ter...”, “o meu sonho é ter...”. Sucumbidos a estes propósitos, muitos são os que de nós vivem mergulhados em tarefas infindáveis, sem que tenham tempo para si e ainda menos para outros. Muito menos podem ter uma consciência do que se passa à sua volta e daí que não possam sequer também formar opiniões sobre a realidade que nos atinge.

²⁰⁵ Cf. Einstein, 93.

²⁰⁶ Cf. Frank Kingdom, “Freedom for Education”, em *Freedom* ed. Ruth, 132.

²⁰⁷ Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom”, 223. Maritain diz aqui que assim como “existe uma verdadeira e falsa emancipação na ordem política e social”, assim também “na ordem espiritual, há uma verdadeira e falsa deificação do homem”. A falsa deificação do ser humano manifesta-se nestas duas concepções em que nada se deve à lei e nada se deve às coisas. Na primeira, o ser humano é a sua própria lei. Na segunda, a sua verdade não tem correspondência com a verdade das coisas. O que dito de outra forma, é simplesmente mentira, ou seja, próprio apenas e só da mente.

tempo, da matéria e do mundo”²⁰⁸. Podem ser muito sedutoras e assumir variadas formas estas concepções, mas são sempre muito perigosas.

Ao tomar este caminho errático, o ser humano torna-se “tornar-se o deus deste mundo, acreditará que encontrará a liberdade divina para si mesmo sendo independente de Deus e, conseqüentemente, pela radical negação de Deus”. É a partir deste erro, “sob uma luz incrivelmente bárbara”, que surge o ateísmo dos nossos dias e que teve a sua primeira aparição com o “kantianismo ortodoxo e o liberalismo burguês”²⁰⁹.

Contudo, existe uma verdadeira deificação do ser humano, e a Escritura faz-lhe referência. Primeiro pela boca de Deus, quando diz: “Eu disse: sois deuses?” (Sl 82,6) e depois repetido por Jesus (Jo 10,34). Maritain recupera esta palavra e diz que “isso é chamado de vida eterna - que começa obscuramente aqui na terra”. Depois continua dizendo que “é tão fatal renunciar à libertação perfeita quanto tentar alcançá-la pelos caminhos errados, ou seja, sozinho. As aspirações sobrenaturais são realizadas sobrenaturalmente e por um dom que supera tudo o que podemos conceber”. Esse dom que nada mais é que “uma participação formal na natureza divina, em outros termos, uma vida divinizante recebida de Deus”, ou seja, é aquilo a que chamamos Graça.²¹⁰ Ao que acrescenta Maritain:

“O mistério disso é que a suprema liberdade e independência do homem são conquistadas pela suprema realização espiritual de sua dependência, sua dependência de um Ser que, sendo a própria vida, vivifica e sendo a própria liberdade liberta, todos os que participam de Sua essência”²¹¹.

Magnífico este paradoxo da “suprema liberdade e independência” do ser humano ser realizada na dependência desse Ser que é também vida e liberdade. Vida que dá vida e liberdade que liberta.

“Esse tipo de dependência não é de restrição externa, como é o caso de um agente físico em relação a outro agente físico. Quanto melhor o homem percebe isto, mais ele participa da natureza do Absoluto. Os homens que se tornaram algo de Deus participam da liberdade d'Aquele que não pode ser contido por nada. Perdendo-se a si mesmos eles conquistaram uma personalidade misteriosa e desapropriada que os faz agir em virtude da qual eles estão eternamente na Essência Não Criada. Nascidos do espírito, eles são como espíritos livres”²¹².

²⁰⁸ Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom” 224.

²⁰⁹ Cf. Maritain.

²¹⁰ Cf. Maritain, 226.

²¹¹ Cf. Maritain.

²¹² Cf. Maritain.

É na relação, portanto, onde tudo se encontra, de onde tudo nasce e onde tudo se desenrola. Primeiro, na relação com o Divino e depois na relação de uns com os outros. Macmurray defende que ao “considerarmos o problema como aparece no nexos das relações pessoais diretas, estaremos a atacá-lo ao nível do solo”²¹³, isto quando nos falou da importância de uma comunidade, fundada no valor da amizade, que é ele mesmo uma forma de amor, e distinguindo-a assim da sociedade. Aqui é Maritain a abordar este tema central da relação, agora com o Divino, e que se manifesta num movimento de abertura do ser humano a esse mesmo Divino, portanto para o Alto, e num movimento descendente deste até ao ser humano, chamado de Graça. E com Graça escancaramos as portas para o segundo capítulo. Porque a Graça, do Filho de Deus, Jesus Cristo, a mais sublime de todas as graças, é que nos permite falar em “liberdade dos filhos de Deus”.

²¹³ Cf. Macmurray, “Freedom is the Personal Nexus”, 182.

CAPÍTULO II – NA VIA DA “LIBERDADE DOS FILHOS DE DEUS”

Se no capítulo anterior cavamos os alicerces e levantamos a estrutura deste edifício - que é ele também um caminho - ao qual chamamos “Da Liberdade Humana à ‘Liberdade dos Filhos de Deus’”, agora entraremos decididamente no domínio que realmente nos move e assim vamos procurar ultimar os seus acabamentos, de modo que fique forte e belo e haja nele luz, que a liberdade quer-se com muita luz. O domínio de que falamos, pois claro, é o da teologia. Este capítulo terá três partes. Na primeira faremos uma abordagem ao tema da liberdade no âmbito da ontologia. Na segunda veremos a liberdade no Antigo Testamento e na terceira, trataremos do sempre novo, embora antigo,²¹⁴ e surpreendente sentido dado à liberdade pelo Acontecimento Jesus Cristo e portanto, trataremos este tema à luz do Novo Testamento.

O Catecismo da Igreja Católica define a liberdade como sendo “o poder radicado na razão e na vontade de agir ou não agir” e que, ela é, no ser humano, “uma força de crescimento e de maturação na verdade e na bondade”, que “atinge a sua perfeição quando está ordenada para Deus, nossa bem-aventurança” (CEC, 1731). Ora, uma vontade e uma razão livres, firmadas na verdade e na bondade, que têm Deus por sua origem e logo, orientadas para Ele, são três aspetos basilares de uma verdadeira liberdade humana e daí que, são também o que nós, essencialmente, temos vindo a tratar no decorrer desta labuta.

No que concerne à expressão “liberdade dos filhos de Deus”, ela nasceu de um dos mais carismáticos apóstolos de Jesus Cristo, que viria a ser conhecido também como “Apóstolo dos Gentios”. Paulo de Tarso, o autor da expressão, depois do encontro com o Ressuscitado Senhor Jesus, quando se dirigia para Damasco em perseguição dos cristãos, converteu-se a Jesus Cristo, tornando-se um dos seus mais fervorosos servidores. Era inimigo de Jesus, mas saiu desse encontro transformado, um homem novo, portanto, tendo mesmo ficado conhecido por um nome novo.²¹⁵ Ele mesmo viria a experimentar e viver essa “liberdade dos filhos de Deus”, ainda e apesar de, no fim da sua vida na Terra, estar encarcerado. E do mesmo modo que a experimentou e viveu, contemplou-a nesse povo formado e nascido a partir do amor de Deus que está, e para sempre estará, em Jesus Cristo e que são os seus filhos por adoção.

²¹⁴ Antigo porque com dois milénios e sempre novo porque Jesus é a eterna novidade, sempre em crescendo e a surpreender-nos. A expressão “tão antigo e sempre novo!” é S. Agostinho e é referida a Jesus Cristo.

²¹⁵ S. Paulo, antes desse encontro, chama-se Saulo e perseguia os cristãos (cf. At 8,1;9,1-2). A sua conversão, batismo e recebimento do Espírito Santo estão relatados no Livro dos Atos dos Apóstolos (At 9,1-18). O nome novo, Paulo, marca uma nova identidade recebida do Ressuscitado.

E para abrir este capítulo começemos por um excerto de S. Agostinho que no fundo resume bem o que está em causa quando falamos de “liberdade dos filhos de Deus”, ao mesmo tempo que nos servirá de mote para o que temos diante de nós, no que nos falta percorrer neste trabalho.

“Àquele a quem o diabo se apresentava para que o imitasse na sua soberba, apresentasse-lhe o Senhor para que o imite na sua humildade, prometendo-nos, por meio dela, a vida eterna, a fim de que – tendo sido derramado por nós o sangue de Cristo depois de trabalhos e padecimentos inenarráveis – nos apeguemos ao nosso Libertador com imensa caridade e Nele nos elevemos por uma tão imensa claridade que a visão de nenhuma realidade inferior nos afaste da contemplação desta superior”²¹⁶.

1. “A liberdade como princípio e como escolha”

Julgamos importante e oportuno no momento em que entramos no âmbito da teologia, tratarmos do aspeto ontológico da liberdade, pois ajudar-nos-á a entender melhor tudo aquilo que está em questão quando falamos de liberdade.

Para isso, socorremo-nos do precioso contributo de Luigi Pareyson que, sobre este tema, começa por lembrar que o primeiro ato “livre por excelência, absolutamente gratuito e arbitrário” é o ato da Criação. Esta ação de Deus que permanece contínua, é, no entanto, precedida de um ato “ainda mais originário”, o “primeiro no absoluto”, ou seja, “aquele pelo qual Deus se gerou a si mesmo”. A liberdade, como afirma Pareyson, “é origem primeira, puro começo. Ela gera-se por si” e daí que possamos dizer que a liberdade tem a sua origem em si mesma. E isto quer dizer que a liberdade é “começo e escolha” simultaneamente. É começo porque, “como pura origem”, “não cessa de começar” e, é escolha porque esse começo é ele mesmo uma escolha, já que em liberdade poderia não ter começado. Logo, a liberdade, no ato de começar, tem sempre a “possibilidade da sua negação”. Ela é, portanto, “equivoca, ambígua e a sua dissociação intrínseca explica-se como uma oposição de dois termos: positividade e negatividade”; a liberdade positiva “que se afirma e confirma” e a liberdade negativa “que se renega e destrói”. A liberdade é a “única origem da díade, da oposição, da contradição” devido à alternativa que a constitui “nela mesma, tanto como origem quanto como escolha”²¹⁷. Pareyson sublinha a importância da negação para a liberdade ser aquilo que é, no entanto, distinguindo “a negação como termo de escolha”, da “negação como não-ser originário da liberdade”²¹⁸. A primeira apresenta-se como

²¹⁶ Agostinho, *Diálogo sobre o Livre Arbítrio*, 372.

²¹⁷ A expressão usada no texto é: “en elle-même, à la fois comme origine et comme choix”.

²¹⁸ Cf. Luigi Pareyson, *Ontologie de la Liberté: La Souffrance et le Mal*, trad. Gilles A. Tiberghien (Paris: Éditions de l'Éclat, 1998), 30-31. A título de curiosidade, Pareyson anota que o facto do primeiro livro da

possibilidade, enquanto a segunda, se apresenta como uma negação de si mesma. Faz sentido, portanto, a afirmação: “a liberdade só se pode perder por um acto supremo de liberdade: o da renúncia”²¹⁹, isto, claro está, se se concretiza como a negação de si.

Pareyson considera que aqui está “uma fronteira do não-ser”,

“um nada (*néant*) no qual se pode cair, um nada (*néant*) operatório que é necessário combater, uma negação ativa que poderia tornar-se vitoriosa. Produziu-se uma passagem de qualidade, onde o não-ser originário aumentou o seu próprio quociente de negatividade, tornando-se uma força contrária e um poder destrutivo que é o mal”²²⁰.

Daqui resulta a equação deste autor que nos parece importante guardar: “não ser mais liberdade equivale ao mal”. O que significa que a dinâmica da perda da liberdade está diretamente relacionada com o aumento do mal. A energia da liberdade é tal que “transforma o nada estático e inerte em nada dinâmico e ativo, a vacuidade do não-ser em poder do mal, um simples limite numa força aniquiladora, um simples ponto de partida em negação devastadora”. E isto trata-se de “ver como, da simples negação pôde surgir a negatividade ativa, isto é, o mal e o nada (*néant*)”. A liberdade sendo o elemento enriquecedor “é ao mesmo tempo energia benéfica e criadora e força letal e destruidora (...), movimento de vida nova e luz, e impulsão de morte sombria e fatal”²²¹.

Ora, isto significa que “o contacto verdadeiramente originário é aquele entre o nada e a liberdade” e por isso, não cabe ao ser entrar em contacto com o nada (*néant*). “Onde se apresenta o problema do nada (*néant*), aí está a liberdade” e de modo inverso a mesma coisa, onde de apresenta a liberdade, aí está o problema do nada (*néant*). Outro dado bastante relevante, mencionado por Pareyson, é o de que “a liberdade não pode ser positiva a não ser que ela tenha conhecido a negação e a eliminação, apresentando-se como vitória sobre o nada (*néant*) e sobre o mal”²²². E defende que,

Escritura, o Genesis, começar pela letra b (*beth*), de בראשית “*Bereshit*”, traduzido nas nossas Bíblias como “No princípio”, que é a segunda letra do alfabeto hebraico e não, como seria de esperar, pelo a (*aleph*), que é a primeira. Isto se deve, segundo um escrito rabínico, a Deus, que ao dar a Lei no Monte Sinai começou por dizer: “Eu sou o senhor teu Deus”, tendo por isso, começado por “Eu” אני (*anoqui*), que inicia pela letra a (*aleph*), pois em hebraico, como sabemos, lê-se da direita para a esquerda. Sendo isto um sinal de que, o acontecimento da geração de Deus antecede o princípio da Criação. Daí que ainda, o mesmo escrito rabínico referir que, a letra b (*beth*), pela qual começa a Escritura, que é aberta para a esquerda e fechada para a direita é sinal de que só é lícito investigar o “depois do dia em que o mundo foi criado”, e não antes. A abertura para a esquerda é a acessibilidade a partir do ato criador, sendo que o que está para lá do princípio nos está completamente vedado.

²¹⁹ Paulo Neves da Silva (org.), *Citações e Pensamentos de Agostinho da Silva*, 10ª Edição (Alfragide: Casa das Letras, 2019), 41.

²²⁰ Cf. Pareyson, *Ontologie de la Liberté*, p.32.

²²¹ Cf. Pareyson, 32.

²²² Cf. Pareyson, 33. Ainda aqui o autor aborda o problema de quem “é capaz de ilustrar” o contacto com o nada (*néant*) é a filosofia da liberdade e não a filosofia do ser, pois, enquanto esta “reduz o mal ao não-ser, falta, privação pelos quais o nada (*néant*) e o mal são enganadoramente anulados”, aquela considera o nada (*néant*) “central e profundo”, concluindo que, “merece o nome de positivo quem poderia ter sido negativo”.

“O nascimento da liberdade positiva está, portanto estritamente ligada ao contacto originário entre a liberdade e o nada (néant) e consiste no ato absolutamente primeiro – origem e escolha – pelo qual Deus se gerou a si mesmo e se surge como positividade originária”²²³.

Ou seja, a liberdade que se afirmou por este ato primordial, quando tinha a possibilidade se negar, tornando-se deste modo “resultado positivo e vitorioso sobre a negação”, é Deus. Daí que ao dizermos que Deus é, dizemos que o bem “foi escolhido”²²⁴. E assim, “ao mais alto nível, Deus e liberdade coincidem na sua pura auto-geração, nesta geração de si por si. E aqui está a liberdade originária”, que significa dizer “liberdade divina: Não Deus como ser dotado de liberdade nem como ser eminentemente livre, mas Deus como liberdade ele mesmo, como liberdade plena, originária, absoluta”²²⁵.

Agora torna-se seguramente mais claro para nós, se nos é dado ver, porque dizemos só Deus ser inocente, puro e santo. Da mesma forma, entendemos melhor também porque disse o Senhor Jesus que, “ninguém é bom senão um, Deus” (Mt 19,17; Mc 10,18; Lc 18,19).

Concluindo, entendemos, à luz destas afirmações, que a liberdade que aqui se chamou de “positiva”, a liberdade que “se afirma e confirma”, é Deus sendo quem é: “Eu sou Aquele que sou” (Cf. Ex 3,14).

Agora, também está mais claro que Ruth Ashen quando acima se refere à liberdade como algo que antecede o *Being* (do inglês - Ser; Existência),²²⁶ certamente se referia, com este termo, à Existência criada e não seguramente ao Ser incriado.

2. A liberdade no Antigo Testamento

A inclusão deste ponto tem como principal objetivo lançar as bases de assuntos que terão o seu desenvolvimento no ponto seguinte sobre o sentido cristão de liberdade. Julgamos, portanto, importante fazer aqui uma breve referência às raízes da noção de liberdade, para o povo do Antigo Testamento, a fim de podermos perceber também o seu desenvolvimento ao longo do tempo, até receber do Acontecimento e Pessoa Jesus Cristo o seu mais belo, sublime e perfeito sentido.

A referência à palavra ‘liberdade’ é bastante diminuta no Antigo Testamento. O adjetivo ‘livre’, compreensivelmente, é bem mais frequente. Também aqui, a palavra ‘liberdade’ começou por aparecer relacionada com a escravatura e no contexto coletivo,

²²³ Cf. Pareyson, *Ontologie de la Liberté*, 33.

²²⁴ Cf. Pareyson, 33-34.

²²⁵ Cf. Pareyson, 240-241.

²²⁶ Ver nota 128.

referido ao povo, no seu todo, e, portanto, não no aspeto individual. É que a liberdade individual não se colocava para os povos antigos do mesmo modo que se coloca hoje, já que havia nas pessoas um sentimento entranhado de pertença, seja a uma família, a um grupo, uma tribo, uma comunidade, uma nação, uma etnia... e isto, era uma fonte de benefícios e ao mesmo tempo, era sinónimo de uma identidade que também possibilita a liberdade mais o sentido do ser, que nos dias de hoje fazem muita falta.²²⁷

A escravatura ou a servidão era uma coisa natural,²²⁸ ou melhor dito, comum, nos povos antigos. Situações destas, de submissão de seres humanos por seus semelhantes, não agrediam as vistas a “ninguém”, como, felizmente, nos agridem, chocam e são motivo escândalo, em nossos dias.²²⁹ Dívidas, crises, guerras, más colheitas, provocadas pelas mais diversas calamidades, uma doença, ou simplesmente, um qualquer acidente de percurso, podiam levar os mais imprudentes e mais vulneráveis, a cair nas mãos dos mais ricos, dos mais oportunistas abastados ou daqueles que fazem fortuna com a desgraça dos outros. A compra e a venda direta de escravos eram permitidas, mesmo entre os hebreus²³⁰, mas a Lei, nestes últimos casos, manda libertar os escravos depois de seis anos de servidão, portanto, ao sétimo ano (cf. Ex 21,2), que era o ano jubileu, e nunca de mãos vazias (cf. Dt 15,3). Ou seja, não deveria a servidão, ser um estado definitivo. No entanto, havia sempre quem resistisse e daí o profeta Jeremias levantar-se contra tamanhas injustiças (cf. Jer 34,16). Faziam-no certamente aqueles e aquelas que eram piedosos e tementes a Deus. Podemos dizer que o conceito de escravo entre os judeus, por causa da Lei, tinha umas particularidades próprias, isto é, gozava de uma certa suavidade, em relação ao dos outros povos.

É que os piedosos do povo, que conheciam a Lei do Senhor, tinham a segura convicção de que “a terra pertence ao Senhor” e é confiada ao seu povo, aos israelitas, “como resultado da aliança”. Portanto, eles não se consideravam donos, mas sim “inquilinos com o direito de usufruto”. Por conseguinte, a Lei proibía aos hebreus escravizar definitivamente os

²²⁷ Remetemos para *A liberdade humana é situada*, neste trabalho, principalmente os excertos de Hannah Arendt nas notas 109 e 110, onde se torna evidente este facto.

²²⁸ Na verdade, o termo ‘natural’ referido à escravatura é perigosíssimo, já que, durante séculos deu e ainda dá, a falsa e perversa ideia de que um ser humano, uma pessoa, portanto, possa, na sua dignidade, ser inferior a outro ser humano. Tomando a escravatura por natural, o ser humano confere à natureza uma propriedade que ela não possui, que é a de perverter-se. Essa propriedade é unicamente fruto da irracionalidade do ser humano e por isso, é tudo menos natural. No entanto, foi assim durante séculos, e infelizmente ainda existe, por esse mundo fora, quem ache a escravatura humana ‘natural’, no sentido em que, é da natureza, o mais forte sujeitar a si o mais fraco, em lugar de querer fazê-lo mais forte.

²²⁹ Sucedia frequentemente o oposto. Ter escravos podia ser um motivo de orgulho e de estatuto social para quem os tinha.

²³⁰ Também as filhas dos hebreus podiam ser vendidas como servas, mas nestes casos também, a Lei dava alguma proteção, mencionando que estas não deveriam sair de casa como saíam os escravos, podendo mesmo ser resgatadas no caso de desagradar a seus senhores (cf. Ex 21,7).

seus irmãos (Cf. Lv 25, 39-43),²³¹ “visto que o povo, como a terra, era por direito de Iahweh e não poderia tornar-se uma propriedade de outro”, muito mais no sentido perpétuo. Daí a suavidade do conceito de escravo entre os judeus. Assim, “o homem necessitado, permanecendo livre, poderia tornar-se um hospede (*tôsãb*)” “ou poderia tornar-se um trabalhador assalariado (*sâlâr*), mas somente até o tempo do jubileu, em qualquer dos casos”²³². Assim, no ano jubileu, que acontecia de sete em sete anos, voltariam a serem livres. Mas o maior Jubileu acontecia “depois de sete vezes sete anos”. “No ano seguinte, que é o quinquagésimo e Jubileu dos hebreus, isto é, liberdade”, os devedores ficavam “livres de todas as suas dívidas” e os escravos seriam libertados.²³³ Portanto, quando acima se diz que a compra e venda de escravos eram permitidas entre os hebreus, fala-se de um sentido diferente daquele ultrajante e definitivo. Aliás, defende James Alison, “a Lei institui um projeto social para o povo vítima” para que este não aderisse às “práticas de vitimização” que os “antigos perseguidores de Israel” aderiam. “É por esta razão que os exilados e estrangeiros de passagem devem ser particularmente bem tratados e a escravatura banida”²³⁴. A Escritura é que dá a entender isso mesmo, quando nela Deus diz: “a terra é minha, e estrangeiros e hospedes vós sois de mim” (Cf. Lv 25,23). Logo, Deus é “o único Senhor e Hospedeiro sobre a terra”²³⁵. Todos nós somos estrangeiros pois, de passagem, mas enquanto o tempo é tempo para nós, somos hospedes de Deus. É este o sentido.

A percepção do povo bíblico é a de que a liberdade foi sempre algo de muito querido por Deus. Se encontrámos casos de escravidão nas Escrituras, percebemos também que ela não é desejada por Deus. Antes pelo contrário, se nos recordamos bem dos acontecimentos que antecederam a libertação de Israel do Egito relatados na Bíblia, “Moisés foi encontrado por Deus no deserto e foi incumbido de libertar os seus irmãos oprimidos ou escravizados ou

²³¹ “Se o teu irmão empobrecer, junto de ti, e se se vender a ti, não exigirás dele um trabalho de escravo” (Lv 25,39).

²³² Raymond E. Brown, Joseph A. Fitzmyer e Roland E. Murphy. *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo: Antigo Testamento*, trad. Celso Eronides Fernandes (São Paulo: Academia Cristã, 2007), 192-193.

²³³ Flavio Josefo, *História dos Hebreus: De Abraão à queda de Jerusalém*, 8ª ed., trad. Vicente Pedroso (Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 2004), 73. Ainda aqui pode ler-se que “entende-se serem estes todos os que antes eram livres, mas foram reduzidos à escravidão em vez de serem condenados à morte, como castigo por terem violado alguma lei”. Portanto, isto só se aplicava àqueles que tendo nascido livres, passaram ao estado de escravatura devido a alguma transgressão. Mas a Lei também concedia aos escravos estrangeiros a liberdade. Em alguns casos de violência por parte dos seus senhores, quando estes lhes causavam mazelas físicas irreversíveis, tais como a cegueira, de um olho que fosse (cf. Ex 21,26), ou um dente partido (cf. Ex 21,27), a liberdade era concedida. No entanto, nestes casos, não como um benefício, mas antes como compensação pela lesão irreparável.

²³⁴ Cf. James Alison, *Le péché originel à la lumière de la Résurrection: “Bienheureuse faute d’Adam...”*, trad. François Rosso (Cerf: Paris, 2009), 167.

²³⁵ Cf. António Couto, *Uma Palavra é melhor que um Presente* (Universidade Católica Editora: Lisboa, 2009), 174 (nota nº3). A tradução de Levítico (25,23) é deste autor e encontra-se na mesma nota. Optamos por esta tradução por nos parecer melhor.

instalados, ou oprimidos ou escravizados, porque instalados, no Egito”²³⁶, nas palavras de D. António Couto.

Moisés começou por ver uma coisa nunca vista. Uma sarça, um arbusto do deserto, que ardia num fogo sem que fosse consumida. E Moisés aproximou-se, cheio de temor, para ver melhor o maravilhoso que se encontrava diante de si! Foi então que Deus, daquela “chama que chama”, contou-se a Moisés”²³⁷, dizendo: “Eu bem vi o sofrimento do meu povo” “e ouvi os seus clamores”, “conheço a situação” e “desci a fim de o libertar e conduzir para a terra da liberdade” (Cf. Ex 3,7-8). E aqui temos, em Deus, a Origem, o tal movimento libertador do vencedor que “desce em auxílio dos vencidos”, a fim de lhes reparar a derrota sofrida, de que fala Jacques Maritain.²³⁸

Ora, assim se manifesta para nós a santidade deste Deus que liberta, ou seja, nos seguintes quatro verbos e na primeira pessoa: (bem) vi; ouvi; conheço; e desci. Deus é alguém “que SAI DE SI para vir ao nosso encontro”, ao encontro de alguém de entre nós, que por sua vez é enviado a nós. No caso de Moisés, a missão era ir e fazer sair da terra escravidão os filhos de Israel. Daí que ficamos “a saber que Deus, para além de estar “bem atento a todas as situações difíceis dos seus filhos, nunca responde alguma coisa... Deus nunca responde alguma coisa. Deus responde sempre ALGUÉM!”²³⁹.

Logo, o Deus da bondade, da justiça e da fidelidade que salvou o seu povo “da casa da servidão, da mão do faraó, rei do Egito” (cf. Dt 7,8), parece amar a liberdade mais do que alguém pode amar e, é por isso também, que o “código” se tornou “a carta de um povo libertado”²⁴⁰. Não fosse Deus, Ele mesmo, como vimos acima, a liberdade “plena, originária, absoluta”.

2.1. O Decálogo é caminho para a liberdade

Este ponto surge para evidenciar o aspeto libertador que se encontra nos Dez Mandamentos. A Lei de Moisés brota naturalmente de uma procura de justiça no seio de um povo, ou se quisermos, a Lei foi dada por amor para que, ao ser cumprida, haja justiça, respeito, ordem e, portanto, harmonia entre os aqueles que constituem esse povo e, naturalmente, a sua felicidade. Já vimos também, no capítulo anterior, como é que a adoção

²³⁶ António Couto, “Chama que Chama e Ama”, acedido em 6 de janeiro de 2021. mesadepalavras.worldpress.com. Luminosa esta perceção de que a instalação pode levar-nos a estados de “escravidão”, ao que acrescentamos, que estes, podendo ser mais ou menos conscientes, sempre constringirão o exercício da liberdade.

²³⁷ Cf. Couto, “Chama que Chama e Ama”.

²³⁸ Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom”, 216-217. Ver nota 60, página 24 deste trabalho.

²³⁹ Cf. Couto, “Chama que Chama e Ama”; (Cf. Ex 3).

²⁴⁰ Cf. Paul Ricoeur, *A Simbólica do Mal*, trad. Hugo Barros e Gonçalo Marcelo (Lisboa: Edições 70, 2017), 75.

de leis e regras de conduta, pelas sociedades, pretendem melhorar a vida daqueles que vivem nelas. No fundo, visa simplesmente a servir de guia àqueles que se submetem ao seu cumprimento, despertando “a sua consciência profunda”, no sentido de os ajudar a realizarem-se a si mesmos²⁴¹ em comunidade ou sociedade. Neste caso concreto, a Lei é uma orientação de e para a vida. Uma orientação que procura vedar e mitigar as situações mais injustas e infelizmente, muito comuns não só de outros tempos. Na verdade, essa Lei não pretende ficar circunscrita a um tempo determinado. Anselm Grün valoriza, a partir de um olhar atual, a sua importância para o mundo hodierno, dizendo que: “os dez mandamentos são sinais na viagem pela selva de valores em que nos encontramos hoje em dia”, pois “tomam partido pelos mais débeis” e “limitam os direitos dos fortes”²⁴². Se bem entendemos, continua o autor referindo-se aos Dez mandamentos, “as dez palavras são expressão do cuidado de Deus para com o seu povo, para que viva bem na terra da liberdade, para que o leite e o mel realmente manem e a sua vida tenha fruto”²⁴³. O gozo dos bens da terra, representados na expressão bíblica “leite e mel”, só pode, pois, acontecer numa terra onde a justiça habite e daí, portanto, a necessidade da Lei, que deverá ser acatada por todos.

Quando olhamos com mais profundidade sobre cada um dos Mandamentos percebemos que todos eles, postos em prática, concorrem para uma vida, não só mais harmoniosa, no modo como nos relacionamos com Deus e com o próximo, mas também contribui para sermos mais livres. Isto porque este relacionamento se funda no reconhecimento da dignidade de cada e todo ser humano, à luz do amor único e verdadeiro de Deus Criador. E é deste modo que “se faz possível a convivência entre os povos e entre os indivíduos”²⁴⁴.

Não vamos analisar cada um dos Mandamentos (Ex 20,2-17; Dt 5,6-21) aqui exaustivamente, mas, não é difícil perceber que, quando aceitamos Deus como centro da nossa vida (1º Mandamento), abrimos as portas a nos tornarmos pessoas de verdade, na medida em que “Deus é a garantia da liberdade verdadeira” já que “os ídolos tendem sempre a escravizar as pessoas”²⁴⁵. Infelizmente não é raro entre nós, seja em adultos, jovens e até crianças, o erro terrível da divinização. Vemos seres humanos, serem feitos ídolos de multidões por um dom ou uma habilidade qualquer. Vemos o dinheiro, feito para servir ao ser humano e não o contrário, como geralmente sucede. Vemos abstrações, tais como, “a Beleza, o Progresso, a Tecnologia, a Tradição, a Raça...” e diante delas nos curvamos, concedendo-

²⁴¹ Cf. Boulad, *L'Anti Destin*, 54.

²⁴² Grün, *Os Diez Mandamientos*, 8.

²⁴³ Grün, 24.

²⁴⁴ Grün, *Os Diez Mandamientos*, 27.

²⁴⁵ Cf. Grün, 35-36.

lhes um efeito destruidor,²⁴⁶ neste ser criado à imagem e semelhança de Deus (cf. Gen 1,26) que somos, quando unicamente diante do Criador a criatura se deveria e deve curvar. Daí o “não farás para ti imagens” e “não te prostrarás diante delas” (cf. Dt 5,8-9). Ou seja, sê livre e não te deixes escravizar por aquilo que te esvazia de ti mesmo. Lembra-te que é Deus Quem te entrega a ti ao dizer-te, ou seja, ao criar-te como “imagem e semelhança” de Si, para que, nesta medida sem medida, te entregues a Ele e aos outros livremente.

O invocar o santo nome de Deus em vão, livra-nos de cair na grave falta da banalização do sagrado (2º Mandamento) e perdermo-nos em banalidades. Já o *Shabbat*, dia da semana proposto para o descanso e para louvores do Senhor (3º Mandamento), protege o povo do perigo de se tornar escravo do trabalho, enquanto o impele a dar graças pela infinidade de bens e de dons que Deus nos dá. Pois que, a gratidão pela vida, pelos dons e pelos bens recebidos, é ela mesma também uma porta aberta para a liberdade do dom. Honrar os pais fomenta o respeito por aqueles que nos precederam e sobretudo significa “cuidar deles para que possam viver dignamente e em liberdade”²⁴⁷ (4º Mandamento). E porque Deus é fonte e origem de vida, a vida dos outros, assim como a minha, é um dom de Deus. Não somos, portanto, donos dela. Nem da nossa, e muito menos da dos outros. Daí o “não matarás” (5º Mandamento) e, também porque é bom vivermos “livres da ameaça de assassinio e homicídio”²⁴⁸. O “Não cometerás adultério” (6º Mandamento) pretende proteger “da fascinação do novo”²⁴⁹, bem como, fazer da fidelidade “o espaço onde se pode crescer” juntos,²⁵⁰ pois as boas e sãs relações constroem-se na base da confiança. Não são a fidelidade e a confiança que mantemos e depositamos uns nos outros que nos permitem também a liberdade e a alegria? Sem elas não podemos ser livres. Portanto, não é de admirar o “não roubarás (7º Mandamento), que para além de fomentar o respeito pelos pertences dos demais, estimula a contentamento por aquilo que é nosso e nos é dado. E se não formos fiéis com o que não é nosso, quem nos dará o que é nosso? (Cf. Lc 16,12). “Não darás falso testemunho” (8º Mandamento) é, mais do que uma limitação aos caminhos lodosos da falsidade e da mentira, um mandamento que me segura na liberdade do amor à verdade, para além daquilo que me é próprio, e portanto, me ajuda a resistir aos interesses, às paixões ou simplesmente às simpatias, de modo a não ofender a justiça e a verdade. O “não desejarás a mulher do teu próximo” (Dt 5,21) (9º Mandamento), nem nada que seja do teu próximo (10º Mandamento), aponta-nos já para uma “disposição maléfica mais interior que os comportamentos interditos:

²⁴⁶ Cf. António Couto, *Peutateuco: Caminho da Vida Agraciada* 2ª edição (Universidade Católica Editora: Lisboa, 2005), 248.

²⁴⁷ Grün, *Os Diez Mandamientos*, 80.

²⁴⁸ Cf. Grün, 96.

²⁴⁹ Grün, 114.

²⁵⁰ Cf. Grün, 115.

a ‘cobiça’ remete para a exigência infundável que procede da santidade divina e que torna o outro e tudo o que lhe pertence infinitamente respeitável”²⁵¹. Mais, no caso do desejo da mulher do próximo (ou inversamente, do desejo do homem da próxima), o respeito pela união do casal deve prevalecer sobre tudo e, antes de mais, alegrar os outros. Isso não implica que não se possa encontrar beleza em alguém comprometido, ainda que seja por matrimônio, que não se podem “arrancar os sentimentos”. No entanto, não será por isso, que se possa perder a graça dando asas ao desejo.²⁵² Este mandamento mostra que as uniões têm algo de sagrado, de divino, que deve, antes de mais, ser preservado e alimentado. Do mesmo modo, a cobiça daquilo que é do meu próximo, que não sendo propriamente o roubo, é já um princípio que gera desordem no íntimo de quem o sente. Por consequência, como seres em relação que somos, afeta ou pode afetar os outros, tornando, sobretudo, aqueles que cobiçam, reféns do objeto da sua cobiça. O que, em boa verdade se diga, é contrário à liberdade.

Portanto, depois deste breve olhar, podemos perceber que os Dez Mandamentos são mais do que um conjunto de leis, que permitem orientar as nossas ações para vivermos harmoniosamente em sociedade. Eles são um ensinamento, um caminho, para viver o melhor da relação vertical, isto é, entre Deus e o ser humano, e da horizontal, ou seja, os seres humanos entre si. Eles são uma luz que se acende dentro de nós e afastam, pelo respeito e seu cumprimento, os perigos da perda da tão desejada liberdade, tão importante para uma vida em plenitude. Claro que depois pode-se abordar aquele outro aspeto ‘mais negativo’, notado por S. Paulo, em que “a lei interveio para aumentar a falta” (Rm 5,20), que poderá soar que “a lei foi acrescentada para produzir transgressões, para realizar mais iniquidade!”²⁵³ No entanto, também isso tem a sua razão de ser. É que, e segundo o mesmo S. Paulo, “onde aumentou o pecado, superabundou a graça” (Rm 5,20). Ora, mas se a Lei, e nela o Decálogo, é caminho para a liberdade, e percebemos isso mesmo, de ser caminho para, tendo em conta o seu contexto,²⁵⁴ a verdade é que a liberdade não é resultado da Lei, nem do seu cumprimento.

²⁵¹ Ricoeur, *A Simbólica do Mal*, 75.

²⁵² Cf. Grün, *Os Diez Mandamientos*, 150.

²⁵³ James D.G.Dunn, *A Teologia do Apóstolo Paulo*, trad. Edwino Royer (Paulus; S. Paulo, 2003), 278. Dunn estabelece aqui uma comparação com Gl 3,19, referindo que “o que Paulo diz em Gl 3,19 é que a lei ‘foi acrescentada por causa das transgressões’. A preposição *charin* é uso preposicional especial de *charis* (‘graça’) e assim faz soar uma nota muito mais positiva do que podia sugerir qualquer paralelo com Rm 5,20.” Ou seja, aqui, em Gálatas, realça mais o “sentido de fornecer uma solução para o problema causado pela violação da lei por parte daqueles aos quais e para os quais a lei fora dada. Em outras palavras, a alusão é provavelmente a grande função da lei na prescrição sacrificial, que estava no centro da lei para o Israel religioso”, “a prescrição do derramamento de sangue sem o qual não havia remissão dos pecados (Heb 9,22)” (Dunn, *A Teologia do Apóstolo Paulo*, 179).

²⁵⁴ Quando hoje olhamos para a chamada lei de Talião, “olho por olho, dente por dente...”, que permitia a vingança na proporção da ofensa sofrida (Ex 21, 23-25; Lv 24,17-21; Dt 19,21), parece-nos, e de certo modo o é, uma coisa ultrapassada, ou mesmo arcaica. No entanto, se percebemos que num mundo de violência, em que os erros e as faltas eram vingados sete vezes, como Caim, ou setenta vezes sete, como Lamec (cf. Gn 4,23-24), fica claro que, esta lei veio estancar a espiral da violência, limitando-a à proporcionalidade de um olho por um olho.

Daí que, já pela voz dos profetas, Deus revele ao seu povo, o seu projeto futuro para uma liberdade bem maior, que a primeira Lei permitia, a Lei que veio por Moisés. Uma lei nova haveria de ser dada: “imprimirei a minha lei no seu íntimo e gravá-la-ei em seu coração (...). Ninguém ensinará mais o seu próximo ou o seu irmão” (cf. Jer 31,31-34). Uma lei que procede do Único, e é Seu Espírito: “Dar-vos-ei um coração novo e introduzirei em vós um espírito novo: arrancarei do vosso peito o coração de pedra e vos darei um coração de carne. Dentro de vós porei o meu espírito fazendo com que sigais as minhas leis e obedeçais e pratiqueis os meus preceitos” (Ez 36,26-27), ou ainda: “Introduzirei em vós o meu espírito e vivereis” (Ez 37,14). O Espírito de Deus, pois, é que é fonte de vida e igualmente de liberdade.

2.2. *O mito da queda e a noção de pecado*

Este ponto de estudo desenvolvido a partir da obra Paul Ricoeur, *A Simbólica do Mal*, surge da necessidade de entrarmos na questão da existência do mal e do pecado que imperou até Jesus Cristo, antes de nos debruçarmos sobre a sua obra redentora e falarmos da “liberdade dos filhos de Deus” como liberdade redimida.

A humanidade, bem cedo, começou a tomar consciência do problema da existência do mal no mundo, para daí deduzir, mais tarde, a realidade do pecado no ser humano. Ora, a consciência da finitude e vulnerabilidade da vida humana, na sua impotência diante das “forças superiores” e mormente, diante da morte, foi plasmada por S. Paulo na célebre expressão: “Que homem miserável sou eu! Quem me há de libertar deste corpo que pertence à morte?” (Rm 7,24).

Não é, portanto, por acaso que, na Bíblia, este problema começa a ser tratado logo no segundo capítulo do primeiro Livro, o Génesis, sabendo nós que este texto é anterior, na sua redação, ao texto do primeiro capítulo. Na verdade, este é um tema que sempre inquietou o ser humano, desde que ele começa a tomar consciência de si, como parte integrante de um todo ordenado, que é o mundo, ou seja, o Universo. Este Universo, o ser humano reconhece-o como sendo governado por forças superiores, por deuses ou, já numa perspetiva criacional monoteísta, por um Deus único, que interpela o ser humano e lhe pede contas de suas ações, respondendo também benevolmente às suas ânsias e pedidos.

Ora, o ser humano começa a procurar integrar e a entender, dentro das suas possibilidades, essa ‘coisa’, que todo o ser humano experimenta, e a que chamamos ‘mal’ e

Percebendo isto, percebemos também o quão grande contributo não foi o seu, para cumprirmos este caminho inacabado que tem por fim o desconcertante ensinamento Jesus de não resistir ao mal (Mt 5, 38-42; Lc 6, 27-30)) e amar os inimigos (Mt 5, 43-45; Lc 6, 35).

‘pecado’ e, de certo modo, se manifesta sob as mais diversas formas, principalmente como perda, seja de alegria, de liberdade, de saúde, de unidade, em último caso, da vida. Para além disto, também a ação do ‘mal’ provoca em nós “o medo do impuro” e faz com que, “os ritos de purificação” constituam “o pano de fundo de todos os nossos sentimentos e dos nossos comportamentos relacionados com a falta”²⁵⁵.

No caso da “narrativa da queda na Bíblia”, sabemos que esta procede de tradições mais antigas “do que a predicação dos profetas de Israel”, mas sabemos também que, ela “vai buscar o seu sentido a uma experiência do pecado que é em si mesma um contributo da piedade judaica”. Sem dúvida que “a ‘confissão dos pecados’ no culto”, assim como “o apelo profético à ‘justiça e ao direito’” dão ao mito uma certa fundação de sentido.²⁵⁶ Isto porque, sendo a linguagem “a luz da emoção”, “através da confissão o homem continua a ser palavra mesmo na experiência do seu absurdo, do seu sentimento, da sua angústia”²⁵⁷. E isto, do ser humano também “ser palavra”, tem muito que se lhe diga!

Já antes dos judeus, assírios e babilónios desenvolveram práticas de penitência e orações, que ao mesmo tempo que suscitavam “um aprofundamento da consciência de culpa”, tornavam também “compreensível todo o sofrimento”. Isto foi assim até a questão do sofrimento dos inocentes por em crise essa “teologia do pecado”, primeiro na babilónia e depois em Israel.²⁵⁸

Começando então por tomar a palavra *pecado* na língua hebraica, que é o contexto que mais nos importa nesta fase, verificamos que ela tem várias raízes. A primeira, *chattat*, tem por significado falhar o alvo, enquanto a segunda *’awon*, aponta para “o do caminho tortuoso”. Estas “duas raízes, tomadas em conjunto”, apresentam uma ideia de “afastamento em relação à ordem, o desvio em relação ao caminho correto”, sem que com isto se tome em conta “o motivo do ato ou a qualidade íntima do agente”. A palavra grega *αμαρτεμα* (*amartema*), assim como a latina, *peccatum*, “têm um parentesco com a primeira raiz do hebraico”. A terceira raiz *pesha’*, designa “a revolta, a dura cerviz”, referindo “a própria má intenção” e “já não o afastamento objetivo em relação à vontade de Deus; a rutura é aqui tematizada enquanto iniciativa”, é o querer humano em oposição “à vontade santa que fornece o cerne da imagem”. Por fim surge a raiz *shagah* que se refere à “situação de extravio, de perdição, na qual se situa o pecador. No entanto, se a imagem da revolta é a mais enérgica, a do extravio é mais radical, dado visar desde logo uma situação global”. Levada a “rutura do diálogo”, faz do ser humano “um estrangeiro ao seu lugar ontológico. O silêncio de Deus, a

²⁵⁵ Cf. Ricoeur, *A Simbólica do Mal*, 41.

²⁵⁶ Cf. Ricoeur, 22-23.

²⁵⁷ Ricoeur, 24.

²⁵⁸ Cf. Ricoeur, 66.

ausência de Deus são, de alguma forma, o símbolo recíproco do de ser extraviado, de ser perdido; isto porque o ser extraviado foi ‘abandonado’ por Deus”²⁵⁹. Tudo isto é muito importante para percebermos o fundamento da “liberdade dos filhos de Deus”.

Ricoeur defende que “é no seio” da interação entre vocação (Deus chama o ser humano) e invocação (o ser humano invoca a Deus), “que se desenrola toda a experiência do pecado”. Ou seja, “aquilo que há em primeiro lugar não é a essência, mas a presença. (...) O mandamento é uma modalidade da presença, a saber, a expressão de uma vontade santa”, sendo o pecado, não uma “a transgressão de uma regra abstrata” ou “de um valor”, “mas antes uma lesão de um vínculo pessoal; é por isso que o aprofundamento do sentido do pecado estará relacionado com o aprofundamento do sentido dessa ligação primordial que é o Espírito e a Palavra”²⁶⁰. Daí que se depreende que tanto maior será o pecado, quanto maior for essa ligação que é Espírito e Palavra, com que se rompe.

Subjacente no “simbolismo do pecado” está, pois, “a ideia de uma relação destruída”²⁶¹. Mas o pecado não se fica apenas por uma “rutura de relação”, já que ele “é também a experiência de um poder que domina o homem”, isto porque “também o pecado é ‘qualquer coisa’, uma ‘realidade’”²⁶², no dizer de Ricoeur.

Mas, assim “como o pecado é caminho extraviado”, também “o retorno é desvio do mau caminho” e “reforço do vínculo primitivo”, uma restauração do que estava perdido ou quebrado. Por isso, esta ideia esteja frequentemente associada “a imagens de tranquilidade, de repouso junto do porto seguro da vida”. Deste modo, “o retorno é assim o equivalente de um restabelecimento da consciência; é o fim da errância”, “a possibilidade de ‘permanecer neste lugar’ (Jeremias 7,3-7; 25,5)”²⁶³ que a parábola do Pai misericordioso (Lc 15-24), tão bem expressa, seja na espera paciente do pai, no seu sair ao encontro dos seus filhos, na prontidão para perdoar e fazer a festa que faz o filho “morto” sentir de novo a vida. Aqui, nesta parábola, o pai apresenta-se-nos como o lugar a reconhecer e no qual se deve permanecer.

“Descobrir que se é ‘vão’”, no dizer de Ricoeur, “não significa tornar-se objeto, mas antes aceder ao santuário da salvação pela porta estreita da verdade”²⁶⁴.

Logo, não é possível compreender o simbolismo do pecado sem o da redenção, assim como também não é possível “falar de mancha sem falar de purificação; por maioria de razão, a posição, a negação e a reafirmação da Aliança formam um conjunto simbólico coerente”. Sendo a negação fruto da liberdade humana e ‘a reafirmação da Aliança’ fruto da bondade de

²⁵⁹ Cf. Ricoeur, *A Simbólica do Mal*, 88-89.

²⁶⁰ Cf. Ricoeur, 68-69.

²⁶¹ Ricoeur, 90.

²⁶² Cf. Ricoeur, 87.

²⁶³ Cf. Ricoeur, 96.

²⁶⁴ Ricoeur, 102.

Deus. A Aliança sendo “o símbolo de uma relação quase personalista, o símbolo fundamental do pecado exprime a perda de um vínculo, de uma raiz, de um solo ontológico: a isso corresponde, do lado da redenção, o simbolismo fundamental do ‘retorno’”²⁶⁵, sabendo que, “o simbolismo do ‘retorno’ remetia para a ideia de uma potência que mantém o homem cativo e à qual se tem de pagar um preço para que ele possa ser libertado”²⁶⁶. E esta é a ideia que nos importa e nos move na abordagem deste assunto e neste trabalho, a liberdade como fruto de uma libertação paga a um - alto - preço, a vida do Justo.

No entendimento de Paul Ricoeur, e que nós acompanhamos, o problema essencial da existência não é tanto o da “liberdade, entendida no sentido de uma escolha a tomar em face de uma alternativa radical, como a da libertação; o homem cativo do pecado é um homem a libertar; todas as nossas ideias de salvação, de redenção – ou seja, de resgate – procedem dessa cifra inicial”²⁶⁷.

Ora, o mito adâmico, quando “narra como um acontecimento a passagem da inocência ao pecado” fá-lo de modo a entendermos que o ser humano é um ser “destinado para o bem e inclinado para o mal”²⁶⁸. E é verdade que podemos perceber que “toda a dimensão do homem – linguagem, trabalho, instituição, sexualidade – tem impressa a dupla marca do bem como destino e da tendência para o mal”²⁶⁹.

No meio de tudo isto, é necessário “compreender que ao criar o homem livre, Deus deu-lhe uma liberdade finita” e essa finitude decorre de que “ela é desde a origem orientada, não, sem dúvida, por aquilo a que chamamos ‘valores’, que são produtos culturais já muito elaborados, mas por um princípio de hierarquização e de preferência entre os valores”. E é “esta estrutura ética da liberdade” que “constitui a própria autoridade dos valores em geral”²⁷⁰. Ricoeur segue assim na linha de S. Agostinho que, como já vimos no primeiro capítulo, e no início deste capítulo, defende estar a liberdade profundamente relacionada com a preferência

²⁶⁵ Cf. Ricoeur, *A Simbólica do Mal*, 87.

²⁶⁶ Cf. Ricoeur, 108. Podemos ainda ler aqui que “as três raízes que exprimem essa ideia de libertação desenvolvem, cada uma delas, um aspeto desse intercâmbio, que evoca uma ideia semelhante é de Fédon, a de ‘trocar’ as paixões pela virtude”. A raiz *gaal* aponta para os sentidos “de proteger, cobrir no sentido de esconder, resgatar, libertar”. A raiz *padah* designa o “resgate da oferta dos primogénitos ou dos escravos mediante um preço”. A raiz *Kapar* dá origem a *kopher* que assinala o “preço mediante o qual pode ser perdoada uma sanção grave ou salvar uma vida”.

²⁶⁷ Ricoeur, 110.

²⁶⁸ Ricoeur, 253.

²⁶⁹ Ricoeur, 265. Ainda aqui pode ler-se a respeito do ‘mito adâmico’ que “a nudez do par inocente e a vergonha que se segue à falta, mostram a mutação humana de toda a comunicação, colocada doravante sob o signo da dissimulação. O trabalho, de alegre, torna-se penoso, e coloca o homem numa atitude de hostilidade para com a natureza. A dor do parto ensombra a alegria da procriação. O conflito entre a descendência da mulher e a serpente simboliza a condição militante e sofredora da liberdade, de ora em diante vítima dos ardis dos desejos (comparar com Genesis 4, 7). Até a morte é alterada: a maldição não reside tanto no facto do homem ter de morrer (‘porque tu és pó e ao pó voltarás’), mas no facto de afrontar a morte na angústia da sua iminência; a maldição é a modalidade humana de morrer.” p.265-266.

²⁷⁰ Cf. Ricoeur, 267.

das realidades superiores às inferiores. A título de exemplo, são preferíveis os bens imutáveis e eternos aos bens efêmeros.

No mito adâmico “o fruto proibido representa a interdição em geral”. De facto, o que estará aqui em causa, não será tanto “a monstruosidade do ato enquanto tal”, mas sobretudo “a alteração da relação de confiança entre o homem e Deus”²⁷¹. O que na verdade “é interdito, não é isto ou aquilo, mas uma qualidade de autonomia que tornaria o homem o criador da distinção entre o bem e o mal”²⁷², juízo este que somente a Deus deve caber. Por isso, disse o Senhor: “Não julgueis e não sereis julgados...” (Mt 7,1; Lc 6,37).

Paul Ricoeur, entrando num tema bastante caro para este trabalho, que é o tema da inocência, até porque, acreditamos que a inocência é um forma de liberdade, refere que, “para uma liberdade inocente, este limite já não seria de modo algum sentido como uma interdição”, o que é uma afirmação muito interessante, porque a inocência, ao mesmo tempo que é fruto de uma confiança inabalável, é também uma espécie de proteção para, não desejarmos mais do que aquilo que devemos desejar. Ricoeur continua dizendo que “já não sabemos o que é essa autoridade originária, contemporânea do próprio nascimento da liberdade finita; em particular, já não sabemos no que poderia consistir um *limite* que não oprime, mas que orienta e conserva a liberdade” porque também “já não temos acesso a esse limite criador”. O que conhecemos é “apenas o limite constringente” pois, “é sob o regime da liberdade falhada que a autoridade se torna interdição”. E segundo Ricoeur, “é por isso que o ingénuo autor da narrativa bíblica projeta a interdição na inocência, tal como nós a experimentamos ‘depois’ da queda”. Ou seja, “a queda é do homem e, em simultâneo, da ‘lei’” tal como diz S. Paulo, “o mandamento que me devia levar à vida, esse mesmo levou-me ao pecado” (Rm 7,10). Então, a queda é uma “cesura ao longo de tudo o que é humano no homem: tudo – sexualidade e morte, trabalho e civilização, cultura e ética – releva de uma natureza originária perdida, contudo sempre subjacente, e, simultaneamente, de um mal que, apesar de radical, não deixa de ser contingente”²⁷³.

Esta ideia de um “limite criador” “que não oprime, mas que orienta e conserva a liberdade”, aponta-nos para um tempo de inocência ou uma liberdade sonhada, ou seja, para um estado de pureza já perdida, mas não de todo esquecida, ou como diz o autor, “de uma natureza originária perdida, contudo sempre subjacente”. Ora, o mal é contingente porque “o pecado não define o ser-homem”, já que “para lá do seu devir pecador está o seu ser criado”. Essa foi a “intuição radical” que o redator bíblico manifestou através da “palavra do Senhor

²⁷¹ Cf. Ricoeur, 267-268.

²⁷² Ricoeur, 269.

²⁷³ Ricoeur.

Deus: ' façamos o homem à nossa imagem, como à nossa semelhança'". A isto Ricoeur acrescenta que "a *imago dei* [imagem de Deus], é todo o nosso ser-criado, e, ao mesmo tempo, toda a nossa inocência", porque "a 'bondade' da criação" provém nada mais nada menos do "seu estatuto de 'criatura'". Quer isto dizer que "toda a criação é boa e a bondade própria do homem consiste em ser imagem de Deus"²⁷⁴.

No entanto, a questão: "é verdade ter-vos Deus proibido...?" (Gen 3,1) "faz surgir subitamente o limite como interdição. A entrada na vertigem começa pela alienação do mandamento; de repente, ele torna-se o meu 'Outro', ao passo que antes era o meu 'Oriente'²⁷⁵, isto é, o que me orienta e em quem me oriento. Um "desejo de infinidade" irrompeu, mas este desejo não provém "da razão e da felicidade", é, antes por outro lado, "a infinidade do próprio desejo, é o desejo do desejo que se apodera do conhecer, do querer, do fazer e do ser: '...abrir-se-ão os vossos olhos e sereis como Deus, ficareis a conhecer o bem e o mal'" (Gen 3,5). E é este desejo que transforma a finitude, de ser simplesmente um "ser criado", numa coisa insuportável. O âmago "da interrogação da serpente é o 'mau infinito' que perverte, simultaneamente, o sentido do limite que orientava a liberdade e o sentido próprio da finitude dessa liberdade orientada assim pelo limite"²⁷⁶.

Vale a pena ouvirmos a reflexão que Ricoeur nos proporciona em jeito de conclusão:

"Essa semelhança com os deuses, por intermédio da transgressão, é qualquer coisa de muito profundo: quando o limite deixa de ser criador e Deus parece barrar o caminho ao homem através dos seus interditos, o homem retoma a sua liberdade na ilimitação do Princípio da existência, e forma o desejo de se colocar no ser como criador de si e por si mesmo. De resto, a serpente não mentiu completamente: a era aberta à liberdade pela falta é uma certa experiência do infinito, que nos esconde a situação finita da criatura, a finitude ética do homem. De ora em diante, o mau infinito do desejo humano – o sempre outro, o sempre mais – que anima o movimento das civilizações, o apetite do prazer, da posse, de poder, de conhecimento, parece constituir a realidade humana. Essa inquietude que nos torna insatisfeitos com o presente, parece ser a nossa verdadeira natureza ou, antes, a ausência de natureza que nos faz livres. De uma certa maneira, a promessa da serpente marca o nascimento de uma história humana conduzida pelos seus ídolos ao infinito; toda a fenomenologia se desenvolve neste recinto de vaidade, sob a categoria do Pseudo"²⁷⁷.

²⁷⁴ Ricoeur, *A Simbólica do Mal*, 270. É interessante ler ainda aqui a seguinte reflexão do autor, onde diz que: "por mais antigo que o pecado seja relativamente aos pecados, a inocência é 'mais antiga' do que ele; essa 'anterioridade' da inocência relativamente ao pecado mais 'velho' é como a cifra temporal da profundidade antropológica".

²⁷⁵ Ricoeur, 272. Ainda aqui e no seguimento, pode ler-se: "Ao flutuar longe de mim, o mandamento torna-se insuportável; o limite criador torna-se negatividade hostil e, como tal problemático: Ter-vos-á Deus verdadeiramente proibido...? Ao mesmo tempo que o sentido do limite ético se torna obscuro, o sentido da finitude ensombra-se".

²⁷⁶ Cf. Ricoeur.

²⁷⁷ Ricoeur, *A Simbólica do Mal*, 272-273.

Ricoeur apresenta-nos assim, a partir do relato bíblico, com grande clareza e profundidade, um fiel retrato daquilo que somos. No fundo, é, em parte, a história da nossa Humanidade. E dizemos em parte, porque sem a intervenção de Deus, o Pai de Jesus Cristo, na História, esta história que é a nossa, certamente acabaria em tragédia.

Mas continuando, afirma o autor: “não é a libido humano que é causa de queda”, como é tão comum pensar-se, “é a estrutura de uma liberdade finita”. Sendo que “a mulher representa aqui este ponto de menor resistência da liberdade finita ao apelo do Pseudo, do mal infinito”²⁷⁸. Consequentemente, o ceder ao mal infinito equivale a pecar. “A serpente consistiria, assim, numa parte de nós mesmos que não reconheceríamos; seria isso a sedução de nós mesmos por nós próprios, projetada no objeto de sedução”²⁷⁹. Isto ocorre através de um processo em que a “má-fé se apodera, então, da quase exterioridade do desejo para a mascarar de álibi da liberdade. A astúcia da justificação consiste em colocar no exterior a tentação que oscilava na fronteira do interior e do exterior”. Portanto, a serpente tem aqui uma função, a de representar “a projeção psicológica do desejo”. Ou seja, “é a imagem do ‘fruto’”, imagem deturpada do fruto, diga-se, mais “a má-fé da justificação” que serve de motivação. Mas, a serpente, defende Paul Ricoeur, não se fica por uma simples “projeção da sedução do homem por ele mesmo”, ou da “nossa própria animalidade excitada pela interdição, inquietada com a vertigem da infinidade, pervertida pela preferência que cada um dá de si mesmo e à sua própria diferença e que seduz a nossa própria humanidade”. A serpente é, para além de tudo isto, “‘exterior’ de uma forma mais radical e, aliás, múltipla”²⁸⁰. Ou seja, “do espetáculo das coisas, do curso da história, da crueldade da natureza e dos homens, procede um sentimento do absurdo universal que convida o homem a duvidar do seu destino”. Tudo parece assim, correr num sentido inverso à bondade e à felicidade destinada. Por conseguinte, “existe assim uma dimensão do nosso mundo que nos afronta como caos, simbolizado pelo animal ctónico” e “para uma existência humana, essa aparência de caos, é uma estrutura do

²⁷⁸ Ricoeur, *A Simbólica do Mal*, 274. muito interessante a seguinte anotação ainda aqui: “Eva não é” “a mulher enquanto ‘segundo sexo’; toda a mulher e todo homem são Adão; todo homem e toda a mulher são Eva; toda a mulher peca ‘em’ Adão, todo o homem é seduzido ‘em’ Eva”.

²⁷⁹ Ricoeur, 275. “A serpente representa, então, essa dimensão de passividade da tentação, vogando na fronteira do exterior e do interior, e que o Decálogo apelida já de ‘cobiça’ [convoitise] (Décimo Mandamento). Podíamos até dizer, na linha de S. Tiago, que este pseudo-exterior só se torna uma realidade estranha pela má-fé; ao argumentarmos a partir desse cerco que a cobiça [convoitise] faz à nossa liberdade, procuramos desculpar-nos e inocentar-nos a nós próprios acusando o Outro. Desta maneira, alegamos o caráter irresistível das nossas paixões para nos justificarmos a nós próprios; é, aliás, o que faz a mulher quando interrogada por Deus, após o ato fatal: porque fizeste isso? Ela responde: ‘a serpente seduziu-me’”.

²⁸⁰ Ricoeur, 276. António Couto, diz que “o significado da cobra bíblica no relato criacional é de ser a tradução simbólica e narrativa do fascínio que a transgressão do Mandamento divino exerce sobre a consciência, segundo o qual, dizer não a Deus é não só possível, mas também desejável”. Portanto, a cobra, aqui, é sobretudo “a objetivação da radical estrutura e altura da liberdade humana”. O homem não podia ser livre face a Deus, se não lhe fosse dada a possibilidade de poder dizer não a Deus, já que, preferir o melhor, o mais apetecível, entre as várias possibilidades, é, tão somente, um ato espontâneo e, por isso, “não comporta a liberdade”, mas sim a sua negação (cf. Couto, *Peutateuco*, 247-248).

universo”²⁸¹. Deste modo, a serpente é símbolo de “alguma coisa do homem” e de “alguma coisa do mundo”, remete, portanto, para “uma dimensão do microcosmo e uma dimensão do macrocosmo, o caos em mim, entre nós e no exterior. Mas é sempre o caos para mim, existente humano destinado à bondade e felicidade”²⁸². Então, é como se o desacreditar e o esquecimento dessa finalidade feita de bondade e de felicidade que nos está destinada, correspondesse ao ato de ceder a esse caos que se insinua em nós, entre nós e diante de nós, ora a partir do interior, ora a partir do exterior.

Terminamos assim a abordagem a este tema, com este precioso contributo de Paul Ricoeur. Aqui podemos perceber pontos de convergência com outros que foram abordados no início deste capítulo dedicado à ontologia da liberdade, e dos quais destacamos a possibilidade da negação da liberdade pela própria liberdade, aqui apresentada como um engano que se insinua, ou seja, pertencendo à categoria de “Pseudo”. No entanto, há uma coisa que emerge de entre outras, o relato bíblico da criação (Gen 2,5 – 3,13) ensina-nos, no que se refere à lei relativa à “árvore do conhecimento do bem e do mal” (Gen 2,15-17), que “não há responsabilidade divina no pecado humano”. Objetivamente, o pecado é uma espécie de “defecção” do plano divino. Então “o que se vê a emergir” desta intuição do povo bíblico é “o princípio de uma possível responsabilidade humana no pecado” e portanto, a existência “de uma liberdade humana”²⁸³.

Aliás, na tradição judaica, “o processo subversivo da descoberta do pecado, que é o mesmo que aquele da descoberta da liberdade, atingiu um certo degrau” em que “a vida moral supõe uma luta entre a impulsão má (yetzer há-ra) e a impulsão boa (yetzer há-tov)”. A impulsão má “é ativa desde a nascença”, e está, portanto, associada a uma animalidade, própria também nos seres humanos. A impulsão boa começa a aparecer na “idade de discernimento e pode controlar a primeira se a pessoa se alimenta da Lei”²⁸⁴. A Lei apresenta-se então como uma força que transcende e domina a animalidade permitindo ao ser humano o seu amadurecimento.

Portanto, e para fecharmos este ponto, percebemos que o tema da liberdade é um tema muito forte no Antigo Testamento, ainda que aqui, o conceito de liberdade não passe de uma abstração, se o compararmos com o modo de como o entendemos hoje, principalmente no mundo ocidental. No entanto, a libertação do povo de Israel do Egito, onde de povo acolhido havia passado a povo escravizado, atravessa-o de lés-a-lés, despertando na consciência do “povo escolhido”, essa vontade maior e imensa de Deus, que deseja que o seu

²⁸¹ Ricoeur, *A Simbólica do Mal*, 277.

²⁸² Ricoeur.

²⁸³ Cf. Alison, *Le péché originel*, 167.

²⁸⁴ Cf. Alison, 172.

povo seja livre (cf. Ex 2,23-24). Essa vontade manifesta-se em diversas alturas e de diferentes modos, ao longo das Escrituras. Só para mencionar algumas. No resgate dos “escravos” e o perdão das dívidas, em anos jubilares. No modo como Israel deve tratar os estrangeiros. Quando Deus, inconformado, mostra que, forçar os outros a sofrer as consequências daquilo que se faz, é também impedir a sua liberdade, e disso é exemplo, o clamor do pecado de Sodoma e Gomorra que chegou aos ouvidos de Deus (cf. Gen 18,20-30). Nos caminhos longos e tortuosos, experimentados pelo admirável José, que percebeu e bem, que tudo o que lhe havia sucedido, foi para que ele pudesse salvar toda a sua família, onde se incluíam os próprios irmãos que o tinham vendido a comerciantes de escravos a caminho do Egito (cf. Gn 37-46).²⁸⁵ Ou então quando, pelo profeta Isaías, Deus fala que: “o jejum que me agrada é que soltes as ligaduras da impiedade, desfaças as ataduras da servidão, deixes livres os oprimidos e despedaces todo o jugo” (Cf. Is 58,6). Ou quando escutamos o salmista: “O Senhor é a minha força e a minha proteção/ A ele devo a minha liberdade” (Ex 15,2). Ou aquela magnífica profecia de Isaías, cumprida em Jesus e que diz da sua missão no mundo: “o Espírito do Senhor DEUS está sobre mim, porque o SENHOR me ungiu para anunciar a boa nova aos pobres, para curar os contritos de coração, proclamar a libertação aos cativos e a liberdade aos prisioneiros” (cf. Is 61,1).

E servindo-nos desta última profecia, fechamos aqui este tema da liberdade no Antigo Testamento, abrindo a porta para o último tópico deste capítulo. Pois, este Escrito lido por Jesus em Nazaré (cf. Lc 4,16-19) introduziu-o na sua vida pública (segundo Lucas) e introduzir-nos-á também a nós na liberdade que nasce a partir do Dom de Deus em Cristo.

3. A liberdade à luz do Novo Testamento

Desde já e olhando mais atentamente para a anterior profecia, aqui citada, de Isaías (61,1), percebemos que o Messias, a quem se referia a profecia, tinha uma missão específica, que era também uma missão contra a corrente do mundo. A missão do ungido de Deus, não era manter ou aumentar a riqueza e o poder em torno de si para em seguida deixar aos do seu sangue. Não. A sua missão era, tal como o Pai, o ‘Eu sou’ da passagem da sarça ardente, descer, sair do Si e vir ao encontro da nossa humanidade, tomando-a como sua para nos ouvir, ver, curar e libertar... Movimento da humildade divina magnificamente apresentado por S. Paulo nas seguintes palavras: “Jesus que era de condição divina (...) tornou-se semelhante aos

²⁸⁵ Não é de amor e liberdade que se fala aqui, quando se fala do que José fez? De amor a Deus e aos seus e de liberdade em relação a si mesmo, por amor de Deus. José foi capaz de, livre de si, interpretar os acontecimentos a partir de Deus, a partir de um Deus que ama a vida e quer a salvação de todos, mais que a condenação dos culpados. Deixando, portanto, para trás julgamentos e superando todo e qualquer desejo de vingança contra os irmãos, José, a vítima que se predispõe a perdoar e salvar também aqueles de quem sofreu cruel injustiça, torna-se um arquétipo de Jesus Cristo, o Salvador do mundo.

homens” (Fil 2,5-7). Ou então, de um modo ainda mais maravilhoso, nas palavras de S. João: “No princípio era o Verbo (...). Nele estava a Vida de tudo o que veio a existir. E a Vida era a luz dos homens (...). E o Verbo fez-se homem e veio habitar conosco (...) cheio de graça e de verdade” (cf. Jo 1,1-14).

E foi assim que, começando pelos últimos, os esquecidos, os abandonados, aqueles que, portanto, não fazem história, nem contam para a história, Jesus foi levar-lhes a Boa Notícia de que Deus não se esquecera deles nem os abandonara, porque não se pode esquecer ou abandonar quem se ama! Pobres, humildes, doentes, exilados - não só da sua terra, mas também da sua identidade -, encarcerados - não só nas prisões físicas, mas também presos em seus medos, preconceitos e ignorância, ou nas teias socioculturais e psicológicas dos dominadores do mundo. Todos viam agora uma nova e viva luz, pois, como está escrito, “o povo que andava nas trevas viu uma grande luz; habitavam numa terra de sombras, mas uma luz brilhou sobre eles” (Is 9,1-2). Uma luz vinha de Deus e vinha ao seu encontro. Luz que transformava as suas vidas, enchendo-os de esperança, e revelando-lhes que para Deus, os últimos são os primeiros e os primeiros, os últimos. Esta Mensagem não caiu em saco roto, perdendo-se no esquecimento. Ela é uma força inextinguível e silenciosa, viva e transformadora, que permanece ativa no mundo como vontade de Quem não tem opositores à altura. Vontade contemplada e cumprida na história por Seu Filho, que um dia exclamou: “Eu te bendigo ó Pai, Senhor do Céu e da Terra, porque escondeste estas coisas aos sábios e entendidos e as revelaste aos pequeninos” (Mt 11,25). Para em seguida confirmar a sua identidade, revelando igualmente a via para se chegar ao Pai: “Tudo me foi entregue por meu Pai; e ninguém conhece o Filho senão o Pai, como ninguém conhece o Pai senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar” (Mt 11,27).

E cá está, sempre e de novo, este movimento libertador: o vencedor vem em auxílio dos vencidos! Desta vez, não é apenas a voz de Deus que se faz ouvir a alguém que, escolhido, é enviado em seu nome. Agora, é Ele mesmo que vem em Pessoa, feito homem, revestido, portanto, da nossa humanidade. De novo, Ele vê bem o sofrimento do seu povo, ouve os seus clamores, abeira-se da sua situação por dentro e vem ao seu encontro para o libertar e o encaminhar para a terra da verdadeira liberdade: “Eu sou o caminho, a verdade e a vida”, “ninguém chega ao Pai senão por mim” (Jo 14,16).

A necessidade de olharmos melhor para essa extraordinária característica de Jesus que, como Deus-que-vem, nos fala ao coração, porque nos conhece como mais ninguém, faz-nos querer tratar aqui do tema das Bem-aventuranças. Por um lado, porque as Bem-aventuranças são a carta magna do Novo Testamento e são, no contexto do Sermão da Montanha, um símbolo deste movimento libertador operado pela graça de Deus. Por outro lado, porque nos

servirá de contraponto aos Dez Mandamentos, a carta magna do Antigo Testamento, já aqui também tratada.

3.1. *Bem-aventurados os libertados pela graça*

A novidade de Jesus começa desde logo no seu anúncio de que “o reino de Deus está próximo”, para em seguida proclamar o arrependimento e a necessidade de acreditar no Evangelho (cf. Mc 1,15). Ou seja, essa boa notícia, à qual Jesus de Nazaré dá corpo, só pode ser conhecida com uma predisposição para tal. E o arrependimento é necessário porque, é um exercício que nasce a partir do fruto de uma consciência reta e pura que se coloca diante de Deus e logo, ajuda o ser humano a reconhecer-se na situação em que se encontra. É que o pecado afeta, diz S. Boaventura, “de dois modos a natureza humana: a mente pela ignorância; a carne pela concupiscência”²⁸⁶. Por conseguinte, permite aos seres humanos reconhecerem os seus erros e também as suas vulnerabilidades. Esta disposição do ser humano, para a verdade, reconhecida e confessada, é que é essencial para a escuta da Boa Notícia de Jesus. A razão de ser disto é que, “no sentido bíblico e no sentido usual da palavra” “a criatura ‘confessa”” “a sua passagem do nada (néant) ao ser”²⁸⁷. Para se acolher a Palavra da verdade, é preciso uma boa disposição, sem erros e mentiras. E é a esse exercício que Jesus de Nazaré exorta os seus ouvintes, antes de tudo.

Jesus, pelo seu ensinamento e pelo exemplo de toda a sua vida, “desvela progressivamente o conteúdo misterioso e rico” deste Reino que Ele traz consigo. “Os discípulos pouco a pouco compreenderão que o Reino, de quem Deus é a fonte última e o centro, está, antes de mais, presente na pessoa de Jesus.” Eles compreenderão que Deus enviou o Seu Filho ao mundo para aniquilar “o mal sobre todas as formas”. Vencer o Mal, pois, para libertar todos aqueles que lhe estavam sujeitos era a sua missão. Logo, “na sua realidade positiva, o Reino é a Vida, a Vida em plenitude”, plenitude esta que só pode ser vivida em liberdade. E “é a presença eficaz de Deus que instaura e faz crescer a comunhão dos humanos com Ele e entre eles”²⁸⁸. Ora, esta comunhão, com Deus e entre nós, é que é essencial para a “liberdade dos filhos de Deus”, no nosso entendimento. Anotamos desde já o tema que aprofundaremos mais adiante.

Se acima vimos como o Decálogo pode ser caminho para a liberdade, no cumprimento dos Mandamentos, com a vinda do Messias, é a própria liberdade que vem ao nosso encontro

²⁸⁶ Boaventura, *Itinerário da Mente para Deus*, trad. António Soares Pinheiro, 4ª ed. (Faculdade de Filosofia da UCP: Braga, 1998), 69.

²⁸⁷ Paul Beauchamp, *L'Un et l'Autre Testament : Essai de Lecture* (Editions du Seuil : Paris, 1976), 261.

²⁸⁸ Cf. Marcel Dumais. *Le Sermon sur la Montagne: État de la recherche Interprétation Bibliographie* (Quebec: Letouzey e Ané, 1995), 128.

dizendo: “Vinde a mim, todos os que estais cansados e oprimidos e eu vos aliviarei (...) e encontrareis descanso para o vosso espírito” (cf. Mt 11,28-29). Jesus apresenta-se assim como o repouso, o “porto seguro da vida” o lugar a permanecer de que falava Paul Ricoeur. Esta nova lei, vinho novo em odres novos (cf. Lc 5,37), é antes de tudo Graça e, por isso, puro dom. Não exige nada mais do que o bom acolhimento. Não é uma carga pesada, é suave e leve (cf. Mt 11,30). É alegria a brotar livre e continuamente da fonte que, é o próprio Deus, santo e bom, o Deus e Pai de Jesus. É um peso assim como as asas o são para um passarinho, como diz Santo Agostinho. É um peso, uma carga, mas que permite a leveza e concede a destreza de poder voar. Logo, a Graça é o modo de Deus se relacionar com a Humanidade. Esta relação significa que cada pessoa justificada e redimida por Deus tem a possibilidade de se tornar, por ação de Deus, alguém bom e “vivente”, um ser novo num “mundo novo, em Jesus Cristo”.²⁸⁹ A Graça é ouvir o Filho de Deus a dizer-nos no amor do Pai que a alegria e a liberdade são irmãs muito chegadas que havemos de conhecer bem.

Logo, a obra da Graça realiza-se em Jesus e por Jesus, “a palavra primeira, criadora e interpelante de Deus” que emancipa o ser humano “do seu mundo natural e físico do desejo, projeção e identificação, oferecendo-lhe a possibilidade de transcender esse mundo”, sendo que, a adesão que é pedida ao ser humano, “só pode subsistir com a qualificação da liberdade na forma de consentimento”²⁹⁰.

O que na verdade Jesus veio fazer então, foi conduzir a Lei à perfeição (cf. Mt 5,17-18). Só que esta nova Lei é uma lei de liberdade e graça - bem diferente da antiga lei de servidão -, uma Lei que, através de “conselhos de perfeição”, contém aquilo que é preciso para chegar ao objetivo final, ou seja a alegria eterna.²⁹¹ Jesus vem ao mundo naquele movimento libertador de quem desce ao encontro para proclamar felizes esses que, tinham todas as razões do mundo para se sentirem vencidos e infelizes. Jesus veio assim abrir um mundo de novas razões e oferecer um caminho de alegria e esperança, aos que tinham diante si o desprezo e a desconsideração do mundo. Mas, como diz D. António Couto: “Tu, Senhor, Tu falas/ E um caminho novo se abre a nossos pés,/ Uma luz nova em nossos olhos arde;/ Átrio de luminosidade,/ Pão/ De trigo e de liberdade,/ Claridade que se ateia ao coração”²⁹².

Vejamus então agora, mais atentamente, esta carta magna que são as Bem-aventuranças, a partir da versão mais longa dos evangelhos, a de Mateus:

²⁸⁹ Cf. Karl Barth, *Carta a los Romanos*. 1ª ed., trad. Abelardo M. de la Pera (Biblioteca de Autores Cristianos: Madrid, 1998), 291.

²⁹⁰ António Couto, “Narrativas da Criação”, *Igreja e Missão* 192-193 (2003): 20-21.

²⁹¹ Martin Stiewe e François Vouga, *Le Sermon sur la Montagne: Un Abrégé de l’Evangile dans le Miroitement de ses Interprétations* (Genève: Labor et Fides, 2002), 26.

²⁹² Couto, *Uma Palavra*, 72.

*“Felizes os pobres em espírito, porque deles é o Reino do Céu.
Felizes os que choram porque serão consolados.
Felizes os mansos, porque possuirão a terra.
Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados.
Felizes os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia.
Felizes os puros de coração, porque verão a Deus.
Felizes os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus.
Felizes os que sofrem perseguição por causa da justiça, porque deles é o Reino do Céu.
Felizes sereis, quando vos insultarem e perseguirem e, mentindo, disserem todo o género de calúnias contra vós, por minha causa. Exultai e alegrai-vos, porque grande será a vossa recompensa no Céu; pois também assim perseguiram os profetas que vos procederam” (Mt 5,3-12)²⁹³.*

As Bem-aventuranças estão inseridas no Sermão da Montanha, no qual encontramos um resumo da pregação de Jesus e também o verdadeiro espírito da liberdade, presente no Nazareno. O Espírito presente no Sermão traz-nos a Boa Notícia que impregna a nossa breve existência de eternidade e, conseqüentemente, nos enche de esperança e confiança na justiça de Deus. Esta justiça, fruto do Seu amor, ultrapassa todo o entendimento e chama-nos a ser santos, como Deus é santo (cf. Lv 11,45), livres, como Ele é livre e, por isso, a aderir com alegria às suas “exigências”, na forma de um Sim.

Amar os inimigos, fazer bem aos que nos odeiam, orar pelos que dizem mal de nós sem motivo (cf. Mt 5,43-44), são algumas dessas exigências que, para além de evidenciar a grandeza do amor, que tudo supera e vence, dá lugar e a possibilidade, também ao outro, de abandonar a lógica do mal que o amarra ao erro. Portanto, a compaixão pelo inimigo que erra sobrepõe-se ao mal sofrido. Assim, as palavras de Jesus no discurso da Montanha, em especial nas Bem-aventuranças, mais do que constituir uma ética, “apelam antes de mais a uma mudança de atitude existencial e subjetiva de cada pessoa”. Mais do que apelar os discípulos e ouvintes a dar bons frutos, Jesus chama cada um a tornar-se uma árvore boa.²⁹⁴

Podemos dizer que, do ensinamento de Jesus, se salientam três pontos: “A importância do Reino para os homens, porque é fazendo parte dele que eles encontram a plenitude e a felicidade”, “as condições necessárias para o alcançar” e “a ligação entre a vinda do Reino e a vinda do Filho do Homem”. E porque as Beatitudes exprimem, antes de tudo, uma “tensão entre o já e o ainda não do Reino”, dirigem-se quer àqueles que estão marcados por uma situação concreta (principalmente em Lucas), mas também àqueles que “se deixam transformar interiormente”, por amor desse Reino (mais em Mateus). Ora, é preciso, antes de mais, que se diga que “os pobres, os famintos e os que choram” não são chamados felizes pelo

²⁹³ As Bem-aventuranças em Mateus, além de serem cinco a mais, distinguem-se das de Lucas, pelo facto de terem um forte cunho espiritual e ético (cf. Dumais, *Le Sermon sur la Montagne*, 140).

²⁹⁴ Stiewe, *Le Sermon sur la Montagne*, 12.

estado em que se encontram, que isso seria uma espécie de masoquismo, “mas por causa do amor privilegiado que Deus manifesta nesse sentido e pela promessa que um dia a situação será invertida”²⁹⁵. Esta é, pois, a obra da Graça e não será nunca uma obra do acaso.

A mensagem essencial tem um duplo sentido. Há uma “continuidade da proclamação de Jesus com as promessas veterotestamentárias” e afirma-se a “promessa e cumprimento da justiça”. Mateus coloca no centro do discurso uma certa convergência entre “a promessa da justiça”, procedente de Deus e a “procura da justiça”, por parte da humanidade.²⁹⁶

Em Mateus torna-se mais evidente que Jesus privilegia o “viver da justiça e para a justiça” e isso “significa existir num espírito de pobreza e de confiança no Pai celeste, ter um coração puro e tomar decisões claras, reencontrar o outro com misericórdia e doçura” e procurar construir a paz. Existe, portanto, uma ligação muito estreita entre a “proclamação da justiça e a Boa-nova da proximidade do Reino dos Céus”²⁹⁷.

Passemos agora a ver mais atentamente o sentido que cada uma das nove Bem-aventuranças de Mateus encerram em si e perceber como é que cada uma pode ser fonte de liberdade.

“*Felizes os pobres em espírito, porque deles é o Reino do Céu* (5,3). Entende-se aqui *pobres em espírito*, mais do que uma pobreza material, aqueles que o são no seu interior, isto é, aqueles que sabem que a vida e o necessário para ela, depende somente de Deus e por isso mesmo, se confiam a Ele, “como criança saciada ao colo da mãe” (Sl 131,2). Os pobres em espírito são também aqueles que, despidos de ambições, não se apoiam em si mesmos. São aqueles que, desapegados das coisas terrenas “colocaram toda a sua força em Deus”²⁹⁸, fonte e origem de toda a liberdade.

Felizes os que choram porque serão consolados (5,4). Estes *que choram* podem-se entender aqueles que, se entristecem e se amarguram com toda a injustiça, primeiramente, por Deus que é amor não ser amado, depois por não se dar na mesma medida que recebemos d’Ele, também por este mundo ser tão fechado ao Espírito da Verdade.²⁹⁹ Por causa disso é que há no mundo tanta injustiça e tanto sofrimento provocado pelo egoísmo. Daí que, *os que choram* com motivo, vítimas da injustiça alheia, ou pelas vítimas da injustiça, cumprem a “obra de misericórdia e recebem a consolação” dos justos.³⁰⁰ É neste espírito que S. Francisco de Assis diz no seu Cântico das Criaturas: “Louvado sejas, meu Senhor, por aqueles que

²⁹⁵ Cf. Dumais, *Le Sermon sur la Montagne*, 129-130.

²⁹⁶ Stiewe, *Le Sermon sur la Montagne*, 40-41.

²⁹⁷ Cf. Stiewe, 42.

²⁹⁸ Cf. Carlo Maria Martini, *Il Discorso della Montagna: Meditazioni* (Milano: Mondadori, 2007), 112.

²⁹⁹ Cf. Dumais, *Le Sermon sur la Montagne*, 146.

³⁰⁰ Cf. Martini, *Il Discorso della Montagna*, 113.

perdoam por teu amor e suportam doenças e tribulações. Bem-aventurados aqueles que as suportam em paz, pois por ti, Altíssimo, serão coroados”³⁰¹.

Felizes os mansos, porque possuirão a terra (5,5). Os mansos, tal como os pobres em espírito reconhecem a sua total dependência de Deus. Por mansos, podemos entender “aqueles que não fazem justiça por si mesmos, mas esperam somente em Deus”³⁰². Ou seja, são aqueles que para além de manterem uma “atitude de humildade e paciência face a Deus”, a conservam “igualmente nas suas relações com os outros”. O manso não desanima diante das provações, mas mantém-se confiante n’Aquele que tudo pode. O manso “aceita o tempo de Deus e o modo de Deus”. Por tudo isso, dizemos que o manso não é um simplesmente um fraco, mas antes, alguém que “tem uma grande força de alma”³⁰³. A mansidão tem aqui um sentido ativo, e não passivo, pois, o manso, de certo modo, sabe e quer-se livre da agressividade, livre dos condicionalismos e das provocações. Não será, portanto, de todo justo que sejam os mansos, os fortes de alma que confiam plenamente em Deus, a possuírem a terra?

Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados (5,6). Há quem defenda que estas, fome e sede de justiça, indicam um desejo profundo por acolher “um bem que se encontra fora do alcance e dos esforços” do ser humano.³⁰⁴ Mas se é verdade que tantas vezes nos tomamos por impotentes diante de tanta injustiça, também é verdade que Jesus Cristo veio mostrar-nos que esta fome e sede serão saciadas, sempre que quisermos cumprir a vontade de seu Pai,³⁰⁵ numa atitude de serviço e de confiança e isso será para si mesmo também uma fonte de liberdade.

Felizes os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia (5,7). Esta beatitude está ligada à anterior porque também neste caso se trata de uma questão de justiça. Jesus citando Oseias diz: “prefiro a misericórdia ao sacrificio” (Os 6,6), e em Lucas, Ele exorta-nos a sermos misericordiosos como nosso Pai é misericordioso (Lc 6,36). O termo misericordioso, em hebraico, designa o amor aos mais pobres e sobretudo aos pecadores. Misericordiosos são aqueles que se comovem “até às entranhas” e mitigam, em segredo – o mais quanto é possível –, o sofrimento do próximo. Comover-se como um Pai diante de seu filho que estava perdido e foi encontrado (Lc 15,20), ou “como Jesus diante da desgraça da viúva que perde o seu filho único” (Lc 7,13), ou ainda “como o samaritano que faz tudo por trazer à vida o desconhecido despojado e deixado meio morto”³⁰⁶ (Lc 10,33). A misericórdia alcançada pelos misericordiosos provém, pois, da justiça d’Aquele que conhece tudo, inclusive vê “no oculto”

³⁰¹ Fontes Franciscanas I, *Francisco de Assis*, 3ª edição (Braga: Editorial Franciscana, 2005), 81.

³⁰² Cf. Martini, *Il Discorso della Montagna*, 113.

³⁰³ Dumais, *Le Sermon sur la Montagne*, 145.

³⁰⁴ Dumais, 148.

³⁰⁵ Martini, *Il Discorso della Montagna*, 113.

³⁰⁶ Dumais, *Le Sermon sur la Montagne*, 155.

(Mt 6,6) e isso é um grande motivo de esperança e contribui também para a liberdade de quem não tem nada a esconder e quer ver as suas obras conhecidas.

Felizes os puros de coração, porque verão a Deus (5,8). Puros de coração são aqueles que, livres de malícia e de toda a perversidade, “procuram o bem, são leais aos olhos de Deus” e ao próximo. No fundo, são aqueles que são “transparentes nas suas relações”, seja com Deus ou com o seu semelhante.³⁰⁷ E porque são autênticos, caminham livres do espírito da sensualidade desordenada, deixando-se conduzir por uma reta intenção e cumprindo, acima de tudo, a vontade de Deus, sem deixarem nada a desejar. Os puros de coração são “aqueles que reservam a Deus a obediência de um coração indiviso” e “não se deixam invadir ou pisar por interesses deste mundo”³⁰⁸. Por tudo isto, estes merecerão ver a Deus, seu Libertador, em Quem encontrarão a alegria e liberdade eternas.

Felizes os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus (5, 9). Tal como os misericordiosos, e os mansos, os pacificadores cultivam o amor do próximo. No entanto, estes, mais do que uma disposição de alma, agem no sentido de semear ou fazer a paz ali, “onde há amargura, divisão, conflito, maledicência”, precisamente para que haja reconciliação, alegria e paz.³⁰⁹ Mas, “fazer a paz”, para além de promover a reconciliação entre os que estão em conflito, exige um forte sentido de justiça e uma grande liberdade no trato com o semelhante. E mais do que isso, exige uma negação de si mesmo, que levada ao extremo, resulta no amor aos próprios inimigos.³¹⁰ Foi o que veio fazer e ensinar o Senhor Jesus, o “Príncipe da paz”. Jesus Cristo foi, é e será sempre um inspirador para todos os que desejam fazer a paz. Ele manteve-se livre até ao fim. Como tal, não podemos esquecer que, tal como Ele, também não a faremos sem resistências, sejam elas interiores ou exteriores.³¹¹ E porque os verdadeiros pacificadores procuraram sempre que possível conduzir todos à alegria do convívio fraterno e da unidade, serão chamados filhos de Deus.

Felizes os que sofrem perseguição por causa da justiça, porque deles é o Reino do Céu (5,10). São perseguidos por causa da justiça aqueles que não se conformam nem com a “lógica do mundo”, nem com “este século”, onde os mais espertos se desenrascam sem cuidado com os demais e os simples são abandonados à sua sorte e desprezados.³¹² Os que sofrem por amor da justiça são os que têm a coragem de amar estes últimos contra a corrente do mundo e por amor desta justiça estão dispostos a suportar tudo. E se eles são felizes, não o são pela perseguição em si, que toda a perseguição é contrária à paz. São felizes pela sua

³⁰⁷ Dumais, *Le Sermon sur la Montagne*, 157.

³⁰⁸ Martini, *Il Discorso della Montagna*, 114.

³⁰⁹ Martini, 115.

³¹⁰ Dumais, *Le Sermon sur la Montagne*, 159.

³¹¹ Dumais, 160.

³¹² Martini, *Il Discorso della Montagna*, 115.

fidelidade àquele Bem maior, que a todos quer por igual. Jesus ao dizer ser destes o Reino do Céu, enche e fortalece com a fé e a esperança, apesar de todas as perseguições, quem sabe encontrar na Sua companhia a maior das liberdades, pois Jesus venceu o mundo (cf. Jo 16,33).

Felizes sereis, quando vos insultarem e perseguirem e, mentindo, disserem todo o género de calúnias contra vós, por minha causa. Exultai e alegrai-vos, porque grande será a vossa recompensa no Céu; pois também assim perseguiram os profetas que vos procederam (Mt 5,11). Esta beatitude é dirigida àqueles que provando a bondade do Senhor se prenderam a Ele, de tal maneira que, dizem com os eleitos: “Quem nos poderá separar do amor de Cristo?” (Rm 8,35). Pois, “não é o servo mais que o seu senhor, nem o enviado mais do aquele que o envia” (Jo 13,16). Esta Bem-aventurança manifesta que a presença amiga do Senhor Jesus é fonte de alegria, de liberdade e de paz, pois a morte causada pelos insultos, pelas perseguições e pela mentira não prevalecerão contra aqueles que vivem a causa de Jesus. E como se fosse pouco sentir a sua companhia nas tribulações deste mundo, ainda promete gozar da sua companhia *no Céu*, ou seja, por toda a eternidade, com aqueles que nos precederam mais os que nos hão de suceder.

Concluindo, dizemos que o Reino de Deus não é uma promessa de sucesso já para este mundo. É sim uma promessa, que nas Bem-aventuranças, torna felizes os que confiam plenamente em Jesus Cristo e por amor d’Ele se abandonam a Deus. Embora a consolidação do Reino se projete na eternidade futura,³¹³ esta “Boa-nova transforma a existência daqueles que a acolhem”³¹⁴. É uma alegria libertadora “fundada na fé e na esperança”, na confiança que a Palavra do Senhor se confirmará, “e não naquilo em que se vê”. Assim, “a dinâmica de fé e de esperança purifica totalmente toda a pretensão do homem” em se salvar a si mesmo,³¹⁵ que em verdade é um grande engano. Para além disto, também nos liberta, com certeza, daqueles sentimentos mais mesquinhos que nos levam a esperar por “gratificações imediatas”, e portanto, a viver menos “a alegria evangélica”. Por isso é que os verbos estão quase todos no futuro.³¹⁶

Todo o ensinamento de Jesus está centrado no amor de Deus (relação vertical) e no amor do próximo (relações horizontais).³¹⁷ E estes dois modos de relação só unidos crescem, fecundando-se reciprocamente.³¹⁸ Daí que, “as primeiras Bem-aventuranças mostram a nossa maneira de ser face a Deus, as últimas, os nossos comportamentos face ao próximo”³¹⁹. Mas o

³¹³ Cf. Martini, *Il Discorso della Montagna*, 119.

³¹⁴ Martini, 50.

³¹⁵ Cf. Martini, 118.

³¹⁶ Martini, 119.

³¹⁷ Dumais, *Le Sermon sur la Montagne*, 310.

³¹⁸ Dumais, 312.

³¹⁹ Dumais, 310.

termo e a realidade chave para se entender o Ensino de Jesus é o “Pai”. Logo, somos convidados a imitar, em liberdade e em grandeza, o amor magnânimo do Pai e de Seu Filho Jesus, porque Ele, antes de pregar, viveu o que ensinou,³²⁰ isto se queremos ser verdadeiramente livres.

Jesus fala, portanto, com uma autoridade que vai muito para além da Lei. A sua autoridade “toca a fibra mais íntima da existência humana”, ou seja, “o sentido de justiça e o perdão”. A autoridade de Jesus penetra a profundidade da alma humana e revela o que nela há de melhor,³²¹ porque “o fundo do ser humano procede do divino e tende para Ele”³²² e só n’Ele verdadeiramente se deleita.

O sermão da Montanha e em particular as Bem-aventuranças contêm uma ética do mais profundo humanismo, a dizer-nos que “nós só seremos plenamente humanizados vivendo uma existência de qualidade divina”³²³. Ou seja, Divino fez-se humano para elevar a nossa humanidade à Sua Divindade e isso coincide com a nossa libertação.

Na verdade, “as Bem-aventuranças são o projeto do reino de Deus”, pois é assim que Deus reina “nesta vida”, “não mediante obrigações ou imposições autoritárias, mas mediante a *reorientação do desejo*, de nossos anseios, apetites e ganâncias mais determinantes”. O que é preciso, pois, é voltar os nossos desejos, “centrados e concentrados na nossa própria e particular felicidade”, para aquilo que pode fazer feliz o outro. Em boa verdade, “quando Jesus anuncia as Bem-aventuranças o que na realidade faz é descrever a sua própria vida, a sua própria conduta”³²⁴, sempre voltada para o Outro e para os outros.

Pelas Bem-aventuranças, Jesus levanta o ser humano ao que de melhor ele pode aspirar já aqui, hoje e neste mundo. Uma vida vivida no concreto, com tudo o que isso acarreta, mas imbuída, já também, da eternidade que comunica o seu Espírito. Jesus é um revolucionário sim, mas... pacificador. Vem trazer um reinado novo, que se cumpre na sua Pessoa. Reinado que, separado e livre de toda e qualquer violência se centra todo no amor de Deus e do próximo.

Agora, os primeiros a alcançarem a liberdade são aqueles e aquelas que acreditam no Enviado de Deus e praticam os seus ensinamentos, já não são os poderosos, que se governam a si mesmos, ou os que possuem muitas coisas e naturalmente, são possuídos por elas. Não são aqueles a quem sempre tudo corre bem e por isso, confiam unicamente em si mesmos. Não são aqueles que desprezam os outros, por se terem por grande coisa, pois esses,

³²⁰ Dumais, *Le Sermon sur la Montagne*, 312.

³²¹ Martini, *Il Discorso della Montagna*, 124.

³²² Dumais, *Le Sermon sur la Montagne*, 313.

³²³ Dumais.

³²⁴ Cf. José M. Castillo, *La Humanización de Dios: Ensaio de Cristologia* (Madrid: Editorial Trotta, 2009), 239.

na verdade, são escravos de si mesmos. Todos estes julgam poderem salvar-se a si mesmos, quando na verdade “ninguém se salva sozinho” (cf. FT 54).³²⁵

Nasceu um novo olhar no mundo e sobre o mundo. Da mais pequena das sementes nasceu uma grande árvore que encherá a Terra inteira. Os humildes, os últimos, os que estão na periferia, pela palavra de Jesus são feitos felizes, porque a palavra de Jesus é amor de Deus. Pobres de espírito, mansos, famintos e sedentos de justiça, misericordiosos, pacificadores, puros de coração, quem chora e quem é perseguido por amor da justiça e de Jesus, todos vivem agora com fé e esperança, fruto da Graça e do Amor de Jesus e alimentada por uma alegre e confiante dependência de Deus. Todos estes confiam apenas e só em Quem não os pode enganar e por isso, vivem de e em Deus que é amor (1 Jo 4,8). E são os “espíritos livres e dispostos a encontros reais” que percorrem “um caminho de fraternidade” seja local e seja universal, como diz o Papa Francisco (FT 50).

3.2. Liberdade no sentido cristão é liberdade redimida

Pelas suas obras e palavras Jesus de Nazaré arrastava multidões, como narram os quatro evangelhos. Sua Mensagem vinha carregada de autoridade, pois é Sabedoria e Verdade. Nenhum homem havia alguma vez falado assim (cf. Jo 7,46). Jesus alegrava a multidão das gentes de distintos lugares e povos. Atraía pessoas de diferentes estratos sociais. Contudo, também intimidava e fazia tremer os grandes do povo, os poderosos e os dominadores. Enquanto estes dominavam pelo poder da força e pela força do poder, Jesus tinha como única força, a verdade e a doçura da palavra que procedia da sua união e fidelidade incondicionais ao Pai.

O que Jesus dizia e fazia, era admirável, único, jamais visto e ouvido. Mas sem o batismo do fogo (cf. Lc 12,49-50), que foi a sua Paixão e Morte, mais a sua Ressurreição, tudo isto teria ficado na história como apenas atos e dítos de um homem encantador e de extrema bondade. Tudo talvez tivesse ficado por um romantismo que na verdade sempre existiu em torno de Jesus, mas que deve ser superado, pois é fruto de raízes de fé pouco profunda. Por isso, não foi isso que aconteceu. Claro que esta crença na Ressurreição é um ato de Fé. Mas, se o Amor não é digno de Fé, o que será?

Jesus havia de Ressuscitar, porque era necessário que Deus se confirmasse, também aos nossos olhos, glorificando o Seu Filho muito amado. O Ressuscitado é o modo de Deus

³²⁵ A *Gaudium et Spes* afirma que “a liberdade humana com frequência se debilita quando o homem cai em extrema miséria, e degrada-se quando ele, cedendo às demasiadas facilidades da vida, se fecha numa espécie de solidão dourada”, enquanto aquele que “aceita as inevitáveis dificuldades da vida social” e “assume as multiformes exigências da vida em comum e se empenha no serviço da comunidade humana” robustece a sua liberdade (cf. GS 31).

dizer que Jesus de Nazaré, por seus ditos e feitos é altamente digno de crédito e de igual modo, digno de toda a fé.

A crença na ressurreição dos mortos é, evidentemente, anterior a Jesus. Os escritos dos profetas Isaías (Is 26,19) e Ezequiel, são provas disto mesmo. Este último, na sua profecia conhecida como “visão dos ossos ressequidos”, manifesta de uma forma maravilhosa, esse poder de Deus de ressuscitar os mortos. A visão culmina com a promessa de Deus em abrir as sepulturas e delas fazer sair o seu povo, o qual será dotado do Seu Espírito a fim que viva (cf. Ez 37,1-14). A novidade em Jesus está em que, essa existência, que a morte não pode reter em si, é oferecida àqueles que n’Ele creem, como uma possibilidade real.

Mas porque falamos disto no âmbito deste trabalho? É que “a rotura na compreensão humana”, provocada pela ressurreição de Jesus, em primeiro lugar, naqueles que foram testemunhas, não se limitou a acrescentar esperança na “vida para além da morte” da qual, eles já tinham seguramente ouvido falar. Essa rotura possibilitou “um olhar radicalmente novo sobre a vida e as relações humanas”. É só a partir daqui, da manifestação de Cristo ressuscitado, que “eles puderam compreender qualquer coisa de inteiramente novo sobre Jesus, sobre Deus e sobre os seres humanos”. Isto permitiu uma “releitura inteiramente nova” da vida e morte de Jesus, assim como “uma reinterpretação” das mesmas na Sagrada Escritura.³²⁶

A verdade é que “todas as grandes mudanças são precedidas de uma vigorosa reorganização intelectual e que nada de novo pode ser tentado no pensamento e na ação humana coletiva sem uma reinterpretação dos valores fundamentais da humanidade”³²⁷, e foi isso mesmo que aconteceu, primeiramente, com aqueles que Jesus escolheu para o seguirem e depois com todos os que acreditaram em Jesus depois deles.

Os discípulos perceberam então que lhes tinha sido dada “uma nova e profunda inteligência da pessoa, dos atos e das palavras de Jesus”, ou seja, uma “dinâmica interior” que antes lhes estava vedada. James Alison fala de uma “inteligência da vítima” referindo-se a esta dinâmica, e define-a como sendo “a compreensão humana exploradora e criativa de Deus e da humanidade que Jesus mostrou na sua vida até à sua morte e que a sua ressurreição manifestou aos apóstolos”. No fundo, esta capacidade de dizer a vida e a morte de Jesus vinha, não de si, “mas do ponto de vista do morto, daquele que se tinha tornado a vítima”. É assim que Jesus vai mudar para sempre a compreensão dos discípulos, cuja consciência, assim como a nossa, constitui-se “na rivalidade e nos mecanismos de sobrevivência pela exclusão do outro”. Aliás, são inúmeras as passagens dos evangelhos que mostram isso mesmo: o

³²⁶ Cf. Alison, *Le péché originel*, 103-104.

³²⁷ Cf. Ashen, “Origin and Aim”, 2.

impedir as crianças de se aproximarem de Jesus, por parte dos discípulos (cf. Mt 19,13-14; Mc 10,13-16); o mandar calar o cego que, junto ao caminho, clamava a Jesus piedade e a cura da cegueira (cf. Lc 18,35-43; Mt 20,30-34; Mc 10,46-52)³²⁸; o desejo, mais uma vez, por parte dos discípulos, de despedir as multidões famintas que, seguiam Jesus havia dias, para que cada um se arranjasse por si mesmo (cf. Jo 6,4-13); o sacerdote e o levita da parábola do bom samaritano, supostamente servidores de Deus, em contraluz com o “impuro” samaritano... (cf. Lc 10,30-35). Estas atitudes, manifestadas tantas vezes sob a capa de um ato bondoso, são o que há de mais trivial entre nós. No entanto, após a ressurreição e por causa dela, os discípulos de Jesus perceberam, por fim, que “a pessoa cuja consciência é constituída na rivalidade e na sobrevivência pela vitimização não possui a inteligência da vítima” que levou Jesus a ser glorificado. Esta percepção renova a velha consciência humana, pois permite agora “ver a realidade do ponto de vista da vítima e do dom gratuito e espontâneo”³²⁹.

E é o próprio “dom na gratuidade”, manifestado pela presença do Senhor crucificado e ressuscitado, que abre o entendimento dos discípulos para essa maravilha que é a precedência do Dom face à Criação. Só a partir daqui, é possível ver a nova “estrutura do universo” revelada através da “inteligência da vítima”. “O dom de si de Jesus” manifesta “o dom de si do Pai, o que significa que a relação de gratuidade, anterior a tudo o que é, é comum aos dois: Pai e Filho”³³⁰. Um escrito evidente da precedência do Dom face à Criação é o prólogo do quarto evangelho é (cf. Jo 1,1-18).³³¹ Este Dom é Eternidade a fecundar o nosso tempo fechado, morto, “sem liberdade e responsabilidade”, “sem interpelação nem resposta” e a manifestar-se como “remédio do Tempo aberto”, “o tempo de Deus e do Homem, o tempo da Páscoa”, “da dádiva, da graça, da recetividade, da liberdade, da responsabilidade, da história”³³², da verdade, da alegria.

Normalmente, nós temos “tendência a banalizar a condição humana e a limitar-nos a uma teoria sobre Deus, a Criação e a humanidade que não deixa lugar à nossa própria experiência da traição, da inveja, da mentira, da violência, da exclusão, etc.” No entanto, só no conhecimento profundo desta experiência, que nos é própria também, podemos aspirar à

³²⁸ Em João encontramos outro tipo de exclusão, a do “castigo divino” que Jesus desmonta. Os discípulos, ao verem um cego diante deles e ainda presos a um modo de entender as doenças e desgraças como castigo divino, muito comum naquele tempo e infelizmente ainda muito presente nos nossos dias, perguntam a Jesus quem tinha pecado, se aquele homem ou os pais dele para que tivesse nascido cego. Jesus, sempre surpreendente, revela-lhes que nenhum deles tinha pecado, mas aquilo tinha sucedido para que se revelassem nele, no cego, as obras de Deus (cf. Jo 9,1-3) e curou-o, cumprindo-se o que tinha dito.

³²⁹ Cf. Alison, *Le péché originel*, 105-106.

³³⁰ Cf. Alison, 128.

³³¹ Podemos mesmo dizer que todo o Evangelho segundo S. João, assim como as suas cartas, estão impregnados por esta precedência do Dom de Deus em relação à Criação.

³³² Cf. Couto, *Uma Palavra*, 179-181.

partilha da “vida de perdão que é a vida da vítima humana ressuscitada”³³³. Isto vem ao encontro do que foi dito acima, quando falamos da necessidade do arrependimento, ou seja, de assumirmos a nossa animalidade como dimensão a superar pela disposição para acolher o perdão.

Assim, e no dizer de James Alison, “a ressurreição de Jesus não é um acontecimento miraculoso” dado num quadro já “preexistente de compreensão de Deus, mas o acontecimento pelo qual Deus refunda a possibilidade da compreensão humana de Deus”³³⁴. Com a ressurreição é-nos dada a possibilidade de perceber melhor o quanto Deus acreditava esse homem chamado Jesus e também, e do mesmo modo, é possível “ver que o amor de Deus” por ele “era tal que a morte não o afetava”, isto é, “que para este amor a morte não era uma separação necessária, porque o amor podia continuar a ser recíproco mesmo através da morte”. E isto é simplesmente admirável! Enquanto “mostrava a força jamais imaginada do amor divino por um ser humano particular e em consequência revelava a proximidade amorosa de Deus”, “a ressurreição de Jesus” “mostrou também que Deus escapava a toda a capacidade de representação”³³⁵. Pois, Deus não cabe nas nossas representações!

Ou seja, “a liberdade e gratuidade” de Deus só pela ressurreição se podem perceber e aprender, e isso acontece, não porque só a partir daqui passaram a existir, mas porque não nos é dado saber e compreender, o que quer que seja a este respeito, quando a nossa compreensão está “formada pela inevitabilidade da morte”. É impossível conhecer Deus, inserido num “quadro de referência estruturado pela morte”. É aqui que reside o extraordinário da ressurreição de Jesus. Um homem que estava morto foi ressuscitado e agora vive. “Deus amou este homem”, que sofreu a morte mais injusta, dando, ao mesmo tempo, crédito diante de nós ao “seu ensinamento e revelando a iniquidade que provocou a sua morte”³³⁶. Portanto, não só Deus acredita este homem diante de nós, como revela toda a crueldade e malícia que há em nós.

Na verdade, era necessário para nossa salvação, Jesus atravessar a “terra de maldição” - que somos nós sem Deus, mais a maldade que também em nós habita - a bendizer, qual Profeta amaldiçoado por terras pagãs a encher a todos de bênçãos. “Para nos curar”, era “preciso passar pelo meio de nós”³³⁷, assumir as nossas culpas todas, “a nossa violência”, para a anular num “ato radical de perdão”³³⁸ e assim dar morte, à morte que nos

³³³ Cf. Alison, *Le péché originel*, 130.

³³⁴ Cf. Alison, 147.

³³⁵ Cf. Alison, 146.

³³⁶ Cf. Alison, 147.

³³⁷ António Couto. “O batismo do Senhor”. acessado em 05 de janeiro de 2021. <https://mesadepalavras.wordpress.com>.

³³⁸ Cf. António Couto, *Como uma Dádiva*, 2ª edição (Universidade Católica Editora, Lisboa, 2005), 194.

retinha cativos, por amor ao Pai, de quem tudo recebera. E tal como o Pai, “dádiva suprema”, o Filho, “infinita receção”, “volta a dar tudo numa infinita doação sem defesa e sem limites, até à morte”³³⁹.

É, portanto, através da “completa imanência de Deus na nossa história”, tendo em conta que “ressuscitou um homem concretamente morto”, que “a completa transcendência de Deus” nos é revelada. A morte “presente como uma realidade que é”, “trona-se presente como uma realidade desprovida de necessidade”, “em consequência da ressurreição de Jesus”³⁴⁰. Ou seja, a morte de Jesus revela “que a morte não é somente uma realidade biológica, mas uma realidade pecaminosa”, “uma realidade não divina, mas humana”, e é enquanto humana que ela é pecaminosa. A morte e o pecado estão assim “imbricados” na realidade humana, já que “em nós, a morte não é somente uma realidade passiva, mas ativa, não qualquer coisa que nos limitamos a sofrer, mas que distribuímos”³⁴¹ uns pelos outros.

Então, somente na “vítima da iniquidade humana”, ressuscitada “como perdão”, podemos encontrar o verdadeiro “significado da ressurreição. É isto que permite uma revisão do entendimento de Deus que nos revela um Deus-Amor”. O extraordinário é que não somente “Deus amou o seu filho e o ressuscitou, mas o dom do filho e a sua ressurreição revelaram-nos Deus como amor por nós” (Cf. Jo 3,16-17; Rm 3,21-27; 1 Jo 4,9-10). O que quer dizer que, não apenas “a morte não é somente uma realidade humana conjugada com o pecado, mas que a realidade humana da morte pode ser perdoada”. E se ela “nos pode ser perdoada, não nos enganamos somente sobre Deus, mas também, fundamentalmente, sobre nós”. A morte que até à ressurreição de Jesus havia “marcado a história humana como uma realidade simplesmente inevitável e inerente à nossa condição”, cessa, então, de “ser inevitável”. Ou seja, mais do que uma realidade biológica, a morte é “uma realidade cultural que marca toda a perceção, e que pode também ser alterada”. James Alison acha que “é aqui que se situa a diferença radical entre toda a noção pré-cristã do pecado e a compreensão cristã”. Daí que afirma que “a natureza restritiva do pecado é revelada como qualquer coisa que influenciou tanto a cultura humana que a morte é uma realidade humana e não simplesmente biológica: uma realidade que marca decisivamente toda a cultura dos homens”. Por conseguinte, “torna-se claro que Deus pode não só perdoar todos os nossos pecados, mas também que o perdão se estende mais longe que apenas a nossos atos”, ou seja, “até aquilo

³³⁹ Cf. Alison, *Le péché originel*, 181.

³⁴⁰ Cf. Alison, 147.

³⁴¹ Cf. Alison, 148.

que somos: humanos presos pela realidade da morte”³⁴², “no desejo da morte como objeto de sedução e de prazer”³⁴³.

Deparamo-nos assim com uma “descoberta antropológica” “de um alcance inimaginável”. É que precisamente no exato momento em que Deus é revelado como Alguém que se encontra para lá de toda essa “compreensão humana marcada pela morte”, isto é, “como amor inteiramente gratuito, é também revelado que essa compreensão marcada pela morte é acidental e não essencial á condição humana”. E é aqui, segundo Alison, que “está a espinha dorsal de todo o entendimento do pecado original: nossa condição de seres orientados para a morte pode ela mesma ser perdoada”. O que acontece é que “o perdão divino dá a conhecer a natureza acidental da mortalidade humana, permitindo-nos assim um entendimento antropológico inteiramente novo”³⁴⁴. E é a partir daqui que começa a desenhar-se a liberdade dos filhos de Deus.

Quer dizer que, a expressão de Jesus “vinho novo em odres novos” (cf. Lc 5,37), refere-se a essa excelsa novidade que é Ele mesmo, ou seja, essa vida nova, redimida e consumada na abundância, e que está fora do alcance da morte. Podemos então daqui deduzir que a antiga promessa de Deus de dar ao seu povo um coração novo, concretiza-se com este entendimento novo que vem da ressurreição de Jesus e renova assim todas as coisas, pelo seu Espírito de Verdade. Este é o grande passo dado com a Fé no Ressuscitado, o passo fundamental, no sentido da liberdade dos filhos de Deus. É este o Dom do Alto que alimenta e move os filhos de Deus.

Jesus mostra-nos assim que “a justiça não pode ser definida pela Lei, mas que as raízes da justiça devem ser encontradas no plano do desejo”, já que “a perversidade do desejo humano é bem mais drástica do que a Lei podia imaginar” e, portanto, a justiça só de um desejo transformado pode brotar. Então, “a liberdade encontra-se em não deixar que o mal sofrido nos faça tropeçar”. O que é necessário é não resistir ao mal, oferecendo a outra face a quem nos bate, dando a capa a quem nos tira a túnica, caminhando a segunda milha com quem nos obrigou a acompanhá-lo durante uma (cf. Mt 5,39-41). Ora, o modo de não ser retido “pelos escândalos deste mundo: é aprender a perdoar, o que quer dizer não se deixar definir pelo mal sofrido”³⁴⁵, tal como o Mestre. Àqueles que estão encerrados na reciprocidade identificada como escândalo, Jesus oferece a saída, entrando numa completamente nova, a qual se “concretiza no perdão” e em atos, livres das teias do escândalo, ou seja, estes imitam

³⁴² Cf. Alison, *Le péché originel*, 148-149.

³⁴³ Cf. Couto, *Uma Palavra*, 195.

³⁴⁴ Cf. Alison, *Le péché originel*, 149-150.

³⁴⁵ Cf. Alison, 178.

“a perfeita gratuidade do Pai celeste, em quem não há escândalo”.³⁴⁶ Imitam também Jesus que, no seu “silêncio perdoador”, expressa “a força maior, e revela a soberana liberdade interior de quem não se deixa envolver pelo mecanismo da brutalidade dos seus adversários, a ponto de vir ele mesmo a tornar-se inimigo deles”³⁴⁷. Vale bem apenas refletirmos sobre isto e exercitarmos esta liberdade, porque se trata de uma liberdade libertadora.

Todos os seres humanos estão, por isso, “encerrados numa reciprocidade (...) enraizada no desejo que conduz fatalmente à morte, a nossa e a daqueles que nós vitimizamos”. Ora, a constituição desse desejo realiza-se sobre o modo de escândalos “pelos quais nós recebemos a morte uns dos outros e distribuimos a morte uns aos outros pela nossa implicação na vitimização mútua”. Daí que seja, precisamente, da “constituição de nosso desejo mortífero, que o ensinamento ético de Jesus se esforça por nos libertar ensinando-nos uma nova forma de desejo, não menos recíproca, que nos permite cumprir a Lei e os Profetas com o coração”³⁴⁸, ou seja, a vontade do Seu e se é o caso, nosso Pai.

É um ato original de inveja, ciúme ou cobiça, como queiramos, “que infringiu a primeira interdição”, presente no Decálogo, que manda não cobiçar ou não invejar... convertendo Deus num “rival vingador” enquanto “introduz os humanos na ordem do mundo com que a inveja governa a relacionalidade”. A inveja na humanidade foi, assim como o é, capaz de transformar “uma interdição estabelecida para nosso benefício num sinal de rivalidade divina” para conosco e “não mais amor divino” por nós. Daí que os seres humanos “foram constituídos na rivalidade, que é o fruto” dessa mesma inveja. Portanto, “é nesta ordem do mundo que o mandamento de amar seu próximo como a si mesmo cumpre a interdição das origens, visando restaurar a relacionalidade humana fraturada”³⁴⁹.

Mas Jesus também sentiu a divisão interna, a sedução do Mal que “fala da distorção universal do desejo humano em direção à morte no interior de uma compreensão interindividual, ou mimética, da psicologia humana”³⁵⁰. Aliás, quando no deserto Jesus foi tentado pela terceira e última vez, o que o tentador ou diabo propõe a Jesus é que ele incarne o “desejo distorcido” que impera em “todos os reinos do mundo” a fim de distorcer o seu desejo de “imitação pacífica de Deus em apropriação conflituosa”³⁵¹. Agora lembramo-nos daquelas palavras de Santo Agostinho, no início deste capítulo: “àquele a quem o diabo se apresentava para que o imitasse na sua soberba, apresenta-se-lhe o Senhor para que o imite na sua

³⁴⁶ Cf. Alison, *Le péché originel*, 179.

³⁴⁷ Couto, *Uma Palavra*, 192-193.

³⁴⁸ Cf. Alison, *Le péché originel*, 180-181.

³⁴⁹ Cf. Alison, 184.

³⁵⁰ Cf. Alison, 193.

³⁵¹ Cf. Alison, 196.

humildade”. E quem mais nos podia livrar das mãos do tentador, senão Aquele que passando pelas tentações, venceu o tentador?

É, pois, por “um personagem enigmático que substitui os nossos pecados pelo seu sofrimento que o perdão é anunciado”. Perdão proveniente de “uma relação interpessoal com essa personalidade (individual ou coletiva) imolada” e não de “uma alteração totalmente interior, de caráter psicológico e moral [...]”. Essa relação interpessoal repousa na reciprocidade de um dom [...] e de uma aceitação”. Então, esta nova “aliança supõe que o sofrimento substituto” é “o ‘dom’ voluntário de um sofrimento assumido por si mesmo e oferecido aos outros”³⁵². Pois, quem perdoa, sofreu a ofensa e agora carrega “sobre os ombros, não só a responsabilidade dos culpados, mas também o castigo que lhes era devido”³⁵³, tal como profetizou Isaías: “ele foi trespassado por causa das nossas transgressões, esmagado em virtude das nossas iniquidades” (Is 53,5). Por conseguinte, a vitória “da Liberdade está no seu poder de transformar a sua dor neste êxtase interior que o enobreceu purificando o ser, elevando-o até ao infinito”. O que acontece aqui “é o sofrimento bom, o sofrimento criador, mestre de vida; é o sofrimento de Jesus na cruz cumprindo o mistério da redenção humana”³⁵⁴.

Dizemos, por fim, que “a presença da vítima que perdoa permite-nos romper com um certo modo de ser humanos” enquanto nos oferece a possibilidade de, pouco a pouco ou de uma vez para sempre, passarmos de transformados a transformadores. Já que, “uma vez o pecado original perdoado, somos libertados ou mais exatamente desembaraçados”, como Lázaro das ligaduras (cf. Jo 11,43-44). Então, “o processo gradual que nos liberta dos nossos desejos distorcidos e os recentra nas ‘coisas do alto’” é despoletado e sustentado pela força do perdão. “É assim que nós fazemos do perdão que recebemos uma presença real, humana, criativa aos outros, que lhe permite a eles também entrar na mimese benéfica da nova Criação”³⁵⁵.

A liberdade então, como defende Luigi Pareyson, apresenta-se-nos “como um poder enorme, tanto mais esplendido, tanto mais terrível”. Quando olhamos esta realidade da liberdade com profundidade e à luz do amor de Deus manifestado em Seu Filho, percebemos que “o inferno não é nem um lugar nem principalmente uma punição, mas essencialmente uma escolha”. É que, assim como a “fulgurância da escolha divina está manchada pela

³⁵² Cf. Ricoeur, *A Simbólica do Mal*, 285.

³⁵³ Cf. Couto, *Uma Palavra*, 192. O autor refere ainda nesta obra que “a Cruz cura verdadeiramente, porque cura da morte” (202) e que “a verdadeira morte não é” “o termo da vida, mas aquilo que, desde o princípio, impede de nascer”, “as doenças e as dores, os crimes e os pecados que escravizam o coração do homem”. Sendo que “o verdadeiro percurso a fazer é da morte para a vida. E é o amor que faz passar da morte para a vida (1 Jo 3,14; cf. Jo 5,24) (cf. 205-206).

³⁵⁴ François Dalencour, *La philosophie de la liberté comme introduction à la synthèse humaine* (Paris: A.-G. Nizet, 1953), 427.

³⁵⁵ Cf. Alison, *Le péché originel*, 287.

possibilidade do mal que a mesma escolha divina expõe”, também “a opacidade do poder humano está atravessada por uma luz ténue de esperança, aquela da promessa do resgate final”³⁵⁶.

Assim, “Jesus abriu uma imaginação escatológica que nos torna acessível uma muito forte esperança, uma esperança a receber como crianças”, a qual, nos estimula a “construir uma nova maneira de viver no nosso tempo”, mais do que a nos afastarmos da história.³⁵⁷ A finalidade, pois, “da vinda de Cristo e da nossa redenção é dar nascimento a uma nova plenitude, a uma união do céu e da terra: uma plenitude onde seremos filhos no Filho” (cf. Ef 1,1-15)³⁵⁸. E é só nesta filiação, vivida em Jesus Cristo ressuscitado, o Perdão radical, que se gozará da liberdade dos filhos de Deus.

3.3. *A liberdade vive-se na relação filial*

Quando no final do primeiro capítulo, tratamos o tema da relação pudemos perceber o quão fundamental ele é para o aprofundamento e compreensão deste assunto. Nós humanos relacionamo-nos “com quem queremos e como queremos. E é esta condição livre das nossas relações humanas com os outros o que nos proporciona tanta felicidade ou, ao contrário, tanto sofrimento”³⁵⁹. Somos seres em relação e esta é a nossa essência. Negar esta dimensão é definhar até se tornar um ser só e como diz a Escritura, não é bom o ser humano estar só (cf. Gn 2,18). A verdade é que a ideia de solidão total é, humanamente falando, impensável, porque se torna incompatível com a vida. Henri Boulad tem uma afirmação muito boa a este respeito. Diz ele que “se o céu é amor, eterna comunhão, o inferno é não-amor, eterna solidão”³⁶⁰. Até porque, este Deus, do qual o ser humano foi feito à imagem, é um Deus-Relação. Relação perfeita entre três Pessoas, Pai, Filho e Espírito Santo. Que outra coisa podia estar na essência do ser humano feito à imagem do Criador, que não fosse relação, relação amorosa e livre. Pois é de amor, doação livre, sem reservas, nem limites, que se trata quando se fala de relação em Deus. Daí que se entenda, que “a verdadeira liberdade é no homem o sinal eminente da imagem divina” (CEC 1712).

³⁵⁶ Cf. Pareyson, *Ontologie de la Liberté*, 276.

³⁵⁷ Cf. Alison, *Le péché originel*, 283.

³⁵⁸ Cf. Alison, 280.

³⁵⁹ Castillo, *La Humanización de Dios*, 237.

³⁶⁰ Boulad, *L'Anti Destin*, 125. Então famosa e tão sedutora frase de Herbert Spencer: “a liberdade de cada um termina onde começa a liberdade do outro”, concretizada deixar-nos-ia transformados em ilhas, cada um livre em si mesmo, sim, mas impedido de gozar da liberdade do seu próximo, do seu irmão. Seria na verdade um impedimento daquilo que na verdade somos, “*seres em relação*”. Esta ideia encontra-se na lógica da exclusão, do exclusivismo e, portanto, em contra corrente com a lógica do Jesus de Nazaré, que é inclusiva e portanto, aberta à comunicação, à receção, ao acolhimento.

Também a Constituição Apostólica Pastoral *Gaudium et Spes* refere que “o homem, por sua própria natureza, é um ser social, que não pode viver nem desenvolver qualidades sem entrar em relação com os outros” (GS 12). Ora, aquilo então que somos chamados a ser, cumpre-se na relação, primeiramente com o Outro, e em seguida com o(s) outro(s) como consequência da primeira.

Os seres humanos foram “criados para o relacionamento com Deus” e com todas as criaturas, principalmente, de entre estas, com o seu semelhante. Isto é, “a essência da vida humana” é relação. O relacionamento “dá à humanidade a plenitude de ser, como criatura (em relação a Deus) e como humana (em relação ao resto do mundo)”. O problema reside no facto de que, a humanidade, desde o princípio, não percebe que cai no erro, ao pensar que pode alcançar uma relação melhor com o mundo, se se libertar da sua relação com Deus. Justamente, ao renunciar “ao seu papel de criatura e pensando poder pôr-se como criador por seu próprio direito”, torna-se “insensata e não sábia, mais aviltada e não superior”. Deste modo, nega “a sua semelhança com Deus”, preferindo “a semelhança com os animais e as coisas”. É assim que “em vez de compartilhar a vida eterna”, “compartilha desarticulação, frustração e futilidade perversiva com o resto da criação”, tornando-se um ser “dominado pela morte, um ‘trouxa’ do pecado”. E esta é a acusação que faz S. Paulo à humanidade, segundo James Dunn, que conclui, dizendo, inteligentemente, que ainda que, nos nossos dias, “as imagens e a linguagem bíblica” “sejam mais estranhas aos ouvidos modernos, a crítica de Paulo continua vigorosa e a inquirir a consciência de uma sociedade em cujos ouvidos o sussurro sutilmente enganador ainda seduz: ‘sereis como deuses’”³⁶¹.

Então, se virmos bem, a liberdade que temos vindo a tratar aqui e que já vimos ser um Dom, é tão grande que pode até ser usada para negar Aquele de quem a recebemos. Deus dá uma liberdade que possibilita o dizer-Lhe não. O que seria, a concretizar-se, diga-se, um enorme pecado. Diremos mais, um não definitivo a Deus, seria um pecado irreparável, pois com isso estaríamos não só a negar a relação com Quem nos liberta, mas também, com Quem nos possibilita a Liberdade e, por conseguinte, a Vida plena. Só a Liberdade faz o ser humano transcender a brutalidade da animalidade “e o conduz junto da Divindade que o esclarece e o ilumina da sua verdade, da verdade eterna e da sua pureza. É a Liberdade que nos faz merecer a bondade divina que a nossa vida tanto necessita” para se encher do “verdadeiro, do belo e do bem”³⁶².

Portanto, se negarmos a liberdade negamos também o acesso a Deus e, do mesmo modo, negando Deus negamos a possibilidade da liberdade. Também “dizer existência de

³⁶¹ Cf. Dunn, *A Teologia do Apóstolo Paulo*, 137-138.

³⁶² Cf. Delencour, *Philosophie de la Liberté*, 167.

Deus significa dizer escolha do bem e possibilidade do mal. O mal está instituído como possibilidade no ato mesmo onde ele é vencido. Dizer queda do homem significa dizer” que o mal foi escolhido quando o bem era possível. “A possibilidade do bem está lucidamente patente no ato mesmo onde o mal foi preferido”³⁶³. Isto reforça a nossa convicção de que liberdade deve estar “ordenada para Deus, supremo Bem” se o ser humano aspira a uma liberdade vivida na “perfeição do seu acto” (cf. CEC 1744). E, chegados aqui, acrescentamos que deve ser orientada e vivida nesta relação filial de um Pai que é Deus e que Se nos oferece em Seu Filho unigênito, como “vítima que perdoa” e regenera.

A adesão a Deus e a consequente filiação divina, procede da recepção de Cristo, do acreditar nele: “a quantos o receberam, aos que nele creem, deu-lhes o poder de se tornarem filhos de Deus” (Jo 1,12). Deste modo, uma nova identidade é adquirida a partir de Jesus e ela tem como consequência a divinização do humano, ou se quisermos, oferece a possibilidade do conhecimento do Divino no humano. Daí a palavra “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (Jo 8,32), e ainda “a obra de Deus é que acrediteis naquele que Ele enviou” (Jo 6,29). Como o ser Divino, em Cristo, se cumpre no humano, o ser humano em Deus cumpre-se neste “Lugar” de adoração, onde Divino e Humano se encontram que é Jesus Cristo. Então, o lugar do encontro “dos seres humanos é Deus-humanizado”, que é Único, não só por ser Um, mas sobretudo, por ser eterno, maravilhoso e inigualável, já que “é amor” (1 Jo 4, 8).³⁶⁴ Então, e recuperando o tema da deificação, “a verdadeira deificação” do ser humano “é realizada pela graça da encarnação e atrai para si tudo o que é humano”. Contudo, exige a descida das “coisas divinas” “às profundezas mais profundas do humano”³⁶⁵.

Por consequência, o pertencer a Cristo, mais do que obedecer a um conjunto de leis e de regras, cumpre-se no modo de viver a vida na sua plenitude, que é o mesmo que dizer, numa confiança plena n’Aquele que por amor se entrega inteiramente e de Quem procedem todas as coisas. Só o amor desta nossa vítima que nos perdoa é capaz de levantar as almas das profundezas, onde a morte tinha a última palavra, e regenerá-las para a vida da graça. Porque só o Amor liberta verdadeiramente. Então, a “liberdade dos Filhos de Deus” não é evidentemente inata, mas adquirida em forma de presente, pois encontra-se “dentro do plano sobrenatural da graça”.³⁶⁶ Como diz S. Paulo, “agora não há mais condenação alguma para os

³⁶³ Cf. Pareyson, *Ontologie de la Liberté*, 275.

³⁶⁴ Castillo, *La Humanización de Dios*, 252.

³⁶⁵ Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom”, 228. O autor refere aqui também que “a ordem política e social, enquanto permanece essencial distinta do espiritual”, deve ser “permeada e intrinsecamente sobrelevada pela corrente que flui para as almas do Absoluto”. “Nesse sentido, a marcha histórica da civilização na obtenção da liberdade relativa, que responde às aspirações conaturais da personalidade humana, está em harmonia e comum acordo com o movimento supra-histórico da alma na conquista da liberdade absoluta, que responde, transcendendo divinamente, às aspirações sobrenaturais da pessoa como pessoa.”

³⁶⁶ Millan-Puelles, *El valor da libertad*, 63.

que estão em Cristo Jesus. É que a Lei do espírito que dá vida libertou-te, em Cristo Jesus, da lei do pecado e da morte” (Rm 8,1-3).

Aqueles que vivem segundo a lei do Espírito, já não têm necessidade da Lei antiga, que sem dúvida, teve a sua utilidade, pois serviu-nos de pedagogo até Cristo (cf. Gal 3,24)³⁶⁷. Este é, portanto, o tempo do Espírito e “os que vivem de acordo com o Espírito aspiram às coisas do Espírito” e “o Espírito aspira ao que dá vida e paz” (Cf. Rm 8,5-6). E porque o fruto do Espírito “é amor, alegria, paz, paciência, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, autodomínio”, não há lei contra tais coisas (cf. Gal 5,22-23). Os participantes “da Arqui-vida” conhecem bem “o sentido do vivido virtuoso”. A sua virtude “é a força de perseverar na raiz filial da existência. A força de viver na virtude não vem do exercício e da repressão de si mesmo; vem da luz e do calor do Sol, metáfora do Ressuscitado que comunica o padecimento e o perdão”³⁶⁸.

O Espírito de Cristo que é a nossa “vida por causa da justiça” (cf. Rm 8,10), “desde dentro, ajuda-nos a crescer, impele-nos a morrer, restitui-nos a nossa liberdade confiscada, devolve-nos à nossa humanidade”, levanta-nos e mantém-nos de pé, em marcha “na grande aventura da liberdade”³⁶⁹, que, em boa verdade, “é uma criação contínua”³⁷⁰.

É o Espírito que nos constitui em filhos de Deus (cf. Rm 8,14), pois, como diz o Apóstolo: “recebestes um Espírito que faz de vós filhos adotivos. É por Ele que clamamos: Abbá, ó Pai!” (Rm 8,15) “Assim, Deus mesmo se comunica a nós, atua em nós para suscitar em nosso interior os atos da vida filial”, que são “os de ‘Cristo em nós’” (cf. Fil 2,5)³⁷¹. O Espírito, como afirma Ives Congar “é o Espírito de Jesus Cristo. É o Espírito de adoção. Não só nos dá estatuto, mas uma condição de filhos. Porque a adoção não é algo que se fique no plano jurídico, é real”. Temos em nossos corações “o Espírito do Filho feito nosso irmão primogénito”³⁷². O Espírito Santo é, portanto, o Dom “dado por Deus e recebido pelos homens”³⁷³ e mulheres que escutam a palavra de Cristo e nela permanecem, proclamando a

³⁶⁷ Boulad, *L'Anti Destin*, 55.

³⁶⁸ Jorge Teixeira Cunha, *Ética Teológica Fundamental* (Lisboa: Universidade Católica Editora, 2009), 153.

³⁶⁹ Cf. Boulad, *L'Anti Destin*, 97.

³⁷⁰ Delencour, *Philosophie de la Liberté*, 160.

³⁷¹ Yves Congar, *El Espíritu Santo*. Herder; Barcelona, 1983, 58.

³⁷² Congar, *El Espíritu Santo*, 332-333.

³⁷³ Couto, *Como uma Dádiva*, 224. Nas páginas seguintes podemos ler um texto muito interessante e esclarecedor a este respeito e que achamos oportuno transcrever aqui:

“A nossa experiência ensina-nos como nós somos sensíveis ao Dom, como o nosso coração se abre diante do Dom. O Dom tem uma força própria. Não é uma força exterior que se imponha desde fora. É uma força interior persuasiva, suave e calorosa, que move o coração desde dentro, quebrando toda a dureza e resistência. O Dom é uma terceira realidade entre mim e o meu amigo. O meu amigo quer dar-se a mim por amor. Mas não pode deixar de ser ele, para passar a ser eu. Eu quero dar-me ao meu amigo por amor, mas não posso deixar de ser eu, para passar a ser ele. Aliás, se esta fusão pudesse acontecer, punha termo ao amor existente entre mim e o meu amigo. O Dom provém da alteridade. Provém da intencionalidade da união entre

“qualidade de filhos de Deus”, “na comunhão pela fé”³⁷⁴. É assim que o permanecer em Cristo, se torna princípio de liberdade, pelo conhecimento da verdade, segundo S. João: “Se permanecerdes na minha palavra, sereis verdadeiramente meus discípulos; conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (Jo 8,32).

Não será de descurar, neste momento, anotarmos o facto de S. João ser o evangelista que mais usa o verbo conhecer. Conhecer ou não o Pai, conhecer ou não Jesus, conhecer ou não o caminho. Jesus conhece os seus amigos e também os seus adversários e estes últimos não o (re)conhecem. O mundo deve conhecer que Jesus ama o Pai...conhecer ou não a verdade. Estes são alguns dos usos deste verbo que impregnam o quarto evangelho e que são uma marca de distinção, uma luminosidade que é lançada até ao íntimo da pessoa e das personagens presentes e por conseguinte, distingue amiúde o ser ou não de Deus.

É essencial conhecer o Pai e conhecer Jesus. É importante conhecer o caminho, conhecer os amigos e os adversários também. É vital conhecer a verdade... Mas aqui, conhecer a verdade não implica, como é comum pensar-se no mundo ocidental, e muito por culpa da filosofia grega, uma apropriação de uma coisa, de um objeto. Pilatos personifica muito bem, esta atitude, quando diante de Jesus de Nazaré, e depois de este lhe ter dito: “Todo aquele que vive da Verdade escuta a minha voz” (Jo 18,37), pergunta: E o que é a verdade? (Jo 18,38). Esta verdade de que fala Jesus, não é um objeto, mais ou menos concreto, passível de ser possuído pelo conhecimento só por si. Não, é um Sujeito que vem ao mundo e entra na minha, na nossa vida, para nos libertar do “homem velho”, para a vida nova da Graça, onde se cumpre a “liberdade dos Filhos de Deus”. Por isso, Pilatos (e quem como ele!) estava muito enganado quando diante da Verdade que nos cura e liberta, a Verdade em Pessoa, perguntava: o que é a verdade? Como se a verdade fosse uma coisa. “Consagra-os na verdade; a Verdade é a tua palavra (Jo 17,17) orava Jesus ao Pai. A Verdade, palavra de Deus, é Jesus que com o seu Espírito, ilumina os que creem nele, para que Deus, que é Luz, seja conhecido por eles.

mim e o meu amigo, mas garante também a nossa alteridade. O Dom é o meu amigo dando-se a si mesmo a mim por amor e sou eu recebendo o meu amigo por amor, princípio e termo de doação. Em Deus, o Pai dá-se ao Filho por amor – princípio de doação -, mas não perde a sua dimensão paterna, tornando-se Filho; do mesmo modo que o Filho, acolhendo o dom da paternidade por amor – termo da doação -, não anula a sua determinação filial, tornando-se Pai. Uma ação requer sempre a outra para se completar, estando as duas pessoas reciprocamente implicadas. Entre mim e o meu amigo, o Dom é um objeto, mas quanto mais intensamente é Dom, isto é, quanto mais significa a nossa doação íntima e pessoal, menos é um objeto materialmente determinado. Por isso eu gasto tanto tempo até encontrar o Presente que quero oferecer ao meu amigo, um objeto que signifique a nossa intimidade. Em Deus, entre o Pai e o Filho, o Dom é o Espírito, Pessoa divina subsistente, distinto do Pai e do Filho, dos quais procede, mas distinto também do ato da doação, de que é efeito e significação. Se ele fosse o ato da doação, não constituiria uma pessoa subsistente, pois não existiria como tal; seria a soma de duas partes, não uma terceira.

O Espírito, Pessoa-Dom incriado, é o protagonista da missão e de toda a vida eclesial” (225-226). Nota: o texto foi escrito segundo as regras anteriores ao novo acordo ortográfico sendo que, nesta transcrição, foi alterado o texto conforme as novas regras do acordo atual.

³⁷⁴ Cf. Congar, *El Espíritu Santo*, 333.

Inflama-os para que, Deus amor, seja amado por eles. Habita-os e enche-os, “para que gozem a bem aventurança” do “sumo bem, o bem eterno, donde procede todo o bem, e sem o qual não há bem algum”³⁷⁵.

Jesus acrescenta, no entanto, ao conhecer, a importância de permanecer: “todo aquele que pratica o pecado é servo do pecado, e o servo não permanece na família para sempre; o filho é que permanece para sempre. Pois bem, se o Filho vos libertar sereis verdadeiramente livres” (Jo 8,34-36). Ora, esta ideia da “filiação” como princípio de liberdade, encontramos-la também em S. Paulo, mas aqui oposta à ideia de escravatura,³⁷⁶ “não recebestes um espírito de escravos” “recebestes um espírito de filhos adotivos” (Rm 8,15). E mais à frente, “libertada da escravidão da corrupção, para alcançar a liberdade dos filhos de Deus” (Rm 8,21). Ora, sabendo que Jesus afirmou ser “o caminho, a verdade e a vida” (Jo 14,6), reconhecemos ser Jesus a verdade que nos liberta, até porque, Ele mesmo, nos confirma isso mesmo, dizendo: “ninguém chega ao Pai sem ser por mim” (Jo 14,6). Jesus ao chamar Pai a Deus e ao dá-Lo conhecer, liberta os bem-aventurados, para a abundância do Pai e para um mundo de irmãos.

Por isso, “ousar dizer ‘Pai nosso’ e não apenas ‘Pai meu’, com toda a verdade, confiança e liberdade, implica, portanto, que o orante tenha à sua volta um mundo de irmãos. Um mundo só de irmãos”³⁷⁷. É o permanecer, por conseguinte, o ser fiel, que marca o estado de comunhão com Deus. Daí entendermos que, jamais seremos tão livres, como quando nos cumprimos na “identidade de filhos de Deus”, na comunhão com o Pai, no Filho e pelo Espírito de ambos. Então a “liberdade supõe uma alteridade – uma referência ao tu – entendida não só como proximidade”, mas sobretudo, “como fraternidade” nascida de uma “paternidade comum”³⁷⁸. Então a liberdade como dependência é, antes de mais, “uma forma de religação” a um fundamento último que nos permite desligar diante do penúltimo. Longe de ser alienante, esta relação é libertadora, seja na relação de pai para filho e filho para pai (Rm 8,15.21) ou de amigo para amigo (Cf. Jo 15,15). Quando a nossa existência se centra na pessoa amada, naturalmente nos desapegamos de tudo aquilo que é secundário. Consequentemente, toda a experiência humana de amor puro é libertadora, precisamente porque “liberta para o essencial”³⁷⁹. Assim, o ser humano “desapegado da perfeição na própria perfeição, porque quer mais amar do que estar sem culpa, desperta, cada vez mais, boa vontade e amor fraterno”³⁸⁰. Então esta dependência nascida da filiação adotiva, não pode ser

³⁷⁵ Cf. Fontes Franciscanas I. *Francisco de Assis*, 58.

³⁷⁶ Cf. Ruiz de la Peña, *Imagem de Dios*, 201-202.

³⁷⁷ Couto, *Como uma Dádiva*, 163.

³⁷⁸ Cf. Ruiz de la Peña, *Imagem de Dios*, 202.

³⁷⁹ Cf. Ruiz de la Peña, *Imagem de Dios*, 201.

³⁸⁰ Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom”, 228.

uma prisão, é, isso sim, o fundamento da liberdade e também a fonte de alegria, porque comunhão com o Pai e o Filho e com os irmãos.

A liberdade é, por conseguinte, um ‘espaço’ de relação de pais, mães, filhos e irmãos e “é a obra de uma vida inteira”. Podemos dizer que o verdadeiro sentido, o “sentido último da liberdade” é o amor. Não pode ser livre quem não ama. O amor se nos liberta, liberta-nos para amarmos. Em suma, “a minha liberdade cresce em proporção do meu amor”³⁸¹ e “quanto mais dóceis formos aos impulsos da graça, tanto mais crescem a nossa liberdade interior e a nossa segurança nas provações” (CEC 1742). O amor é o fundamento da liberdade dos filhos de Deus e sinal da presença do Pai. E sabemos que este Pai, ainda que os seus filhos o desgostem, sempre os olhará com a ternura de Pai, pois aquilo que os faz ser filhos, precede todas as ações destes. Ou seja, “a fraternidade é o lugar em que cada um vale (...) por aquilo que lhe é feito, antes e independentemente daquilo que deseja, pensa, projeta e realiza, e em que o seu ser é ser numa relação de amor incondicionada, que não é posta por ele, mas em que ele é posto”³⁸². Na verdade, a grande dificuldade dos filhos (a nossa) é reconhecer o Pai como tal, isto é, como Pai, amor primeiro, princípio de identidade, referência originária e originante, e a partir daqui reconhecer o outro, os outros, como irmãos (Cf. Lc 15,11-32). “É esse amor primeiro que faz os irmãos, logo livres e iguais. A fraternidade é o *mais* da liberdade e da igualdade, porque só ela faz dos não-livres livres e dos desiguais iguais”³⁸³. E isto é assim numa família natural, constituída a partir dos laços de sangue e é ainda mais numa família sobrenatural, ou seja, constituída sobre os fundamentos do amor recíproco, de um Pai que é Deus e seus filhos que são irmãos.

Chegados aqui, já podemos ver que a liberdade dos filhos de Deus é uma liberdade que nos implica inteiramente numa realidade nova e universal, fundada na Fé e na Esperança e que na verdade, antecede aquela que conhecemos a partir do nosso nascimento.

O empregado ou o servo situa-se ao nível da obediência, mas o filho ou o amigo participa da e na vida do pai e do amigo.³⁸⁴ Por isso diz Jesus aos seus discípulos e a nós: “já não vos chamo servos”, “chamo-vos amigos” (Jo 15,15). Entre estas duas dimensões ou condições existe como que um abismo. E a primeira é aquela que Jesus nos quer ajudar a transpor, ou seja, a superarmos, para entrarmos numa nova lógica, que goza da sua confiança e nos prende a uma tarefa comum, a de cumprir o ser humano,³⁸⁵ na relação filial ao Pai

³⁸¹ Cf. Boulad, *L’Anti Destin*, 113-115.

³⁸² Couto, *Uma Palavra*, 81-82.

³⁸³ Couto, 81.

³⁸⁴ É aqui que se centra também a ideia principal de divisão de John Macmurray, entre “sociedade” e “comunidade”, tratada em *Liberdade como relação*, no primeiro capítulo.

³⁸⁵ Cf. Boulad, *L’Anti Destin*, 62. O autor refere oportunamente que seria mais confortável e cómodo limitarmo-nos a cumprir ordens numa espécie de preguiça mental própria da “mentalidade de funcionário” “que

celeste, e já não no pecado que diminui o ser humano, “impedindo-o de atingir a sua plena realização” (GS 13).

Quando S. Tiago fala de uma lei perfeita da liberdade, não se trata, portanto “da libertinagem do capricho, que é uma caricatura ilusória da liberdade e que, levado ao limite, seria a destruição desta”, como também já amplamente tratamos aqui. O cerne desta “lei é a sua norma de ação, mas não está sujeito ao temor de uma lei porque esta foi interiorizada” e assumida. Ou seja, “a partir desse momento, determina-se partindo de si mesmo”. Então, o ser humano livre “é aquele que se pertence a si mesmo”, não como senhor de si, mas como alguém que se recebe de Outro. “Abstém-se do mal por amor”, porque a lei divina se tornou para si um dinamismo,³⁸⁶ no qual existe, vive e se move.

É com certeza deste dinamismo que Santo Agostinho fala quando, em poucas e simples palavras, diz: “Ama e faz o que quiseres”. E se o Amor é o que me prende, sabemos que só ele também nos pode libertar e fazer livres. É certo que a História está “marcada pelo determinismo do eu e da sua violência”, mas quando deixo “que seja a necessidade do Outro/outro a comandar a minha responsabilidade” dá-se “um milagre, porque quebra a lógica necessitante, fazendo-me renascer para a lógica da gratuidade e da dádiva”³⁸⁷. Contudo, “nós amamos porque Deus nos amou primeiro” (1Jo 4,19). O que quer dizer que “o nosso amor é sempre uma resposta a um amor que nos precede”³⁸⁸.

Lembramos de novo as profecias de Jeremias: “Imprimirei a minha lei em seu interior e escrevo-a em seu coração”, “Ninguém ensinará mais o seu próximo nem o seu irmão” (Jer 31,33-34) e de Ezequiel, “Eu lhes darei um coração novo e porei em vosso interior um espírito novo” (Ez 36,26). Conduzidos e iluminados pelo Espírito de Deus, os que se tornam sua morada, já não têm necessidade de que ninguém os ensine, pois, o mesmo Espírito do Senhor os ensinará. Assim “o dever-ser do homem ser-lhe-á inspirado em seu interior por Deus, como uma natureza”³⁸⁹. Por conseguinte, a nova lei é simplesmente a ação do Espírito Santo a operar por amor naqueles que gozam de uma firme e viva fé em Cristo.

O Espírito do Senhor, afirma Yves Congar: “é de tal maneira interior a nós”, “é ele de tal maneira o peso ou inclinação do nosso amor, que é ele nossa espontaneidade própria intimamente ligada ao bem”. Então, a opção por outra coisa que não o bem, “é uma

odeia responsabilidades e prefere a rotina do quotidiano” (cf. Boulad, *L'Anti Destin*, 63). É esta mentalidade que Jesus expõe a partir do filho mais velho, e certo modo, do mais novo também, na parábola dos dois filhos, em Lucas (15,25-32) e que o pai se esforça, com paciência e misericórdia, por alterar... O texto deixa em aberto a decisão dos filhos em transpor esta lógica de assalariados, já que se trata, no nosso entender, de uma resposta que cada um (dos filhos e de nós) dará com a sua vida toda em resposta ao Pai.

³⁸⁶ Congar, *El Espíritu Santo*, 333.

³⁸⁷ Couto, *Como uma Dádiva*, 143.

³⁸⁸ Couto, *Uma Palavra*, 82.

³⁸⁹ Cf. Beauchamp, *L'Un et l'Autre Testament*, 259.

imperfeição da liberdade, insuficientemente esclarecida e habitada pelo bem”. Jesus Cristo “não podia pecar”, porque “era soberanamente livre. O Espírito Santo, Bem, Amor”, mais do que deixar-nos livres, faz-nos livres, porque nos impele “desde dentro e por nosso próprio movimento”. Foi, portanto, neste sentido que S. Tiago falou da “lei perfeita da liberdade” (Tg 1,25; 2,12), assim como S. Paulo da “lei de Cristo” (Gal 6,2). Assim, “o cristianismo (...) é, pelo dom do Espírito de Cristo, uma ontologia de graça que entranha (...) determinados comportamentos” conferindo uma identidade, não a partir de si mesmo, mas do Outro.³⁹⁰ Logo, “o Espírito é uma lei não por pressão, mas por chamada”³⁹¹. Liberta “pela mão de Deus” e faz homens e mulheres “livres por vocação”³⁹². E “esse Espírito invocado que triunfa em mim” é também quem “confere a presença de Jesus” na minha vida. A “minha comunhão é então adesão, em abandono e amor, ao que Jesus é, quer e realiza”³⁹³. Logo, a liberdade e a comunhão só podem crescer juntas, porque para alguém se dar em comunhão é preciso ser livre, assim como só pode ser livre alguém que vive numa verdadeira comunhão, no caso dos filhos de Deus, com o Pai e o Filho e com os irmãos.

Portanto, a liberdade manifesta-se-nos na Pessoa do enviado de Deus, que vem ao nosso encontro e entra no nosso mundo, abrindo um caminho novo, porque quis ter a haver connosco e nós só gozaremos da sua liberdade se quisermos ter a haver com Ele. Por isso, quis também romper os laços que nos mantinham encerrados dentro das nossas limitações, vulnerabilidades, pecados e da própria morte. Condoeu-se da nossa desgraça, saiu de si, ouviu, viu, conheceu os nossos males e carregando com eles todos, expô-los na Cruz. Porque só exposto à luz, o Mal perde a sua força e o seu poder. É assim que o nosso Libertador nos liberta, num pleno Sim (cf. 2 Cor 1,19) ao Amor, convertendo o mal em bem, a Cruz da condenação em caminho de e para a Liberdade.

Deus, que é “soberanamente livre, quis arriscar a sua liberdade, nesta tripla aventura de amor que chamamos: Criação, Encarnação, Redenção”³⁹⁴, mas fê-lo “separado de toda a cumplicidade dentro da violência humana”. Pois, só assim, Deus “torna possível compreender a paternidade divina do dom de si revelado na vida, morte e ressurreição do Filho”³⁹⁵. E nós bem sabemos que “todos precisamos de tempo para nos dizermos, isto é, para nascermos de

³⁹⁰ Aqui fazemos um aparte e chamamos a atenção para o que a este respeito D. António Couto nos diz: “Deus deu-me por amor, para que eu me receba por amor”. “Não tenho em mim o meu fundamento”, “não sou dono de mim, nem dono dos outros, nem dono do mundo”. Daí que “não posso dar-lhes o sentido que eu quiser”. (Cf. Couto, *Como uma Dádiva*, 62).

³⁹¹ Congar, *El Espíritu Santo*, 334.

³⁹² Couto, *Como uma Dádiva*, 146.

³⁹³ Congar, *El Espíritu Santo*, 694.

³⁹⁴ Cf. Boulad, *L’Anti Destin*, 116.

³⁹⁵ Cf. Alison, *Le péché originel*, 230.

novo, de outra maneira, face ao imenso impacto da última e decisiva novidade: a Ressurreição”³⁹⁶.

Então, esta liberdade constrói-se em caminho, como resposta a esse caminho aberto por Alguém-que-vem e que é, Ele mesmo, o Caminho e nos convoca a permanecer n’Ele com fidelidade. Coisa que se faz naquele duplo sentido entre Deus e o ser humano: “Liberdade a liberdade, mandamento a obediência, palavra primeira e criadora a palavra segunda e responsorial”³⁹⁷. E é assim que este caminho que se vai, por graça, aperfeiçoando em cada dia, impelindo-nos a criar novas possibilidades de crescimento e de amadurecimento nesta relação com o Pai e com os irmãos, e que naturalmente implica o fomento da liberdade dos outros, daqueles, portanto, que são diferentes de mim e sobretudo, meus irmãos.

Até porque, como explica D. António Couto,

“o outro não anula a minha liberdade, mas institui-a. Batendo à minha porta e relacionando-se comigo, o outro oferece-me a possibilidade de eu aprender a transcender o meu território, o meu país, o meu mundo natural e determinístico de desejo, de projecção e identificação, violência e posse, pois solicita de mim uma ‘resposta’, não segundo o princípio de identidade, mas segundo o princípio de alteridade. O outro que me bate à porta entrega-se a mim, e, entregando-se a mim, entrega-me a mim, libertando-me, para que eu me possa entregar livremente (...). O outro não é uma coisa, um meio, um rival. É um dom.”³⁹⁸

Aliás, se bem vemos, “o dom de si que são toda a vida e morte de Jesus, já presente no seu ensinamento e seus milagres (...) funda e traz uma forma de comunidade humana repousando sobre a vítima que se oferece e não sobre o banir de vítimas”³⁹⁹. Se o outro é um Dom, a liberdade dos filhos de Deus também coincide com doação e serviço aos irmãos: “Foi para a liberdade que vós fostes chamados”. “Pelo amor, fazei-vos servos uns dos outros. É que toda a Lei se cumpre nesta única palavra: Ama o teu próximo como a ti mesmo” (Cf. Gl 5,13-14).

Esta é outra característica fundamental da liberdade, sob o ponto de vista cristão, ou seja, depois da “religação” e da filiação divina, vem o “serviço aos irmãos”, por amor.⁴⁰⁰ Amor que não é um qualquer, tem Alguém como referência: “É este o meu mandamento: que vos ameis uns aos outros como eu vos amei” (Jo 15,12). O amor de Jesus é o dinamismo que deve mover os filhos de Deus na liberdade do Seu Espírito.

³⁹⁶ Couto, *Como uma Dádiva*, 238

³⁹⁷ Couto, *Uma Palavra*, 160.

³⁹⁸ Couto, 182. Então, quem trata os outros como objetos fica “só no meio de objetos” desumanizando o mundo. Perde-se “a palavra que vai e vem. Não há a graça do outro que me dá a vida. Há posse e violência” e na verdade a solidão “que leva à morte a curto prazo” (cf. Couto, *Uma Palavra*, 70).

³⁹⁹ Cf. Alison, *Le péché originel*, 197.

⁴⁰⁰ Cf. Ruiz de la Peña, *Imagem de Dios*, 201.

Assim, “a liberdade mais livre” será feita de humildade e de amor, da qual, resulta a “vontade de entrega e serviço aos irmãos”. E quem melhor que Jesus revela ser “o arquétipo da liberdade”? Ele que se entregou sem reservas à vontade do Pai por amor: “meu Pai me tem amor: por eu oferecer a minha vida, para a retomar depois. Ninguém ma tira, sou eu que por mim mesmo a dou” (Cf. Jo 10,18), disse. Na verdade Jesus já se tinha dado todo, generosa e livremente, numa Doação radical, sem reservas e sem limites, quando aqueles que o matavam, julgavam tirar-lhe definitivamente a vida. Em Jesus, por conseguinte, faz-se-nos “vivo e real”, aquilo que verdadeiramente significa ser livre.⁴⁰¹

Todavia, a liberdade dos filhos de Deus é um “já e um ainda não”, isto é, vive-se já Hoje, mas na esperança de uma plenitude futura, para a qual as escrituras apontam: “Eu hei-de ver-vos de novo! Então, o vosso coração há-de alegrar-se e ninguém poderá tirar-vos a vossa alegria” (Jo 16,22); “Caríssimos, agora que somos filhos de Deus e ainda não se manifestou o que havemos de ser. Mas sabemos que, na altura em que se manifestar, seremos semelhantes a Deus, porque o veremos como Ele é” (1 Jo 3,1-2); “Esperamos novos céus e uma nova terra, onde a justiça habite” (2 Pe 3,13). Depois destes exemplos de escritos joaninos e da 2ª carta de S. Pedro, também em S. Paulo, a liberdade, sendo efeito da “ação salvífica de Cristo” e pela qual “anseia avidamente toda a criação, ainda não é perfeita”⁴⁰². Isto significa, para S. Paulo, que o crente “ainda está sujeito à tendência descendente do desejo que degenera em concupiscência”, ou seja, em libertinagem, e por isso, manifestou a necessidade do serviço de uns aos outros, por amor, como fator orientador e ordenador da liberdade.⁴⁰³ Daí que S. Paulo, prefira falar de libertados, em lugar de livres, ou em “liberdade a conquistar”, mais “que de uma liberdade conquistada”⁴⁰⁴. Até porque, como diz S. Agostinho, “de nenhuma coisa desfruta a nossa alma com liberdade a não ser que desfrute com segurança”⁴⁰⁵.

Ou seja, o que marca o ritmo da liberdade vivida pelos filhos de Deus é a Fé em Deus, Pai de Jesus Cristo, feito nosso irmão e a Esperança que alegra e motiva os crentes, apontando para essa liberdade definitiva da qual gozarão na vida eterna, na “Jerusalém do alto” “que é livre e é a nossa mãe” (Gal 4,26). E, tal como a Fé e a Esperança ajudam a enfrentar as dificuldades presentes com confiança num futuro que chegará, a Caridade mantém os crentes unidos numa comunhão de Amor, com o Pai e com o Filho, antecipando o mais possível esse mesmo Futuro e formando o Corpo cuja cabeça é Jesus. Assim sendo, os

⁴⁰¹ Cf. Ruiz de la Peña, 203.

⁴⁰² Cf. Joseph A. Fitzmyer, *Teología de San Pablo: Síntesis y Perspectivas*, trad. J. Valiente Malla (Madrid: Ediciones Cristiandad, 2008), 123-124

⁴⁰³ Cf. Dunn, *A Teología do Apóstolo Paulo*, 742.

⁴⁰⁴ Ruiz de la Peña, *Imagem de Dios*, 203.

⁴⁰⁵ Cf. Agostinho, *Diálogo sobre o Livre Arbítrio*, 215.

carismas que nascem da prática da caridade “são simplesmente talentos que há que por ao serviço da edificação do corpo de Cristo”⁴⁰⁶.

A condição, pois, deste povo constituído no amor de Cristo, é “a dignidade e a liberdade dos filhos de Deus, em cujo coração, como num templo, habita o Espírito Santo. Sua lei é o mandamento novo de amar como Cristo mesmo nos amou (cf. Jo 13,34)” (LG 9). E Cristo “na sua pregação claramente mandou aos filhos de Deus que se tratassem como irmãos. E na sua oração pediu que todos os seus discípulos fossem ‘um’. Ele próprio se ofereceu à morte por todos, de todos feito Redentor” (GS 32). Com isto, Jesus deseja ser imitado “no seu dom de si à morte”, por amor, de modo que, tal como Ele, nos tornemos testemunhas do Pai.⁴⁰⁷ Por isso, afirmou não haver maior amor do que dar a vida pelos seus amigos (cf. Jo 15,13) e depois de Ele mesmo o ter feito, mandou aqueles por quem tinha dado a vida a ir “pelo mundo inteiro” a proclamar o “Evangelho a toda a criatura” (Mc 16,15) “para que a humanidade se tornasse a família de Deus, na qual o amor fosse toda a lei” (GS, 32).

Assim, “o primeiro homem, Adão, foi feito um ser vivente e o último Adão, um espírito que vivifica” (1Cor 15,45). A Liberdade que emana do Espírito de Cristo apresenta-se-nos e entra nas nossas vidas, com o rosto do amor, sorrindo: “manifestar-se-lhes-á, sorrindo, no caminho e virá ao encontro deles com toda a sua providência” (Cf. Sab 6,16) para os iluminar com a sua sabedoria, ensinando-os, para os libertar das suas cadeias, para os curar das suas doenças e males e os ressuscitar para uma vida nova.

“O Senhor é o Espírito e onde está o Espírito do Senhor, aí está a liberdade. E nós todos que, com o rosto descoberto, refletimos a glória do Senhor, somos transfigurados na sua própria imagem, de glória em glória, pelo Senhor que é Espírito” (2 Cor 3,17-18). Assim falava S. Paulo que falava do que ele mesmo experimentava.

Tem graça que, estando ele encarcerado pelos romanos, dizia ser prisioneiro, não dos romanos, mas por amor de Cristo (cf. Flm 1)! O seu amor era sem dúvida a sua liberdade! Nada nem ninguém o podia separar do amor de Deus que está em Cristo (cf. Rm 8,35-39). Todas as tribulações e sofrimentos lhe pareciam poucos diante do seu amor. Logo, a verdadeira liberdade coincidirá com “um espírito que ama intensamente, quando aquilo que ama deve ser intensamente amado”⁴⁰⁸.

Mas há ainda um pormenor, que não será de somenos, é que a liberdade não está reservada apenas ao ser humano, pois, também a criação “será libertada da escravidão da corrupção, para alcançar a liberdade na glória dos filhos de Deus” (cf. Rm 8,21). Filhos estes

⁴⁰⁶ Congar, *El Espíritu Santo*, 338.

⁴⁰⁷ Cf. Alison, *Le péché originel*, 177.

⁴⁰⁸ Agostinho, *Trindade*, coord. Arnaldo Espírito Santo, edição bilingue (Prior Velho: Paulinas, 2007), 705.

que têm no amor do Pai, dos irmãos e de toda a Criação, a maior de todas as liberdades. Então, a pessoa livre evidenciará em si mesmo essa qualidade que é o amor da verdade⁴⁰⁹ que está presente em todas as coisas. E, como tudo é Dom de Deus, não pode, não deve, não convém, aos homens e às mulheres livres, possuir as coisas, os outros, bem como a si mesmos,⁴¹⁰ porque Deus nos quer sempre livres, de mãos abertas, para receber e para dar, para nos recebermos e para nos darmos. Deste modo, concluímos que a questão da liberdade dos “filhos de Deus” se encontra no vínculo filial e este se cumpre na palavra do Pai que manda ser santo, porque Ele é santo (cf. Lv 11,45), ou na do Filho: “amai-vos uns aos outros como eu vos amei” (Jo 15,12-14).

“Vós sois o sal da terra. Mas se o sal se torna insípido, com que se salgará?” (Mt 5,13) Disse Jesus aos que o escutavam e continua a dizer... duas coisas. A primeira, agora que conheceis a verdade e sois livres, temperai o mundo com a liberdade e a paz que de mim recebestes e fazei homens livres pelo conhecimento da mesma verdade que agora conheceis, pois, libertados pelo Filho “sereis realmente livres” (Jo 8,36). E fazei-o até que todos os seres sejam livres, até mesmo “o seixo e a montanha”⁴¹¹. A segunda, permaneçei em mim, para que deis muito fruto (cf. Jo 15,1-8) e a vossa alegria seja completa (Jo 15,11).

A tua Palavra, Senhor, é um mundo novo, o mundo novo de vida abundante e liberdade sem limites que rompe com o nosso mundo, velho, violento, onde reina a morte e, por isso, sem a alegria nem a liberdade verdadeiras e definitivas. Obrigado por teres vindo aqui dizer o que disseste e fazer o que fizeste e sofrer o que sofreste, por amor de todos nós! Obrigado por seres o “Lugar” de encontro com o Pai. Obrigado Pai por teres enviado a este mundo, onde todos nos encontramos, o teu Filho muito amado, Jesus Cristo, pois, de outro modo, isto não tinha graça nenhuma. Tu Senhor, és a Graça, o nosso Libertador e a nossa Liberdade porque o nosso Amor também! Tu és a liberdade do Amor. Tu és a liberdade dos “filhos de Deus”! E quando chamares os seus nomes, nomes que só tu conheces e pelo qual reconhecerão ser por Ti conhecidos e amados, antes da Criação do mundo, saberão também que a vida plena e a liberdade definitiva que estão em Ti, já não lhes poderá ser tirada, pois ninguém pode tirar nada da Tua mão (cf. Jo 10,29).

⁴⁰⁹ Cf. Simon, *Freedom and Community*, 15.

⁴¹⁰ Isto para não falar do desejo de possuir Deus, que se nos apresenta como um estado de verdadeira loucura. A maior de todas as loucuras! O pior é que infelizmente não é rara. E é essa loucura, por exemplo, que vemos, quando se fazem guerras e mata em nome de um deus, chame-se-lhe o nome que for. Quando isto acontece, percebemos que estas guerras têm origem nesta perfeita loucura de se pensar que Deus (assim como a verdade), pode ser possuído, ou coubesse dentro das nossas, humanas, representações.

⁴¹¹ Silva, *Textos e Ensaios*, 263.

Com base no referencial teórico estabelecido importa desenvolver, agora, um dispositivo pedagógico-didático para os alunos aos quais esta Unidade Letiva está destinada. A viverem a adolescência, os alunos, nos tempos que correm, são bombardeados por imensa informação de todo o género, para além dos perigos de uma internet desregulada e tão acessível, onde (quase) tudo se pode. O tema da liberdade, sendo tão caro a todo o ser humano (pois, quem é que não deseja ser livre?), é ainda mais urgente para que com o seu esclarecimento, haja uma liberdade mais verdadeira e não a tal libertinagem.

Facilmente, à pergunta: o que é para ti ser livre? Nos respondem: ser livre é fazer o que quero. Ora, esta associação da liberdade à vontade e ao desejo próprio é aquilo que nós devemos desconstruir e mostrar que a liberdade, no seu expoente maior, é vivida em relação, pois nós, seres humanos, somos *seres em relação* e isso implica acima de assumir responsabilidades e muitas vezes ter a capacidade de “sacrificar” o nosso tempo e os nossos desejos por um, reconhecendo-o, bem maior, do qual também gozaremos. E esse Bem maior é o amor, a verdade e a justiça, incarnados na Pessoa de Jesus Cristo.

CAPÍTULO III - O TEMA DA LIBERDADE NO PROGRAMA DO 8º ANO DE EMRC

Neste capítulo, o último e no âmbito da Pática de Ensino Supervisionada (PES), vamos tratar primeiramente da contextualização do lugar do estágio, com uma caracterização geral do Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio e da turma onde a leção foi realizada.

Na obrigatoriedade dos alunos a frequentar este curso de Mestrado duas unidades letivas do programa de EMRC, escolheu-se fazê-lo sobre a Unidade Letiva 1 – O Amor Humano, e a Unidade letiva 3 – A Liberdade, referentes ao 8º ano de escolaridade. Tendo que optar por um método na leção deste tema da liberdade, escolhemos, neste contexto, aborda-lo a partir dos valores da Verdade, da Justiça e do Amor, como um tripé que suporta e permite a Liberdade. Ou seja, procuraremos mostrar que sem Verdade, não haverá liberdade. Sem Justiça, não pode existir liberdade. E, do mesmo modo, sem Amor é impossível a maior das liberdades.

Segue-se então que ligaremos o tema do amor humano à liberdade, como fundamento desta, juntamente, com a justiça e a verdade. Depois, seguir-se-á a leção das aulas da das duas unidades letivas em questão e serão apresentadas as planificações.

Terminamos com uma avaliação das aulas lecionadas e da atividade desenvolvida no núcleo de estágio da Escola E.B. 2,3 de Nogueira.

1. Caracterização do contexto escolar

Neste primeiro ponto vamos caracterizar o Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio, assim como a Escola E.B. 2,3 de Nogueira onde deu lugar o estágio. Em seguida caraterizamos também a turma onde se realizou esse mesmo estágio. As aulas foram lecionadas à turma E do 8º ano de escolaridade, durante o ano letivo de 2019/2020.

1.1. O Agrupamento e a Escola E.B. 2,3 de Nogueira

A Escola E.B. 2,3 de Nogueira, onde o núcleo da Prática de Ensino Supervisionada teve lugar, localiza-se no distrito e concelho de Braga e pertence, desde 2013, ao Agrupamento Alberto Sampaio (ESAS). A ESAS está inserida num contexto misto, predominantemente urbano e semiurbano sendo que, possui unidades educativas mais afastadas deste contexto e que, por isso, se caracterizam por uma envolvimento mais rural.

O nome do Agrupamento deve-se ao patrono da Escola Secundária que é a sede deste. Este nome “é assumido pela nova comunidade, sem hesitação, sendo, inclusive, a sua

data de nascimento, 17 de novembro, definida consensualmente como o Dia do Agrupamento”⁴¹². Alberto Sampaio “foi figura grada da região, homem de superior cultura, um dos vultos eminentes da geração de 70 e, por isso, com projeção nacional, sobretudo nos campos da História e da Etnografia”⁴¹³. Nascido no ano de 1841, em Guimarães, estudou em Coimbra no curso Direito, mas foi à sua terra natal, aos trabalhos agrícolas e à pesquisa histórica que sempre se dedicou. Viria a “desempenhar o cargo de Procurador à Junta Geral do Distrito de Braga, em representação do concelho de Guimarães”⁴¹⁴. Ao longo da sua vida, publicou vários livros, mas foi o primeiro, com o título, A Propriedade e a Cultura do Minho, que lhe deu maior sucesso e também o trouxe para o “primeiro plano dos economistas rurais, valendo-lhe o convite de Oliveira Martins para colaborar no seu projeto-Lei do Fomento Rural”⁴¹⁵. Morreu em 1908, depois de sucumbir a uma doença de algumas semanas. Deixou um espólio de escritos e pensamentos. Destes últimos destacamos:

- “Nunca se perde tempo com aquilo que amamos”, e;
- “fazer pensar é tudo; e a agitação a única alavanca que pode deslocar esse mundo: pois que agitar que dizer – instruir, ensinar, convencer e acordar”⁴¹⁶.

O Projeto Educativo é, naturalmente, “o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escola ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe a cumprir a sua função educativa”⁴¹⁷. Portanto, este projeto só fará “sentido se se traduzir numa efetiva mudança das atitudes e práticas de toda a comunidade, sempre congruentes com o rumo e opções nele traduzidas. Todavia, isto só acontecerá se o mesmo for algo de permanentemente refletido, assumido e interiorizado por todos”⁴¹⁸, de modo a contribuir para uma educação integral, para a cidadania e a autonomia pessoal, pois “o objetivo central de uma escola é garantir o sucesso educativo dos seus alunos, nas diversas dimensões que este pode e deve assumir”⁴¹⁹.

Os Princípios e Valores que orientam esta comunidade concentram-se na promoção: da liberdade com responsabilidade; de um humanismo com justiça; da qualidade realizada na

⁴¹² Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio, Projeto Educativo. Triénio 2016-2018 (Braga: AESAS, 2015), 5.

⁴¹³ Cf. A.E. Alberto Sampaio.

⁴¹⁴ Cf. A.E. Alberto Sampaio.

⁴¹⁵ Cf. A.E. Alberto Sampaio.

⁴¹⁶ Cf. A.E. Alberto Sampaio.

⁴¹⁷ Cf. A.E. Alberto Sampaio, 3.

⁴¹⁸ Cf. A.E. Alberto Sampaio.

⁴¹⁹ Cf. A.E. Alberto Sampaio, 18.

transparência; de um conhecimento inquieto feito de sede; da fraternidade e sustentabilidade; e, por último, da participação e motivação.⁴²⁰

A Escola E.B. 2,3 de Nogueira, caracteriza-se por ter um bom ambiente entre todos os que fazem parte dela, desde os professores, aos funcionários, passando, naturalmente pelos alunos. Está muito bem organizada e limpa. E é de realçar a forma como nós, os professores estagiários de EMRC, fomos acolhidos nela, pois nunca faltou a simpatia, nem solicitude.

No que diz respeito à disciplina de EMRC ela tem uma boa aceitação da comunidade escolar e, portanto, torna-se mais fácil exercer a lecionação e também aprendizagem dos conteúdos da mesma.

1.2. Caracterização da turma

A minha prática pedagógica foi desenvolvida na Escola Básica 2.3 de Nogueira em Braga. A caracterização da turma com a qual desenvolvi a atividade letiva, a turma E do 8º ano de escolaridade é a seguinte:

A turma foi constituída inicialmente por vinte e dois alunos, três dos quais acabaram por pedir transferência ao longo do primeiro período, por razões distintas. A partir do segundo período, a turma passou a ser constituída por dezanove alunos, dez raparigas e nove rapazes, maioritariamente originários das freguesias de Nogueira e Morreira. A média de idades da turma é de catorze anos.

O nível de escolaridade dos pais/encarregados de educação é médio, havendo um número bastante significativo com o 2º e 3º Ciclos. Beneficiam da Ação Social Escolar doze dos dezanove alunos, seis subsidiados com escalão A, quatro com escalão B e dois com escalão C.

Cinco alunos apresentam retenções no seu percurso escolar. Ao longo do presente ano letivo, usufruíram de Medidas Universais de suporte à Aprendizagem e Inclusão alguns alunos e também houve alunos que alcançaram o prémio de mérito académico.

No que diz respeito às aulas de E.M.R.C. foram lecionadas oito aulas presenciais de 45 minutos, sendo que a nona e última aula planificada não foi executada como previsto, devido ao confinamento resultante da pandemia COVID-19. As aulas foram lecionadas às segundas feiras no horário 11h45mn-12h30mn. As quatro primeiras ainda no primeiro período e as quatro seguintes no segundo período.

As primeiras aulas que foram lecionadas ainda no primeiro período e decorreram com alguma turbulência e falta de concentração, já que a turma manifestava instabilidade

⁴²⁰ Cf. A.E. Alberto Sampaio, 16-17.

provocada por comportamentos problemáticos de alguns alunos. A turma tinha estado algum tempo numa ausência de direção de turma, devido também à sua complexidade comportamental e à dificuldade da docente em resolver os problemas da turma. Direção que a professora Eugénia acabou por assumir. O comportamento melhorou ao longo do tempo, mas o interesse dos alunos não foi geral, já que podíamos ver claramente, por um lado, um franco interesse de alguns, com participação na discussão dos temas e nas atividades e por outro a ausência total de interesse em outros, que apesar disso, não perturbaram aulas, excetuando uma ou outra situação resolvida sem dificuldade.

1.3. Calendarização de aulas

A turma na qual foi desenvolvida a lecionação é o 8º E da Escola de Nogueira. O tempo letivo de 45min acontece entre as 11h45min e as 12h30min na sala 213, às segundas feiras.

Foi tratado, ainda durante o primeiro período, o tema da “Liberdade Humana” referente ao UL1, durante o mês de novembro, nos dias 18 e 25 e em dezembro, nos dias 2 e 9.

O tema da “Liberdade”, que foi o tema a desenvolver no Relatório Final, foi tratado durante o mês de janeiro nos dias 6, 13, 20 ,27.

Assim sendo, em modo de tabela:

	Aula 1	Aula 2	Aula 3	Aula 4	Aula 5	Mês
Amor Humano UL1	18	25				novembro
			2	9		dezembro
Liberdade UL3	6	13	20	27		janeiro

Foi ainda programada, planificada e preparada uma nona aula, que seria supervisionada coordenadora científica da Prática de Ensino Supervisionada, Prof.^a Doutora Isabel Varanda, mas foi impedida de se realizar devido à pandemia provocada pelo vírus SARS-COV-2.

2. Lecionação das aulas

Aqui serão apresentadas as aulas lecionadas de uma forma descritiva, durante a Prática de Ensino Supervisionada, considerando as metas de aprendizagem, os objetivos a atingir, os conteúdos a desenvolver, as estratégias de ensino, os recursos e a avaliação formativa.

No fim destas, serão expostos os planos/grelhas de aula.

2.1. O Amor Humano (UL 1)

Ao amor humano foram dedicadas quatro aulas, nas quais se distinguem várias formas de amor e se sublinha as três mais importantes, porque mais edificantes. Sendo elas, o amor conjugal, o amor entre os amigos e o amor espiritual e divino.

2.1.1. Diferentes formas de “amor” (Aula 1)

O amor, assim como a verdade e a justiça, é o que há de mais essencial na construção do ser humano, ou seja, não só daquilo que somos, mas também do que podemos vir a ser.

Aproveitando a riqueza de linguagem grega, expomos algumas formas de amor: *agápe*, *philia*, *eros*, *storge*, *philautia*, *pragma* e *ludus*. É importante saber distinguir as diferentes formas de “amor” e valorizar as mais fortes e a mais completa entre todas. Fazer um desenho de uma casa no quadro e perguntar aos alunos qual é a parte mais importante de uma casa.

Mostramos que assim como numa casa, a parte mais importante, a que sustenta toda a construção, é aquela que não se vê, o alicerce. Também no ser humano, o amor que há em nós e nos é dado, é fundamental, embora não seja uma parte de nós visível, assim como por exemplo um membro do corpo.

Depois, com a ajuda de um Power Point expomos o significado de amor.

Marcado a negrito a síntese de cada uma destas formas de dizer amor, cada aluno pode copiar para o seu caderno diário.

Pedimos e/ou damos exemplos.

Mostramos depois que a mais completa é certamente aquela que engloba todas as dimensões do ser humano: a espiritual, a psíquica, a emocional, a social/relacional e a física.

Pedimos aos alunos que antes de se deitarem ou antes de adormecerem, procurem discernir ou perceber de onde vem o amor e a bondade. Qual a sua origem? Qual a sua fonte?

A avaliação foi realizada através dos indicadores de pontualidade, observação de atitudes, participação e interesse demonstrado.

2.1.2. O amor entre o homem e a mulher (aula 2)

Deus cria o ser humano insuflando nele o Seu espírito de amor e isso distingue o ser humano dos outros seres vivos. E a criação do homem só se completa com a criação da mulher. O homem e a mulher são duas faces de uma só coisa, a Humanidade. Tal como uma porta ou uma janela... que tendo dois lados, são uma e só realidade, assim é a humanidade.

Portanto, o amor entre o homem e a mulher é querido e abençoado por Deus.

Através de um Power-Point, expomos os conteúdos bíblicos do relato da Criação, capítulo 2, e falamos do primeiro amor entre um homem e uma mulher mencionado na Bíblia.

Mostramos então que a origem do Amor e da Bondade está, segundo a Bíblia, antes do começo de todas as coisas, ou seja, em Deus. Valorizamos a criação da mulher a partir do lado do homem e referimos que a criação do ser humano só está concluída com a criação da mulher. Os dois complementam-se um ao outro. Por isso é tão importante estarmos ao lado de quem amamos e nos ama e seguramente também estaremos mais felizes ao nosso lado quem nos ama.

“Quem ama nasceu de Deus” (Jo 4,7) e por isso nenhum empecilho deve obscurecer o este amor querido e abençoado por Deus. O amor entre um homem e uma mulher é inegociável e é “forte como a morte” (Ct 8,6).

Para a avaliação formativa foi tomado em conta a pontualidade, o cumprimento das regras da sala de aula, a observação das atitudes, a participação e o interesse.

2.1.3. O amor feito de Amizade (aula 3)

Sob o belíssimo e breve poema de Mia Couto que começa a dizer que “toda a gentileza é uma declaração de amor”, optei por dar esta aula, dedicada ao amor entre amigos – Amizade – com fotos, descrições, um poema dedicado a uma aluna do primeiro ano, na altura com seis anos e pequenas histórias da minha experiência pessoal.

O objetivo foi o de mostrar aos alunos que a amizade não tem idade, nacionalidade, género, cor, religião e outras coisas que podem separar-nos por falta de entendimento. Com isto mostro alguns momentos e pessoas de diferentes idades, nacionalidades ou género, que me tocaram e de certo modo, acrescentaram ser ao meu ser e por isso guardo com muito carinho. Aliada a este propósito julguei igualmente importante, deste modo, e dado o número reduzido de aulas, expor-me e dar-me a conhecer um pouco mais aos alunos para assim proporcionar, facilitar e fomentar a confiança entre nós, enquanto se estreita a relação professor-alunos.

A amizade requer cedência de parte a parte, conhecimento e compreensão dos outros, coordenação, busca de equilíbrio... Quanto maior é o grupo de amigos mais difícil, é o

equilíbrio entre todos, mas não impossível. Mostrar através de uma dinâmica ao ar livre iniciada aos pares, escolhidos livremente. Os pares dão as mãos com os pés a cerca de um palmo de distância dos pés do colega. Depois, de mãos dadas, deixam inclinar o corpo para trás sem perderem o equilíbrio até estarem os braços esticados. Por último, iniciar um movimento de rotação mantendo o equilíbrio.

Ir juntando os pares formando grupos maiores até terminarmos a fazer a dinâmica todos juntos.

Pedir aos alunos antes de saírem para investigarem em casa o significado das palavras simbiose, mutualismo e parasitismo.

A avaliação formativa nesta aula foi feita através da pontualidade e da observação das atitudes, da atenção e da concentração e da participação ativa.

2.1.4. O amor divino (Aula 4)

No início da aula relacionamos as palavras dadas na aula anterior para pesquisa: simbiose, mutualismo e parasitismo, com alguns tipos de relações pessoais.

Expomos que o amor divino, porque é doação pura e plena, deve ser o fermento de todo o amor, seja ele o amor entre o homem e a mulher, seja o amor entre amigos.

Mostramos aos alunos que nos apoiamos na Bíblia para falarmos do amor, para que percebam que as coisas não acontecem ou existem por obra do acaso. O sermos seres em potência para amarmos ou dotados de amor também não é um acaso. Tudo tem a sua origem em Deus, pois “Deus é amor” (Jo 4,8).

Depois fazemos a leitura da carta de Einstein à sua filha Lieserl:

O Amor

Quando propus a teoria da relatividade, muito poucos me entenderam e o que vou agora revelar-te, para que transmitas à humanidade, também chocará o mundo, com sua incompreensão e preconceitos.

Peço ainda que aguardes todo o tempo necessário, anos, décadas, até que a sociedade tenha avançado o suficiente para aceitar o que te explicarei em seguida.

Há uma força extremamente poderosa para a qual a ciência até agora não encontrou uma explicação formal. É uma força que inclui e governa todas as outras, existindo por trás de qualquer fenómeno que opere no universo e que ainda não foi identificada por nós. Esta força universal é o AMOR.

Quando os cientistas estavam procurando uma teoria unificada do Universo esqueceram a mais invisível e poderosa de todas as forças. O Amor é Luz, dado que ilumina

aquele que dá e o que recebe. O Amor é gravidade, porque faz com que as pessoas se sintam atraídas umas pelas outras. O Amor é potência, pois multiplica (potencia) o melhor que temos, permitindo assim que a humanidade não se extinga no seu egoísmo cego.

O Amor revela e desvela. Por amor, vivemos e morremos. O Amor é Deus e Deus é Amor. Esta força tudo explica e dá SENTIDO à vida. Esta é a variável que temos ignorado por muito tempo, talvez porque o amor provoca medo, sendo o único poder no universo que o homem ainda não aprendeu a dirigir a seu favor.

Para dar visibilidade ao amor, eu fiz uma substituição simples na minha equação mais famosa. Se em vez de $E = mc^2$, aceitarmos que a energia para curar o mundo pode ser obtido através do amor multiplicado pela velocidade da luz ao quadrado (energia de cura = amor x velocidade da luz ²), chegaremos à conclusão de que o amor é a força mais poderosa que existe, porque não tem limites.

Após o fracasso da humanidade no uso e controle das outras forças do universo, que se voltaram contra nós, é urgente que nos alimentemos de outro tipo de energia. Se queremos que a nossa espécie sobreviva, se quisermos encontrar sentido na vida, se queremos salvar o mundo e todos os seres sensíveis que nele habitam, o amor é a única e a resposta última.

Talvez ainda não estejamos preparados para fabricar uma bomba de amor, uma criação suficientemente poderosa para destruir todo o ódio, egoísmo e ganância que assolam o planeta. No entanto, cada indivíduo carrega dentro de si um pequeno, mas poderoso gerador de amor, cuja energia aguarda para ser libertada.

Quando aprendemos a dar e receber esta energia universal, Lieserl querida, provaremos que o amor tudo vence, tudo transcende e tudo pode, porque o amor é a quinta essência da vida.

Lamento profundamente não ter sido capaz de expressar mais cedo o que vai dentro do meu coração, que toda a minha vida tem batido silenciosamente por ti. Talvez seja tarde demais para pedir desculpa, mas como o tempo é relativo, preciso dizer que te amo e que a graças a ti, obtive a última resposta.

Teu pai,

Albert Einstein (<https://www.pensador.com/frase/MTU4NTc5Mg/>) 24-05-2019 19h30. (Nota: foram alteradas do texto expressões do português do Brasil para português de Portugal).

Exploramos a afirmação forte “Deus é amor” contida também na carta. Dar o exemplo do fermento que leveda a massa do pão e mostrar que assim como o fermento está para o pão o amor doação (Divino) está para a nossa vida. Mostramos algumas frases do tipo,

o amor é... de forma a ligar/cozer tudo o que aprendemos durante aulas, de modo a levantar questões e discussões sobre cada uma delas.

Por fim, dizer que Deus enviou o Seu Filho, Jesus, por muito nos ter amado. Deus que o Seu Filho nascesse (Natal) porque n'Ele teremos sempre um refúgio seguro e será n'Ele que alcançaremos a alegria plena.

Nesta aula realizou-se a avaliação formativa através dos indicadores seguintes: a assiduidade, a pontualidade, o cumprimento das regras da sala de aula, a participação ativa e organizada.

3.1. A Liberdade (UL 3)

Na unidade dedicada à liberdade, lecionada em cinco aulas, das quais a última foi cancelada devido à pandemia Covid-19, procurou-se mostrar que liberdade não é sinónimo de fazer o que se quer, mas sim, e sobretudo, querer-se o que se deve. Até porque vivemos e convivemos uns com os outros e daí a necessidade de regras, metas, orientações, e respeito mútuo entre todos. Nesta unidade, e no seguimento da introdução da unidade dedicada ao amor humano, procuramos desenvolver o tema da liberdade assentado em três pilares fundamentais de um verdadeiro desenvolvimento humano. A saber: O amor, a justiça e a verdade. Procura-se mostrar que sem eles ou qualquer um deles, tal como num tripé, a verdadeira liberdade não se sustentará. A última aula dedicada a este tema é feita a partir do Acontecimento Jesus Cristo e por isso, realça o carácter redentor e filial da liberdade cristã.

3.1.1. Introdução ao tema da Liberdade (Aula 5)

Procurando despertar nos alunos o interesse pelo tema da liberdade, assim como a consciência de que, o sermos livres, exige de nós por um lado, conhecimento e acolhimento (de regras, de leis, de culturas, dos outros...), e por outro lado, esforço (porque nunca devemos deixar morrer em nós o desejo de sermos livres) e renúncia (a tudo aquilo que nos prende).

Introduzimos o tema informando os alunos de que o sermos livres, ou a aspiração à liberdade é um desejo comum a todo ser humano que vive. É como se fosse o grito (por vezes silencioso) que nos habita... e nos faz exclamar no mais íntimo de nós: - Eu quero ser livre!

Depois formamos grupos de trabalho de 4 ou 5 alunos e escrevemos na parte superior do quadro: O que é a liberdade?

Em seguida os alunos vão refletir em grupo sobre algumas frases alguns pensadores ou escritores que abordaram o tema e escrever o resultado das suas conclusões, para posteriormente partilharem com os outros grupos de modo a que haja lugar à discussão de ideias e pontos de vista.

No fim da aula sugerimos alguns filmes sobre a liberdade para visualização:

“*Amistad*” - filme feito a partir de acontecimentos verídicos que trata o tema da escravatura e do tráfico negreiro numa altura em que a abolição da escravatura começa a ser uma realidade nos Estados Unidos da América.

“*Into the Wild*” - filme feito a partir de um diário de um jovem, história verídica, portanto, que tendo tudo para ser uma pessoa bem-sucedida dentro dos parâmetros da sociedade, deixa tudo para procurar o seu lugar no mundo e o verdadeiro sentido da vida.

“*Mente Brilhante*” - filme igualmente feito a partir de acontecimentos reais em que uma limitação grave mental (o protagonista é um professor que sofre de esquizofrenia), não é impedimento para a felicidade e o sucesso, tendo mesmo alcançado o prémio Nobel. É uma história de amor e superação.

Para efeitos de avaliação formativa nesta aula observou-se e registou-se a pontualidade e o cumprimento das regras da sala de aula e considerou-se o empenho, a cooperação e a capacidade em trabalhar em grupo, levando em conta o sentido crítico, a perspicácia de desenvolver um pensamento lógico e o respeito pelas opiniões dos outros.

3.1.2. Liberdade e livre arbítrio (aula 6)

Procuramos identificar a realidade humana enquanto espaço onde a pessoa exerce a sua liberdade, enquanto reconhecemos a pessoa enquanto ser voltado para o Bem. Portanto, sublinhamos um dos aspetos da liberdade, a orientação para o Bem.

Procuramos despertar nos alunos o interesse pelo tema da liberdade como relação, e por isso, frisamos a importância de que, o sermos livres, exige de nós por um lado, conhecimento e acolhimento (dos outros, de regras, de leis, de culturas...), e por outro lado, esforço (porque nunca devemos deixar morrer em nós o desejo de sermos livres) e renúncia (a tudo aquilo que nos prende).

Conceitos de liberdade e livre arbítrio.

A avaliação foi concretizada através dos parâmetros da pontualidade, da observação das atitudes, da responsabilidade, da participação ativa e do empenho demonstrado.

3.1.3. A importância da justiça para sermos livres (aula 7)

Começamos com a leitura de um texto sobre uma lição de direito que mostra a importância da relação como espaço de liberdade e valorizar o outro como limiar, e não limite, da minha liberdade.:

“No primeiro dia de aula, o professor de 'Introdução ao Direito' entrou na sala e a primeira coisa que fez foi perguntar o nome a um aluno que estava sentado na primeira fila:

- Qual é o seu nome?

- Chamo-me Nelson, senhor.

- Saia de minha aula e não volte mais! - gritou o desagradável professor.

O Nelson ficou bastante desorientado. Quando voltou a si, levantou-se rapidamente, recolheu suas coisas e saiu da sala. Todos estavam assustados e indignados, porém ninguém falou nada.

- Agora sim! - vamos começar.

- Para que servem as leis? Perguntou o professor.

Seguiam assustados ainda os alunos, porém pouco a pouco começaram a responder à sua pergunta:

- Para que haja uma ordem em nossa sociedade.

- Não! - respondia o professor.

- Para cumpri-las.

- Não!

- Para que as pessoas erradas paguem por seus atos.

- Não!

- Será que ninguém sabe responder a esta pergunta?!

- Para que haja justiça - falou timidamente uma rapariga.

- Até que enfim! É isso, para que haja justiça. E agora, para que serve a justiça?

Todos começaram a ficar incomodados pela atitude tão grosseira. Porém, continuávamos a responder:

- Para salvaguardar os direitos humanos...

- Bem, que mais? - perguntava o professor.

- Para diferenciar o certo do errado, para premiar a quem faz o bem...

- Ok, não está mal, porém respondam a esta pergunta:

"Agi corretamente ao expulsar Nelson da sala de aula?"

Todos ficaram calados, ninguém respondia.

- Quero uma resposta decidida e unânime!

- Não! - responderam todos a uma só voz.

- Poderia dizer-se que cometi uma injustiça?

- Sim!

- E por que ninguém fez nada a esse respeito? Para que queremos leis e regras se não dispomos da vontade necessária para praticá-las? Cada um de vocês tem a obrigação de reclamar quando presenciarem uma injustiça. Todos. Por isso, não voltem a ficar calados, nunca mais! Vou buscar o Nelson - disse. Afinal, ele é o professor, eu sou aluno de outro período".

(autor desconhecido)

Reflexão: A justiça é um fundamento da liberdade. Sem justiça não haverá liberdade. E porque não somos seres isolados, antes somos seres em relação, deve importar-nos a "sorte" do outro, que é meu semelhante. Ora, quando não defendemos os direitos uns do outro, perdemos a dignidade e a dignidade não tem preço.

Depois deste texto e da reflexão pedimos aos alunos para partilharem situações em que tiveram de intervir para que não houvesse uma situação de injustiça e, portanto, perda de liberdade de alguém.

A avaliação formativa passou pela observação das atitudes, da pontualidade, do sentido crítico e de responsabilidade e da participação e empenho demonstrados.

3.1.4. A Justiça e a Verdade são parte do alicerce da liberdade (Aula 8)

A Verdade é também fundamento da liberdade. Contamos uma estória sobre crianças judias que foram salvas das mãos dos nazis por umas freiras. Tiveram que mentir para lhes salvarem a vida. Os nazis informaram as freiras que procuravam um grupo de crianças e em seguida perguntam-lhes se as viram. Elas tinham-nas acolhido no convento e, no entanto, disseram aos nazis que nunca as tinham visto mentindo. A estória mostra que a verdade não se pode reduzir aos factos. O Amor antecede os factos e fermenta o real. Assim não podemos ser livres se não formos verdadeiros e praticarmos a verdade, não dos factos, mas a do Amor (pela vida).

Nesta aula, foi feita a avaliação com base nos seguintes indicadores: pontualidade, comportamento, atitudes demonstradas, concentração, curiosidade, participação e cooperação.

3.1.5. A parábola do pai misericordioso (Lc 15,11-32) (aula 9)

Nesta última aula, vamos concentrarmo-nos na parábola do evangelho de S. Lucas, abordando o tema da liberdade vivida na relação filial com Deus como espaço de liberdade e lugar a permanecer.

“Um homem tinha dois filhos. O mais novo disse ao pai: ‘Pai, dá-me a parte dos bens que me corresponde’. E o pai repartiu os bens entre os dois. Poucos dias depois, o filho mais novo, juntando tudo, partiu para uma terra longínqua e por lá esbanjou tudo quanto possuía, numa vida desregrada. Depois, de gastar tudo, houve grande fome nesse país e ele começou a passar privações.

Então, foi colocar-se ao serviço de um dos habitantes daquela terra, o qual o mandou para os seus campos guardar porcos. Bem desejava ele encher o estômago com as alfarrobas que os porcos comiam, mas ninguém lhas dava.

E, caindo em si, disse: ‘Quantos jornaleiros de meu pai têm pão em abundância, e eu aqui a morrer de fome! Levantar-me-ei, irei ter com o meu pai e vou dizer-lhe: Pai, pequei contra o Céu e contra ti; já não sou digno de ser chamado teu filho; trata-me como um dos teus jornaleiros’.

E, levantando-se, foi ter com o pai.

Quando ainda estava longe, o pai viu-o e, enchendo-se de compaixão, correu a lançar-se-lhe ao pescoço e cobriu-o de beijos. O filho disse-lhe: ‘Pai, pequei contra o Céu e contra ti; já não mereço ser chamado teu filho.’

Mas o pai disse aos seus servos: 'Trazei depressa a melhor túnica e vesti-lha; ponde-lhe o anel no dedo e sandálias nos pés. Trazei o vitelo gordo e matai-o, vamos fazer um banquete e alegrar-nos, porque este meu filho estava morto e reviveu, estava perdido e foi encontrado.' E a festa principiou.

Ora, o filho mais velho estava no campo. Quando regressou, ao aproximar-se de casa ouviu a música e as danças. Chamou um dos servos e perguntou-lhe o que era aquilo. Disse-lhe ele: 'O teu irmão voltou e o teu pai matou o vitelo gordo, porque chegou são e salvo.'

Encolerizado, não queria entrar; mas o seu pai, saindo, suplicava-lhe que entrasse. Respondendo ao pai disse-lhe: 'há já tantos anos que te sirvo sem nunca transgredir uma ordem tua, e nunca me deste um cabrito para fazer uma festa com meus amigos; e agora, ao chegar esse teu filho, que gastou os teus bens com meretrizes, matas-lhe um vitelo gordo.' O pai respondeu-lhe: 'Filho, tu estás sempre comigo, e tudo o que é meu é teu. Mas tínhamos de fazer uma festa e alegrar-nos, porque o teu irmão estava morto e reviveu; estava perdido e foi encontrado.'"

Reflexão à parábola do Pai misericordioso:

A parábola começa por introduzir-nos numa família aparentemente normal, igual a tantas outras. Um pai e dois filhos. A mãe que não aparece nesta estória, seria talvez uma mulher que ocupada, deixava por humildade as grandes decisões para o pai, mas sem estar atenta a tudo o que se passava. Ou então, Jesus queria mesmo transportar-nos para uma realidade bem maior.

O filho mais novo toma a decisão de reclamar para si "a parte dos bens que lhe corresponde", porque acredita que sozinho pode prosperar mais, talvez seduzido também pela ideia de uma maior independência, de uma maior liberdade. No fundo acreditava nas suas qualidades. Depois do pai repartir os bens pelos dois, o mais novo partiu para longe com tudo o que o pai lhe tinha dado.

Uma coisa salta logo à vista neste primeiro momento. O normal é que os bens dos pais sejam repartidos pelos filhos apenas depois da morte daqueles e não antes. Qual era o pai que aceitava uma proposta destas? Dar tudo aos filhos e expor-se ao seu mau juízo, às suas más decisões e à sua ingratidão, quem sabe? Talvez nenhum, mas não este de quem fala Jesus.

Acontece que o filho mais novo acabou por gastar tudo "sem regra" e naturalmente ficou sem nada. Talvez tenha acreditado que bens que recebera do pai não tinham fim. Talvez se achasse bom demais para um dia ter de passar por privações. Talvez a "vida boa", da abundância sem regras e sem limites o tenham cegado de modo a não o deixarem ver que há

sempre um amanhã e que as nossas ações têm necessariamente consequências, ou boas ou más.

E como um azar nunca vem só, o dinheiro acabou e veio uma grande fome sobre aquela terra. Quem se prepara para os tempos de crise e de fome, fazendo uma reserva para os tempos mais difíceis, tem mais facilidade de superar essas fases más. Quem vive só para o dia a dia, sujeita-se mais à vontade aos outros, principalmente quando mais precisa.

Foi o que aconteceu ao jovem, filho mais novo. Sem sustento e já sem dinheiro, foi pedir trabalho para ganhar alguma coisa para poder comer, mas nada. Ninguém lhe dava trabalho. Até porque a fome era geral. Foi então guardar porcos. E este “guardar porcos” não é inocente, pois, para os judeus o porco é um animal imundo. Os judeus não comem carne de porco nem nada que tenha carne de porco. Nem um fiambre da perna extra! Nada. Guardar porcos era, por isso, o trabalho mais humilhante que se podia ter e como tal, nenhum judeu o desejava, antes pelo contrário, abominavam, desprezavam, os mais cruéis escarneciam até de todas as pessoas que tivessem contacto com eles.

Sem remédio aceitou o humilhante trabalho. Tal era a fome que sentia que desejava encher a barriga com os restos que davam àqueles animais imundos e nem isso lhe davam. Era injusto? Sim, era injusto. Pois quanto mais vale um ser humano, qualquer que seja a sua raça, a sua cor da pele, o seu género, a sua religião... que um porco ou mil porcos ou outra qualquer espécie animal, ou ainda menos, vegetal? Era sumamente injusto, mas ele tinha chegado ali, não só pelas circunstâncias, como foi o caso da fome que assolou aquela terra, mas sobretudo porque quis ser o único senhor da sua vida. Talvez tivesse dito para si como tantos (muito provavelmente nós também!): a vida é minha! Eu faço o que eu quero com a minha vida!

Por aqui podemos ver que independência não é sinal de liberdade. Este jovem, aparentemente era independente, mas isso era só na aparência porque na verdade ele estava dependente daquilo que possuía. E gozar de muitas coisas, sem regra, como tem necessidade delas para ser feliz, não é seguramente um sinal de liberdade. Liberdade é gozar das coisas com regra e sem precisar delas para se ser feliz. Claro que falamos daquilo que é supérfluo.

Foi então que este jovem acordou do pesadelo que estava a viver e, apesar daquela miséria toda em que se via, lembrou-se do pai e de como os seus trabalhadores eram uns privilegiados em relação a si. Eles eram bem tratados, tinham respeito do pai e alimento em abundância, enquanto ele nem sequer a comida dos porcos estava autorizado a comer.

‘Já sei, disse, levantar-me-ei, irei ter com o meu pai e vou dizer-lhe: Pai, pequei contra o Céu e contra ti; já não sou digno de ser chamado teu filho; trata-me como um dos teus jornaleiros’. Portanto, percebeu que estava naquela condição por ter errado, que tinha

caído em desonra e tinha desonrado o bom nome do pai e a família e percebeu também que só o pai lhe podia valer, pois ninguém o conhecia como o pai. Esperava que o pai lhe desse a possibilidade de gozar ao menos da condição e da abundância dos seus trabalhadores. Preparou o discurso. Fez, portanto, o trabalho de casa e meteu os pés ao caminho.

Não sabemos o que passou para lá chegar. Sabemos que era longe. Não sabemos quantas vezes teria sido escorraçado como um cão vadio, por onde passava, já que a sua aparência não deveria ser boa, com certeza e são tantos os que julgam pela aparência e se tornam cruéis. Mas esfomeado, coberto de trapos, descalço, levava-o só a esperança de encontrar graça de novo aos olhos do pai e ser recebido como um dos seus trabalhadores.

O pai, que não tirava os olhos do horizonte por ter sido lá que perdeu de vista o seu filho mais novo, e tanto esperou e esperou que certo dia o viu, lá ainda longe. Ao vê-lo e apesar daquele mau aspeto e do seu andar cansado, arrastado, humilhado, não se conteve e desatou a correr em direção a ele abraçando-o e cobrindo-o de beijos. O filho começa o discurso ensaiado, mas é interrompido pelo pai no exato momento em que o filho diz ser indigno do pai. O pai não quer ouvir mais. O que viesse a seguir só podia ser um absurdo. O pai quer unicamente fazer perceber o seu filho que ele será sempre seu pai e faz uma festa onde o enche da honra de um príncipe, para que o filho reconheça de quem é filho. Aquele pai, apesar dos erros e ilusões e até ingratidões, não julga os filhos. Ama-os e ama-os sempre. Por isso o viu ainda ao longe e tudo fez para o restabelecer no lugar de filho em lugar de o julgar e castigar.

Na festa não faltava nada. O filho com a melhor veste, de anel e agora calçado de sandálias. Na mesa um banquete dos deuses e não faltou sequer música. Uma sinfonia!

O irmão mais velho, que chegava do trabalho, estranha tamanha festa. Pergunta e sem se alegrar com o regresso do irmão, recusa-se a entrar. Lá vai o pai outra vez ao encontro do filho. Agora o outro. O filho mais velho enche-se de razão e reclama: ‘há já tantos anos que te sirvo sem nunca transgredir uma ordem tua, e nunca me deste um cabrito para fazer uma festa com meus amigos; e agora, ao chegar esse teu filho, que gastou os teus bens com meretrizes, matas-lhe um vitelo gordo.’ Portanto, estava a dizer ao pai que era direitinho e obediente enquanto acusava o irmão e o pai. O irmão, a quem se dirigiu como ‘esse teu filho’, por ser um ser indigno que estourou a fortuna que recebeu do pai na má vida e o pai, por ser injusto e premiar com o bem tanta desonra que ele trouxe à família.

O mais velho não nota, mas sofre do mesmo que o irmão mais novo. O mais novo queria que o pai o tratasse como um dos seus trabalhadores. O mais velho via o pai, não como pai, mas simplesmente como um patrão: ‘há já tantos anos que te sirvo sem nunca transgredir uma ordem tua’. Ambos sofriam do mesmo mal. Não reconheciam o pai como pai. Ficavam-

se pela banalidade servil dos serviços mínimos, dos julgamentos temerários em vez de assumir por inteiro o ser filhos deste pai com tudo aquilo que isso acarreta.

O pai dá nova lição ao filho mais velho e respondeu-lhe: ‘Filho, tu estás sempre comigo, e tudo o que é meu é teu’. Como a dizer, tu podes comer os cabritos que quiseres com os teus amigos, porque eles são teus como são meus. E continua, ‘mas tínhamos de fazer uma festa e alegrar-nos, porque o teu irmão estava morto e reviveu; estava perdido e foi encontrado.’ Como a dizer, tu és meu filho e ele é teu irmão. Não o julgues nem ele a ti que eu também não vos julgo. Acolhei-vos como irmãos que sois, pois é como filho que eu vos acolho e se eu sou vosso pai vós sois irmãos.

É bastante curioso que o Evangelho, ou se quisermos, Jesus, não tenha dito nada acerca dos acontecimentos seguintes. Sabemos que este pai tudo faz para que os seus filhos reconheçam quem são, isto é, que percebam que a sua essência está no serem filhos seus, para assim perceberem de onde vem a sua identidade e também a sua força. A sua força deve ser o amor, a alegria, a união, o entendimento, a sabedoria, a misericórdia, o perdão... no fundo, o fruto do espírito e não as discórdias, as disputas, os ciúmes... Contudo não sabemos o que aconteceu em seguida. Depois da festa que é a festa da reconciliação, o filho mais novo passou a viver como filho? Ou, por outro lado, continuou a querer viver como um funcionário que cumpre os serviços mínimos e recebe e a sua paga no fim do mês. O filho mais velho, reconhece finalmente o pai como pai e o irmão como irmão? Pois, não se pode olhar para o outro como irmão se não se reconhece o pai que nos é comum como pai. Chegou ele a entrar na festa que será também a sua? Na festa de quem ama e não julga? Na festa de quem se alegra com a vida e o bem dos irmãos em vez de querer a sua condenação e o seu mal?

Mas, onde está aqui a liberdade? Jesus não diz nada propositadamente. O silêncio de Deus é a nossa liberdade. Jesus ao falar deste pai com os seus filhos e seus trabalhadores está a falar de Deus e de nós. Nós podemos ser qualquer um destes dois filhos. Podemos até ter muito de um e de outro. Achamos que somos donos da nossa vida, que somos livres se podermos fazer o que queremos, sem regras nem limites, como se não houvesse amanhã e sem pensar naqueles que gostam de nós, como se fossemos apenas seres individuais. Ou então, acharmo-nos direitinhos, que fazemos sempre tudo bem e como tal, podermos julgar os outros como maus, só porque são mais desalinhados do que nós.

Cada um de nós está diante deste silêncio de Deus que espera e quer que cada um de nós se reconheça como Seu filho. Cada um de nós é que vai dizer com a sua vida como é que esta estória acabou e isto faz-se com a nossa vida toda.

Acredito que sou na verdade filho deste Pai que não julga ninguém porque ama sem limites? Ora se acredito que sou Seu filho, devo fazer como ele fez... e cuidar dos meus

irmãos, que o são, porque temos o mesmo Pai. Por isso devo ajudá-los a levantar-se quando caírem e devo ajuda-los a vencer o erro, quando eles tiverem dificuldade em vencê-lo, para vivermos nesta festa da fraternidade todos juntos. E não será esta a nossa maior liberdade?

Esta é a nossa liberdade! Aceitarmos e desejarmos sempre ser filhos deste Pai bom e maravilhoso e por isso vivermos em perfeita comunhão com Ele... E esta liberdade ninguém nos pode tirar, a não ser nós mesmos, pelo exercício da liberdade, como negação de si.

A avaliação estava para se realizar com base na pontualidade, na observação das atitudes, na participação ativa e no respeito pelos outros e pelas suas opiniões, na motivação e atenção demonstradas.

4. Planificação das aulas



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
 FACULDADE DE TEOLOGIA-BRAGA
MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
 Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica
 PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

Agrupamento de Escolas de Nogueira
 Ano letivo 2019/2020

Planificação de Aula

Unidade Letiva: Amor Humano

Aula n.º 1

Ano: 8º Turma: E
 Data: 18 de novembro de 2019
 Tempo previsto: 45min

Domínios	Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Ações/Estratégias de Ensino orientadas para o Perfil dos alunos	Descritores do Perfil dos alunos	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento e Sumário			- Acolhimento: saudação inicial e chamada nominal dos alunos - Registo no quadro do sumário da aula: - Apresentação breve. - Diálogo sobre as temáticas a desenvolver durante o estágio. A saber: O amor humano e a liberdade.	B e E	Quadro Giz Caderno diário Esferográfica	10'	Observação das atitudes.
Religião e experiência religiosa – 25%.	-Identificar sinais que manifestem Amor	- O amor, assim como a verdade e a justiça, é o que há de mais essencial na construção do ser humano que somos e que podemos vir a ser.	- Fazer um desenho de uma casa no quadro e perguntar aos alunos qual é a parte mais importante de uma casa. - Mostrar que assim como numa casa, a parte mais importante, a que sustenta toda a construção, é	B, C, D e F	Quadro Giz Caderno diário	5'	- Observação das atitudes.

<p>Cultura e visão cristã da vida – 25%</p> <p>Ética e Moral – 50%</p>	-	<p>- Aproveitando a riqueza de linguagem grega, expor algumas formas de “amar”: agápe, philía, eros, storge, philautia, pragma e ludus.</p> <p>- Saber distinguir as diferentes formas de “amor” e valorizar as mais fortes e a mais completa entre todas.</p>	<p>aquela que não se vê, o alicerce. Também no ser humano, o amor que há em nós e nos é dado, é fundamental, embora não seja uma parte de nós visível, assim como por exemplo um membro do corpo.</p> <p>- Através de um Power Point expor o significado do amor</p> <p>- Marcar a negrito a síntese de cada uma destas formas de dizer amor de modo que cada aluno possa copiar para o seu caderno diário. Pedir e/ou dar exemplos.</p> <p>- Mostrar que a mais completa é certamente aquela que engloba todas as dimensões do ser humano: a espiritual, a psíquica, a emocional, a social/relacional e a física.</p>	B, D e E	<p>Esferográfica.</p> <p>Quadro Giz Caderno diário Esferográfica. Computador Projektor PowerPoint</p>	25'	<p>- Observação das atitudes.</p> <p>- Participação.</p> <p>- Interesse demonstrado</p>
--	---	--	--	----------	---	-----	---

			<p>- Pedir aos alunos que antes de se deitarem ou antes de adormecerem, todos os dias, procurem discernir ou perceber de onde vem o amor e a bondade. Qual a sua origem? Qual a sua fonte?</p> <p>- Despedida e ordem de saída de aula</p>	C, D, E e F		5'	Observação das atitudes.
--	--	--	--	-------------	--	----	--------------------------



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
 FACULDADE DE TEOLOGIA-BRAGA
Mestrado em Ciências Religiosas
 Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica
 PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

Agrupamento de Escolas de Nogueira
 Ano letivo 2019/2020

Planificação de Aula

Unidade Letiva: Amor Humano
 Aula n.º 2

Ano: 8º Turma: E
 Data: 25 de novembro de 2019
 Tempo previsto: 45min

Domínios	Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Ações/Estratégias de Ensino orientadas para o Perfil dos alunos	Descritores do Perfil dos alunos	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
----------	--------------------------	-----------	---	----------------------------------	----------	-------	---------------------

<p>Acolhimento e Sumário</p> <p>SUMÁRIO: O amor entre o homem e a mulher</p>			<p>- Acolhimento: saudação inicial e chamada nominal dos alunos</p> <p>- Registo no quadro do sumário da aula:</p> <p>Rememoração das várias dimensões humanas e das diferentes formas de amor abordadas na aula anterior de modo a reforçar o seu conhecimento e a distinção entre elas.</p>	A, B, C	Quadro Giz	10'	Observação das atitudes.
<p>Religião e experiência religiosa – 50%.</p> <p>Cultura e visão cristã da vida – 25%</p> <p>Ética e Moral – 25%</p>	<p>- Reconhecer a família como espaço de amor e de abertura aos outros</p>	<p>- Deus cria o ser humano insuflando nele o Seu espírito de amor que, distingue o ser humano dos outros seres vivos.</p> <p>- A criação do homem só se completa com a criação da mulher.</p> <p>- O homem e a mulher são duas faces de uma só coisa, a Humanidade.</p> <p>- Como uma porta ou uma janela... que tendo dois lados, são uma e só realidade, assim a humanidade.</p> <p>- O amor entre o homem e a mulher é querido e abençoado por Deus.</p>	<p>- Através de um PowerPoint, expor os conteúdos, partindo da Bíblia, do relato da Criação, capítulo 2, falar do primeiro amor entre um homem e uma mulher mencionado na Bíblia.</p> <p>Mostrar que a origem do Amor e da Bondade está, segundo a Bíblia, antes do começo de todas as coisas, ou seja, em Deus.</p> <p>- Valorizar a criação da mulher a partir do lado do homem.</p> <p>- É importante estarmos ao lado de quem amamos e estaremos mais seguros ao nosso lado quem nos ama.</p> <p>- “Quem ama nasceu de Deus” (Jo 4,7)</p> <p>- Nenhum empecilho deve obscurecer o este amor querido e abençoado por Deus.</p> <p>- O amor entre um homem e uma mulher é inegociável e é “forte como a morte” (Ct 8,6).</p>	D, E e F	<p>- Computador</p> <p>- Projetor</p> <p>- PowerPoint</p> <p>- Quadro</p> <p>- Giz</p> <p>- Caderno diário e esferográfica.</p>	33'	<p>-Observação direta empenho.</p> <p>-.</p>

			<p>- Informação dos alunos para o tema da aula seguinte: o amor entre amigos e despedida.</p>	E		2'	Observação das atitudes.



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA-BRAGA
MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

Agrupamento de Escolas de Nogueira
Ano letivo 2019/2020

Planificação de Aula

Unidade Letiva: Amor Humano

Aula n.º 3

Ano: 8º Turma: E

Data: 2 de dezembro de 2019

Tempo previsto: 45min

Domínios	Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Ações/Estratégias de Ensino orientadas para o Perfil dos alunos	Descritores do Perfil dos alunos	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento e Sumário SUMÁRIO: O amor entre amigos – a amizade			- Acolhimento: saudação inicial e chamada nominal dos alunos - Registo no quadro do sumário da aula. Reforço dos pontos basilares da aula anterior	C, E e F	Quadro Giz Caderno diário Esferográfica. Computador Projeter PowerPoint	10'	Observação direta.
Religião e experiência religiosa – 25% Cultura e visão cristã da vida – 25% Ética e Moral – 50%	- Reconhecer na mensagem cristã a importância do amor e da fecundidade e suas implicações numa opção de vida	- Mostrar que o amor não tem idade, nem cor, raça, religião, género, raça ou estrato social.	- A partir de um pensamento de Mia Couto - “Toda a gentileza é uma declaração de amor. Gentil é aquele que passa pela vida do outro, toca-o com leveza onde ninguém mais pode ver” - mostrar aos alunos algumas fotos, um poema, fruto dessa gentileza experienciada por mim e que produziu amizade duradoura. Esta atividade servirá também para que os alunos conheçam melhor o docente de modo a estreitar e fortalecer as relações entre alunos e professor.	A, E e F	Computador Projeter PowerPoint Caderno diário Esferográfica.	15'	Interesse demonstrado e participação.

		<p>- A amizade requer cedência de parte a parte, conhecimento e compreensão dos outros, coordenação, busca de equilíbrio...</p> <p>- Quanto maior é o grupo de amigos mais difícil, é o equilíbrio entre todos, mas não impossível.</p>	<p>Dinâmica ao ar livre iniciada aos pares, escolhidos livremente. Os pares dão as mãos com os pés a cerca de um palmo de distância dos pés do colega. Depois, de mãos dadas, deixam inclinar o corpo para trás sem perderem o equilíbrio até erem os braços esticados. Por último, iniciar um movimento de rotação mantendo o equilíbrio.</p> <p>Ir juntando os pares formando grupos maiores até terminarmos a fazer a dinâmica todos juntos.</p>	E, F, G e J		17'	Empenho e cooperação durante a atividade.
		Simbiose, mutualismo e parasitismo	<p>- Escrita no quadro, para pesquisa em casa, das palavras simbiose, mutualismo e parasitismo. Pedir aos alunos para tentarem relacionar estas relações na vida animal e vegetal com tipos de "amizade".</p> <p>Despedida.</p>	B, C e E		3'	- Interesse e empenho.



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA-BRAGA
Mestrado em Ciências Religiosas
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

Agrupamento de Escolas de Nogueira
Ano letivo 2019/2020

Planificação de Aula

Unidade Letiva: Amor Humano

Aula n.º 4

Ano: 8º Turma: E

Data: 9 de dezembro de 2019

Tempo previsto: 45min

Domínios	Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Ações/Estratégias de Ensino orientadas para o Perfil dos alunos	Descritores do Perfil dos alunos	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento e Sumário			<ul style="list-style-type: none">- Acolhimento: saudação inicial e chamada nominal dos alunos- Registo no quadro do sumário da aula. Relacionar as palavras dadas na aula anterior para pesquisa: simbiose, mutualismo e parasitismo, com alguns tipos de relações pessoais.	D, E e F	Quadro Giz Caderno diário Esferográfica.	10'	Empenho e participação.

<p>Religião e experiência religiosa – 40%.</p> <p>Cultura e visão cristã da vida – 40%</p> <p>Ética e Moral – 20%</p>	<p>- Valorizar atitudes de fidelidade e doação no amor e na sexualidade.</p>	<p>- Mostrar que o amor dividido, porque é doação pura e plena, deve ser o fermento de todo o amor, seja ele o amor entre o homem e a mulher, seja o amor entre amigos.</p>	<p>- Mostrar aos alunos que nos apoiamos na Bíblia para falarmos do amor, para que percebam que as coisas não acontecem ou existem por obra do acaso.</p> <p>- Sermos seres em potência para amarmos ou dotados de amor também não é um acaso. Tudo tem a sua origem em Deus, pois “Deus é amor” (Jo 4,8)</p> <p>- Leitura da carta de Einstein à sua filha.</p> <p>Explorar a afirmação forte “Deus é amor” contida também na carta.</p> <p>- Dar o exemplo do fermento que leveda a massa do pão e mostrar que assim como o fermento está para o pão o amor doação (Divino) está para a nossa vida.</p> <p>- Mostrar algumas frases do tipo, o amor é... de forma a ligar/cozer tudo o que aprendemos durante aulas, de modo a levantar questões e discussões sobre cada uma delas.</p> <p>- Por fim dizer que Deus enviou o Seu Filho, Jesus, por muito nos ter amado. Deus que o Seu Filho nascesse (Natal) porque n’Ele teremos sempre um refúgio seguro e será n’Ele que alcançaremos a alegria plena.</p>	<p>A, D e F</p>	<p>Computador Projetor PowerPoint Caderno diário Esferográfica.</p>	<p>30’</p>	<p>- Poder de argumentação sobre a importância do amor.</p> <p>- Interesse e participação.</p>
---	--	---	--	-----------------	---	------------	--

			- Despedida com desejos de um Feliz Natal.	E e F		5'	Observação das atitudes.
--	--	--	--	-------	--	----	--------------------------



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
 FACULDADE DE TEOLOGIA-BRAGA
Mestrado em Ciências Religiosas
 Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica
 PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

Agrupamento de Escolas de Nogueira
 Ano letivo 2019/2020

Planificação de Aula

Unidade Letiva: A Liberdade
 Aula n.º 5

Ano: 8º Turma: E
 Data: 6 de janeiro de 2020
 Tempo previsto: 45min

Domínios	Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Ações/Estratégias de Ensino orientadas para o Perfil dos alunos	Descritores do Perfil dos alunos	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
		Acolhimento e Sumário SUMÁRIO: Introdução ao tema da Liberdade.	- Acolhimento: saudação inicial, chamada nominal dos alunos e saber se os alunos passaram bem as Festas. - Registo no quadro do sumário da aula.	A, B, E e G	Quadro Giz Caderno diário Esferográfica.	10'	Observação de atitudes.

<p>Religião e experiência religiosa – 25%.</p> <p>Cultura e visão cristã da vida – 25%</p> <p>Ética e Moral – 50%</p>	<p>Identificar a realidade humana enquanto espaço onde a pessoa exerce a sua liberdade.</p>	<p>Despertar nos alunos o interesse pelo tema da liberdade, assim como a consciência de que, o sermos livres, exige de nós por um lado, conhecimento e acolhimento (de regras, de leis, de culturas, dos outros...), e por outro lado, esforço (porque nunca devemos deixar morrer em nós o desejo de sermos livres) e renúncia (a tudo aquilo que nos prende).</p>	<p>Introduzir o tema informando os alunos de que o sermos livres, ou a aspiração à liberdade é um desejo comum a todo ser humano que está vivo. É como se fosse o grito (por vezes silencioso) que nos habita... e nos faz exclamar no mais íntimo de nós: - Eu quero ser livre!</p> <p>Formar grupos de trabalho de 4 ou 5 alunos</p> <p>Escrever na parte superior do quadro: O que é a liberdade?</p> <p>Em seguida os alunos vão refletir em grupo sobre algumas frases alguns pensadores ou escritores que abordaram o tema e escrever o resultado das suas conclusões, para posteriormente partilharem com os outros grupos de modo a que haja lugar à discussão de ideias e pontos de vista.</p> <p>Despedida com desejos de boa semana de trabalho.</p>	<p>C, D e F</p> <p>E e G</p>	<p>Quadro Giz Caderno diário Esferográfica.</p>	<p>30'</p> <p>5'</p>	<p>Trabalho de grupo. Empenho e colaboração.</p> <p>Capacidade de argumentação das ideias defendidas.</p> <p>Observação de atitudes.</p>
---	--	---	---	------------------------------	---	----------------------	--



Planificação de Aula

Unidade Letiva: A Liberdade

Aula n.º 6

Ano: 8º Turma: E

Data: 13 de janeiro de 2020

Tempo previsto: 45min

Domínios	Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Ações/Estratégias de Ensino orientadas para o Perfil dos alunos	Descritores do Perfil dos alunos	Recursos	Tempo	Avaliação formativa	
Acolhimento e Sumário			- Acolhimento: saudação inicial. - Registo no quadro do sumário da aula.	B e E.	Quadro Giz Caderno diário Esferográfica.	5'	Observação de atitudes.	
SUMÁRIO: Continuação da aula anterior. Abordagem ao conceito de liberdade e de livre arbítrio.								
Religião e experiência religiosa – 25%.	Identificar a realidade humana enquanto espaço onde a pessoa exerce a sua liberdade.	Despertar nos alunos o interesse pelo tema da liberdade, assim como a consciência de que, o sermos livres, exige de nós por um lado, conhecimento e acolhimento (dos outros, de regras, de leis, de culturas...), e por outro lado, esforço (porque nunca devemos deixar morrer em nós o desejo de sermos livres) e renúncia (a tudo aquilo que nos prende).	Continuação do trabalho de grupo, de reflexão, escrita e partilha iniciado na aula anterior.	A, C, D e F.	Quadro Giz Caderno diário Esferográfica.	25'	Avaliação do ponto da situação dos alunos em relação ao tema. Capacidade de argumentação das ideias defendidas.	
Cultura e visão cristã da vida – 25%	Reconhecer a Pessoa enquanto Ser voltado para o bem.							Escuta e análise de dois pequenos trabalhos sobre a liberdade.
Ética e Moral – 50%								Abordagem ao conceito de

		Conceitos de liberdade e livre arbítrio.	liberdade e de livre arbítrio. Despedida com desejos de boa semana de trabalho.	B, F e I. E.	PowerPoint Quadro Giz Caderno diário Esferográfica.	2'	demonstrado. Observação de atitudes.
--	--	--	--	---------------------	---	----	---



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA-BRAGA
MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA

Agrupamento de Escolas Nogueira
Ano letivo 2019/2020

Planificação de Aula

Unidade Letiva: A Liberdade

Aula n.º 7

Ano: 8º Turma: E
Data: 20 de janeiro de 2020
Tempo previsto: 45min

Domínios	Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Ações/Estratégias de Ensino orientadas para o Perfil dos alunos	Descritores do Perfil dos alunos	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento e Sumário SUMÁRIO: Desenvolvimento do tema da liberdade. A justiça é necessária para haver liberdade.			- Acolhimento: saudação inicial. - Registo no quadro do sumário da aula.	B e E.	Quadro Giz Caderno diário Esferográfica.	3'	Observação de atitudes.
Religião e experiência religiosa – 10% Cultura e visão cristã da vida – 40% Ética e Moral – 50%	Identificar a realidade humana enquanto espaço onde a pessoa exerce a sua liberdade. Assumir atitudes responsáveis promotoras de Liberdade.	Obstáculos externos e internos à liberdade. O outro como potencializador da minha liberdade. A necessidade da Justiça como fundamento da liberdade.	Exposição e desenvolvimento do tema através do PowerPoint. Texto sobre uma lição de direito que mostra a importância da relação como espaço de liberdade e valorizar o outro como limiar, e não limite, da minha liberdade. Partilha de situações em que nos vimos obrigados a intervir para não acontecer uma injustiça.	B, D, E e F A, C, E e F.	Computador Projektor PowerPoint Quadro Giz Caderno diário Esferográfica. Texto para leitura	25' 15'	Empenho e responsabilidade. Observação de

			Despedida com desejos de boa semana de trabalho.	E.		2'	atitudes.
--	--	--	--	----	--	----	-----------



Planificação de Aula

Unidade Letiva: A Liberdade

Aula n.º 8

Ano: 8º Turma: E
 Data: 27 de janeiro de 2020
 Tempo previsto: 45min

Domínios	Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Ações/Estratégias de Ensino orientadas para o Perfil dos alunos	Descritores do Perfil dos alunos	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento e Sumário			- Acolhimento: saudação inicial. - Registo no quadro do sumário da aula.	B e E.	Quadro Giz Caderno diário Esferográfica.	3'	Observação de atitudes.
SUMÁRIO: Desenvolvimento do tema da liberdade. A Justiça e a Verdade são fundamentos - parte do alicerce - para a liberdade.							
Religião e experiência religiosa – 25%.	Identificar a realidade humana enquanto espaço onde a pessoa exerce a sua liberdade.	Necessidade da Justiça como fundamento da liberdade.	Partilha de situações em que nos vimos obrigados a intervir para não acontecer uma injustiça.	E, F e G.	Quadro Giz Caderno diário Esferográfica.	20'	Participação.
Cultura e visão cristã da vida – 35%	Assumir atitudes responsáveis promotoras de Liberdade.	A Verdade é também fundamento da liberdade.	Estória sobre crianças judias que foram salvas das mãos dos nazis e que mostra que a verdade não se pode reduzir aos factos, assim como não podemos ser livres se não formos verdadeiros e praticarmos a verdade.	B, C e D	Quadro Giz Caderno diário	20'	Observação direta.
Ética e Moral – 40%	Reconhecer a Pessoa		Despedida com desejos de boa semana de trabalho.			2'	Observação de atitudes.

	enquanto Ser voltado para o bem.			E.	Esferográfica.		
--	----------------------------------	--	--	----	----------------	--	--



Planificação de Aula

Unidade Letiva: A Liberdade

Aula n.º 9

Ano: 8º Turma: E

Data: 9 de março de 2020

Tempo previsto: 45min

Domínios	Aprendizagens Essenciais	Conteúdos	Ações/Estratégias de Ensino orientadas para o Perfil dos alunos	Descritores do Perfil dos alunos	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
Acolhimento e Sumário			- Acolhimento: saudação inicial. - Registo no quadro do sumário da aula.	B e E.	Quadro Giz Caderno diário Esferográfica.	5'	Observação de atitudes.
SUMÁRIO: Desenvolvimento do tema da liberdade. O Amor é fundamento de e para a liberdade. A parábola do Pai misericordioso (Lc 15-24) leitura e análise.							
Religião e experiência religiosa – 25%.	Reconhecer a Pessoa enquanto Ser voltado para o bem.	O Amor como fundamento da liberdade. Deus coloca-nos diante do Seu Amor e dá-nos a inteira liberdade de aderirmos ou não a Ele. A adesão a Deus tem necessariamente implicações no modo como nos relacionamos com os outros e com o mundo.	Rememoração de alguns dados da aula anterior.	B.	Quadro Giz Caderno diário Esferográfica.	5'	Avaliar e valorizar a importância do amor e da bondade para se ser livre.
Cultura e visão cristã da vida – 50%	Identificar a realidade humana enquanto espaço onde a pessoa exerce a sua liberdade.	Quem ama quer o/a amado/a livre, pois ama mais e melhor quem ama inteiramente.	Leitura e análise do texto do Evangelho nomeado de “parábola do Pai misericordioso” (Lc 15,11-32).	A, D, E e F.	Texto de leitura Quadro Giz Caderno diário Esferográfica.	30'	

	<p>Reconhecer na mensagem cristã a bondade de Deus e o apelo à vivência da liberdade na realização pessoal</p>	<p>A verdadeira liberdade, tal como a verdadeira alegria, cumpre-se na comunhão. E essa pode ser a nossa maior missão.</p>	<p>Despedida com desejos das maiores Felicidades e de que façam, durante a vida toda, de um bom uso da liberdade.</p>	<p>E.</p>		<p>5'</p>	<p>Observação de atitudes.</p>
--	---	--	---	-----------	--	-----------	--------------------------------

5. Síntese

Terminado este labor apraz-me dizer que a preparação e o desenvolvimento das aulas, me deram uma forte motivação. Claro que o tempo semanal que passamos com os alunos é diminuto, muito breve e sempre no contexto da sala de aula, o que dificulta o estreitar da relação professor-alunos. No entanto, acaba sempre por deixar um perfume dos outros em nós, ao mesmo tempo que esperamos que algum do nosso também fique neles.

É certo também que houve, durante o decorrer das aulas, uma necessidade de adequar a linguagem aos alunos que tinha diante de mim, e que certamente, esta não atingiu a perfeição, mas julgo, no entanto, que no cômputo geral a mensagem foi transmitida, ficando a consciência de que há sempre espaço para melhorar.

Julgo este estágio ter sido bastante proveitoso para meu crescimento como docente da disciplina de EMRC e isto também se deve, em primeiro lugar, à professora Eugénia, a orientadora cooperante que sempre nos acompanhou com a maior simpatia, paciência e solicitude, e em seguida à colaboração dos meus colegas, principalmente aos do meu núcleo de estágio, com quem trocava impressões depois de cada aula e me ajudaram e encorajaram neste percurso.

6. Recursos pedagógico-didáticos

Ao longo da prática de ensino supervisionada, foram utilizados para a lecionação inúmeros recursos pedagógico-didáticos e que serviram de suporte para o desenvolvimento curricular.

Neste sentido, enumero aqueles recursos que considero mais relevantes e essenciais utilizados na prática letiva:

- Manual da disciplina
- Computador
- Projetor
- PowerPoint
- Quadro
- Giz
- Caderno diário
- Esferográfica.
- Textos de leituras

CONCLUSÃO

Quando iniciamos abordagem ao tema da liberdade humana, vimos que semanticamente o termo liberdade diz respeito a um estar livre de cadeias ou de limitações impostas. Trata-se, pois, de uma forma bem arcaica de significar a liberdade. O certo é o termo tem vindo, ao longo do tempo, a fazer o seu caminho evolutivo.

Com o desenvolvimento da filosofia e a questão da liberdade a ser trazida para as discussões filosóficas, sempre com novas premissas ao longo dos séculos, surgiram três correntes que se destacaram das demais. Uma é a da liberdade como “autodeterminação ou auto causalidade”, que diz respeito a uma concepção de liberdade absoluta, sem condições, limites ou graus. Outra é a que realça o aspeto da relação entre a liberdade e a necessidade. A outra, realçando mais a finitude e limites, manifesta a liberdade como medida de possibilidade e, portanto, o seu exercício como o fruto de uma escolha motivada e condicionada.

Lançamos um olhar sobre os povos mais antigos e notamos que o desejo natural de liberdade coexiste no ser humano com outros desejos, que entram em conflito com este, o que nos leva concluir que também os nossos desejos, mal orientados podem ser um entrave à nossa liberdade.

Daqui partimos para o desenvolvimento do primeiro tópico ao qual chamamos de *ter liberdade* e dividimos em três secções percebendo, desde logo, que o problema da liberdade teria que ser tratado no campo da experiência humana, já que mais do que linguagem e conceitos é de vida que falamos quando falamos de liberdade.

A primeira secção foi dedicada ao livre arbítrio que se trata de um tipo de liberdade inaugural no ser humano que começa com o julgamento intelectual consciente e nos permite eleger entre as diferentes possibilidades, o que não nos impede de se fazermos más escolhas.

Na segunda secção questionamo-nos se a liberdade é um dom ou um bem a alcançar. Alguns autores defendem que a verdadeira liberdade cria a partir da condição do ser humano e das suas circunstâncias, ou seja, a partir do real, do dado, sendo que a liberdade é alcançada por uma atitude criadora interior, e conseqüentemente, fruto de uma conquista. Semelhante perspectiva tem Jacques Maritain que, no entanto, introduz um dado novo. Este autor defende, lembramos, que o ser humano nasce sob uma derrota pesada, pois, “nenhum animal nasce mais nu e menos livre” que o ser humano. Por isso, é que ele luta para conquistar a “liberdade na ordem da vida social”, ou seja, para “compensar essa derrota”. Mas a novidade é que essa derrota pode ser reparada se o vencedor descer “em auxílio dos vencidos”⁴²¹. E é desde aqui que se começa a perceber que a liberdade dos filhos de Deus é alcançada não por um dado à

⁴²¹ Cf. Maritain, “The Conquest of Freedom”, 216-217.

partida ou por uma conquista pessoal ou coletiva, mas como graça, ou seja, vinda de Outro, na forma de presente o qual se acolhe na forma de consentimento.

Na terceira secção abordamos a situação do ser humano no seu contexto, nas suas circunstâncias, como fator contributivo para a sua liberdade. E percebemos que toda a pessoa se insere num contexto concreto, que é ele dado. Percebemos que somos seres individuais e simultaneamente, dada a nossa natureza relacional, somos também seres coletivos, o que faz com que o sentido de pertença na pessoa constitua fundamento para a sua identidade e torne-se um contributo para a liberdade.

Percebemos então a necessidade da existência de leis e práticas justas que salvaguardem a justiça e a paz entre todos e percebemos também ser a liberdade um bem a ser protegido contra a intromissão dos outros e “uma conquista social e histórica”, o que nos aponta para uma tarefa inacabada,⁴²² edificada numa tensão e num movimento necessários para que a luta pela liberdade acompanhe a vida na sua constante transformação.

Concluimos que o ser humano, embora deva à sua comunidade e à sociedade onde está inserido parte do seu ser e da sua identidade, já que por meio destas faz parte de um todo maior, “na medida em que é feito para Deus e para a vida eterna”, ele ergue-se acima da sua comunidade e da sociedade em que vive, devendo muito daquilo que é “aos valores supra sociais”⁴²³. Assim, vimos que a liberdade humana tendo somente sentido quando é situada, transcende, contudo, essa situação, pois, ninguém se cumpre como pessoa encerrado no mundo material já que é no espírito que encontramos “a fonte da liberdade”⁴²⁴. Aqui percebemos o quão nefastas e perigosas podem ser as ideologias e as correntes políticas que se fecham sobre si descurando a dignidade humana por um lado e negando a dimensão espiritual do ser humano, por outro, colocando tudo o diz respeito ao espírito e ao transcendente na gaveta. Este é um ponto de enorme relevo e que ficou bem claro neste trabalho, mas que apesar de tudo se vem repetindo no curso na nossa História.

No segundo tópico deste primeiro capítulo foi trabalhado o sentido de *ser livre*, onde nos debruçamos sobre o aspeto mais positivo da liberdade, ou seja, daquele em que cada um desenvolve a capacidade de se autodeterminar no sentido de ir aumentando e fazer crescer a liberdade em si e consequentemente nos outros.

Ao tratarmos da liberdade como autonomia, destacamos que o ser humano acede à liberdade através de ruturas. Ou seja, o ser humano, no seu processo de crescimento, como ser dotado de razão e devido à sua vocação, tem necessidade de ir sacrificando bens em prol de

⁴²² Cf. Silier, *Freedom*, 166.

⁴²³ Cf. Maritain “The Conquest of Freedom”, 221.

⁴²⁴ Júnior, *Filosofia da Liberdade*, 16.

bens maiores. O ser humano, sendo determinação pela sua natureza, é também indeterminação pela sua espiritualidade. E é por esta indeterminação que ele se decide a autodeterminar-se, já que é aqui que reside também “a raiz da sua liberdade”⁴²⁵. O ser humano, no seu desejo de alcançar uma verdadeira liberdade procurará fazer descer a ordem presente em todas as coisas às profundezas da sua vontade, como prolongamento e inclusão do Todo em si. E aqui reside uma novidade. A liberdade não se alcança pela afirmação do “eu”, mas, no seu caminho de autonomia, o ser humano deverá reconhecer o seu lugar no mundo, a sua responsabilidade para com os outros e para com o mundo, de forma a passar de sujeito de necessidade a sujeito de responsabilidade. Então um eu livre e autónomo, não será sempre um eu em companhia?

Na segunda secção, dedicada à necessidade de a liberdade ser orientada, percebemos que o ser humano, através da sua vontade e do seu intelecto, tem capacidade de chegar mais alto superando as suas tendências e atrações naturais, exatamente por reconhecer bens maiores que são alcançáveis. Então, a atividade livre do ser humano deverá voltar-se e unir-se ao movimento que valoriza e dignifica o ser humano e a vida em todas as suas formas. Aqui percebemos que são o amor, a verdade e a justiça, o oriente de uma verdadeira liberdade.

No último tópico deste primeiro capítulo, um tema impunha-se-nos tratar, até porque no estudo desenvolvido já se encontrava latente o tema da relação. Aqui notamos o quanto este assunto é essencial para o entendimento daquilo que é a verdadeira liberdade. Percebemos que o ser humano é por natureza um ser em relação e por isso, se cumpre na relação, primeiramente com o Criador, do qual é “imagem e semelhança” e conseqüentemente com os outros seres, tendo destes a primazia os seres humanos.

Com a ajuda de John Macmurray percebemos a importância dos relacionamentos pessoais na organização do mundo. Fizemos a distinção entre sociedade e comunidade, notando que a sociedade se move por interesses comuns aos seus membros para atingir um fim, enquanto a comunidade é um fim em si mesma. E aqui chegamos ao entendimento de que o problema da liberdade humana tem no vínculo da amizade o modelo superior das relações humanas. E foi aqui que se começou a esboçar ainda mais claramente a importância da intimidade relacional no desenvolvimento do conceito de liberdade. O que diga, deita por terra toda e qualquer teoria que defenda o individualismo como caminho para a liberdade. Dito isto, lembramos se não é na companhia daqueles e daquelas, que se unem a nós e nós a eles por laços de verdadeira amizade, que encontramos a verdadeira alegria e também, nesse espaço de comunhão, um lugar de liberdade?

Terminado este ponto e no seguimento de tudo quanto foi tratado até aqui, percebemos que a relação com Deus e com os outros seres é a seiva que alimenta a verdadeira

⁴²⁵ Cf. Lucas, “Natureza Humana y Libertad Humana”, 1110.

liberdade e a autonomia humana. O ser humano que se abre ao Divino, posiciona-se a acolher o movimento descendente da Graça que nos eleva e que é, portanto, o movimento libertador. Aqui, desta relação, nasce aquele sublime paradoxo sobre a suprema liberdade e independência do ser humano ser realizada na dependência de Deus que é também vida em plenitude e liberdade absoluta. Deus é a Vida que dá vida e a Liberdade que nos liberta. E é esta Graça que dará origem à liberdade dos “filhos de Deus” que desenvolvemos no segundo capítulo.

No capítulo segundo entramos então no âmbito da teologia. E vimos que a liberdade como “o poder radicado na razão e na vontade”, como “força de crescimento e de maturação na verdade e na bondade” e como “perfeição quando está ordenada para Deus” (CEC 1731).

Abordamos a ontologia da liberdade vista como “princípio e como escolha” em Luigi Pareyson. Anotamos aqui que a liberdade para ser aquilo que é, contém em si a possibilidade da negação, e é aqui que fica evidente que a dinâmica da perda da liberdade está diretamente relacionada com a concretização dessa possibilidade e simultaneamente, com o aumento do mal. Curioso que a perda da liberdade possa acontecer pelo (mau) uso dela! A liberdade é como o fogo. De boa e bela pode, quando descontrolada, tornar-se nefasta e destrutiva.

Para lançar os fundamentos da liberdade dos filhos de Deus que é a liberdade cristã, abrimos uma parte dedicada à liberdade no Antigo Testamento e podemos perceber que a liberdade é algo querido e amado pelo Deus de Israel. Vimos clara e admiravelmente que cada um dos Dez Mandamentos é cimento neste edifício que é a liberdade, ou seja, toca em pontos importantes no caminho para a liberdade. Pode parecer coisa antiga esta Carta, mas tem bastante atualidade, apesar de termos percebido que se trata de um caminho para.

A segunda secção trata-se de um desenvolvimento do tema da liberdade a partir do mito da queda e da noção de pecado na obra de Paul Ricoeur, *A Simbólica do Mal*. Aqui vimos que o pecado se trata de uma rutura no vínculo pessoal com o Divino e que, por isso, aprofundar o sentido do pecado terá forçosamente que se relacionar com o aprofundar do “sentido dessa ligação primordial que é o Espírito e a Palavra”⁴²⁶. Foi então que vimos de que forma o pecado é também ele “a experiência de um poder que domina o homem”, ou seja, “uma ‘realidade’”⁴²⁷, no dizer de Ricoeur. Mas da mesma forma que o pecado é um extravio, o regresso é o restabelecimento da relação primordial, que dá a paz e o repouso mais a possibilidade de permanecer nela. Aqui recordamos o Pai misericordioso (Lc 15-24), como símbolo desse lugar de relação primordial a reconhecer e no qual se deve permanecer. Então

⁴²⁶ Cf. Ricoeur, *A Simbólica do Mal*, 68-69.

⁴²⁷ Cf. Ricoeur, 87.

percebemos que na Escritura o ser humano preso no pecado é alguém a libertar e que o seu destino é a “bondade e felicidade”⁴²⁸.

Iniciamos então o último tópico deste trabalho intitulado *A liberdade à luz do Novo Testamento*, e aqui consolidamos o caminho para a “liberdade dos filhos de Deus”. Partimos das Bem-aventuranças por se tratarem, no contexto do Sermão da Montanha, um símbolo do movimento libertador operado pela graça de Deus em Jesus Cristo. E entendemos que a obra da Graça se concretiza através de Jesus Cristo, “a palavra primeira”, que emancipa o ser humano “do seu mundo natural e físico”⁴²⁹. E aqui percebemos a dimensão libertadora do amor de Deus quando Jesus nos manda amar os nossos inimigos; fazer bem aos que nos odeiam; acompanhar durante dois quilómetros quem nos obrigou a acompanhar durante um; dar também a túnica a quem nos tirou o manto. A verdade é que a liberdade sob o ponto de vista de cristão é bastante exigente, pois requer um amor grandioso que separa e defende todo aquele que a ele aspira, da lógica da violência e da exclusão, o que nem sempre é fácil.

O Reino de Deus presente nas Bem-aventuranças, torna felizes os que confiam plenamente em Jesus Cristo e por amor d’Ele se abandonam a Deus. Trata-se, portanto, de uma alegria que de alguma forma liberta porque se funda na fé, vive-se na esperança e cumpre-se na caridade. O termo e a realidade chave que sobressai do Ensino de Jesus é “Pai”. Jesus é imagem viva do Pai e nós somos convidados a imitar, em liberdade e grandeza, o Seu amor generoso e sem limites. Logo, o que acontece com aqueles que são tocados por Jesus é uma reorientação do seu desejo para uma alegre e confiante “dependência” de Deus.

Na penúltima secção desenvolvemos o tema da liberdade cristã como liberdade redimida, com um forte contributo da obra de James Alison, *Le péché originel à la lumière de la Résurrection*. Aqui percebemos o quanto foi importante a rotura na compreensão humana, provocada pela ressurreição de Jesus, pois que, possibilitou um olhar radicalmente novo, não só sobre o mundo e a vida, mas também sobre as relações humanas. Com isto mudou a velha consciência encerrada “na rivalidade e nos mecanismos de sobrevivência pela exclusão do outro”, permitindo ver a realidade do ponto de vista daquele que sendo vítima, perdoa,⁴³⁰ e por conseguinte, abriu o entendimento à maravilha que é a precedência do Dom face à Criação.

Vimos também aqui que admiravelmente o amor do Pai e do Filho continua a ser recíproco através da morte e que com ressurreição de Jesus Cristo, fica evidente que a morte, como realidade humana e cultural, pode também ela ser perdoada. Foi então que nos

⁴²⁸ Ricoeur, *A Simbólica do Mal*, 277.

⁴²⁹ Cf. Couto, “Narrativas da Criação” 20-21.

⁴³⁰ Cf. Alison, *Le péché originel*, 105-106.

deparamos com esta descoberta antropológica: Deus revela-se como Alguém que se encontra para lá de toda a “compreensão humana marcada pela morte”, isto é, “como amor inteiramente gratuito”⁴³¹. Daí que, o Ensino de Jesus seja um esforço de nos libertar desse desejo marcado pela morte, ensinando-nos uma nova forma de desejo recíproco, que nos permite cumprir a vontade de Pai. Logo, o desígnio “da vinda de Cristo e da nossa redenção é dar nascimento a uma nova plenitude” “onde seremos filhos no Filho” (cf. Ef 1,1-15)⁴³². E nesta filiação, vivida em Jesus Cristo ressuscitado, o Perdão radical, que se gozaremos da liberdade dos filhos de Deus.

Na última secção tratamos da liberdade vivida como *relação filial*. Este é um dos três aspetos essenciais da liberdade cristã, juntamente com a religião e o serviço aos irmãos.

O Espírito é quem manifesta a presença de Jesus na nossa vida, sendo que a comunhão é adesão ao amor de Jesus. Foi por isso que dissemos que a liberdade e a comunhão só podem crescer juntas, porque para se dar em comunhão a Deus e ao semelhante é preciso ser-se livre, assim como só pode ser livre quem vive numa verdadeira comunhão, no caso dos filhos de Deus, com o Pai e com o Filho no Espírito Santo. Este é Lugar da liberdade cristã. Por conseguinte, dissemos que a fraternidade é “o *mais* da liberdade e da igualdade”, pois “só ela faz dos não-livres livres e dos desiguais iguais”⁴³³. Considerando tudo isto percebemos que o artigo nº4 da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” que diz ser a liberdade “o poder fazer tudo aquilo que não prejudique os outros”, não passa de uma enorme falácia que nos atira para uma liberdade de tempo e espaço vazios, sem responsabilidade, sem pais, nem filhos, nem Amor.⁴³⁴ Não será tempo de reformular essa Declaração de pendor antropocêntrico? Estariam os seus autores a pensar se não será um grande prejuízo não querermos saber dos outros e os outros não quererem saber de nós?

O nosso Libertador quis saber de nós e liberta-nos, num Sim pleno ao Amor. E como a liberdade dos filhos de Deus é uma liberdade vivida no presente, mas com fé e esperança num futuro que seguramente virá, vimos ser preferível falar dos filhos de Deus como libertados, em vez de livres, pois ainda falta alguma coisa a cumprir. É por causa deste “ainda não” que os filhos de Deus devem exercer a caridade e cumprir assim o terceiro aspeto da liberdade cristã. Na verdade, só vive verdadeiramente quem ama. O tempo é sobretudo dos que amam e é por isso que “a falta de amor é a maior de todas as pobreza”, como nos ensina a Santa Madre Teresa de Calcutá, pois o amor é a vida no seu melhor. “Todos conhecerão que sois meus discípulos se vos amardes uns aos outros” “como eu vos amei” (cf. Jo 13,34-35).

⁴³¹ Cf. Alison, *Le péché originel*, 149-150

⁴³² Cf. Alison, 280.

⁴³³ Couto, *Uma Palavra*, 81.

⁴³⁴ Cf. Couto, 179.

Lembramos, por fim, que a “liberdade dos filhos de Deus” foi reservada também à Criação (cf. Rm 8,21). E foi então que nos perguntamos se não seria a Criação libertada da corrupção, quando a Bondade e Beleza de Deus, presente em todas as criaturas, são contempladas e louvadas pelos filhos de Deus? Pedindo licença a D. José Tolentino Mendonça para adaptar uma frase sua aqui citada, podendo ser ela ser dita a todos os seres (vivos ou não vivos! Têm é que ser de verdade. Nada de pseudo seres!), dizemos: *Eu sou livre porque tu és livre!*

Agora e em jeito de balanço, entendemos que este trabalho foi bastante importante para a nossa formação pessoal e certamente será uma grande base e um forte contributo para uma pedagogia do tema da liberdade no ensino de EMRC nas nossas escolas.

A liberdade está sempre presente em tudo o que é humano como vemos. E é muito fácil, quando não sabemos o quanto está em questão, quando falamos de liberdade, causar prejuízo, não só a nós, mas também aos nossos semelhantes e aos outros seres, e tudo isto em nome da liberdade!

Quando percebemos o grau de responsabilidade que deve estar presente na liberdade, por causa disto de sermos uns com os outros, e ainda mais, por causa de sermos filhos de um Pai que é sumamente Bom e Único, graças a Jesus Cristo, percebemos também que, por mais simples que possa ser a nossa vida, ela será sempre uma verdadeira epopeia, uma bela epopeia. Porque vivida num tempo fecundado pela Graça, cheio de alegria e de esperança, como “filhos de Deus” amados. Então, pode ser que Origem, Liberdade e Destino possam coincidir para nós em algum “lugar” ou em algum “momento” e nós possamos aí permanecer.

Também queremos apontar para duas questões que nos surgiram no decorrer deste trabalho que podem ser temas de estudo a desenvolver futuramente. A primeira é saber se os verbos ensinar, dar, libertar, curar, perdoar, amar e ainda, evangelizar e ressuscitar, saídos da boca de Jesus na forma imperativa e dirigidos aos seus discípulos, como uma missão atribuída, não estão já marcados por uma dinâmica vitoriosa? Parece-nos que sim. A segunda, mais entusiasmante é a de saber até que ponto o nome é lugar de liberdade? Sabemos que no primeiro livro da Bíblia o Senhor Deus conduziu os animais dos campos e as aves do céu “até junto do homem, para verificar como ele os chamaria (...)” (cf. Gn 2,19). Vimos também que o nome novo dado por Jesus marca uma identidade nova pelo vínculo Àquele que o atribui. Simão foi chamado de Pedro, João e Tiago de Boanerges, Saulo de Paulo. Poderá ser este nome novo princípio que dá origem ao nascer de novo? Ou então, como vemos no último livro da Bíblia, ser um nome, fruto desse mesmo vínculo, “selo” de salvação? “Dar-lhes-ei uma pedra branca, na qual está escrito um nome novo” (cf. Ap 2,17); “hã-se adorá-lo e vê-lo face a face, e hã-de trazer gravado nas suas frentes o nome do Cordeiro” (Ap 22,4).

BIBLIOGRAFIA

1. Fontes da Igreja

Bíblia Sagrada. Coordenação de Herculano Alves. 5ª edição revista. Lisboa/Fátima: Difusora Bíblica, 2008.

Catecismo da Igreja Católica. 2ª edição. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1999.

Concílio Ecuménico Vaticano II: Documentos Conciliares e Pontifícios. 11ª Edição. Braga: Editorial A. O, 1992.

Fontes Franciscanas I: S. Francisco de Assis. 3ª edição. Braga: Editorial Franciscana, 2005.

2. Dicionários e Enciclopédias

Abbagnano, Nicola. “Liberdade”. Em *Dicionário de Filosofia*, 5ª Edição Revista e Ampliada: 605-613. S. Paulo: Martins Fontes, 2007.

Bernès, M.. “Liberdade”. Em *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*: 24-34. Porto: Rés, s.d..

Butturi, F., “Libertà”, em *Enciclopedia Filosofica*, Direttore Virgilio Melchiorre. Vol. Settimo: 6393-6447. Milano: Bompiani, 2006.

Lalande, André. “Liberté” Em *Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie*. 12eme édition: 558-567. Paris: Press Universitaires de France, 1976.

Neuberg, M.. “Liberté”. Em *Encyclopédie Philosophique Universelle*. Dir. André Jacob. II Les Notions Philosophiques, Tome 1: 1470-1474. Paris: Press Universitaires de France, 1990.

3. Estudos

Agostinho, *Diálogo sobre o Livre Arbítrio*. Tradução e introdução de Paula Oliveira e Silva. Edição bilingue. Lisboa: Casa da Moeda, 2001.

Agostinho, *Trindade*. Coordenação de Arnaldo Espírito Santo. Edição bilingue. Prior Velho: Paulinas, 2007.

Alison, James. *Le péché originel à la lumière de la Résurrection: “Bienheureuse faute d’Adam...”*. Traduzido por François Rosso. Paris: Cerf, 2009.

Arendt, Hannah, *As Origens do Totalitarismo*. Traduzido por Roberto Raposo. 6ª Edição. D. Alfragide: Quixote, 2016.

- Ashen, Ruth Nanda, Charles A. Beard, Henri Bergson, Felix Bernstein, Franz Boas, Benedetto Croce e John Dewey. *Freedom: Its Meaning*. Editado por Ruth Nanda Ashen. Oxon e New York: Routledge, 2019. <https://ucatolica-oup.marka.pt/> ou <https://taylorandfrancis.com>.
- Ashen, Ruth Nanda. “Origin and Aim”. Em *Freedom: Its Meaning*. Editado por Ruth Nanda Ashen, 1-6. Oxon e New York: Routledge, 2019.
- Barth, Karl. *Carta a los Romanos*. Traduzido por Abelardo M. de la Pera. 1ª Edição. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1998.
- Beauchamp, Paul. *L’Un et l’Autre Testament: Essai de Lecture*. Paris: Editions du Seuil, 1976.
- Beard, Charles A, “Freedom in Political Thought”. Em *Freedom: Its Meaning*. Editado por Ruth Nanda Ashen, 7-23. Oxon e New York: Routledge, 2019.
- Bergson, Henry. “Freedom and Obligation”. Em *Freedom: Its Meaning*. Editado por Ruth Nanda Ashen, 24-42. Oxon e New York: Routledge, 2019.
- Bernstein, Felix. “The Balance of Progress of Freedom in History”. Em *Freedom: Its Meaning*. Editado por Ruth Nanda Ashen. 43-49. Oxon e New York: Routledge, 2019.
- Boas, Franz, “Liberty Among Primitive People”. Em *Freedom: Its Meaning*. Editado por Ruth Nanda Ashen, 50-55. Oxon e New York: Routledge, 2019.
- Boaventura. *Itinerário da Mente para Deus*. Traduzido por António Soares Pinheiro. 4ª Edição. Faculdade de Filosofia da UCP: Braga, 1998.
- Boulad, Henri. *L’Anti Destin: L’Homme Face à sa Liberté*. Paris: Presses de la Renaissance, 1999.
- Brown, Raymond E., Joseph A. Fitzmyer e Roland E Murphy. *Novo Comentário Bíblico São Jerônimo: Antigo Testamento*. Traduzido por Celso Eronides Fernandes. São Paulo: Academia Cristã, 2007.
- Castillo, José M.. *La Humanización de Dios: Ensaio de Cristologia*. Madrid: Editorial Trotta, 2009.
- Congar, Yves. *El Espíritu Santo*. Barcelona: Herder, 1983.
- Couto, António. *Como uma Dádiva*. 2ª Edição. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2005.
- Couto, António. “Narrativas da Criação”. *Igreja e Missão*. Valadares. 192-193 (2003): 3-58.
- Couto, António. *Pentateuco: Caminho da Vida Agraciada*. 2º edição. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2005.
- Couto, António. *Uma Palavra é melhor que um Presente*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2009.

- Croce, Benedetto. “The Roots Of Liberty”. Em *Freedom: Its Meaning*. Editado por Ruth Nanda Ashen. 56-74. Oxon e New York: Routledge, 2019.
- Cunha, Jorge Teixeira. *Ética Teológica Fundamental*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2009.
- Dalencour, François. *La philosophie de la liberté comme introduction à la synthèse humaine*. Paris: A.- G. Nizet, 1953.
- Delesalle, Jacques. *Liberté et Valeur*. Louvain: Publications Universitaires de Louvain, 1950.
- Dewey, John. “The Problem of Freedom”, Em *Freedom: Its Meaning*. Editado por Ruth Nanda Ashen. 75-90. Oxon e New York: Routledge, 2019.
- Dumais, Marcel. *Le Sermon sur la Montagne: État de la recherche Interprétation Bibliographie*. Quebec: Letouzey e Ané, 1995.
- Dunn, James D.G.. *A Teologia do Apóstolo Paulo*. Traduzido por Edwino Royer. S. Paulo: Paulus, 2003.
- Einstein, Albert. “Freedom and Science”. Em *Freedom: Its Meaning*. Editado por Ruth Nanda Ashen. 91-93. Oxon e New York: Routledge, 2019.
- Fitzmyer, Joseph A.. *Teología de San Pablo: Síntesis y Perspectivas*. Traduzido por J. Valiente Malla. Madrid: Ediciones Cristiandad, 2008.
- Grün, Anselm. *Os Diez Mandamientos: Camino Hacia el Libertad*. Estela: Verbo Divino, 2013.
- Haldane, J.B.S.. “A Comparative Study of Freedom”. Em *Freedom: Its Meaning*. Editado por Ruth Nanda Ashen, 94-119. Oxon e New York: Routledge, 2019.
- Hogben, Lancelot. “The Contemporary Challenge To Freedom Of Thought”. Em *Freedom: Its Meaning*. Editado por Ruth Nanda Ashen, 120-130. Oxon e New York: Routledge, 2019.
- Josefo, Flavio. *História dos Hebreus: De Abraão à queda de Jerusalém*. 8ª Edição. Traduzido por Vicente Pedroso. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 2004.
- Júnior, A. D’Almeida Morais. *Filosofia da Liberdade: Ensaio*. Petrópolis: Vozes, 1947
- Kingdom, Frank. “Freedom for Education”. Em *Freedom: Its Meaning*. Editado por Ruth Nanda Ashen, 131-147. Oxon e New York: Routledge, 2019.
- Kuss, Otto. *Carta a los Romanos. Carta a los Corintios. Carta a los Gálatas*. Barcelona: Herder, 1976.
- Laski, Harold J.. “Nationalism And The Future Of Civilization”. Em *Freedom: Its Meaning*, Editado por Ruth Nanda Ashen. 148-175. Oxon e New York: Routledge, 2019.

- Lucas, Ramón Lucas. “Naturaleza Humana y Libertad Humana: Reflexión Antropológica en Torno al Pensamiento de José Ortega y Gasset” *Revista Agustiniiana* 38, nº 117 (1997): 1093-1121
- Macmurray, John. “Freedom is the Personal Nexus”. Em *Freedom: Its Meaning*. Editado por Ruth Nanda Ashen, 176-193. Oxon e New York: Routledge, 2019.
- Manzanedo, Marcos F.. “La libertad Humana”. *Studium*, Vol. XXXVIII, Fasc. 3 (1998): 403-424.
- Manzanedo, Marcos F.. “La Voluntad Humana”. *Studium*, Vol. XXXVIII, Fasc. 1 (1998): 35-55.
- Maritain, Jacques, “The Conquest of Freedom”. Em *Freedom: Its Meaning*. Editado por Ruth Nanda Ashen, 176-193. Oxon e New York: Routledge, 2019.
- Martini, Carlo Maria. *Il Discorso della Montagna: Meditazioni*. Milano: Mondadori, 2007.
- Mendonça, José Tolentino. *Uma Beleza Que Nos Pertence*. Lisboa: Quetzal, 2019.
- Millán-Puelles, Antonio, *El valor de la libertad*. Madrid: Rialp, D.L. 1995,
- Miranda, José Carlos L. de. “Da Pena de Morte ao Direito à Pena. Uma Fundamentação da Indisponibilidade da Vida Humana”, em *Nos Cinquenta Anos da Abolição da Pena de Morte em Portugal*. Escola de Direito da Universidade do Minho, (2018): 77-93.
- Mora, José Ferrater “Libertad”, em *Diccionario de Filosofia*. Tomo II: 49-56. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1969.
- Niel, Henri “La Recherche de la Liberté” *Cahiers D’Etudes Biologiques* 11-12 (1963): 109-120.
- Ofstad, Harald. *An Inquiry into the Freedom of Decision*. Oslo: Norwegian Universities Press, 1961.
- Pareyson, Luigi. *Ontologie de la Liberté: La Souffrance et le Mal*. Traduzido por Gilles A. Tiberghien. Paris: Éditions de l’Éclat, 1998.
- Salvemini, Gaetano. “Democracy Reconsidered”. Em *Freedom: Its Meaning*. Editado por Ruth Nanda Ashen. 245-264. Oxon e New York: Routledge, 2019.
- Schelling, F. W. J.. *Investigações Filosóficas Sobre a Essência da Liberdade Humana e os Assuntos com ela Relacionados*. Traduzido por Carlos Morujão. Lisboa: Edições 70, 1993.
- Whitehead, Alfred North. “Aspects of Freedom”. Em *Freedom: Its Meaning*. Editado por Ruth Nanda Ashen, 303-328. Oxon e New York: Routledge, 2019.
- Ricoeur, Paul. *A Simbólica do Mal*. Tradução por Hugo Barros e Gonçalo Marcelo. Lisboa: Edições 70, 2017.

- Ruiz de la Peña, Juan L.. *Imagem de Dios: Antropologia Teológica Fundamental*. 5ª edição. Santander: Sal Terrae, 1988.
- Russell, Bertrand. “Freedom and Government”. Em *Freedom: Its Meaning*. Editado por Ruth Nanda Ashen, 229-244. Oxon e New York: Routledge, 2019.
- Silier, Yildiz. *Freedom: Political, Metaphysical, Negative and Positive*. Oxon e New York: Routledge, 2005.
- Silva, Agostinho da. *Textos e Ensaios Filosóficos II*. Lisboa: Âncora, 1999.
- Silva, Paulo Neves da (org.). *Citações e Pensamentos de Agostinho da Silva*. 10ª Edição. Alfragide: Casa das Letras, 2019.
- Simon, Yves R.. *Freedom and Community*. Editado por Charles P. O’Donnell. New York: Fordham University Press, 1968.
- Sottiaux, Edgard. *Situation de la Liberté Humaine*. Bruxelles: La Pensée Catholique, 1953.
- Stejansson, Vilhjalmur. “Was Liberty Invented?”. Em *Freedom: Its Meaning*, Editado por Ruth Nanda Ashen, 265-292. Oxon e New York: Routledge, 2019.
- Stiewe, Martin e François Vouga. *Le Sermon sur la Montagne: Un Abrégé de l’Evangile dans le Miroitement de ses Interprétations*. Genève: Labor et Fides, 2002.
- Teixeira, Joaquim de Sousa. “Liberdade”. Em *Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*. Direção Roque Cabral. vol. III: 352-383. Lisboa e S. Paulo: Editorial Verbo, 1991.
- Thomas Manm. “Freedom And Equality”. Em *Freedom: Its Meaning*. Editado por Ruth Nanda Ashen. 194-209. Oxon e New York: Routledge, 2019.
- Wallace, Henry A.. “The Genetic Basis For Democracy And Freedom”. Em *Freedom: Its Meaning*, Editado por Ruth Nanda Ashen. 293-302. Oxon e New York: Routledge, 2019.
- Zavalloni, Roberto. *La Libertad Personal: Según la Psicología de la Conducta Humana*. Traduzido por J. Fábregas Camí. Madrid: Editorial Razon y Fe, 1959.

4. Educação

- Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio. *Projeto Educativo*. Triénio 2016-2018. Braga: AESAS, 2015.
- Manual do Aluno de Educação Moral e Religiosa Católica*. 4ª Edição. Lisboa: Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2015.

5. Sitiografia

Couto, António, “O batismo do Senhor”. Acedido em 5 de janeiro de 2021.
<https://mesadepalavras.wordpress.com>.

Couto, António, “Chama que Chama e Ama”. Acedido em 6 de janeiro de 2021.
<https://mesadepalavras.wordpress.com>.

ANEXOS



De que falamos quando falamos de amor?

- Na nossa língua, o português, temos uma única palavra dizer o amor.
- Mas, podemos dizer a alguém que gostamos dele ou dela e isso ser uma forma de amor... ainda que a palavra amor, por vezes, possa ser demasiado forte.



De que falamos quando falamos de amor?

- **A palavra amor**, tal como a palavra Deus, é uma daquelas palavras que **adquire de muitos sentidos**.
- São (amor e Deus) aquilo que normalmente chamamos de palavras polissémicas (vários sentidos).
- Na verdade, será difícil encontrar outras duas palavras que signifiquem coisas tão diferentes para tão diferentes pessoas.
- Pode haver muitas formas de amar. Muitas expressões de amor. Assim como muitos deuses.
- **Mas o amor autêntico, o amor pleno e verdadeiro tem uma só origem.**

De que falamos quando falamos de amor?

- Nos nossos dias, o povo grego tem sete expressões diferentes, para dizer outras tantas maneiras de «amar». A juntar às três que já vimos, temos ainda:
- O storge;
- O philautia;
- O pragma e
- O ludus.

De que falamos quando falamos de amor?



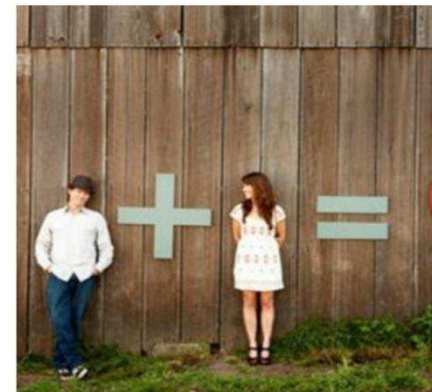
- **Ágape** – Amor divino, praticado pelo doação total de si. Este amor pode ser também praticado pelos humanos, apesar das nossas imperfeições e limitações.
- No Novo Testamento esta palavra serve para dizer o relacionamento entre Jesus e os seus discípulos.

De que falamos quando falamos de amor?



- **Philia** – É o amor virtuoso e sem algum interesse, que não seja o bem do outro. Significa amizade e serve para dizer o afeto, sem desejo, entre irmãos e amigos com base na lealdade, igualdade intimidade e familiaridade.
- É muito importante para se ser feliz, pois permite relações autênticas e seguras que nos ajudam a crescer. **Quem tem um amigo tem um tesouro...**

De que falamos quando falamos de amor?



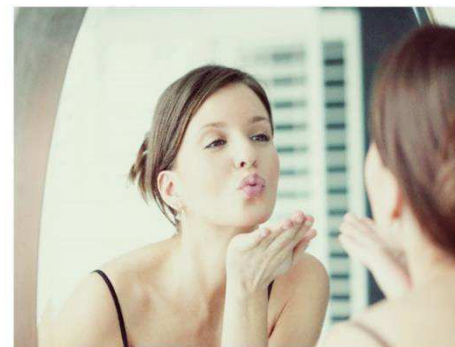
- **Eros** – É o amor romântico e pode também significar a atração física e de natureza sexual. **Serve para dizer o amor entre apaixonados.**
- Um filósofo antigo da Grécia, chamado Platão, acreditava que os filósofos eram inspirados por este amor, na busca da verdade, por isso, achava que podia não haver nele atração física.

De que falamos quando falamos de amor?



- **Storge** – É o amor dos pais pelos filhos ou de outros membros familiares.
- No fundo é aquele amor que nasce naturalmente, pelos laços de sangue.

De que falamos quando falamos de amor?



- **Philautia** – É o amor próprio, o amor por si mesmo. É preciso amarmo-nos a nós próprios para conseguirmos amarmos os outros.
- Para amadurecermos não podemos ficar pelo egoísmo ou narcisismo que frequentemente leva ao amor pela fama, pelo dinheiro ou pelo poder e não deixa amadurecer as pessoas.
- Este amor, na sua forma madura, leva-nos a direcionar o amor que temos por nós mesmos para os outros, para aqueles que são diferentes de nós.

De que falamos quando falamos de amor?

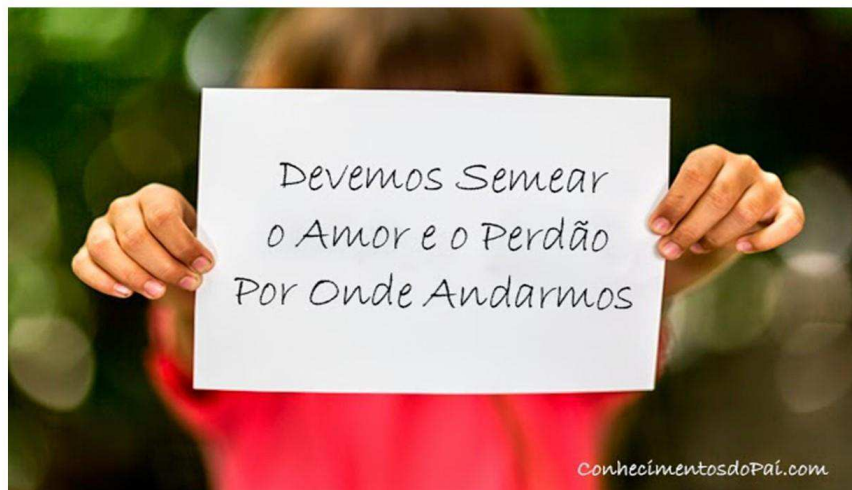


- **Pragma** – É o amor pragmático (prático), baseado na dedicação a um bem maior e é feito daquele compromisso que nos leva a fazer aquilo que achamos que está certo, ainda que não haja um verdadeiro amor entre as duas pessoas.
- Exemplos: pais que, já não se dando lá muito bem, se mantêm juntos, por amor aos filhos.

De que falamos quando falamos de amor?

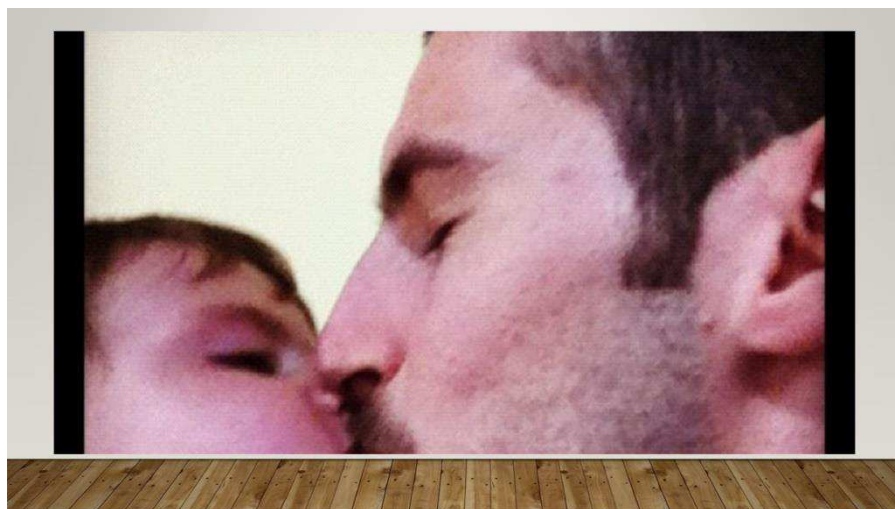


- **Ludus** – É a forma de amor divertida, feito de brincadeira e sem compromisso. É oposto ao pragma.
- Embora divertido, é normal que não dure muito tempo. Pode no entanto evoluir para o amor eros ou philia.



O AMOR ENTRE DUAS PESSOAS... NA BÍBLIA

- Segundo a Bíblia, depois de Deus ter criado todas as coisas e todos os seres vivos, começou Deus a **Sua mais bela obra, entre todas as Suas obras, a Humanidade.**
- «Criou o homem do pó da terra. Em seguida, **insuflou-lhe nas narinas o sopro da vida**», o espírito de amor... «e o homem tornou-se um ser vivo» (Gen 2,7).



O AMOR ENTRE DUAS PESSOAS... NA BÍBLIA

- Então Deus disse:
- «**não é bom que o homem esteja só. Vou dar-lhe um auxílio a ele correspondente**» (Gen 2,18).
- Deus apresentou então ao homem, todos os animais domésticos e do campo e todas as aves do céu, «mas não encontrou um auxílio a ele correspondente».
- Corresponder (co + responder) é pois... estar à altura. E compreende-se... pois que nenhum animal, por mais dotado que seja, estará à altura do homem.

O AMOR ENTRE DUAS PESSOAS... NA BÍBLIA

- Então, adormecendo o homem, tomou Deus um dos seus lados, e enchendo-o em seguida de carne, fez **do lado** do homem a mulher.
- Na verdade, **a criação do homem só se completou, depois da mulher ter sido criada.**
- É assim como uma porta ou como uma janela. **A humanidade tem dois lados: o homem e a mulher.** Se quisermos tirar ou anular um lado, tiramos ou anulamos tudo.



O AMOR ENTRE DUAS PESSOAS... NA BÍBLIA

- Por isso, depois que Deus trouxe a mulher para junto do homem, este, ao vê-la, exclamou:
- «**Esta vez, sim é osso dos meus ossos carne da minha carne** – será chamada mulher (ishshah), porque do homem (ish) foi tomada» (Gen 2,23). Assim, o homem para dizer o nome da mulher, na língua hebraica, tem que dizer o seu.

O AMOR ENTRE DUAS PESSOAS... NA BÍBLIA

- Esta foi a primeira vez que o ser humano falou (na Bíblia) e fê-lo, para fazer uma declaração de amor.
- O homem abriu a boca ao encontrar-se diante da mulher; outro ser... à altura dele e no qual ele completa a sua humanidade...
- «Por isso», diz a Bíblia, que «o homem deixará o seu pai e a sua mãe, e se unirá amorosamente à sua mulher e serão (os dois) uma só carne. (Gen 2,24).

O AMOR ENTRE DUAS PESSOAS... NA BÍBLIA

- Por isso, depois que Deus trouxe a mulher para junto do homem, este, ao vê-la, exclamou:
- «**Esta vez, sim é osso dos meus ossos carne da minha carne** – será chamada mulher (ishshah), porque do homem (îsh) foi tomada» (Gen 2,23). Assim, o homem para dizer o nome da mulher, na língua hebraica, tem que dizer o seu.

O AMOR ENTRE DUAS PESSOAS... NA BÍBLIA

- Esta foi a primeira vez que o ser humano falou (na Bíblia) e fê-lo, para fazer uma declaração de amor.
- O homem abriu a boca ao encontrar-se diante da mulher, outro ser...à altura dele e no qual ele completa a sua humanidade...
- «Por isso», diz a Bíblia, que «o homem deixará o seu pai e a sua mãe, e se unirá amorosamente à sua mulher e serão (os dois) uma só carne. (Gen 2,24).



O AMOR ENTRE DUAS PESSOAS... NA BÍBLIA

Na verdade, nós **só deixamos um amor por outro maior.**

Daí depreendemos que:

Quando há amor entre duas pessoas (um homem e uma mulher), ele pode ser mais forte que o amor dos pais, mesmo sendo este muito forte.

«**Forte como a morte o amor!**»! (Ct 8,6)

O AMOR ENTRE DUAS PESSOAS... NA BÍBLIA

O amor é inegociável:

«Quisesse alguém

Dar tudo o que tem

Para comprar o amor:

Seria tratado com desdém»

(Ct 8,7)

O AMOR ENTRE DUAS PESSOAS... NA BÍBLIA

- A atração amorosa total, entre o homem e a mulher, é querida por Deus e nenhum empecilho a deve escurecer.
- Este amor, tal como amor ao próximo, não é apenas da ordem do sentimento e da afetividade.
- Não tem em mim nem em ti a sua origem. Nem nele mesmo (no amor em si).
- A sua origem está antes do começo de tudo e a Bíblia chama ao que está antes do começo Deus.

«Quem ama nasceu de Deus» (Jo 4,7).

O AMOR ENTRE DUAS PESSOAS...

«Amar não é apoderar-se do outro para se completar, mas sim dar-se ao outro para o completar. Estarás pronto a amar autenticamente quando a tua necessidade e, sobretudo, a tua vontade de dar forem mais fortes que a tua vontade de receber.

(...)

Aprender a amar, não é fazer muitas experiências; é respeitares-te e respeitares todos os outros, para seres capaz de respeitar profundamente o corpo e a pessoa do outro (...).

Michel Quoist (1921-1997), *Construir* (Manual EMRC 8º ano p.15)

O AMOR ENTRE DUAS PESSOAS...



O BEIJO DE GUSTAV KLIMT

E quando nos beijamos...
E eu perdia a respiração e
Entre suspiros, perguntava:
Em que dia nasceste?
E me respondias com voz trêmula:
Estou nascendo agora...

Mia Couto

O AMOR ENTRE DUAS PESSOAS...

A verdade é que é **o amor que nos faz... ser mais e melhores seres humanos.**

o amor verdadeiro engrandece-nos, faz-nos crescer; enche-nos de vida e de alegria...

porque, é **o amor que dá sentido à vida.** Só o verdadeiro amor nos oferece uma alegria duradoura...

ao ponto de poder tocar a ETERNIDADE!



"Toda a gentileza é uma declaração de amor. Gentil é aquele que passa pela vida do outro, toca-o com leveza onde ninguém mais pode ver".
Mia Couto

O Amor é...

- O amor é impossível de definir porque, o amor extravasa tudo o que podemos dizer dele...
- No entanto, ele manifesta-se e revela-se nas nossas ações, nas nossas atitudes, nos nossos pensamentos e nossas palavras, quando acompanhadas de ações.



God is love, and he who lives in love, lives in God and God in him. 1 John 4:16

Amar é...

- Cooperar com o outro e não pretender suplantá-lo a qualquer preço.
- Ajudar o outro a gostar de si, valorizando as suas realizações, empenhamentos e esforços, mesmo quando não correspondam aos nossos interesses.
- Amar é estar atento, a fim de verificar se outro está precisando de mim.
- Pois, não basta pensar: “quando quiser que venha ter comigo”.



Amar é...

- Agir em benefício do outro/outra.
- Eleger o outro/a outra como alvo do meu bem querer.
- Estar presente nas horas difíceis, sobretudo quando o outro é incompreendido e humilhado.
- Dar a mão ao mais fraco.



Amar é...

- Ajudar o outro a descobrir sentidos para ele viver a vida de modo empenhado e feliz.
- Saber calar quando se está magoado, esperando o dia seguinte para se falar com calma.
- Acreditar nas palavras e na retidão de intenção do outro.
- Escutar o outro sem o julgarmos e procurarmos entender bem o que ele nos quer comunicar.



Amar é...

- É também não pretender que a minha opinião seja a única válida.
- Confrontar as minhas opiniões com as do outro, sem me zangar.
- Aceitar as diferenças, sabendo que estaria a impedir a felicidade do outro pretendendo que ele fosse uma cópia de mim mesmo.
- Escolher como tema de conversa e passatempo assuntos queridos aos outros.
- É estar atento e saber calar-se quando percebe que a nossa conversa está a cansar o outro.

Amar é...

- Ajudar o outro a superar a solidão e ajudá-lo a resolver os seus problemas... por vezes basta termos alguém que nos escute para já nos fazer bem.
- Acolher e escutar... que é mais importante que presentes.
- Ajudar o outro a descobrir as suas qualidades pessoais.

- Pedir perdão quando magoamos alguém e perdoar quando somos magoados.
- Ama mais quem dá o primeiro passo na linha da reconciliação.
- Foi assim que Deus agiu para conosco.



O que é a liberdade?

A palavra liberdade pode assumir vários significados!

Amar é...

- Dar, sem esperar receber nada em troca.
- Levar como Jesus o amor até à sua expressão máxima:

“dar a vida pelo amigo”

- O nosso amor será tanto mais perfeito quanto mais nos aproximarmos desta meta.

Amar é...

Dizer a alguém (como Santo Agostinho):

«Quero que sejas!»

Liberdade

«Não creio, no sentido filosófico do termo, na liberdade do homem. Todos agem não apenas sob um constrangimento exterior, mas também de acordo com uma necessidade interior.»

Albert Einstein

Liberdade

- ▶ Quando falamos de liberdade temos que falar do **livre arbítrio que é a faculdade de que gozamos de decidir de acordo com a própria vontade** e por isso, livre de condicionamentos prévios ou causas determinantes.
- ▶ O livre arbítrio está relacionado com a vontade... e para aqueles que acreditam em Deus ele é um dom, um presente, de Deus para nós.
- ▶ O Santo Agostinho defende que **o livre arbítrio é a liberdade de escolher entre o bem e o mal e a liberdade é o bom uso do livre arbítrio.**



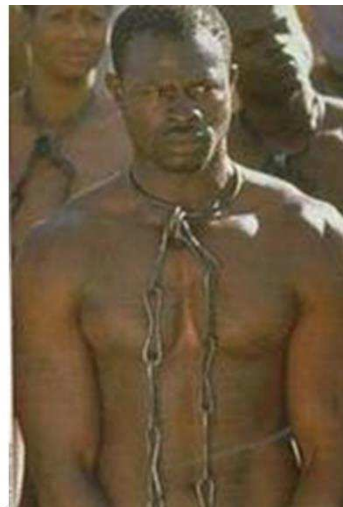
Liberdade

A palavra **liberdade em grego**, "*eleutheria*", significava liberdade de movimento. Refere-se à possibilidade do corpo movimentar-se sem restrições externas. Daqui concluímos que o significado na língua grega «**relacionava-se com a ausência de limitações físicas**».

Liberdade

- ▶ Em alemão, "*freiheit*" e em inglês, "*freedom*", também poderá referir-se a restrições externas, mas nestes casos, mais propriamente, ao estar livre das correntes que aprisionavam os escravos. Portanto, a palavra nasce de uma oposição à escravatura. A palavra grega tem um significado mais abrangente que "*freiheit*" e "*freedom*", que se refeririam então a um caso particular de ausência de restrições externas.

Imagem de um escravo do filme «Amistad»



Liberdade

- ▶ Em latim, a palavra "*libertas*" significa independência. «Sendo ainda mais abrangente do que a palavra grega. Independência nasce da oposição à palavra dependência, em latim "*dependere*" que significava "estar preso a", "estar pendurado", "pende de". Aqui "*libertas*" assume «significados como não estar preso a nada, não estar pendurado, não ser propriedade de ninguém».

Liberdade

- ▶ Estas três palavras “*eleutheria*”, “*freiheit*” e “*libertas*” referem-se a liberdades externas, sem obstáculos físicos. No entanto, nos dias de hoje a palavra liberdade assume significados mais amplos, referindo-se não só a obstáculos físicos, como também internos, por exemplo, os psicológicos.



Liberdade

- ▶ A maior parte das pessoas tem poucos obstáculos físicos, mas isto não significa que sejam livres. Os obstáculos psicológicos, emocionais, sentimentais, etc., funcionam como correntes que muitas vezes impedem de fazer escolhas livres e de usufruir da liberdade tão desejada.



Liberdade

A liberdade, para que não seja apenas uma sensação de que gozamos momentaneamente, deve ser construída, como quem caminha...

Caminho que em cada dia se vai aperfeiçoando cada vez mais, possibilitando o crescimento e amadurecimento da liberdade de cada um, ou seja, da minha e do(s) outro(s) - diferente(s) de mim.

Quer dizer que a minha liberdade não pode crescer com a perda de liberdade dos outros, o que levado ao extremo levar-me-ia a ficar sozinho.

Liberdade

Então a liberdade não se pode reduzir àquela famosa frase Herbert Spencer que diz que «*a liberdade de cada um termina onde começa a liberdade do outro*».

Isso seria deixarmo-nos transformar em ilhas..., cada um livre em si mesmo, sim, mas impedido de gozar da liberdade do meu irmão, do meu semelhante, quando **somos**, na verdade, «**seres em relação**».





Liberdade

A liberdade é algo que se recebe como dom, na forma de livre arbítrio, mas que também se constrói, portanto. É um estado de espírito que nos permite, apesar das contrariedades, ter vivacidade e aquela alegria criativa que renova a esperança e nos impele a concretizar os nossos sonhos!

Ainda que a liberdade externa seja muito importante, a liberdade interior, isto é, de espírito, de pensamento, «é ainda mais porque desenvolve a confiança, a resiliência e dá poder à própria pessoa. É, portanto, importante cultivá-la e pô-la em prática com maturidade e sabedoria!»

Liberdade

Aquilo que sou chamado a ser, ou seja, o que de melhor posso vir a ser, cumpre-se na relação com o(s) outro(s)... no ENCONTRO com o Outro... com o(s) outro(s), porque nós somos feitos de laços.

Sim, a liberdade do outro é muito importante para minha liberdade poder ser maior - é aqui que entra a Justiça. Se quisermos, os outros têm a ver connosco. A minha liberdade cresce com a liberdade dos outros, por isso não pode ser limite.

Liberdade

Quero que sejas!...

Liberdade

Assim, só seremos verdadeiramente livres num «mundo» em que todos são livres... de querer bem aos outros, de compreender os outros, de amar os outros.

Talvez banhado nesta luz tenha o Santo Agostinho exclamado:

Ama e faz o que quiseres...

Algumas frases sobre
a liberdade de
autores importantes

Liberdade

A liberdade é um dos dons mais preciosos que o céu deu aos homens. Nada a iguala, nem os tesouros que a terra encerra no seu seio, nem os que o mar guarda nos seus abismos. Pela liberdade, tanto quanto pela honra, pode e deve aventurar-se a nossa vida.

Miguel de Cervantes

Liberdade

Estou firmemente convencido que só se perde a liberdade por culpa da própria fraqueza.

Mahatma Gandhi

Liberdade

Não alcançamos a liberdade buscando a liberdade, mas sim a verdade. A liberdade não é um fim, mas uma consequência.

Leon Tolstói

Bibliografia:

- ▶ <https://wecareon.com/o-que-e-a-liberdade-25-04-2019-12h03>
- ▶ <https://socientifica.com.br/2018/02/22/o-conceito-de-liberdade-segundo-filosofia-09-05-2019-22h20>

